



Diana Sofia Almeida Gomes

PATRIMÓNIO E TURISMO CRIATIVO: PROPOSTAS PARA A VALORIZAÇÃO DA ORIZICULTURA NO BAIXO MONDEGO

Dissertação de Mestrado em Turismo, Território e Patrimónios, orientada pelo Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás, apresentada ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Fonte da imagem da capa: fotografia da autora e obra de Conceição Ruivo, com colaboração de Martine Kieffer.

Faculdade de Letras

**PATRIMÓNIO E TURISMO CRIATIVO:
PROPOSTAS PARA A VALORIZAÇÃO DA ORIZICULTURA NO
BAIXO MONDEGO**

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Património e Turismo Criativo: Propostas para a Valorização da Orizicultura no Baixo Mondego
Autor/a	Diana Sofia Almeida Gomes
Orientador/a	Paulo Manuel de Carvalho Tomás
Júri	Presidente: Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos
	Vogais:
	1. Doutor Nuno Miguel Castanheira Almeida
	2. Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás
Identificação do Curso	2º Ciclo em Turismo, Território e Patrimónios
Área científica	Turismo
Data da defesa	19-7-2018
Classificação	17 valores



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Agradecimentos

Aos meus pais e avô, cujo apoio foi fundamental para continuar em frente nas alturas de maior desespero. Obrigada por tudo o que sempre fizeram por mim.

Ao meu irmão, obrigada pelo companheirismo, pelas conversas e pelos nossos “passeios”, que me ajudam sempre a relaxar.

Ao Professor Doutor Paulo Carvalho, pela orientação, disponibilidade, compreensão e paciência demonstrada. Sem o seu auxílio não teria conseguido concluir esta dissertação.

À Samara e à Andreia, amigas e companheiras desta longa jornada, com quem partilhei dúvidas, dificuldades e desabafos. Obrigada pela vossa preocupação, pelas palavras de incentivo e por me “darem na cabeça” sempre que foi preciso.

Obrigada à Marisa, amiga de há muitos anos. Mesmo que não estejamos juntas muitas vezes, sei que posso contar sempre contigo.

Obrigada ao Turismo da UC pela flexibilidade concedida para conseguir concluir esta dissertação, e um grande agradecimento aos colegas de trabalho, que nesta última fase foram fundamentais com as suas palavras de incentivo e preocupação.

Ao Sr. Pinto Costa, agradeço a partilha de informações e a sua colaboração para este trabalho, agradecimento que se estende igualmente às entidades contactadas no decorrer desta dissertação e aos representantes das câmaras municipais pela disponibilidade demonstrada para a realização das entrevistas, fundamentais para a execução desta investigação.

A todos com quem me cruzei durante o percurso académico e com quem tive oportunidade de crescer enquanto pessoa.

Por fim, agradeço a todos aqueles que não mencionei, mas que no decorrer desta longa e complicada jornada demonstraram preocupação, apoio e palavras de encorajamento para alcançar este objetivo. A todos, muito obrigada!

*Construir o futuro.
No gesto simbólico de lançar a semente à terra, a mão do arroteiro deixa a bailar no
pensamento a esperança.
Ontem, como hoje, esta é a última a morrer...*

Irene Vaquinhas

Resumo

O turismo é cada vez mais um fator de desenvolvimento e de dinamismo económico e social à escala mundial, apresentando um crescimento superior a muitos outros setores económicos. Da mesma forma, o turismo tem vindo a diversificar a sua incidência territorial, verificando-se que os espaços rurais são cada vez mais territórios de novas dinâmicas turísticas num contexto de alterações de âmbito mais alargado. Neste cenário, o património rural tem vindo a assumir novos significados, assim como se verifica uma redefinição do papel de uma das atividades mais tradicionais da economia rural: a agricultura.

Uma das temáticas centrais desta dissertação diz respeito à emergência do turismo criativo, que também resulta de um processo alargado de alterações, nomeadamente no que concerne às mudanças no paradigma de consumo de produtos culturais e à crescente valorização da componente da experiência, onde características como a autenticidade e o contacto com as comunidades locais são aspetos cada vez mais valorizados pelas novas tipologias de turistas. Assim, o turista criativo procura experiências autênticas através das quais possam adquirir novos conhecimentos e competências por meio de uma cocriação de atividades. Da mesma forma, a adoção de uma abordagem de gestão em rede assume cada vez mais importância no contexto de uma crescente complexidade da atividade turística.

A orizicultura e os recursos patrimoniais a ela associados são a temática que conduz a investigação empírica e exploratória desta dissertação. Desde há muito que esta atividade se transformou num *ex-libris* dos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure, os maiores produtores de arroz da região, quer pelo seu papel na economia local, quer pelo seu papel como fator identitário, cuja influência se manifesta ao nível da paisagem, do património edificado, da etnografia e da gastronomia. Desta forma, um dos objetivos desta investigação é analisar os recursos patrimoniais relacionados com esta temática, assim como analisar a relação entre estes e o turismo, nomeadamente através da caracterização da oferta já existente. Seguidamente, serão analisadas as considerações das câmaras municipais do território em questão acerca das temáticas mais importantes no contexto desta dissertação. Por último, tendo em conta o enquadramento concetual referido anteriormente, é proposta uma estratégia de valorização turística desse mesmo património.

Palavras-chave: Património Rural; Orizicultura; Experiência Turística; Turismo Criativo; Redes; Baixo Mondego.

Abstract

Tourism is an increasingly driving force towards social and economic development as well as dynamism on a world scale, presenting a higher growth when compared with many other economic sectors. Similarly, tourism has diversified its territorial incidence, therefore rural spaces are becoming places of incidence of new touristic dynamics within a context of wider scope changes which contribute to a process of metamorphosis on those territories. In this scenario, rural heritage gains new meanings and the role of one of the most traditional activities of rural spaces has been redefined: the agriculture.

One of the central subjects of this dissertation is related with the emergence of creative tourism, which is also a result of an extensive process of change, mostly in terms of the consumption of cultural products and the increasing role of the experience component, where some characteristics, like authenticity and the contact with local communities, are increasingly valued by the new tourist typologies. Thus, the creative tourist seeks authentic experiences through which they can acquire new knowledge and skills, promoting a co-creation of activities, particularly in rural areas. Likewise, the adoption of network approaches is even more important in the context of the growing complexity observed in the tourism sector.

Rice cultivation and the related heritage resources are the subjects that guide this empirical and exploratory research. In fact, rice cultivation has long been an *ex-libris* of the municipalities of Figueira da Foz, Montemor-o-Velho and Soure, the three largest rice producers in central region of Portugal, both in terms of its economic importance and its role as an identity factor, with influence in the landscape, tangible heritage, ethnography and gastronomy. Therefore, one of the aims of this research is to analyze the patrimonial resources related to this traditional activity, as well as the association between this heritage and tourism, namely through the characterization of the existing touristic offer. Then, the considerations of the municipal councils of the territories will be analyzed on the most important subjects. Finally, giving the conceptual context described before, a strategy of touristic valorization of the existing heritage will be proposed.

Key-words: Rural Heritage; Rice cultivation; Touristic experiences; Creative Tourism; Networks; Baixo Mondego.

Índice Geral

Agradecimentos.....	5
Resumo.....	7
Abstract.....	8
Índice Geral	9
Índice de Figuras	12
Índice de Tabelas	14
Índice de Quadros.....	14
1. Introdução.....	15
1.1. Temática.....	15
1.2. Objetivos da investigação.....	16
1.3. Metodologias de investigação	17
1.4. Estrutura da dissertação	21
2. Espaços rurais e turismo.....	23
2.1. Espaço rural: um conceito com vários significados	23
2.2. Novas funções e centralidades dos espaços rurais.....	26
2.3. Turismo nos espaços rurais	35
2.4. Redefinição do significado de património rural	42
3. Experiência turística, turismo criativo e redes.....	47
3.1. Experiência turística e criatividade	47
3.2. Turismo criativo.....	57
3.3. Redes e turismo.....	69
4. Orizicultura.....	84
4.1. Breve análise estatística da atividade orizícola	84
4.2. O cultivo do arroz em Portugal.....	89
4.3. O cultivo do arroz no Baixo Mondego	93
4.4. A orizicultura e o turismo	95
5. Retrato territorial do Baixo Mondego	101
5.1. Contexto geográfico.....	101
5.2. Sociodemografia.....	105
5.3. Património.....	107
5.4. Turismo	110

6. Orizicultura no Baixo Mondego: análise dos recursos patrimoniais e da oferta turística.....	117
6.1. Recursos patrimoniais.....	118
6.1.1. Quintas de exploração agrícola	120
6.1.2. Património industrial	127
6.1.3. Património paisagístico	134
6.1.4. Património imaterial.....	136
6.2. Oferta turística.....	144
6.2.1. Figueira da Foz.....	144
6.2.2. Montemor-o-Velho	147
6.2.3. Soure.....	150
7. Análise das entrevistas	153
7.1. Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	156
7.2. Câmara Municipal de Soure.....	162
7.3. Câmara Municipal da Figueira da Foz.....	164
7.4. Associação dos Agricultores do Vale do Mondego.....	166
7.5. Síntese comparativa das entrevistas	171
8. Estratégias de valorização turística da orizicultura no Baixo Mondego	177
8.1. Calendário anual de eventos criativos	181
8.1.1. “O Arroz na História das Gentes do Mondego”	185
8.1.2. “Vivências nas Quintas de Produção de Arroz: Entre o Passado e o Presente”	187
8.1.3. “Orizicultura e Interpretação Artística”	192
8.1.4. “A Indústria de Transformação do Arroz: Entre o Passado e o Presente”	195
8.1.5. “Festival da Palha do Arroz”	197
8.1.6. “Arte Culinária Criativa com o Arroz Carolino do Baixo Mondego”	200
8.2. Enquadramento das propostas no contexto do turismo criativo e da promoção de experiências	203
8.3. Criação de uma rede de cooperação tendo em vista a operacionalização e promoção do produto	206
9. Considerações Finais	223
Referências Bibliográficas.....	232
Webgrafia.....	242
Anexos	243
Anexo I: Países produtores de arroz a nível mundial	244
Anexo II: Países com maior produção de arroz (milhões de toneladas e de hectares).....	244
Anexo III: Países com maiores áreas de produção de arroz na Europa	245

Anexo IV: Países importadores e exportadores de arroz.....	245
Anexo V: Importações e exportações de arroz em Portugal nos anos de 2015 e 2016.....	245
Anexo VI: Museu do Arroz da Herdade da Comporta.....	246
Anexo VII: Maquinaria da antiga “Fábrica de Moagem de Cereais e Descasque de Arroz de Ponte de Sor”	246
Anexo VIII: Cartazes das cinco edições da “Festa do Arroz”	246
Anexo IX: Cartazes das duas edições do “Festival do Arroz Carolino”	247
Anexo X: Património material classificado nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.....	247
Anexo XI: Património natural classificado nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.....	248
Anexo XII: Origem dos hóspedes nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.....	248
Anexo XIII: Comparação dos dados do INE (2017a), do RNET e do RNAL relativamente às tipologias de alojamento nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure	249
Anexo XIV: Número de orizicultores e locais com propriedades onde se produzia arroz nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure, no ano de 1883.....	249
Anexo XV: Paisagens proporcionadas pelos campos de arroz.....	251
Anexo XVI: Cegonha branca e os seusinhos	253
Anexo XVII: Exemplos de versos cantados durante os trabalhos nos campos.....	253
Anexo XVIII: Exemplos de versos cantados durante a realização do ramo ou adiafa	254
Anexo XIX: Tradição da “Corrida das Barcas” da Borda do Campo.....	254
Anexo XX: Fases do ciclo de produção do arroz na sua forma tradicional/artesanal. ...	255
Anexo XXI: Alguns recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura.....	256
Anexo XXII: Desdobrável “Rota dos Arrozaís”	257
Anexo XXIII: Rota “Campos do Pranto” da Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure.....	258
Anexo XXIV: Matriz de análise do conteúdo das entrevistas segundo os principais tópicos de análise definidos.....	259
Anexo XXV: Entrevistas realizadas	264
Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.....	264
Câmara Municipal de Soure	276
Câmara Municipal da Figueira da Foz.....	285
Associação dos Agricultores do Vale do Mondego	288

Índice de Figuras

Figura 1: Ocupação do solo na Região de Coimbra (NUT II).	26
Figura 2: A transformação dos espaços rurais.	31
Figura 3: Alguns benefícios da atividade turística para os espaços rurais.	39
Figura 4: Categorias de património rural.	45
Figura 5: Tipologias de experiência turística segundo Cohen.	51
Figura 6: Evolução socioeconómica da sociedade.	54
Figura 7: Dimensões da experiência segundo Pine & Gilmore (1998).	55
Figura 8: Redes no contexto do turismo em espaço rural.	81
Figura 9: Produção global de arroz (milhões de toneladas e de hectares) no período temporal 2008-2017, a uma escala mundial.	85
Figura 10: Produção de arroz (milhões de toneladas) por diferentes regiões do globo no ano de 2017.	86
Figura 11: Produção de arroz (milhões de toneladas e de hectares) em Portugal, no período 2000-2016.	87
Figura 12: Área de produção (hectares) de arroz por principais municípios produtores em Portugal, no ano de 2011.	89
Figura 13: Mapa das principais áreas de cultivo de arroz em Portugal.	92
Figura 14: Mapa da planície aluvial do Mondego.	93
Figura 15: Mapa da Região Centro (NUT II).	102
Figura 16: Mapa da Região de Coimbra (NUT III).	102
Figura 17: Mapa dos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.	103
Figura 18: Mapa das freguesias onde se pratica a orizicultura no contexto dos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.	104
Figura 19: Evolução da população residente nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.	105
Figura 20: Número de estabelecimentos de alojamento por município estudado.	115
Figura 21: Algumas das principais quintas agrícolas que atualmente produzem arroz nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.	121
Figura 22: Quinta de Fôja.	123
Figura 23: Quinta do Seminário.	124
Figura 24: A quinta do Canal.	125
Figura 25: Moinho das Doze Pedras ou das Marés.	125
Figura 26: Quinta da Boa Vista.	126
Figura 27: Moinho pertencente ao Sr. Manuel Carvalho, na aldeia do Casenho.	129

Figura 28: Fábrica Ernesto Morgado, S.A.....	131
Figura 29: Cooperativa de Montemor-o-Velho (filial de Gatões) - antiga Fábrica Patrão Rosete, Sucrs.....	132
Figura 30: Mosteiro de Santa Maria de Seiça e o descasque do arroz.....	134
Figura 31: Imagem representativa da monda na Quinta do Canal nos anos 60 do século XX.....	139
Figura 32: "Rota dos Arrozais".	145
Figura 33: Alguma sinalética da "Rota dos Arrozais".....	145
Figura 34: Alguns pontos de interesse da "Rota dos Arrozais", da esquerda para a direita, os seguintes: Paço de Maiorca, Capela de Santa Olaia e Ferrestelo, e paisagem que se pode observar de um dos pontos mais elevados da rota.....	145
Figura 35: "Núcleo Museológico da Freguesia de Alqueidão".	146
Figura 36: Cartaz da edição de 2018 do "Festival do Arroz e da Lampreia".....	147
Figura 37: Alguns artigos relacionados com a orizicultura no "Museu do Campo".....	149
Figura 38: Cartaz da edição do ano de 2016 do "Festival de Sopas e do Arroz Doce"	150
Figura 39: Principais elementos da oferta turística relacionada com a orizicultura nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.....	151
Figura 40: Esquema identificador dos recursos e produtos turísticos existentes e de propostas/estratégias de valorização criativa dos mesmos.....	182
Figura 41: Eventos propostos.....	183
Figura 42: Calendário supramunicipal de eventos de valorização turística criativa do património orizícola.....	184
Figura 43: Síntese das atividades a serem recriadas consoante as principais fases do ciclo de produção do arroz.....	188
Figura 44: Quadros/mosaicos realizados com grão e palha de arroz.....	194
Figura 45: Arte nos arrozais do Japão segundo diferentes fases do cultivo.....	195
Figura 46: Esculturas com palha de arroz no "Festival de arte Wara".....	198
Figura 47: Proposta de rede de cooperação tendo em vista a criação e operacionalização do produto proposto.....	209

Índice de Tabelas

Tabela 1: Produção de arroz (milhões de toneladas e hectares) por NUT II em Portugal continental no ano de 2016.....	88
Tabela 2: Índice de envelhecimento nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.....	106
Tabela 3: Número de hóspedes por categoria de alojamento e por diferentes unidades territoriais na área de estudo.....	113

Índice de Quadros

Quadro I: Alguns critérios utilizados para definir o espaço rural.....	25
Quadro II: Algumas definições de experiência turística.....	48
Quadro III: Benefícios de estruturas organizacionais em rede no contexto do turismo em espaço rural.....	79
Quadro IV: Tipologias de recursos patrimoniais associados à orizicultura.....	119
Quadro V: Objetivos das entrevistas segundo os tópicos definidos e as entidades entrevistadas.....	154
Quadro VI: Caracterização das entrevistas.....	155
Quadro VII: Conclusões da análise das entrevistas acerca dos recursos relacionados com a orizicultura.....	172
Quadro VIII: Conclusões da análise das entrevistas acerca da oferta relacionada com a orizicultura.....	173
Quadro IX: Conclusões da análise das entrevistas acerca da criação de uma rede de cooperação.....	175
Quadro X: Conclusões da análise das entrevistas acerca do turismo criativo.....	176
Quadro XI: Recursos humanos e entidades necessárias à realização dos eventos propostos.....	201
Quadro XII: Contactos efetuados com as entidades institucionais que fazem parte da rede de cooperação proposta.....	212

1. Introdução

1.1. Temática

A presente dissertação, intitulada “Património e Turismo Criativo: Propostas para a Valorização da Orizicultura no Baixo Mondego”, foi realizada no âmbito do mestrado em Turismo, Território e Patrimónios da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Esta dissertação tem como território base o Baixo Mondego, que pode compreender várias realidades territoriais, mas que no contexto desta dissertação corresponde aos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure, os quais configuram o suporte territorial para as propostas que serão apresentadas ao nível da valorização turística dos recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura.

A escolha deste tema deve-se ao facto de se considerar que a orizicultura é um *ex-libris* do território em questão (os três municípios referidos são os mais significativos no que diz respeito à produção de arroz no Vale do Mondego), tendo desempenhado um papel importante no desenvolvimento e na construção da identidade do referido território a vários níveis, apresentando uma enorme vocação para esta prática agrícola, classificada com o carimbo IGP (*Indicação Geográfica Protegida*).

A um nível concetual, optou-se por um enquadramento com base na abordagem de diferentes temáticas que se consideram pertinentes tendo em conta a escolha do estudo caso e os objetivos que se pretendem alcançar. Assim, de um ponto de vista teórico abordam-se temas como as novas funcionalidades dos espaços rurais, nomeadamente ao nível do turismo; a reconfiguração de atividades tradicionais desses espaços; o papel das redes de cooperação no turismo, designadamente nos espaços rurais; o desenvolvimento do turismo criativo, que acompanha a evolução do turismo rumo à criação de produtos mais flexíveis, inovadores e focados nas experiências proporcionadas, constituindo-se como um novo paradigma no seio do turismo, que acompanha as tendências evolutivas do perfil dos turistas e que tem vindo a ganhar espaço nos territórios rurais.

Apesar da aptidão turística da orizicultura no território em questão já ter sido abordada por diversos autores, pretende-se que este trabalho contribua de forma inovadora para um estudo mais aprofundado acerca da vocação turística dos

recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure. Do mesmo modo, importa realçar que a abordagem da orizicultura à luz do turismo criativo assume-se como um fator diferenciador de todos os outros trabalhos acerca desta temática neste território específico, sendo objetivo contribuir para uma efetiva operacionalização de novas formas de valorização turística dos recursos existentes, formas mais inovadoras, criativas e competitivas.

Assim sendo, esta dissertação apresenta a seguinte questão de partida:

Será que os recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure apresentam uma vocação ao nível do turismo e podem constituir uma base para a criação de um produto turístico estruturado e integrado neste território?

Para responder a esta pergunta, inicialmente recorreu-se a uma análise dos recursos e da oferta turística relacionada com esta temática nos municípios supramencionados. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a quatro entidades consideradas fundamentais para a valorização e promoção dos recursos existentes, nomeadamente ao nível do turismo.

1.2. Objetivos da investigação

Tendo em conta a questão de partida, esta dissertação apresenta os seguintes objetivos gerais:

- Demonstrar que os recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura no território definido apresentam dimensão e interesse ao nível de uma valorização turística, designadamente através da análise dos recursos e da oferta turística;
- Perceber as considerações das câmaras municipais dos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure e da Associação dos Agricultores do Vale do Mondego no que diz respeito à vocação turística dos recursos relacionados com a orizicultura, de que forma é que estas entidades têm vindo a agir no sentido de valorizar esses recursos a este

nível e quais são as suas considerações acerca da criação de uma rede de cooperação tendo em vista a estruturação de produtos turísticos integrados relacionados com esta temática;

- Sugerir estratégias de valorização turística dos recursos relacionados com a orizicultura no território em questão tendo em vista a criação de uma oferta mais estruturada e organizada.

De uma forma mais específica pretende-se atingir os seguintes objetivos:

- Perceber as transformações que têm vindo a ocorrer nos espaços rurais nos últimos anos e quais são os fatores que contribuíram para tais mudanças;
- Demonstrar a importância do património rural na valorização turística destes espaços;
- Caracterizar o turismo nos espaços rurais;
- Destacar o papel positivo da criação de redes no turismo, em especial nos territórios de cariz rural;
- Realçar a importância da componente da experiência no turismo, mais especificamente no turismo criativo;
- Demonstrar a crescente importância das experiências turísticas criativas, nomeadamente nos espaços rurais;
- Fazer uma introdução à temática da orizicultura.

1.3. Metodologias de investigação

O objetivo de um trabalho de investigação é a validação ou produção de novos conhecimentos, que se querem científicos e produzidos com autenticidade e rigor (Quivy & Campenhoudt, 2008; Sousa & Baptista, 2011). Esse conhecimento é elaborado “com o apoio de quadros teóricos e metodológicos” (Quivy & Campenhoudt, 2008:20).

O papel de um investigador numa investigação de carácter social é o de elaborar e pôr em prática um método de trabalho, que assume a forma de um processo ou procedimento, onde todas as etapas se encontram interligadas e ao longo do qual se recorre a técnicas de investigação específicas (Quivy & Campenhoudt, 2008). Este processo de trabalho pode assumir diferentes formas consoante a área de enquadramento e consoante as especificidades inerentes às

diferentes investigações, pois uma investigação social não corresponde a “uma sucessão de métodos e técnicas estereotipadas que bastaria aplicar tal e qual se apresentam, numa ordem imutável” (Quivy & Campenhoudt, 2008:18). Portanto, um processo ou procedimento é, assim, “uma forma de progredir em direção a um objetivo” (Quivy & Campenhoudt, 2008:25).

Quivy & Campenhoudt (2008) adotam os princípios de procedimento de P. Bourdieu, J. C. Chamboredon e J. C. Passeron (1968), que posteriormente dividem em sete etapas. Esses princípios de procedimento são os seguintes:

- **Rutura:** com os preconceitos, que se completa “na e pela construção” (Quivy & Campenhoudt, 2008:28);
- **Construção:** de um quadro concetual organizado, que seja reflexo de um processo lógico que valide a experimentação;
- **Verificação (ou experimentação):** validação científica das hipóteses através dos factos.

Assim, tendo em conta o que foi referido anteriormente, nas duas primeiras fases, a da rutura e da construção, procedeu-se a uma leitura e análise crítica da literatura especializada, nomeadamente de dissertações, monografias, artigos científicos, notícias e dados estatísticos sobre as temáticas que constituem o suporte para a parte concetual da dissertação, como a evolução do espaço rural e a redefinição das suas funções, a importância das redes no turismo, o papel das experiências no turismo criativo e a orizicultura. É de referir que antes da próxima fase, a da verificação, foi feita uma contextualização do território em diferentes dimensões (geográfica, demográfica, patrimonial, turística), da mesma forma que foi realizada uma análise aos recursos e à oferta turística existente relacionada com a orizicultura no referido território, que corresponde aos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.

Depois destas duas primeiras fases foi determinada qual seria a técnica de recolha de dados a ser utilizada, optando-se pela realização de entrevistas às câmaras municipais dos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure e à Associação de Agricultores do Vale do Mondego, cuja participação é considerada fundamental tendo em vista a resposta à pergunta de partida formulada no início desta dissertação. Da mesma forma, embora de modo informal, foram contactadas outras entidades, como a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Importa agora explicitar, ainda que de uma forma breve, em que consiste a investigação qualitativa e a técnica de recolha de dados utilizada. Segundo Sousa & Baptista (2011:56) “a investigação qualitativa surgiu como alternativa ao paradigma positivista e à investigação quantitativa”, sendo sobretudo utilizada nas ciências sociais, onde é aplicada para analisar os comportamentos subjetivos dos indivíduos. Assim, “a investigação qualitativa centra-se na compreensão dos problemas, analisando os comportamentos, as atitudes ou os valores” (Sousa & Baptista, 2011:56), da mesma forma que se constitui como uma tipologia de investigação indutiva. No caso da presente dissertação, constitui-se como uma metodologia para a realização de um estudo exploratório que, segundo Marshall e Rossman (1995:40-41) cit. por Sousa & Baptista (2011: 57) tem como objetivo “proceder ao reconhecimento de uma dada realidade pouco ou deficientemente estudada e levantar hipóteses de entendimento dessa realidade”.

A entrevista, que consiste em “conversas orais, individuais ou de grupo” (Sousa & Baptista, 2011:79), é numa técnica utilizada para obter informações tendo em vista os objetivos das investigações, sendo utilizada na tipologia de investigação qualitativa, cujo objetivo principal é a recolha de dados primários, que posteriormente serão interpretados à luz dos conhecimentos adquiridos até então, interpretação essa que deverá ser o mais fiel possível e deverá evitar generalizações.

As entidades entrevistadas devem ser escolhidas de acordo com os objetivos da investigação, tendo em conta o seu grau de pertinência, validade e fiabilidade (Sousa & Baptista, 2011). Assim, o número de pessoas a entrevistar numa investigação qualitativa não é definido num sentido estatístico, sendo o critério utilizado para o tamanho da amostra a adequação e pertinência das entrevistas face aos objetivos da investigação, segundo a perspicácia e bom senso do entrevistador (Ruquoy, 2005). A mesma autora refere ainda a subjetividade inerente à técnica da entrevista, característica esta que é vista como uma desvantagem. No entanto, segundo a mesma, nem as técnicas quantitativas são garantia de uma total objetividade. Portanto, tanto as técnicas qualitativas como as técnicas quantitativas “tendem apenas a assegurar um procedimento o mais objetivo possível” (Ruquoy, 2005:85).

Segundo Sousa & Baptista (2011), existem três tipologias de entrevistas:

- **Entrevista não estruturada:** caracterizada pela não existência de um guião previamente definido, dando-se total liberdade ao entrevistado e aos seus pensamentos e considerações;
- **Entrevista semiestruturada:** caracterizada pela existência de um guião onde se encontram definidos os principais tópicos a abordar, dando-se uma liberdade controlada ao entrevistado;
- **Entrevista estruturada:** caracterizada pela resposta a questões previamente definidas, com pouca margem de manobra para o entrevistado, sendo utilizada para a obtenção de informação acerca de tópicos muito específicos.

Por sua vez, Ruquoy (2005) afirma que a técnica da entrevista corresponde a um *continuum* com dois polos e um nível intermédio, referindo as seguintes tipologias de entrevista:

- **Entrevista diretiva:** que se realiza com base em perguntas previamente estabelecidas, para as quais se esperam respostas curtas, perguntas essas que são padronizadas e apresentam uma ordem estabelecida;
- **Entrevista não diretiva:** normalmente usada em contextos de um tema geral e que permite uma exploração ou aprofundamento por parte do entrevistado, com pouca intervenção do entrevistador;
- **Entrevista semi-diretiva:** um nível intermédio que, ao mesmo tempo que permite uma estruturação do pensamento por parte do entrevistado, condiciona a ação do último através da imposição de limites às considerações por parte do entrevistador, permitindo o aprofundamento de questões consideradas importantes e que não são aprofundadas pelo entrevistado.

De facto, são essencialmente identificadas três tipologias de entrevista. No entanto, Ruquoy (2005) refere ainda a existência de uma tipologia de entrevista mais diferenciada, denominada relato de vida, que mais não é do que uma combinação entre os aspetos biográficos do entrevistado e a temática orientadora. Concluindo o capítulo destinado à definição das metodologias de trabalho, resta referir qual a tipologia de entrevista utilizada nesta dissertação, que é a entrevista semiestruturada (Sousa & Batista, 2011) ou semi-diretiva (Ruquoy, 2005), recorrendo-se a questões de resposta aberta e fechada.

1.4. Estrutura da dissertação

A presente dissertação encontra-se dividida em nove capítulos. O primeiro capítulo – *Introdução* – apresenta e enquadra a dissertação, expondo os objetivos que se pretendem alcançar e a metodologia utilizada. Da mesma forma, neste capítulo é delineada a estrutura do documento, que espelha a forma como este se encontra organizado.

O segundo capítulo – *Espaços rurais e turismo* – começa por fazer uma breve abordagem ao conceito de espaço rural, recorrendo-se à perspectiva de diferentes autores. De seguida, abordam-se as principais alterações nos espaços rurais nas últimas décadas. Posteriormente, aborda-se o turismo nos espaços rurais e o papel do património rural no contexto das transformações que têm trazido novas dinâmicas a esses territórios.

No terceiro capítulo – *Experiência turística, turismo criativo e redes* – começa-se por fazer uma breve abordagem ao conceito de experiência turística. De seguida, faz-se uma abordagem às características do turismo criativo como uma tipologia de turismo que vai em sentido inverso à crescente massificação desta atividade, abordando-se igualmente o conceito de indústrias criativas, que se encontra na base das novas formas de consumo cultural e, por conseguinte, do turismo criativo. Aborda-se igualmente a relação entre experiências turísticas criativas e os espaços rurais, ilustrando-se com alguns exemplos. Por último, faz-se uma aproximação às principais características das redes, referindo-se a sua importância no contexto da atividade turística, nomeadamente nos espaços rurais, sendo realçados os benefícios desta forma organizativa tendo em conta as características do sistema turístico e a crescente complexidade de atores intervenientes nestes espaços.

O quarto capítulo – *Orizicultura* – é um capítulo de transição entre a parte teórica e a temática que está na base da parte prática desta dissertação. Inicialmente é realizado um levantamento de algumas estatísticas relevantes no que concerne à orizicultura, a uma escala mundial, nacional e regional. De seguida, é feito um breve enquadramento da história do cultivo do arroz em território nacional, para posteriormente esta análise se centrar na região do Baixo Mondego. Por último, faz-se referência a algumas formas de valorização da orizicultura e dos recursos associados a esta atividade, nomeadamente ao nível do turismo.

O quinto capítulo – *Retrato territorial do Baixo Mondego* – começa por enquadrar geograficamente os municípios que constituem a base territorial desta dissertação a uma escala nacional, regional e sub-regional, para além de serem identificadas as freguesias onde se pratica a orizicultura nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure. De seguida, é realizada uma análise sociodemográfica desses municípios e, por último, uma análise patrimonial e turística.

O sexto capítulo – *Orizicultura no Baixo Mondego: análise dos recursos patrimoniais e da oferta turística* – centra-se nos dois primeiros domínios de análise realizados nesta dissertação. Assim, primeiramente faz-se um breve enquadramento de algum património orizícola nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure. Numa segunda fase, a análise centra-se na oferta turística existente relacionada, direta ou indiretamente, com essa atividade.

O sétimo capítulo – *Análise das entrevistas* – corresponde à terceira fase de análise, onde é aplicada uma técnica de investigação. Deste modo, este capítulo incide na interpretação dos dados recolhidos através das entrevistas que, em conjunto com a análise realizada no capítulo anterior, contribui para responder à pergunta de partida e aos objetivos da mesma. Depois, faz-se uma síntese conjunta da análise das considerações das quatro entidades entrevistadas tendo em conta os principais tópicos de abordagem.

O oitavo capítulo – *Estratégias de valorização turística da orizicultura no Baixo Mondego* – corresponde a uma fase de propostas, que se encontram enquadradas com as temáticas abordadas na componente teórica e são o culminar da investigação realizada. Este capítulo divide-se em duas partes: inicialmente incide na proposta de um novo produto turístico (calendário anual de eventos criativos) com base nos recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura e, de seguida, incide na proposta de uma rede de cooperação entre diferentes entidades e/ou *stakeholders* tendo em vista a operacionalização do produto proposto a uma escala supramunicipal.

No último capítulo – *Considerações Finais* – faz-se uma síntese das principais temáticas abordadas, assim como se apresentam as principais ideias resultantes da investigação realizada, propondo-se igualmente formas de atuação e de investigação futuras.

2. Espaços rurais e turismo

2.1. Espaço rural: um conceito com vários significados

No plano concetual, as ciências sociais têm revelado alguma dificuldade em definir o termo rural, não existindo um consenso relativamente aos atributos que devem ser considerados face à constante mudança do seu significado na sociedade pós-moderna (Page & Connel, 2010). De facto, as abordagens existentes são variadas, tendo em conta diferentes critérios e objetivos. Tal como refere Baptista (2006), na atualidade, considerando as alterações nas funções dos espaços rurais, nomeadamente as que estão relacionadas com o declínio da agricultura, com a dimensão ganha por outros setores de atividade e formas de rendimento, e com a alteração do seu papel nos planos social e económico, surge a necessidade de redefinir o conceito de rural.

Halfacree (1993) cit. por Page & Connel (2010) refere algumas abordagens utilizadas para caracterizar as áreas rurais: abordagem descritiva (descreve o rural utilizando dados empíricos e dados de carácter estatístico, como censos, entre outros indicadores de ruralidade, como níveis de prestação de serviços públicos); abordagem sociocultural (observa os diferentes atributos dos indivíduos que vivem em áreas rurais, assim como analisam o seu comportamento e atitudes); áreas rurais como lugares ou *localities* (onde as suas características definidas e qualidades distintivas fazem dos lugares áreas rurais) e o rural como uma representação social (examina como as áreas rurais são percecionadas e construídas socialmente por indivíduos e grupos, refletindo desenvolvimentos da teoria social).

Já Baptista (2006) utiliza designações como rural profundo, periurbano, agrícola, sonolento, tranquilo, de alta pressão, residencial, entre outros, para se referir ao espaço rural. No entanto, o autor faz uma diferenciação quantitativa de diferentes categorias de ruralidade, tendo como base a percentagem da população ativa que trabalha na agricultura e a dimensão dos aglomerados populacionais (Novais et al., 2000, Rolo, 2003a e Poças, 2006 cit. por Baptista, 2006). Segundo estes critérios, o autor sugere a definição de quatro tipologias de espaço rural em Portugal¹, a saber: rural de baixa densidade (densidade rural média de 13

¹ O autor tem como unidade administrativa de análise os concelhos e define espaço rural como aglomerados de população com menos de 2.000 habitantes.

habitantes/Km²), rural urbano (densidade rural média de 165 habitantes/Km²), rural agrícola e rural da indústria e serviços (densidade rural média de cerca de 60 habitantes/Km²).

Por sua vez, através de uma diferenciação com base na dimensão da acessibilidade, Page & Connel (2010) identificam duas tipologias de rural distintas: o rural remoto e o rural acessível. Na primeira categoria, o rural é caracterizado por um decréscimo ou modesto crescimento populacional ou estrutura demográfica envelhecida, da mesma forma que é caracterizado por poucas oportunidades de emprego e por maiores custos para o acesso a serviços básicos. Na segunda categoria, o rural é caracterizado por uma proximidade às áreas urbanas, o que se traduz no relativo crescimento populacional, população esta que se caracteriza por grandes níveis de deslocação, por ser menos envelhecida. No entanto, é de referir que atualmente as evoluções no transporte e nos meios de comunicação transformaram o “remoto” num atributo valorizado em diferentes âmbitos.

Tendo em conta o que foi referido anteriormente através de uma breve análise de três diferentes abordagens relativas à definição de espaço rural, reforçamos o que foi mencionado inicialmente: definir rural não é uma tarefa linear, sendo o seu significado relativo e adaptável a diferentes contextos, através da adoção de diferentes dimensões ou critérios de análise (densidade populacional, grau de acessibilidade, características socioculturais e económicas, entre outros), onde são valorizados diferentes atributos, pois o conceito de espaço rural é bastante permeável às características específicas dos lugares.

Tal como afirma M. Carvalho (2013:13), “definir espaço rural deve, assim, contemplar muito mais do que apenas a distinção linear entre urbano e rural, devendo dar-se realce às especificidades de cada lugar, às diferenças que apresentam em relação a outros espaços rurais e à proximidade que regista em relação ao espaço urbano”. Tais perspetivas encontram-se sintetizadas no quadro I.

Quadro I - Alguns critérios utilizados para definir o espaço rural.

Autor	Crítérios utilizados
Halfacree (1993) cit. por Page & Connel (2010)	Distinção segundo abordagens descritivas, socioculturais, como lugares (<i>localities</i>), e segundo representações sociais.
Baptista (2006)	Diferenciação com base na dimensão dos aglomerados populacionais e na percentagem da população ativa que trabalha na agricultura, ou seja, distinção de base quantitativa, sendo definidas quatro tipos de zonas rurais: rural de baixa densidade, rural urbano, rural agrícola e rural da indústria e serviços.
Page & Connel (2010)	Diferenciação qualitativa com base na dimensão da acessibilidade, sendo identificadas duas tipologias de rural distintas: rural remoto e rural acessível.

Fonte: elaboração própria com base nos autores referidos.

Quanto aos municípios que servem de base territorial a esta dissertação, pode-se referir que as características do território são marcadamente rurais, com destaque para a vertente agrícola. Tal como é referido pela CIM-Região de Coimbra (2014:18), tendo em conta o padrão de ocupação do solo, esta região “é um território marcadamente rural, onde a floresta e o rio Mondego se assumem como protagonistas naturais na definição da identidade do território” e onde se verifica um “aproveitamento dos recursos do território para a produção agrícola, com destaque para o milho, o arroz e alguns produtos hortícolas” (CIM-Região de Coimbra, 2014:17).

A figura 1 é o reflexo do que foi referido anteriormente, onde se pode observar que o território correspondente aos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure é maioritariamente dominado por um padrão de ocupação do solo não artificializado, onde se verifica a existência de uma grande dimensão de áreas agrícolas e agroflorestais, isto apesar da existência de núcleos urbanos de alguma dimensão.

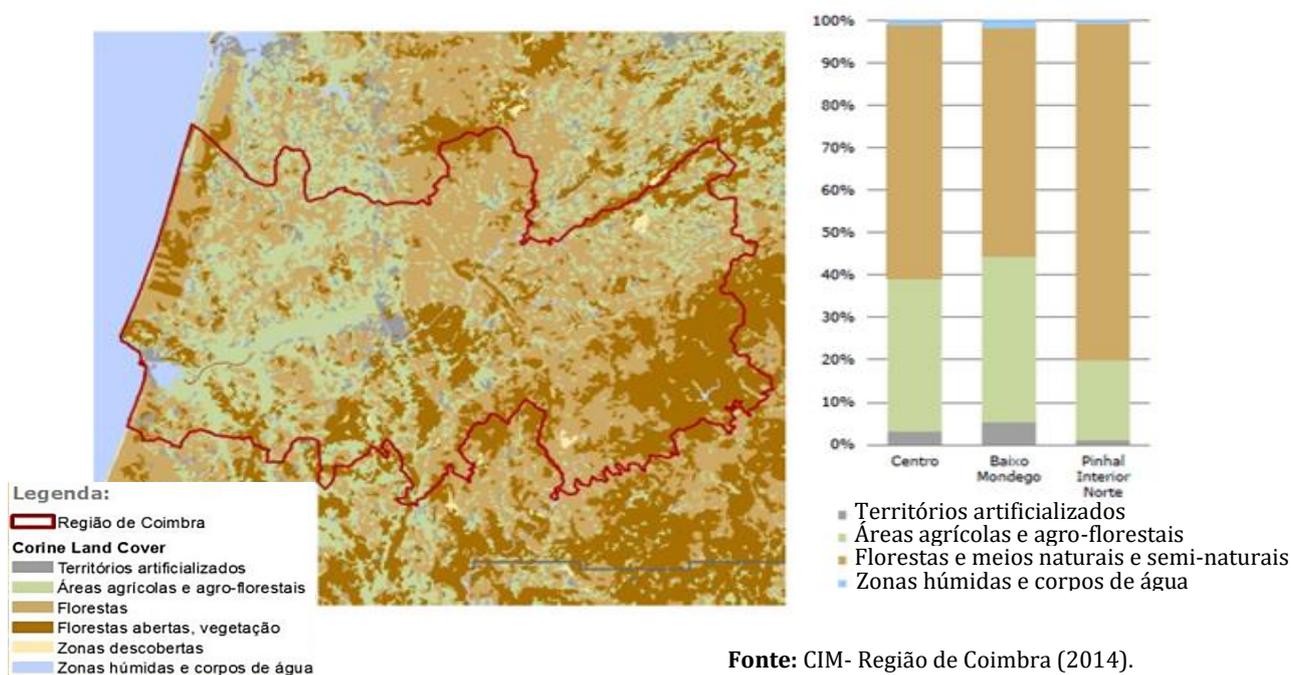


Figura 1 - Ocupação do solo na Região de Coimbra (NUT II).

2.2. Novas funções e centralidades dos espaços rurais

No período pós 25 de Abril verificou-se uma melhoria das condições de vida da população rural em Portugal, nomeadamente através do acesso a um sistema de saneamento e de eletrificação, do abastecimento de águas, de uma melhoria das acessibilidades, do acesso a cuidados de saúde básicos, de um maior apoio à terceira idade, de uma melhoria do sistema escolar e da criação de equipamentos e serviços sociais e desportivos (Baptista, 2006).

Apesar das mudanças referidas anteriormente, este autor refere que, a par do envelhecimento da população rural, que vive maioritariamente dos apoios sociais (pensões e reformas) e sem atividade económica, e apesar de todas as alterações sociológicas, “o rural ainda é familiar (a maior parte dos residentes tem familiares no local), de interconhecimento e de nascimento (a maior parte da população reside na freguesia onde nasceu) ” e uma grande percentagem da população desloca-se constantemente para fora dos limites do espaço rural onde vive, nomeadamente para trabalhar e estudar (Baptista, 2006:90).

Não obstante, em Portugal, assim como em muitas outras regiões da Europa, tem-se vindo a assistir a uma tentativa de redefinição do papel dos espaços rurais na sociedade como forma de combater as tendências de “desertificação” que se verificam nestes territórios, procurando-se trazer novas dinâmicas populacionais, territoriais e económicas. Em resultado, foram criados novos movimentos mais ou menos heterogéneos (no seu perfil, características e interesses) de “retorno ao rural” (Kastenholz, 2014:2), quer no que diz respeito à população, quer no que diz respeito a visitantes, transformando-se “a noção de espaços frágeis, empobrecidos e pouco desenvolvidos” através da criação de “novas perspetivas acerca das áreas rurais” (Dam et al., 2002 cit. por M. Carvalho, 2013:17).

De facto, o espaço rural tem vindo a sofrer inúmeras e intensas transformações ao longo das últimas décadas, tendo sido alvo de um constante processo de metamorfose desde o período pós-guerra, para o qual têm contribuído um diversificado conjunto de fatores, como a mudança da perceção relativa aos espaços rurais por parte da população urbana, e a ação da União Europeia tendo em vista o desenvolvimento e a diversificação da economia rural, fatores estes que têm contribuído para uma nova forma de valorização e de utilização destes espaços.

Butler & Hall (1998) abordam a mudança na perceção da imagem das áreas rurais na segunda metade do século XX, afirmando que a população urbana se constitui com um dos principais agentes dessas alterações. Efetivamente, a população urbana percebe cada vez mais as áreas rurais como espaços favoráveis à realização de uma grande diversidade de atividades, contribuindo para um renascimento desses mesmos espaços como base numa redefinição das suas funções, pois as mudanças económicas e socioculturais nos espaços urbanos suportaram isso mesmo. Da mesma forma, o impulso criado por medidas de apoio comunitárias destinadas à transição de uma economia de base primária (suportada por atividades como a agricultura, silvicultura e pastorícia) para uma economia multifuncional e de serviços, onde as atividades tradicionais passam a conviver com novas atividades, contribuíram de forma decisiva para tal panorama.

Durante muitos anos, os planos de desenvolvimento economicistas em pouco contribuíram para o efetivo desenvolvimento e progresso dos territórios rurais, sendo estes marginalizados nessas políticas face aos grandes centros urbanos. No entanto, há uns anos a esta parte, verifica-se um processo de valorização dos espaços

rurais, onde as características endógenas emergem como aspetos fundamentais de uma refuncionalização desses espaços, dando-se agora prioridade aos modelos territorialistas de desenvolvimento em detrimento dos modelos de desenvolvimento economicistas e produtivistas.

Atualmente a territorialização assume-se como um dos fatores fundamentais nos instrumentos e políticas comunitárias de desenvolvimento rural. Neste sentido, P. Carvalho (2013:73) refere que “o território deixa de ser considerado um agente passivo ou mero suporte físico dos processos de desenvolvimento para constituir um agente ativo e dinâmico que contribui, além disso, para gerar vantagens competitivas”. Portanto, os territórios rurais passaram a ver a si associados novos fatores competitivos e um papel renovado na sociedade atual, nascendo uma nova esperança para reverter o crescente processo de “desertificação” de que foram alvo durante muitas décadas.

De facto, os esforços realizados no âmbito das políticas de desenvolvimento rural a nível comunitário contribuíram decisivamente para a construção deste novo paradigma baseado na multifuncionalidade dos espaços rurais e nas suas diversas valências, em prejuízo de uma visão economicista relacionada com a agricultura e com a sua função produtivista, promovendo-se o seu desenvolvimento económico e social. A Política Agrícola Comum (PAC) foi o mote dessas iniciativas no ano de 1962, pois o mundo rural foi alvo de uma preocupação por parte da Europa Comunitária desde a sua génese.

Não obstante, inicialmente os resultados da PAC foram ambíguos. Se, por um lado, se pesavam os sucessos desta política, como a modernização da agricultura e o aumento produtivo, por outro, verificavam-se insucessos ou incapacidades, como a inability de aumentar os rendimentos dos agricultores, o aumento dos excedentes agrícolas e o fracasso de pequenas explorações, o que levou a que fosse desenvolvido um conjunto de medidas com vista à reforma da PAC (Carvalho, 2012b). Desta forma, “no início dos anos 90, um novo e decisivo impulso reformador da PAC contribuiu para inserir a multifuncionalidade no quadro das orientações para o mundo rural” (Carvalho, 2008:73), conduzindo à emergência do desenvolvimento rural como 2º pilar desta política.

Assim, pode-se afirmar que as políticas e orientações da União Europeia para os espaços rurais foram marcadas por duas tendências evolutivas fundamentais: da

gênese da PAC, no início dos anos 60, até meados dos anos 80, onde “é evidente a preponderância da agricultura e a primazia das orientações produtivistas” (Carvalho, 2012a:8) através de um conjunto de ações centradas “no papel da agricultura” e orientadas “para os agricultores e suas organizações” (Carvalho & Correia, 2008:2); e, por outro lado, uma nova visão baseada na territorialidade, onde emerge e se consolida uma “atmosfera de diversificação da base económica e de integração das políticas, ancorada ao desenvolvimento rural”, ou seja, uma perspectiva de “de cariz territorial, norteada para o território e para o conjunto da população rural.” (Carvalho & Correia, 2008:2).

Estas duas perspectivas ou tendências devem ser conciliadas de forma a promover um efetivo desenvolvimento dos espaços rurais de uma forma holística. Por um lado, existem os apoios comunitários que são direcionados exclusivamente para os agricultores com o objetivo de tornar esta prática mais eficiente, competitiva e sustentável. Por outro, reconhece-se que a agricultura não é atualmente o principal motor da economia rural, nem desempenha o papel principal no que diz respeito à criação de emprego e à dinamização económica e social devido à emergência de novas atividades geradoras de riqueza que vêm dinamizar esses mesmos espaços e até mesmo a própria atividade agrícola.

Portanto, esta nova visão dos espaços rurais não deve revogar por completo o papel das atividades tradicionais dos territórios rurais, como a agricultura. Deve procurar antes uma conciliação entre essas práticas e as suas novas funções relacionadas com a valorização de outras dimensões, como a paisagem, o património e a população, cujo objetivo principal é criar uma base económica diversificada e sustentável.

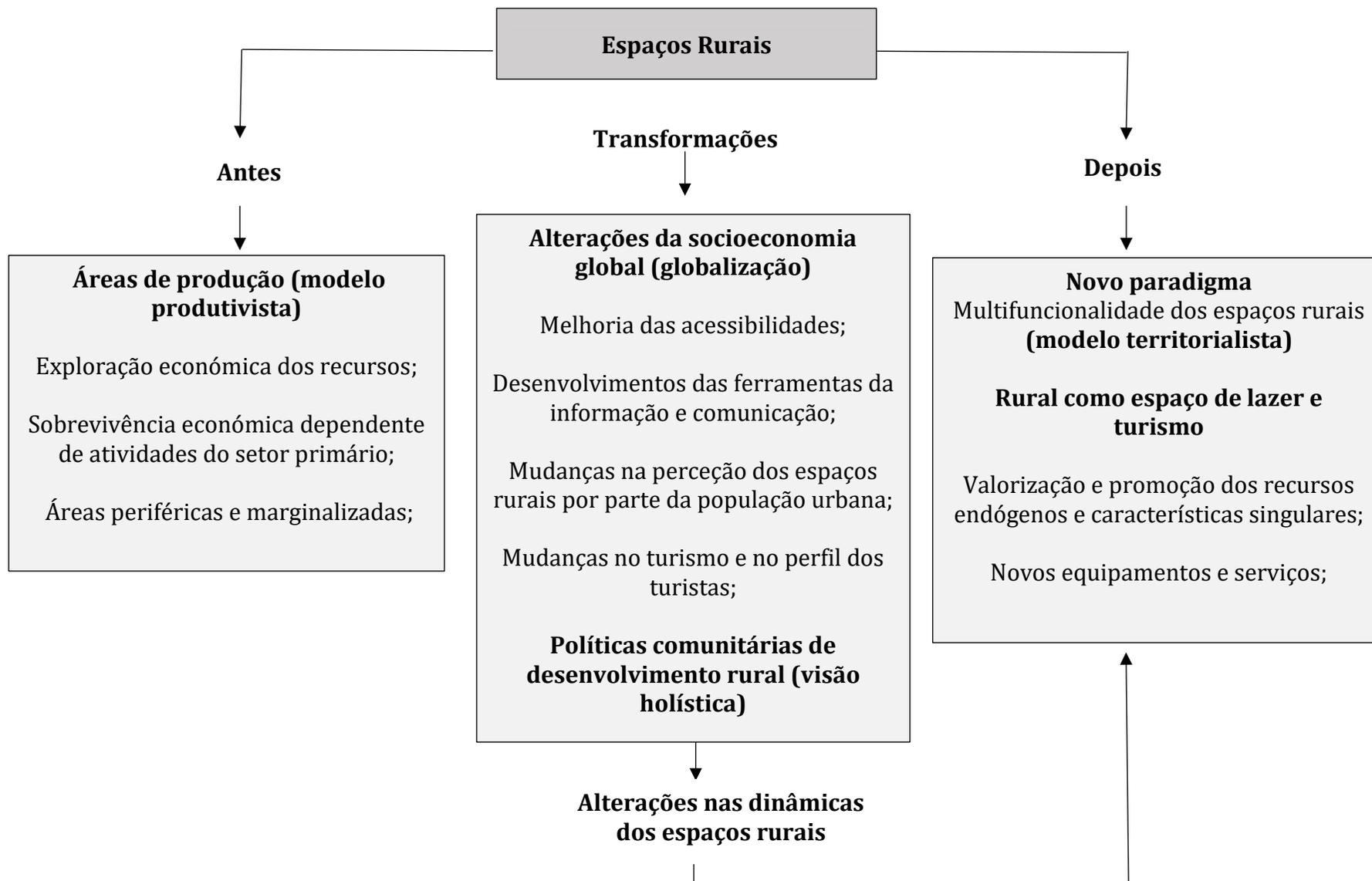
De entre as políticas e programas que contribuíram para a criação deste novo paradigma dos espaços rurais, merece destaque a iniciativa LEADER que, “pelo seu carácter inovador, configura uma referência incontornável e, ainda hoje, representa a dimensão de maior visibilidade desta nova conceção de desenvolvimento para o mundo rural europeu” (Carvalho, 2012a:8). O programa LEADER, impulsionado pelo documento “Futuro do Mundo Rural” (1988), foi lançado em 1991 e apresentou três fases: de 1991 a 1992 (LEADER I), de 1994 a 1999 (LEADER II) e de 2000 a 2006 (LEADER+).

Mais recentemente, o FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural), aprovado em 2005 e implementado no período 2007-2013 e 2014-2020, “veio institucionalizar o desenvolvimento rural como dimensão política integrada e reconhecer, também, a importância da participação dos atores do mundo rural na definição e gestão das políticas e, assim, consolidar a abordagem LEADER, que agora passa a ser utilizada como metodologia/ ferramenta de trabalho” (Carvalho, 2012b:9), valorizando-se cada vez mais um desenvolvimento integrado dos espaços rurais, nomeadamente através dos Grupos de Ação Local (GAL).

Todavia, não se pode deixar de referir que o processo de metamorfose dos espaços rurais a todos os níveis (económico, cultural, político) não é de todo indissociável das alterações macro dos mais variados âmbitos, sobretudo as que ocorreram nos espaços urbanos, nomeadamente no que diz respeito à globalização e ao papel do turismo neste mundo globalizado, pois, em conjunto com a nova forma de gestão dos espaços rurais, contribuíram para a criação de um novo paradigma para estes territórios.

Tendo em conta tudo o que foi referido até ao momento, a figura 2 procura explicar o processo de transformação dos espaços rurais nas últimas décadas, comparando o antes e o depois dessas transformações, que culminaram numa abertura desses espaços ao turismo, uma das atividades que mais contribuiu para a multifuncionalidade dos territórios rurais.

Deste modo, as características tradicionais dos espaços rurais foram sendo moldadas ao longo dos anos, quer por transformações de ordem micro, como as que estão relacionadas com as novas formas de gestão dos territórios rurais, algo que se encontra estreitamente relacionado com os programas comunitários de desenvolvimento rural, tal como vimos anteriormente, quer por alterações de ordem macro em vários âmbitos, nomeadamente as que estão relacionadas com o desenvolvimento da socioeconomia mundial, ou seja, com a globalização, no contexto da qual surgiram novas dinâmicas no seio da população urbana e da própria atividade turística (particularmente no que diz respeito a novas tipologias de turistas), ajudando à “democratização do lazer rural” (Page & Connel, 2010:420).



Fonte: elaboração própria.

Figura 2 - A transformação dos espaços rurais.

Portanto, pode-se afirmar que todas estas alterações culminaram no desenho de uma multifuncionalidade para os espaços rurais com base num modelo territorialista, onde se verifica uma revalorização das características singulares dos locais e dos seus recursos endógenos, sendo estes cada vez mais utilizados de uma forma ativa, da mesma forma que se verifica um desenvolvimento ao nível da prestação de novos serviços e equipamentos em vários âmbitos, nomeadamente ao nível do turismo, que merece destaque no contexto desta dissertação.

Tal como afirmam Carvalho & Correia (2008:1), “nesta atmosfera de abertura e diversificação funcional, o turismo emerge como uma oportunidade para revitalizar os territórios, melhorar a qualidade de vida das populações e valorizar os seus recursos mais relevantes, nomeadamente o património (natural e cultural)”, ganhando cada vez mais relevância como atividade que contribui para a dinamização económica e social dos espaços rurais.

No contexto da valorização dos espaços rurais ao nível do turismo, o idílico assume um papel fundamental e contribui mesmo para o sucesso desses territórios como espaços de turismo e lazer, pois assume especial relevância ao nível do marketing e promoção e, por conseguinte, na avaliação e seleção de destinos (Butler & Hall, 1998). O idílico não é mais do que uma idealização que se faz dos espaços, neste caso, espaços rurais, criando-se imagens mentais dos mesmos.

Murphy (1985:11) cit. por Butler & Hall (1998:115-116) afirma que uma imagem pode ser definida como "uma soma de crenças, ideias e impressões que um indivíduo cria em relação a um destino", ou seja, são sistemas de significação criados socialmente. Sendo produzidas socialmente, estas imagens são criadas através da semiótica ou signos, ou seja, sistemas de produção de significação e de valores sobre o que nos rodeia, que são usados para interpretar as criações culturais.

No caso dos espaços rurais, estas imagens contribuem para a criação de um imaginário rural (idílico rural), verificando-se que cada vez mais os agentes do turismo rural promovem esses significados e acentuam as diferenças rural-urbano através da evocação dos “mitos da ruralidade” (Hopkins, 1998:139). Desta forma, o turismo no espaço rural opera através de um sistema de signos que facilita a própria ideologia de consumo através da manipulação das decisões de potenciais visitantes

com a finalidade de vender algo, neste caso, um destino turístico (Hopkins, 1998), por exemplo através de *slogans* e logótipos².

De acordo com M. Carvalho (2013:28), o rural idílico, que tem a sua base em significados criados social e culturalmente, “é apontado como um elemento-chave da construção mental que subjaz ao ideário do espaço rural, sendo um conceito que se revela permanentemente passível de adaptação à realidade dos tempos”, pois a idealização e representação de imagens do *ethos* rural é vinculada pelos mais diversos meios de informação e comunicação, moldando e adaptando a imagem desses espaços. O objetivo final desta idealização e representação dos espaços rurais é estimular a vontade de os visitar e também de os consumir, sobretudo se tivermos em conta que vivemos numa sociedade onde a imagem comanda, verificando-se a existência de uma “*image-driven culture*” (Baudrillard, 1981, 1983 e Debord, 1983 cit. por Hopkins, 1998:142).

Apesar destas imagens serem fundamentais para a afirmação destes espaços no mercado turístico, na realidade, em muitos dos casos promovem-se recriações fictícias da autenticidade dos lugares, apenas com o objetivo de as transformar em mercadorias ou produtos, no fundo marcas (*brands*) prontas a serem consumidas por uma sociedade urbana que cada vez mais tem o desejo de conhecer e consumir estes lugares. Neste sentido argumentam Hall et al. (2003), afirmando que as comunidades são transformadas em objetos para consumo turístico, de tal forma que em alguns locais são encorajadas a fazer uma representação de si mesmas especificamente para os turistas, de uma forma que vá ao encontro da imagem através da qual são “catalogadas” como atrações turísticas, afirmando ainda que podem ser criadas áreas de “*back-stage*” e de “*front-stage*”, sendo que os turistas só têm acesso à “autenticidade encenada” do “*front-stage*”.

Quanto a esta temática, Kastenholz (2014:2) afirma que “efetivamente, o espaço rural tem sido idealizado, em muitos discursos, desde a literatura aos media e redes sociais, via relatos de infância, de experiências de viagem, e produções

² Hopkins (1998) realça a importância da imagem dos espaços rurais como um elemento chave para a sua promoção turística, designadamente através da análise de imagens e mensagens (logótipos e *slogans*) utilizadas para promover o espaço rural. Como resultado do seu estudo realizado em Ontário, no Canadá, verificou-se que os temas mais utilizados foram o ambiente, a comunidade, as vantagens locais e o património, isto em *slogans*, e natureza, património, agricultura e recreio, em logótipos.

artísticas de vária ordem, representações e imaginações pessoais e sociais, com mais ou menos fundamento em experiências e conhecimentos de facto, sendo estas idealizações certamente determinantes para grande parte da atratividade atual do mundo rural para fins de turismo”, nomeadamente através da criação de uma oposição entre as cidades superficiais e um rural puro, onde reina a simplicidade e autenticidade. Esta distinção é cada vez mais baseada em imagens veiculadas pelos sistemas de informação e comunicação, tal como referido anteriormente, que muitas vezes criam imagens fictícias e romantizadas desses mesmos espaços, imagens essas relacionadas com a nostalgia do passado e com a proximidade à paisagem e às populações rurais, promovendo-se uma “fuga da modernidade” (M. Carvalho, 2013:22).

No entanto, a conceção do rural assume diferentes formas para os turistas/visitantes e para os residentes. Para os primeiros, essa imagem é o espelho da atratividade dos espaços rurais, para os segundos esta é “menos idealizada, mais prática, mais utilitária” (Figueiredo, 2003b cit. por M. Carvalho, 2013:22). Da mesma forma argumenta Carvalho (2012b:107), afirmando que se cruzam duas visões do mesmo mundo rural: “a dos visitantes, mais estética, versus a dos residentes, mais utilitária; a primeira é mais distanciada, idealizada e desejada, porque é mais efémera e menos vivida; a segunda corresponde a uma perceção mais prática, menos idealizada, porque corresponde aos espaços de vida e de atividade”.

Neste sentido, atualmente verifica-se por parte dos visitantes quase um sentimento de resistência a um desenvolvimento moderno que possa pôr em causa a imagem do rural idílico, defendendo-se uma espécie de fossilização dessas áreas, como se o espaço rural funcionasse como um museu para a população urbana. Os espaços rurais são “um guardião das paisagens, memórias e tradições” (Portela, 2003 cit. por Carvalho, 2012b:107), mas não podem ser alheios aos processos de desenvolvimento do mundo moderno. Se, por um lado, o turismo e lazer em espaço rural muitas vezes se baseia na imagem da ruralidade associada ao idílico, e é aí que assenta a sua promoção, por outro lado, a inexistência de alguns serviços ou equipamentos importantes e característicos das sociedades modernas pode funcionar como um entrave ao desenvolvimento turístico.

De facto, a paisagem rural é cada vez menos um cenário estático e idílico, é uma paisagem viva que se encontra em constante evolução (Page & Connel, 2010).

No mesmo sentido apontam Cravidão (1989) e Halfacree (2012) cit. por Kastenholtz et al. (2014b), afirmando que os processos da modernidade nos espaços rurais não podem ser obstruídos, pois a sua manutenção num estado museológico e tradicional não vai ao encontro dos anseios da população rural, nomeadamente no que diz respeito aos novos estilos de vida, difundidos pelas sociedades urbanas, onde o acesso a meios de comunicação e a vias de acessibilidade são fatores fundamentais na criação de vários espaços dentro dos espaços rurais: locais de residência, locais de lazer e locais de trabalho, criando-se novos desafios no que diz respeito ao planeamento e gestão desses espaços.

Tendo já sido referidas as principais mudanças que ocorreram nos espaços rurais nas últimas décadas, onde o turismo assume cada vez mais relevância no contexto da criação de uma multifuncionalidade para estes territórios, no próximo subcapítulo será feita uma breve caracterização do turismo nesses espaços, da mesma forma que serão abordadas algumas linhas de orientação que deverão guiar as atividades de carácter turístico nesses territórios rumo ao desenvolvimento sustentável.

2.3. Turismo nos espaços rurais

Tal como afirma Baptista (2006:100), “o rural já está depois da agricultura, mas ainda não é outra coisa, ou melhor, outras coisas”, isto apesar do turismo já desempenhar um papel muito importante nestas áreas. A afirmação anterior é o reflexo da continuidade do processo de mudança nos espaços rurais que, apesar de nos últimos anos ter conseguido trazer uma nova dinâmica a esses territórios, ainda não atingiu todo o alcance possível.

Assim, apesar de o turismo ter contribuído para uma revitalização e refuncionalização dos espaços rurais, suportando o processo de diversificação das economias locais, nomeadamente ao nível da geração de emprego e do estímulo ao comércio local, e uma melhoria das infraestruturas e serviços existentes, quando comparado com o turismo de massas, o turismo rural tem pouca repercussão económica, pois este é maioritariamente caracterizado por uma pequena escala. Não obstante, realça-se o cada vez mais indiscutível papel do turismo para o desenvolvimento económico e social de muitos espaços rurais e para a valorização

e proteção dos seus recursos endógenos que, como já vimos, é uma consequência “por um lado, das alterações das necessidades e desejos da procura, e por outro, do desenvolvimento de iniciativas, tanto por parte do setor público como privado, para dinamizar o turismo nestes espaços” (Eusébio & Figueiredo, 2014:51).

Segundo Covas (2006), neste período a que muitos chamam de 2ª modernidade, é fundamental “encontrar o ponto de equilíbrio entre produção, conservação e recreação”, que segundo o autor são “os três polos da nova economia do desenvolvimento rural”, referindo ainda que uma das principais questões que irão guiar a engenharia da multifuncionalidade dos espaços rurais será “como fazer a transição, gradual e harmoniosa, de uma ruralidade de base agrária e produtivista para uma ruralidade de base socioterritorial, multifuncional e cada vez mais terceirizada sem, para tanto, perder o essencial da sua base produtiva” (Covas, 2006:108).

Para além das iniciativas tendo em vista uma refuncionalização dos espaços rurais para outras atividades que não as meramente produtivas, também as alterações da procura contribuíram para a emergência dos espaços rurais como espaços desejados para a realização de atividades de turismo e lazer, nomeadamente através de uma valorização das características singulares destes espaços. Assim sendo, pode-se afirmar que a procura dos espaços rurais para atividades de caráter turístico é igualmente um reflexo da mudança do perfil do turista³, que cada vez menos procura a padronização e cada vez mais é motivado por uma procura do autêntico, do tradicional e do alternativo, tendo cada vez mais o desejo de “experienciar a ruralidade e o que a ela está associado” (Lane, 1994a cit. por Pato et al., 2014:107).

Não obstante, tal como afirma M. Carvalho, (2013:28) “cada espaço rural é único e, como tal, deve ser desenvolvido em função da realidade local” devendo-se reunir esforços no sentido de impedir que estes espaços se transformem em lugares estandardizados e sem identidade, um “*McRural*”, como refere Figueiredo (2013a) cit. por Lima et al. (2014:41), uma vez que estes são muitas vezes promovidos com base em imagens (idílico rural) que muitas vezes não correspondem a realidade e autenticidade dos mesmos.

³ Sobre esta questão, consultar Poon (2006), que faz uma distinção entre as características dos “velhos” e dos “novos” turistas.

Outro aspeto bastante importante a ter em conta no turismo em espaços rurais diz respeito à sua fragilidade em vários domínios (ambiental, social e económica), sendo necessário e fundamental que o desenvolvimento da atividade turística seja integrado, isto é, que fomente o envolvimento de todos os atores responsáveis pela gestão dos recursos e da oferta, sejam públicos ou privados, promovendo-se uma cocriação da atividade turística, com base numa abordagem participada.

De facto, no processo de planeamento da atividade turística em espaço rural deverão ser envolvidos uma multiplicidade de atores (visitantes, agentes da oferta, população local e entidades institucionais), dando origem a uma cooperação que será fundamental para se alcançar um desenvolvimento sustentável da atividade turística nestes espaços (Kastenholz & Lima, 2014), onde todos os atores têm um papel importante no seio de uma articulação de carácter mais alargado, pois deve-se perceber a atividade turística num sentido holístico, ou seja, como um sistema de interdependências.

Este é um princípio que deve nortear esta readaptação dos espaços rurais às suas novas funções, conduzindo a um desenvolvimento sustentável dos mesmos. Portanto, “as estratégias de desenvolvimento turístico a adotar em áreas rurais devem ser elaboradas por equipas multidisciplinares”, sendo que “devem ter um horizonte temporal de longo prazo” (Eusébio et al. 2013 e Lane, 1994a cit. por Eusébio & Figueiredo, 2014:56). De facto, este é um fator crucial tendo em vista um desenvolvimento sustentável da atividade turística⁴ nestes territórios.

Tal como afirma Butler (1999), não existe nenhuma forma de turismo que não tenha impacto no território onde esta atividade ocorre. No entanto, os efeitos

⁴ As questões relacionadas com a relação entre o turismo e a sustentabilidade têm na sua base o conceito mais abrangente e alargado de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável. A definição de desenvolvimento sustentável surgiu em 1987 no *Relatório Brundtland: O nosso futuro comum*. No entanto, o conceito de sustentabilidade começou a ser discutido com mais frequência a partir da Cimeira da Terra (1992), através da *Declaração do Rio de Janeiro sobre o Ambiente e o Desenvolvimento*, onde foi estabelecido um programa de ação a nível internacional para implementar este tipo de desenvolvimento. Esta preocupação crescente com a sustentabilidade deu origem à designação de “turismo sustentável” que, no entanto, não deve designar uma forma específica ou especial de turismo, mas sim um princípio que deve ser adotado em todas as formas de valorização turística. Tal é a importância concedida a esta forma de desenvolvimento no turismo, que o ano de 2017 foi designado pela Organização Mundial de Turismo (OMT) como o ano internacional do turismo sustentável para o desenvolvimento. Desta forma, o desenvolvimento sustentável passou a integrar a lista dos maiores desafios do século XXI, constituindo-se como um dos principais objetivos da agenda política mundial.

negativos da atividade turística podem ser minimizados se esta for uma atividade planeada⁵ e monitorizada. Portanto, é fundamental a existência de um processo de monitorização contínuo que sirva de auxílio às políticas de planeamento do turismo nos espaços rurais, pois, tal como referido anteriormente, apesar dos efeitos positivos para estes espaços, o turismo acarreta consigo uma preocupação crescente relativamente à sua sustentabilidade, nomeadamente através de uma mercantilização dos aspetos da ruralidade que, se não gerida de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável, pode acarretar consequências negativas para o território e para as populações. Assim, quando se fala em planeamento, não se pode esquecer de abordar a importância da monitorização, que deve ser um processo contínuo, sendo fundamental a existência de indicadores de sustentabilidade. Acerca deste assunto, Brito (2012) afirma mesmo que a criação de um observatório para a sustentabilidade revela-se fundamental.

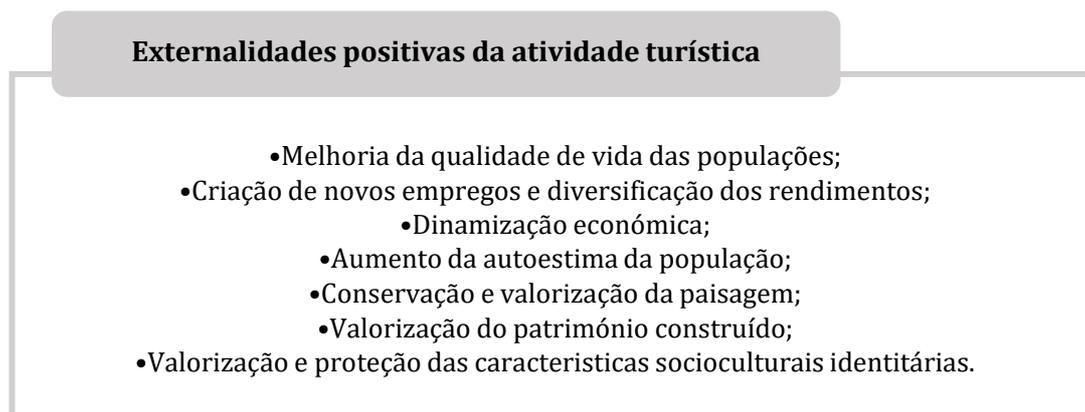
De igual modo, importa realçar que na fase de planeamento da atividade turística nos espaços rurais deverá ser realizado um processo de avaliação de diferentes aspetos, como a capacidade de carga⁶ dos territórios ou os constrangimentos e as oportunidades existentes ou que podem vir a existir, entre outros aspetos. Esta fase de planeamento é fundamental de forma a garantir o máximo possível que a atividade turística irá contribuir de forma positiva para o desenvolvimento dos territórios rurais, ou seja, que contribuirá para a criação de externalidades positivas, como as que se encontram identificadas na figura 3, e não de externalidades negativas.

Considerando que o desenvolvimento sustentável é um tema que está na ordem do dia, e tendo em conta que a atividade turística se compromete a contribuir para essa finalidade, o respeito da atividade turística pelos princípios da

⁵ O planeamento turístico começou a ganhar relevância entre as décadas de 60 e 70 do século XX, acompanhando a tendência de crescimento da atividade turística, pois, com o crescimento rompedor do turismo, cedo se começaram a fazer sentir os efeitos negativos de uma atividade inicialmente pouco ou nada planeada.

⁶ A capacidade de carga é um conceito bastante importante no turismo, pois encontra-se estreitamente relacionado com o desenvolvimento sustentável, implicando o estabelecimento de limites ao desenvolvimento turístico. No entanto, de uma definição de capacidade de carga com um carácter estreitamente ambiental, foi-se alargando o seu âmbito. Assim, de acordo com a OMT (1998) existem quatro tipologias de capacidade de carga: ecológica, social, do turista e económica.

sustentabilidade nos espaços rurais terá que ser uma realidade incontestável, nomeadamente tendo em conta a complexidade inerente ao turismo e a diversidade de atores intervenientes, revelando-se fundamental a existência de um plano de gestão em rede, sobretudo tendo em conta que os interesses e objetivos de todos os *stakeholders* envolvidos na atividade turística são, por vezes, díspares. Este modo de funcionamento traz inúmeras vantagens, como aliás irá ser abordado mais à frente nesta dissertação.



Fonte: elaboração própria.

Figura 3 - Alguns benefícios da atividade turística para os espaços rurais.

O turismo é uma atividade que depende dos recursos existentes. No entanto, a salvaguarda desses mesmos recursos está dependente, em grande parte, do efeito que a atividade turística exerce sobre eles, reforçando-se mais uma vez que o seu desenvolvimento deve ter sempre em conta os princípios do desenvolvimento sustentável. Na mesma linha de pensamento, Eusébio & Figueiredo (2014:52) argumentam que “as áreas rurais, pelas suas características de fragilidade nas esferas ecológica, económica e sociocultural, são, por natureza, espaços onde o desenvolvimento terá que ocorrer, obrigatoriamente, de acordo com os princípios de sustentabilidade”, pois “a sobrevivência destas áreas e o seu possível usufruto por parte das gerações futuras serão fortemente comprometidos se forem palco de estratégias de desenvolvimento que não se norteiem por esses princípios”⁷.

⁷ Em convergência com o que foi referido anteriormente e com a definição de turismo sustentável preconizada no *Relatório Brundtland*, podemos afirmar que um turismo sustentável é aquele vai ao encontro das necessidades e expectativas dos turistas e das comunidades anfitriãs nos destinos, sem comprometer a existência dos recursos que servem de base à atividade turística, para que, no futuro, esses recursos possam ser usufruídos, quer pelas novas gerações da população local, quer pelas

No entanto, ao longo dos anos tem-se vindo a verificar que só se começa a dar atenção à sustentabilidade dos destinos turísticos rurais quando se começam a fazer sentir os efeitos negativos desta atividade, verificando-se a existência de um tipo de ação reativa e não proativa. Este panorama deve-se a uma fase de planeamento menos conseguida, pois o planeamento não é um processo rápido nem fácil, é antes um processo bastante complexo (Cabrita, 2012). Neste domínio importa referir que existe alguma falta de enquadramento dos planos de desenvolvimento turístico globais e a sua aplicação em estratégias locais de desenvolvimento numa perspetiva *glocal*, tendo como consequência um desajuste desses programas de desenvolvimento turístico de nível local relativamente às grandes linhas orientadoras para o turismo numa escala mais alargada.

Assim, tal como exposto previamente, em alguns casos o turismo nos espaços rurais contribui de forma tímida para a melhoria da qualidade de vida das populações e para um efetivo desenvolvimento económico dos territórios, o que também decorre em grande medida da falta de uma ação integrada no planeamento da atividade turística, isto é, de um envolvimento de todos os *stakeholders*, da mesma forma que se verifica uma atitude passiva por parte de proprietários de equipamentos e infraestruturas com vocação turística.

Na mesma linha de pensamento, importa mencionar que, na maioria dos casos, tais proprietários não têm formação específica para atuar neste âmbito, verificando-se que estes são maioritariamente pertencentes a estratos sociais elevados, com várias fontes de rendimento que não fazem depender a sua sobrevivência dos negócios ou atividades relacionadas com o turismo, sendo que predominantemente possuem altos níveis de educação académica e qualificação, onde os agricultores têm uma fraca representatividade (Cavaco, 1999a, Joaquim, 1999, Albergaria e Pires, 2002 e Ribeiro, 2003 cit. por Carvalho, 2012b), isto no que diz respeito a entidades privadas. Por outro lado, verifica-se que uma das motivações principais que está na génese da criação ou manutenção de negócios ligados ao turismo diz respeito à promoção de um determinado estilo de vida, como

novas gerações de turistas. Este um é um conceito cada vez mais holístico e multidimensional, integrando diversas dimensões de análise (Eusébio & Figueiredo, 2014).

a proximidade familiar ou o desejo de viver num ambiente rural, mais calmo e menos fugaz (Pato et al., 2014).

Neste sentido, apesar do inquestionável papel do turismo no que diz respeito à regeneração dos espaços rurais, em alguns casos o turismo rural funciona melhor como um complemento às diversas atividades tradicionais da economia rural (Hall et al., 2003), como a agricultura, nomeadamente através da criação de rendimentos extra para profissionais da atividade agrícola, e não como atividade económica principal, pois alguns territórios não apresentam uma vocação tão vincada ou uma escala suficiente para esta tipologia de atividades. No mesmo sentido argumenta Carvalho (2012b:106), afirmando que “o turismo em espaço rural é uma atividade muito seletiva e apenas alguns territórios apresentam potencial para serem, progressivamente, incorporados na categoria de espaços de turismo”.

No seguimento do que foi referido anteriormente, pode-se mencionar que o turismo nos espaços rurais apresenta algumas particularidades, como uma pequena escala ou reduzida dimensão dos equipamentos e empresas turísticas, um envolvimento ativo das comunidades locais, uma ação participativa dos turistas nas diferentes atividades oferecidas e uma maior sensibilização para a utilização sustentável dos recursos endógenos, quer por parte dos agentes da oferta, quer por parte dos turistas, isto para tecer apenas algumas considerações. Portanto, tal como já foi assinalado anteriormente, a utilização do património endógeno como base para criação de produtos turísticos nos espaços rurais é essencial, contribuindo para a sua atratividade, quer para visitantes, quer também para potenciais residentes, e para um efetivo desenvolvimento económico,

Da mesma forma, realça-se ainda a importância da interação entre visitantes e comunidades locais. Neste ponto, importa referir que, em muitos casos, os próprios agentes e profissionais de turismo em espaço rural são indivíduos com um vínculo direto às comunidades locais, ou até mesmo pertencentes a elas. Nesse sentido aponta Cohen (1998) cit. por Kastenholtz et al. (2014b), ao afirmar que muitos dos agentes envolvidos na atividade turística nos espaços rurais têm uma relação próxima com a cultura local, funcionando muitas vezes como mediadores culturais (*cultural brokers*) entre a população e os visitantes, algo bastante positivo do ponto de vista da procura.

No contexto da valorização dos espaços rurais ao nível do turismo, os recursos endógenos assumem um papel fundamental, tal como supramencionado, nomeadamente o património rural, quer na sua vertente material, quer na sua vertente imaterial. Assim, de seguida será abordada a temática do património rural e a sua importância para a afirmação destes territórios como espaços de lazer e turismo.

2.4. Redefinição do significado de património rural

A palavra “património” deriva da palavra romana *patrimonium*, sendo utilizada com diferentes sentidos e significados. De forma tradicional, serve para designar os bens materiais transmitidos de geração em geração, com uma vertente claramente material. No entanto, em anos mais recentes, tem-se vindo a assistir a um alargamento dos limites da sua significação, passando este a abranger a esfera do intangível ou imaterial.

Como é referido pela DGADR (2009:17) “até há poucos anos, era dada uma definição algo restritiva de património rural, considerado como integrando os edifícios associados à exploração agrícola”, nomeadamente o “pequeno património rural”. Não obstante a importância do património material rural, atualmente o seu âmbito concetual encontra-se igualmente alargado à dimensão imaterial, como as tradições, o “saber-fazer”, a gastronomia, a música, a dança, o artesanato, entre outros aspetos.

Da mesma forma, passa agora a englobar uma maior diversidade de bens materiais, que são uma representação do estilo de vida e da identidade rural coletiva, de que são exemplos os conjuntos arquitetónicos em diferentes vertentes (civil, religiosa, etc.), as estruturas edificadas, equipamentos e tradições relacionadas com a agricultura, património natural, entre outros. Neste ponto, importa também salientar a existência de património que resulta de uma simbiose entre natureza e ser humano, as chamadas paisagens culturais.

Há alguns anos a esta parte, o património rural tem vindo a ser alvo de uma crescente preocupação no que diz respeito às políticas e programas de desenvolvimento rural por parte de entidades comunitárias, como a União Europeia, nomeadamente no que diz respeito à sua proteção, valorização, interpretação e

promoção, como através de incentivos para a criação de museus e centros interpretativos e de divulgação do património local e da sua etnografia. Esta nova corrente de valorização do património rural, tal como foi visto anteriormente, enquadra-se no contexto de uma valorização mais alargada dos recursos endógenos dos espaços rurais, sendo fundamental para o incremento da atividade turística nestes territórios, pois o património rural, sendo o reflexo das identidades locais, é um fator de atratividade dos territórios.

Com efeito, pode-se afirmar que o património é a base que impulsiona a atividade turística nos territórios rurais, muito devido à sua singularidade e originalidade, no fundo, devido à sua autenticidade e ao seu papel na construção da identidade do território e das populações que aí habitam. Portanto, tal como afirma P. Carvalho (2013:51) “o património é estruturante da memória, imagem e identidade dos territórios, e assim pode constituir um recurso importante para a afirmação dos territórios e reforço da autoestima das populações e, enfim, para o desenvolvimento local”, nomeadamente através do turismo.

O mundo rural apresenta uma grande riqueza patrimonial, constituída quer por elementos materiais, quer por elementos imateriais. Por conseguinte, este património deve ser parte integrante das políticas de ordenamento do território e percecionado como motor de desenvolvimento rural, sobretudo pelas entidades responsáveis pela sua gestão, como as autarquias ou as associações de defesa do património, sendo ainda fundamental para a manutenção das características sociais e culturais dos territórios e para a autoestima da população, tal como já referido.

Justifica-se então “o investimento na sua preservação e valorização, enquanto reservas qualificadas para funções de aprendizagem, fruição e tempo de lazer, em complementaridade com aquelas atividades tradicionais que hoje (renovadas) são ainda viáveis e sobretudo desejáveis” (P. Carvalho, 2013:52), como é o caso da agricultura. Desta forma, os agentes intervenientes na sua proteção e gestão devem participar na construção de estratégias conjuntas que permitam a valorização ou readaptação do seu papel na sociedade atual, sempre numa perspetiva de desenvolvimento sustentável. Esta construção de estratégias deve envolver, para além de entidades públicas e privadas de gestão do património, a população local, ou seja, deve-se promover um modelo de valorização integrado destes recursos. Neste ponto, importa realçar o papel fundamental das populações locais, pois sem

estas, o património deixa de ter significação, uma vez que o património rural é o reflexo da evolução das sociedades e culturas rurais.

De facto, o património rural é o reflexo da evolução social, cultural e económica dos territórios rurais, conferindo-lhe uma importância fundamental. Assim, os recursos existentes só são considerados património se forem alvo de um processo de “patrimonialização”, ou seja, se lhes for atribuído um sentido ou significado. Utilizando as palavras da DGADR (2009:17), “o carácter patrimonial de um muro não advém somente do seu contributo estético para a paisagem, mas também da sua técnica de construção ou da sua relação com a história local”. Ou seja, os recursos existentes devem ser valorizados e interpretados à luz das tradições, valores e costumes locais, no fundo, à luz do que é a identidade do território e das populações, nomeadamente no que diz respeito à sua apropriação no contexto da atividade turística.

Dentro da categoria de património rural, a DGADR (2009) diferencia quatro tipologias de património material:

- As paisagens (que sofrem processos de mutação no decorrer dos tempos através da interação com as comunidades rurais e através da exploração dos seus recursos);
- Os bens imóveis (construções relacionadas com explorações agrícolas, o artesanato, a indústria, o lazer ou com a vida coletiva);
- Os bens móveis (os de uso doméstico, os religiosos e os festivos);
- Os produtos (de origem vegetal ou animal, que resultem da sua transformação e adaptação às condições locais e tradições culturais, como os produtos vegetais, raças autóctones e produtos transformados).

Quanto ao património imaterial, são referidas as técnicas e os “saber-fazer”, elementos estes que são fundamentais na criação de paisagens, construção de casas, fabrico de mobiliário e transformação dos produtos da terra. Esta dimensão engloba também os dialetos, a música e a literatura oral, originária das tradições orais, elementos estes que se constituem como formas de expressão da identidade dos territórios e das suas populações, dando uso a contos e lendas e englobando ainda a toponímia dos locais, que são um reflexo dessas representações. Fazem ainda parte desta dimensão de património rural os meios de sociabilidade e formas de

organização social, como os hábitos, os costumes e as festas (agrícolas, de calendário, entre outros) (DGADR, 2009).

Tendo em conta o que foi referido anteriormente, a DGADR (2009) identifica diferentes categorias de património rural de carácter alargado, englobando o património material e imaterial, tal como se encontra representado na figura 4, sendo que para cada uma destas categorias estão inerentes um conjunto de elementos.



Fonte: elaboração própria com base em DGADR (2009).

Figura 4 - Categorias de património rural.

Para que o património rural se constitua como fator de desenvolvimento dos territórios rurais, é importante que este seja gerido de uma forma sustentável, de modo a que as gerações futuras também possam dele usufruir. O património rural contribui ele próprio para a sustentabilidade de atividades como o turismo, uma vez que os recursos endógenos, onde se insere o património, devem estar na base de qualquer estratégia de desenvolvimento turístico sustentável. Neste ponto é importante referir que deve ser promovida uma atitude mais responsável por parte dos turistas face ao património, uma vez que estes se encontram numa primeira linha de contacto com esses recursos

Revela-se igualmente fundamental a gestão do património rural, não se podendo contornar o papel da abordagem LEADER, nomeadamente através dos Grupos de Ação Locais (GAL), que são responsáveis pela criação de estratégias que valorizem os recursos endógenos, nomeadamente o património rural. Da mesma forma, não se pode deixar de voltar a referir o papel das autarquias e das associações de defesa do património, assim como a existência de diferentes políticas setoriais e convenções destinadas à promoção desta tipologia de património.

No próximo capítulo, serão abordadas as temáticas da experiência turística e do turismo criativo como dois conceitos fundamentais no contexto desta dissertação. Da mesma forma, será abordado o papel das redes de cooperação no desenvolvimento de produtos turísticos integrados. Esta forma organizativa, como iremos ver de seguida, apresenta inúmeras vantagens, nomeadamente no turismo em espaços rurais, onde se verifica um crescente número de atores intervenientes.

3. Experiência turística, turismo criativo e redes

3.1. Experiência turística e criatividade

Cada vez mais a experiência turística se assume como um dos maiores fatores motivacionais e até mesmo a essência da procura, nomeadamente nos espaços rurais, sendo daí que advém o interesse desta temática no contexto da presente dissertação. De facto, as experiências são cada vez mais valorizadas pelos consumidores e, no caso do turismo, poderá funcionar como um fator diferenciador entre destinos, uma vantagem competitiva e uma componente central da visita cada vez mais complexa.

Como consequência, a componente da experiência tem sido alvo de crescente atenção por parte da investigação em turismo (Bosangit et al., 2015) e por parte dos diferentes *stakeholders* que atuam na área, sobretudo pelo papel que exerce no que diz respeito à fidelização e satisfação dos visitantes, valorizando-se elementos do consumo que foram sido negligenciados ao longo dos anos, como os sonhos, a emoção, os estímulos sensoriais, entre outros (Holbrook & Hirschman, 1982 cit. por Mateiro, 2015). Com o intuito de explicitar o significado de experiência turística, no quadro II encontram-se reunidas quatro definições do conceito, segundo diferentes autores e perspetivas, mais ou menos aprofundadas.

Das perspetivas apresentadas no referido quadro podemos retirar algumas conclusões acerca das características das experiências turísticas, nomeadamente a sua complexidade, a sua multidimensionalidade, a sua subjetividade e a sua duração prolongada no tempo (antes, durante e depois da viagem). As experiências surgem, assim, como uma resposta a estímulos sensoriais que se manifestam de forma física ou emocional/espiritual e que são interpretados pelo turista dependendo do seu *background* pessoal. Pode-se então afirmar que “a forma como os turistas interagem com o ambiente de um destino, a cultura e as comunidades é muito determinada pela sua própria “bagagem cultural”, as suas perceções, valores, experiência, conhecimento, atitudes e muito mais” (Sharpley & Stone, 2011:12, cit. por Salvador, 2012:15).

Quadro II - Algumas definições de experiência turística.

Autor	Definição
Mateiro (2015:38)	“A experiência turística deve ser entendida como um fenômeno complexo, multidimensional, dinâmico e altamente subjetivo, do ponto de vista do visitante, sendo o resultado da conjugação de diversos elementos tangíveis e intangíveis, que integram um conjunto de experiências antes, durante e depois da visita, e de acontecimentos individuais que agregam dimensões emocionais, perceptivas, comportamentais, sociais e sensoriais, sendo influenciadas pelas características socioculturais do visitante e pelas características do ambiente em que se encontra”.
Salvador (2012:19)	“O que é entendido como uma experiência é, na verdade, sentimentos e emoções gerados pela percepção multissensorial”.
Oh, Fiore, & Jeoung, (2007) cit. por Bosangit et al. (2015:1)	A experiência turística engloba tudo o que o turista experimenta num destino, manifestando-se no “comportamento, percepção, cognição e emoções, quer expressas, quer implícitas”.
Kastenholz et al. (2012a) cit. por Kastenholz et al. (2014b:47)	A experiência é um “fenômeno complexo e altamente subjetivo, do ponto de vista do visitante, integrada numa diversidade de experiências antes, durante e depois da visita, de um conjunto de expectativas e desejos, bem como de experiências concretas no local, com dimensões sensoriais, emocionais, perceptivas, comportamentais e sociais, associadas a significados específicos”.

Fonte: elaboração própria com base nos autores citados.

Atualmente, tendo em conta o nível de *stress* ao qual somos expostos no dia-a-dia da vida nas zonas urbanas e tendo em conta a crescente utilização de ferramentas de acesso à informação (televisão, media, redes sociais), que contribuem para um mundo cada vez mais globalizado e ao mesmo tempo mais isolado, verifica-se a emergência de produtos diferenciados que contribuam para uma “fuga” do quotidiano aborrecido e rotineiro. No mesmo sentido argumenta Gomes (Salvador, 2012:32) ao afirmar que “a globalização, que marca quer os contactos comerciais quer sociais nos dias que correm, juntamente com o contínuo aumento de acesso à informação fazem com que haja um interesse e valorização crescentes dos aspetos culturais diferenciadores”, afirmando ainda que, “desta forma, revela-se natural a crescente procura turística por locais que possam

providenciar experiências únicas que não se poderiam realizar noutros locais, pelo menos com o mesmo nível de autenticidade”.

A autenticidade das atividades e dos destinos é uma componente fundamental da experiência turística, nomeadamente nos espaços rurais. No entanto, verifica-se que a autenticidade está cada vez “menos autêntica” e cada vez mais encenada. De facto, o crescimento da oferta de experiências tem levado a que se verifique uma espécie de “produção em massa” das mesmas, perdendo-se, em alguns casos, a autenticidade que lhes confere importância (Richards & Wilson, 2006 cit. por Alves, 2013).

No mesmo sentido é a ideia de Gomes (2012:45), afirmando que “o turismo é uma atividade que, segundo alguns estudiosos, constitui uma ameaça ao estado natural das coisas, à sua autenticidade”, verificando-se que, muitas vezes, a autenticidade é encenada com o “rótulo” de autêntico, isto como forma de acrescentar valor a um determinado produto, tal como já foi referido acerca da criação de áreas de “*back-stage*” e de “*front-stage*”, onde os turistas muitas vezes só têm acesso à “autenticidade encenada” (Hall et al., 2003:10). No entanto, a noção de autenticidade é bastante subjetiva, uma vez que “o seu valor é criado individualmente, de acordo com o contexto das experiências subjetivas e com as representações das vivências que se distanciam da rotina e do quotidiano” (Coutinho, 2009:100 cit. por Gomes, 2012:46).

Em relação à experiência turística em espaço rural Kastenholz et al. (2014b: 48) afirmam que esta “não é igual para os visitantes e para os visitados”, tal como já foi referido anteriormente acerca das diferentes perceções dos espaços rurais por parte dos turistas e dos habitantes, sendo de salientar que a perceção que os habitantes têm da atividade turística influencia a atitude perante esta. Assim, “para os visitantes, os espaços rurais representam um refúgio para desconexão, o convívio, a sociabilidade, o encontro – com os outros, com a natureza e consigo próprios”, ao invés que para os visitados “o turismo rural significa uma reconversão, uma funcionalização e uma resignificação das suas vidas e dos espaços nos quais estão inseridos os seus projetos vitais” (Kastenholz et al., 2014b: 48).

O envolvimento da totalidade dos *stakeholders* intervenientes na conceção das experiências turísticas em espaço rural revela-se, então, bastante vantajoso, quer para visitantes, quer para visitados, permitindo a criação de “vivências únicas,

intensas e memoráveis” (Kastenholz et al., 2014a:133), promovendo-se uma participação ativa e inter-relacional entre visitantes, residentes e agentes da oferta turística onde, de uma parte, se destaca “o interesse da comunidade em partilhar o seu orgulho, a sua identidade” e, de outra parte, “o interesse dos visitantes em descobrir e aprender sobre a natureza, a agricultura, os produtos locais, as histórias e os costumes locais, e também em conhecer o património material” (Kastenholz et al., 2014a:133-134), indo ao encontro do que já foi mencionado anteriormente acerca dos princípios que devem nortear a criação de atividades de âmbito turístico nos espaços rurais.

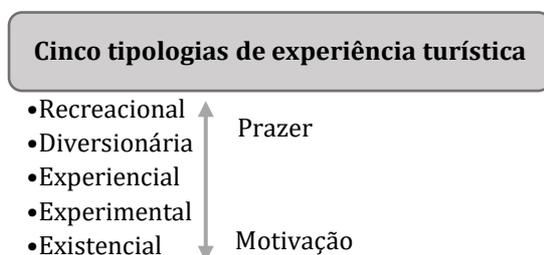
Assim, tal como afirmam Kastenholz & Lima, (2012) cit. por Pato et al. (2014:107), “a experiência é comumente observada como um elemento central do fenómeno turístico, particularmente quando se procura desenvolver um produto diferenciador, único e autêntico para um mercado que parece ser cada vez mais exigente”. Neste sentido, Mossberg (2007) cit. por Kastenholz et al. (2014b) sugere a criação de “*experiencescapes*”, ou seja, narrativas que apelem ao imaginário e envolvam os visitantes de forma ativa.

Da mesma maneira, o fator da motivação é bastante importante na experiência turística, pois, de forma a facilitar a experiência, é vital entender o que motiva as pessoas, as formas através das quais elas atribuem significados às suas vidas e quando é que as experiências significativas as transformam (Boswijk et al. 2005 cit. por Bosangit et al., 2015). Tal como refere Dias (2009b:124) cit. por Salvador (2012:9) “a motivação turística evolui ao longo da vida e depende fortemente da experiência anterior, sendo também fortemente condicionada pela inserção social dos indivíduos, pelos padrões de comportamento social e pelas forças culturais que continuamente afetam as interações sociais”, e, por isso, são igualmente uma componente com um carácter bastante dinâmico e subjetivo.

O turismo passa então a explorar novas formas através das quais os consumidores, ou seja, os turistas, constroem experiências significativas, procurando uma experiência do seu ser nos lugares, neste caso, nos destinos, e não uma experiência unicamente do lugar (Cutler, 2010 cit. por Bosangit et al., 2015). Esta perspetiva acerca das experiências turísticas não é recente, tal como demonstra Cohen (1979). Este autor aborda a experiência à luz da procura da autoidentidade e

autorrealização, identificando-a como um dos objetivos principais para a procura de experiências.

Desta forma, são ordenadas cinco tipologias de experiência turística (recreacional, diversionária, experiencial, experimental e existencial) segundo uma escala, que varia entre o prazer e a motivação (figura 5), pois a motivação é também uma importante componente das experiências, sendo ainda referido que um turista pode experienciar mais do que uma das tipologias de experiência numa só viagem. Esta escala evolui de experiências mais superficiais e com um caráter de entretenimento para experiências mais significativas e geradoras de mudanças significativas na vida dos sujeitos.



Fonte: elaboração própria com base em Cohen (1979).

Figura 5 - Tipologias de experiência turística segundo Cohen.

Cohen (1979) apresenta, assim, a sua perspetiva sociológica acerca da experiência turística, fazendo uma clara alusão à relação entre a sociologia da religião e a sociologia do turismo, afirmando mesmo que existem algumas semelhanças entre as características de um peregrino e as características de um turista, colocando no cerne da sua análise o “centro” do indivíduo, ou seja, a sua vida quotidiana e a sua procura pela autoidentidade. O autor refere igualmente que o que faz destas experiências um fenómeno turístico é o facto de existirem muitas pessoas que não estão disponíveis para se moverem permanentemente para os seus “centros eleitos”, que podem ser de ordem religiosa, cultural, natural, entre outros, pois têm obrigações a cumprir no seu “centro” quotidiano. Apesar do afastamento cronológico aos estudos de Cohen, o seu pensamento continua válido nos dias atuais, mesmo tendo em conta que a realidade experienciada pelos turistas atualmente é diferente, muito devido a fatores como a globalização e as novas tecnologias.

Uma componente também bastante valorizada pelo turista que privilegia as experiências é a criatividade, elemento este que irá ser abordado de seguida como um aspeto essencial das experiências turísticas criativas, que estarão na base da criação de um produto turístico referente aos recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura. Sobre a criatividade, Richards & Wilson (2014b:15) referem que esta é passível de ser “interpretada e aplicada” de múltiplas formas e perspetivas: criatividade como produto, criatividade como experiência, criatividade como inovação, criatividade como estratégia de marketing, criatividade como um setor industrial, criatividade como uma estratégia de desenvolvimento social, criatividade como paisagem, criatividade como solução de problemas, criatividade como um termo aglutinador de turismo patrimonial e cultural, criatividade como desafio à identidade e criatividade como diferença e diversidade.

Deste modo, podemos afirmar que a criatividade está longe de ser um processo uniforme e unissetorial, mas sim algo complexo, podendo abranger diferentes setores de atividade e, portanto, podendo ser utilizada para atingir uma diversidade de objetivos com base numa diversidade de elementos, uma das características intrínsecas da criatividade, sendo mais apropriado a referência à existência de “diferentes criatividades” (Richards & Wilson, 2014a:255). No entanto é a perspetiva de criatividade como experiência que nos interessa nesta dissertação, enquadrando-a no contexto do turismo criativo, temática esta que irá ser desenvolvida no próximo subcapítulo.

Richards & Wilson (2014b:20) afirmam que, “em termos turísticos, as mudanças relativas à criatividade podem ser vistas como parte da evolução na base das experiências turísticas”, pois a criatividade no turismo é sobretudo utilizada sob a forma de experiência, no sentido de atividades que promovem um envolvimento dos turistas com as características locais e uma predisposição para a aquisição de novos conhecimentos e competências cujo objetivo é o autodesenvolvimento, afastando-se o foco do turismo massificado, onde se valorizava o “ter” e o “estar num determinado local”. Desta forma, os autores referem que, numa primeira fase, no turismo de massas, o foco do valor das férias se centrava no *status* que isso proporcionava. No entanto, na atualidade, cada vez mais se começa a valorizar o “ser” e novas formas de distinção e criação de valor, nomeadamente através de

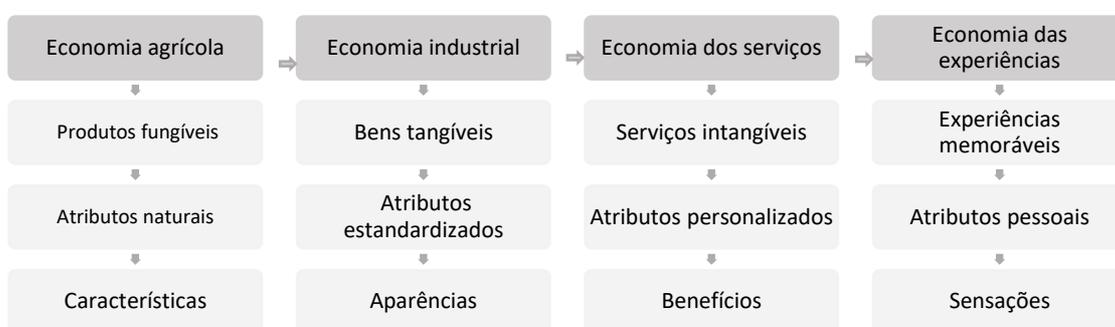
experiências turísticas criativas, que se encontram estreitamente relacionadas com o autodesenvolvimento e com a procura de uma autoidentidade.

No seguimento do que foi referido anteriormente, o turista afasta-se cada vez mais do turismo de massas e do consumo tradicional de bens e serviços num mercado cada vez mais segmentado, aproximando-se da experiência turística singular e a um turismo com atividades cada vez mais personalizadas, procurando-se experiências de enriquecimento pessoal onde o foco se centra na aprendizagem e no conhecimento (Richards & Wilson, 2014b e 2014a; M. Carvalho 2013). Deste modo, o consumo passa “a ser um processo dinâmico no qual o indivíduo pode desenvolver determinadas competências que significam um aumento dos seus conhecimentos e capacidades” (Gomes, 2012:31).

Esta valorização de experiências de enriquecimento pessoal com base na criatividade vai ao encontro do que Maslow defende na sua *Hierarquia das Necessidades*, que na sua última fase refere a criatividade como um fator para a realização pessoal. Desta forma, ao fazer uso das experiências criativas, o turismo transforma-se num estímulo à procura dessa mesma realização que, segundo Maslow, marca o auge da satisfação de todas as necessidades humanas. Reforçando o que foi referido anteriormente, Richards (2012) cit. por M. Carvalho (2013:49) afirma que “a procura crescente de experiências criativas está relacionada com a necessidade de o próprio consumidor procurar a sua identidade” e de se “expressar através de atividades que exigem o seu envolvimento e a sua prestação pessoal”, resultando numa realização pessoal.

Pode-se ainda afirmar que a criatividade também se encontra relacionada com a inovação. Como destaca a OCDE (2014:42), “a criatividade é um ativo fundamental para a inovação, pois a inovação envolve essencialmente a aplicação bem-sucedida de ideias criativas”. No mesmo sentido apontam Richards & Wilson (2014b:15) ao mencionarem que a criatividade consiste no “desenvolvimento de novas formas de pensar e fazer”, ou seja, conduz à inovação. Tal como é afirmado no documento *Turismo 2020: Cinco Princípios para uma Ambição*, a sustentabilidade do turismo depende da inovação, que por sua vez, se baseia na imaginação e na criatividade. Desta forma, verifica-se a existência de uma estreita relação entre criatividade e inovação, pois uma potencia a outra (criatividade cria inovação).

Com efeito, a criatividade tem-se afirmado como um valor fundamental para entidades políticas e económicas, sendo a “matéria-prima da economia criativa” (Cayeman, 2014:28), contribuindo igualmente para a criação de um novo paradigma económico. A criatividade foi impulsionada pelos novos paradigmas relacionados com a evolução dos modelos socioeconómicos das sociedades. Obras, como *The experience economy*, de Pine & Gilmore, abordam a mudança dos fatores de produção, antecipando à época a emergência de um novo paradigma onde as experiências ganhariam supremacia sobre os produtos (Gomes, 2012). A sociedade encontra-se em constante transformação e, desta forma, sucedem-se diferentes formas económicas, tal como demonstrado na figura 6.



Fonte: adaptado de Pine & Gilmore (1998).

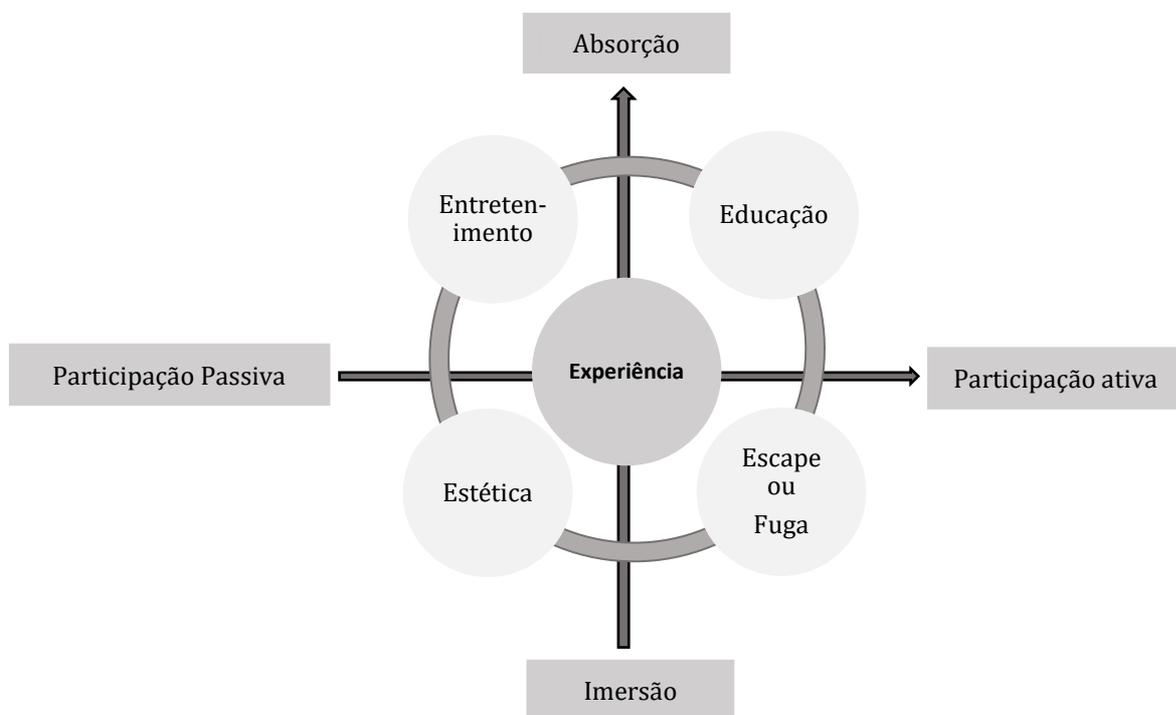
Figura 6 - Evolução socioeconómica da sociedade.

Portanto, de uma economia de base agrícola, onde a matéria-prima era transformada em produtos, passámos para uma economia de base industrial, onde os produtos foram transformados em bens. Seguidamente, os bens deram origem a uma economia com supremacia dos serviços, e atualmente vivemos numa economia onde as experiências ganham primazia face a outras ofertas económicas, encontrando-nos perante uma “economia das experiências” (Pine & Gilmore, 1998). Nesta fase os indivíduos não procuram o consumo de produtos ou serviços, mas sim experiências com base nas sensações e nas características pessoais.

De acordo com Pine & Gilmore (1998), uma experiência acontece quando uma empresa usa serviços de uma forma intencional, tendo em vista o envolvimento dos clientes em eventos ou atividades memoráveis, sendo que nenhuma experiência é igual para duas pessoas. Como consequência desta mudança de paradigma da

oferta, cada vez mais se valorizam as experiências como aspecto central de uma viagem, tal como já amplamente referido. Esta nova forma de vivenciar os destinos, diferindo em muito das ofertas económicas anteriores, que eram externas aos consumidores, permite a criação de experiências internas ao consumidor. Estas experiências são pessoais e existem simplesmente na mente do indivíduo que esteve envolvido na experiência a um nível emocional, físico, intelectual, ou até mesmo espiritual (Pine & Gilmore, 1998).

Pine & Gilmore (1998) desenvolveram mesmo um esquema de análise das experiências (figura 7) avaliando, por um lado, o grau de participação do indivíduo (que pode ser ativo ou passivo) e, por outro, o grau de envolvimento que este tem com o ambiente, contexto ou evento (que pode ser de imersão – mais intenso e físico – ou de absorção – mais superficial e mental).



Fonte: elaboração própria com base em Pine & Gilmore (1998).

Figura 7 - Dimensões da experiência segundo Pine & Gilmore (1998).

Através da conjugação de relações entre estes dois eixos, os autores identificaram quatro dimensões da experiência: entretenimento (absorção passiva, como, por exemplo, ver um filme ou ir a um concerto), educativa (absorção ativa, sobretudo mental, com o objetivo de adquirir novos conhecimentos e competências

como, por exemplo, ter uma aula ou participar ativamente numa visita, fazendo perguntas), estética (imersão passiva, como, por exemplo, apreciar a beleza de uma paisagem) e de escape/fuga (imersão ativa e física, influenciando intensamente o desenvolvimento da experiência como, por exemplo, escalar uma montanha), sendo que conjugadas, estaríamos perante uma “experiência ótima”. No entanto, tal como afirmam Sharpley & Stone (2011:2), cit. por Salvador (2012:215), “existem tantas experiências turísticas, quanto turistas”, afirmação esta que é bem reveladora da subjetividade e diversidade das experiências turísticas.

As experiências são únicas e também irrepetíveis, pois um evento/atividade decorre num contexto específico e único, mesmo que ocorra no mesmo destino (Salvador, 2012). Da mesma forma, importa mais uma vez salientar que a experiência turística ultrapassa a vivência no destino. Tal como advoga Aho (2001) cit. por Kastenholtz et al. (2014b:45), a experiência não é somente vivida no destino, mas sim prolongada no tempo, afirmando ainda que esta se inicia no processo de planeamento da viagem, fase onde se principia a procura de informação (“férias sonhadas”), estendendo-se no tempo através de “memórias, lembranças adquiridas, fotografias e outras formas de partilha com familiares e amigos”.

De igual modo argumentam Cooper et al. (2007) cit. por Alves (2013:28): “a experiência turística total, compreende o planeamento da viagem, a compra, a viagem, a visita e estadia, a viagem de retorno e até a reflexão total sobre essa atividade”. Fotis, Buhalis & Rossides (2012) cit. por Soigné (2014) assinalam ainda que, para além das três fases da experiência já enunciadas, ou seja, o antes, o durante e o depois da viagem, existe ainda uma quarta fase à qual chamam fase do desejo, que corresponde a um processo contínuo, mesmo que não existam planos de uma viagem.

No que concerne ao perfil do turista que procura experiências, Gomes (2012) refere um estudo levado a cabo pela entidade de turismo da Austrália, onde foram identificadas as seguintes características: são viajantes experientes que são líderes da sua opinião e que têm uma mente aberta, sendo bastante seletivos no consumo, pois consideram que viajar é uma parte fundamental do seu estilo de vida. Neste sentido, esta tipologia de turistas/visitantes permanece mais tempo nos locais visitados, normalmente fora das grandes cidades, e gastam mais dinheiro, pois têm rendimentos acima da média, isto apesar de serem pouco materialistas. Por último,

resta referir que estes turistas/visitantes são mais educados e informados acerca de uma grande variedade de assuntos.

Tendo em conta que a criatividade no turismo acontece sobretudo sob a forma de experiências que fomentam o aumento dos conhecimentos através da aprendizagem, de seguida irá ser abordado o turismo criativo como um dos segmentos turísticos mais propícios à criação de produtos turísticos inovadores, únicos e diferenciadores que promovam uma participação ativa dos turistas/visitantes, verificando-se que existe uma grande proximidade entre este segmento turístico e a vivência de experiências que têm na sua base a valorização do contacto com a população local e com os recursos endógenos dos locais visitados.

3.2. Turismo criativo

No auge do turismo massificado de sol e mar os produtos culturais eram fatores de diferenciação entre os destinos. Contudo, a sua utilização levada ao limite pela necessidade de satisfazer essas mesmas massas conduziu a uma produção em série desses produtos culturais, à qual Ritzer (1993) cit. por Richards (2010) chama de “McCulturization”. Um exemplo numerosas vezes citado em relação a esta massificação da cultura diz respeito ao caso dos museus *Guggenheim*, uma marca de museus idênticos em diferentes cidades como se, voltando aos tempos áureos do fordismo, de uma produção estandardizada se tratasse, dando origem ao termo já amplamente conhecido “*McGuggenheimization*”. No entanto, no presente cada vez mais se verifica uma utilização criativa da cultura, em particular no turismo.

Richards & Wilson (2014b) afirmam que até recentemente o turismo usou de forma limitada abordagens criativas como forma de desenvolvimento de novos produtos. Contudo, esta tipologia de turismo tem vindo a ganhar uma forma mais robusta nos últimos anos, encontrando-se na base da criação de novos produtos turísticos diferenciados dos mais tradicionais. Segundo King (2009) cit. por Santos et al. (2012:1560) “alguns autores consideram o turismo criativo como a terceira vaga de turismo”, sendo referido que do turismo de praia, passámos para o turismo cultural e, deste último, para o turismo criativo. No entanto, estes autores são da opinião de que o turismo criativo corresponde a uma “continuidade do turismo

cultural” (King, 2009 cit. por Santos et al., 2012:1560), onde se verifica uma nova utilização dos ativos culturais.

Já para a OCDE (2014), o turismo criativo surgiu como uma reação ao desenvolvimento do turismo massificado, pois, tal como menciona Richards (2009) cit. por Santos et al. (2012), o turismo cultural transformou-se num turismo de massas, onde se verifica que as grandes cidades oferecem produtos semelhantes, podendo-se mesmo afirmar que o turismo cultural se transformou numa vítima do seu próprio sucesso (Richards, 2010). De qualquer modo, tal como afirmam Richards & Wilson (2014b), na atualidade tem-se vindo a observar sinais de mudança relativamente a uma articulação entre o turismo e a criatividade, quer no que diz respeito à produção, quer no que concerne ao consumo, relação esta que tem na sua base as indústrias criativas, proporcionando a criação de experiências individualizadas, com base no desenvolvimento de novas competências e conhecimentos que contribuem para a autorrealização dos turistas/visitantes, indo ao encontro do conceito de experiência.

As indústrias criativas surgiram como uma nova forma de consumo cultural e turístico, proporcionadas pelo desenvolvimento de novas ferramentas de comunicação e informação, fazendo desenvolver novas dinâmicas e conceitos que vão além do que é proporcionado pelas indústrias culturais⁸. Apesar de o termo “indústrias criativas” ter surgido na Austrália, foi no Reino Unido que ganhou dimensão, nomeadamente política (Cayeman, 2014; Matias, 2013). Com efeito, em 1997, a *Creative Industries Task Force* (CITF) do “Departamento de Cultura, Media e Desporto” (DCMS) do Reino Unido, definiu indústrias criativas como as “atividades que têm na sua origem a criatividade, capacidades e talentos individuais e com potencial de criação de riqueza e empregos através da exploração da propriedade intelectual” (Richards & Wilson, 2014b:5; BOP Consulting, 2010:16).

Por sua vez, a OCDE (2014:7) define indústrias criativas como “atividades criativas baseadas no conhecimento, juntando produtores, consumidores e lugares através da utilização de tecnologia, talento ou capacidade, como forma de gerar produtos culturais intangíveis, conteúdos criativos e experiências”, que podem

⁸ O termo indústrias culturais, desenvolvido na década de 1940 por Horkheimer e Adorno, membros da escola de Frankfurt, foi concebido como forma de crítica a uma certa mercantilização da cultura e da arte para consumo capitalista em massa (Richards & Wilson, 2014b).

englobar diferentes setores, como a publicidade, animação, arquitetura, *design*, filmes, jogos, gastronomia, música, artes performativas, software e jogos interativos, televisão e rádio (OCDE, 2014).

Das afirmações precedentes podemos concluir que se abrem novas oportunidades para o turismo através do desenvolvimento de atividades com *inputs* criativos (dos mais variados setores criativos), proporcionando a criação de experiências com base nos conhecimentos, talentos e capacidades individuais, indo ao encontro do que foi referido como sendo a nova fase da evolução do paradigma socioeconómico global. As indústrias criativas promovem, assim, uma mudança de paradigma no que diz respeito à oferta de produtos culturais no turismo pois, apesar da oferta das indústrias criativas ter na sua base produtos culturais, estas apresentam novas formas de os interpretar e vivenciar. Se as indústrias culturais se baseavam maioritariamente em recursos culturais físicos e estáticos, as indústrias criativas dão agora ênfase à dimensão do intangível ou imaterial.

Assim, segundo Richards (2010), esta mudança em direção às experiências criativas no turismo tem na sua base uma mudança mais alargada do paradigma ou padrão do consumo que resultou do desenvolvimento da sociedade no geral, tal como referido anteriormente nesta dissertação acerca da visão de Pine & Gilmore (1998), pois as necessidades do ser humano alteraram-se. Depois da satisfação das necessidades básicas, o ser humano passou a ter necessidades de maior ordem, como o autodesenvolvimento.

O mesmo autor afirma ainda que os indivíduos já não querem acumular bens, mas sim desenvolver as suas capacidades pessoais e de consumo, referindo que cada vez mais os indivíduos querem pintar, desenhar, fotografar, entre outras atividades que valorizem o seu potencial individual. Da mesma forma, o surgimento de novos segmentos de mercado, mais especializados e envolventes, que resultam de um processo mais alargado de alteração do perfil dos turistas e de alteração das motivações de viagem, contribuíram para tal paradigma de valorização de experiências turísticas criativas.

Nas indústrias criativas, a criatividade é o elemento *core*, que veio injetar dinamismo a pessoas e locais, contrariando o conceito de cultura relativamente estática (Richards & Wilson, 2014b) e proporcionando a criação de atividades inovadoras e experiências criativas cada vez mais participativas e significantes no

âmbito do turismo. Assim, a UNESCO (2006) define turismo criativo como uma viagem que tem como objetivo o envolvimento numa experiência autêntica com foco na aprendizagem através da arte, património e características específicas dos locais, promovendo-se uma conexão com a população residente e a criação de uma cultura viva.

Já Binkhorst (2014) afirma que o conceito de criatividade no turismo foi introduzido por Richards & Raymond, que definem turismo criativo como “turismo que oferece aos visitantes a oportunidade de desenvolver o seu potencial criativo através da participação ativa em cursos e experiências de aprendizagem que são características do destino de férias onde são realizadas” (Richards & Raymond, 2000:18 cit. por Binkhorst, 2014:125). No entanto, apesar da relação entre indústrias criativas e turismo ter sido impulsionada em anos mais recentes, Raymond, (2014) refere que o turismo criativo não é uma atividade recente, pois já na altura do *Grand Tour*, no século XIX, verificava-se um interesse pela procura de aulas ou *workshops* de pintura renascentista por parte da aristocracia inglesa.

A criatividade no turismo acontece tanto no lado da oferta, devido ao clima de competitividade entre destinos, onde cada vez mais estes se assemelham entre si e onde a procura de fatores de distinção é cada vez mais um fator de vantagem competitiva, mas também do lado do consumo. Deste modo, pode-se afirmar que o turismo criativo promove um envolvimento ativo dos turistas/visitantes e baseia-se na autenticidade das experiências vividas, que devem ser alicerçadas na cultura, na identidade e na criatividade locais (Richards, 2010), trazendo dinamismo a elementos patrimoniais esquecidos e/ou negligenciados nos planos de desenvolvimento turístico. Tal como afirma Carvalho (2011) cit. por Santos et al. (2012:1561) “a forma como cada destino utiliza o turismo criativo tem diretamente a ver com o que caracteriza o lugar onde está inserido”, o que vai também ao encontro do que se pretende para o desenvolvimento sustentável dos espaços rurais.

Com efeito, a criatividade no turismo proporciona a criação de experiências criativas, sejam elas de aprendizagem, lúdicas, culturais ou artísticas (Carvalho, 2011 e Carvalho et al., 2011 cit. por Santos et al., 2012), que promovem uma ação participada (cocriação), uma vez que possibilita uma relação de proximidade entre a população local e os turistas, tendo a sua base nas características singulares dos

lugares visitados. É nesta interação que encontramos uma das principais características do turismo criativo.

Desta forma, no turismo criativo é promovida uma cocriação entre o produtor (oferta, num sentido lato, envolvendo os recursos e a população local) e o consumidor, tendo originado o termo *prosumer*, junção das duas palavras em língua inglesa. O objetivo dessa interação é a aquisição de novos conhecimentos e o desenvolvimento de novas competências por parte do consumidor, sendo esta a principal motivação para o mesmo. O grau de envolvimento da população local com o turista define a intensidade da experiência vivida (M. Carvalho, 2013).

Segundo a OCDE (2014), o turismo criativo oferece oportunidades para o desenvolvimento, revitalização e diversificação de produtos ou experiências, para a promoção do uso de novas ferramentas tecnológicas criativas no turismo, para a adição de atmosfera e “*buzz*” aos locais e para a ultrapassagem das limitações inerentes aos modelos tradicionais de turismo cultural, apresentando inúmeras vantagens, como: aumento da autoestima das populações, uma vez que o turista criativo deseja um contacto com a população, contribuindo para a preservação das tradições locais; permite um combate à sazonalidade, uma vez que as atividades criativas podem realizar-se em qualquer altura do ano; permite a criação de economias de escala e permite uma maior distribuição geográfica dos turistas nos destinos, uma vez que os turistas criativos não desejam visitar as grandes atrações turísticas, mas sim os espaços onde possam desenvolver atividades criativas com base nos recursos locais⁹.

Para além do supramencionado, as indústrias criativas podem moldar a imagem dos destinos, funcionando como uma estratégia de marketing que contribui para a construção de marcas territoriais (*brands*) que ligam lugares a imagens, sobretudo tendo em conta que vivemos numa era de consumo digital. Um exemplo bastante reconhecido da relação entre indústrias criativas e turismo diz respeito à cinematografia. Por exemplo, é reconhecido o papel que filmes como *Harry Potter* ou *Senhor dos Anéis*, ou de séries, como a “Guerra dos Tronos” desempenharam para a promoção turística dos locais onde foram filmados. Assim, a criação de atividades ou produtos turísticos com base em conteúdos criativos poderá auxiliar os destinos

⁹ <http://www.creativetourismnetwork.org/about/?lang=pt-pt>, consultado em 3/07/2017.

na diversificação dos segmentos de mercado e na melhoria da sua imagem e competitividade (OCDE, 2014).

No mesmo sentido, segundo Richards & Wilson (2014b) a criatividade proporciona a criação de formas de desenvolvimento cultural em lugares que não apresentam um opulento património construído ou arquitetura icónica, ou, tal como referem os autores, apresentam uma falta de “real capital cultural”. Reforçando a ideia anterior, a OCDE (2014:25) afirma que as indústrias criativas têm o “potencial de ser uma fonte crescimento e de criação de emprego em áreas de limitados recursos turísticos”, quer em territórios urbanos, quer em territórios rurais. Desta forma, o turismo criativo oferece “a oportunidade de diversificar a oferta turística de um destino, incluindo – no caso de territórios que não tinham vocação turística prévia – a possibilidade de abrir-se a um turismo de qualidade, otimizando os recursos materiais e imateriais existentes”¹⁰, tal como as tradições, o artesanato, o saber-fazer, os monumentos e as infraestruturas, entre outros.

Em resposta a uma crescente procura por experiências autênticas, os turistas/visitantes estão agora mais abertos a desenvolver a sua criatividade através do turismo, nomeadamente nos espaços rurais. Assim, o turista criativo, que pode pertencer à classe criativa e que tem rendimentos e formação académica acima da média, demonstra o desejo de conhecer as culturas locais através da participação em atividades criativas, como *workshops*, tendo como base os recursos locais e integração no seio da população local. Como tal, os turistas criativos são indivíduos que desejam viver experiências únicas, bastante dinâmicos, exigentes, independentes e proativos na procura de uma diversidade de atividades, podendo a sua motivação de viagem ser a criação de obras artísticas, através de residências artísticas ou colaboração com artistas locais com o objetivo de melhorar as suas capacidades em determinadas áreas (Carvalho, 2011 e Carvalho et al., 2011 cit. por Santos et al., 2012).

Apesar de durante muito tempo se ter verificado uma relação entre criatividade e espaços urbanos, sobretudo devido “à natureza dinâmica das cidades e ao seu papel como centros de inovação e mudança”, contribuindo para uma “acessão cosmopolitana da criatividade” (Richards & Wilson, 2014b:25), no

¹⁰*Idem*, consultado em 3/07/2017.

presente “a criatividade é também cada vez mais um aspeto do mundo rural”, nomeadamente devido ao facto de o rural ser um espaço de *clusters* criativos, ao facto de a natureza ser ela própria criativa e devido à crescente diferenciação entre urbano e rural, configurando cada vez mais um espaço de eleição para criativos citadinos (Richards & Wilson, 2014b). Com efeito, no quadro de redefinição da relação entre turismo e espaços rurais, a criação de produtos turísticos de base criativa mostra-se bastante relevante, o que está em linha com o que já foi referido acerca da atual revalorização desses espaços.

Uma das principais características destes novos produtos turísticos criativos em espaços rurais é a procura da autenticidade, que é o oposto da palavra “encenação”. O uso da palavra “encenação” no turismo tem normalmente uma conotação negativa, uma vez que sugere uma falsa autenticidade, no entanto, no desenvolvimento criativo, a encenação pode ser considerada um ato criativo (Richards & Wilson, 2014a). Neste ponto, importa referir que é necessário um equilíbrio entre as novas formas de recriar velhos valores, onde se reproduzem sinais e símbolos convencionais de acordo com as novas perceções dos espaços rurais (Cloke, 2014) pois, tal como afirmam Richards & Wilson (2006) cit. por Santos et al. (2012:1562), “os turistas criativos procuram matérias-primas características dos destinos para desenvolver novas formas de interpretação da cultura local”.

Verifica-se, então, uma redefinição de muitas áreas rurais como “espaços de consumo, onde a mercantilização da natureza, do património e das tradições transcenderam a produção agrícola como significadores chave do espaço rural” (Cloke, 2014:40), tal como já foi referido anteriormente, criando-se novas oportunidades para a realização de atividades criativas nestes espaços. No que diz respeito a esta relação entre produtos criativos e espaços rurais, Richards & Wilson (2014a) afirmam que, mesmo tendo em conta os problemas inerentes a muitos destes espaços e a existência de um pequeno mercado para o desenvolvimento de produtos criativos, a realização de experiências criativas pode ser um foco de atração de novos visitantes, considerando que estas podem ser motivadoras o suficiente para fazer com que as pessoas percorram longas distâncias e gastem uma grande quantidade de dinheiro para nelas participarem, mesmo que a escala dessas experiências ou atividades seja relativamente diminuta.

Tal como afirma M. Carvalho (2013:51), “no contexto do turismo rural, a cultura e a criatividade são conceitos indissociáveis e determinantes no desenvolvimento e na revalorização dos recursos já existentes, os quais necessitam, contudo, de passar por um processo de revitalização e adaptação às exigências de um mercado competitivo em que a singularidade dos locais e a personalização das experiências são fatores cruciais na afirmação de destinos com características rurais”, o que está de acordo com as novas interpretações dos velhos valores dos espaços rurais. Com efeito, o desenvolvimento de produtos turísticos criativos em espaços rurais necessita de uma adaptação das características singulares dos locais, que são fatores de diferenciação, sem, no entanto, as descaracterizar.

Assim, a criatividade poderá ser uma mais-valia para os espaços rurais, pois promove-se a criação de novos produtos e experiências que podem atingir novas escalas e novos mercados, constituindo-se como uma oportunidade para destinos rurais que se encontrem numa fase de estagnação ou declínio, promovendo a sua sustentabilidade, uma vez que assenta em recursos que são renováveis. São exemplos de atividades de turismo criativo em espaço rural, o agroturismo, as provas gastronómicas, os *workshops* (de música, gastronomia, pintura, fotografia, literatura, entre outros), e elementos como o património local, o artesanato, entre outros, que podem ser “consumidos” de forma criativa.

Os produtos e/ou atividades de turismo criativo apresentam vantagens em relação ao turismo cultural. Tal como afirma OCDE (2014:7) no turismo criativo os elementos são “mais móveis e menos ancorados num espaço físico” devido à sua natureza predominantemente intangível. Portanto, nesta tipologia de turismo a oferta deixou de estar ancorada em “*hard infrastructure*”, como museus, e passou a ser ancorada em “*soft infrastructure*” (OCDE, 2014), como os eventos, uma das atividades na qual se pode apostar para o desenvolvimento criativo dos locais, nomeadamente no caso dos espaços rurais.

Relativamente aos eventos importa mencionar Santos et al. (2012). Estes autores defendem que “os eventos são ferramentas de dinamização territorial (...) originando mais-valias para os visitantes e comunidades locais” (Santos et al., 2012:1560), argumentando ainda que os eventos culturais e criativos têm efeitos positivos ao nível imagem e marca dos destinos, pois são considerados *image builders* (Getz, 1997 cit. por Santos et al., 2012), organizando a oferta, fazendo uso

dos recursos intangíveis existentes e fomentando atividades culturais e pedagógicas.

Deste modo, “os eventos culturais e criativos recorrem a novas formas de valorizar a gastronomia, o artesanato, as tradições locais, através de *workshops* temáticos, espaços criativos e o uso criativo dos mesmos, possibilitando a visitantes e visitados a formação de massa crítica” (Santos et al., 2012:1570). Segundo os mesmos autores, se os eventos acontecerem sob a forma de redes, mais benéficos eles serão para os destinos, pois ajudam a “perpetuar e a ativar recursos imateriais” (Carvalho, 2011 cit. por Santos et al., 2012:1567). No entanto, os autores advertem para o facto de estes eventos poderem contribuir para a descaracterização de valores e tradições, razão pela qual estes devem ser o mais fiéis possível às realidades locais.

Importa ainda realçar que as características intrínsecas do turismo criativo geram novos desafios ao nível dos destinos e da sua gestão. Um dos principais desafios do turismo criativo diz precisamente respeito à sua essência maioritariamente intangível (Richards & Wilson, 2014b; OCDE, 2014). Esta valorização dos recursos intangíveis é o reflexo de mudanças de âmbito mais alargado no contexto da atividade turística e, de forma mais específica, no que diz respeito ao turismo criativo.

Assim, tem-se vindo a construir um novo paradigma no que diz respeito à oferta turística (Carvalho, 2011 cit. por Santos et al., 2012), onde são valorizados elementos como a identidade, os estilos de vida, a atmosfera, as narrativas e a criatividade (Richards & Wilson, 2014b:18), isto para referir apenas alguns, recorrendo-se cada vez mais à “*soft infrastructure*” (OCDE, 2014). Assim sendo, o desenvolvimento do turismo criativo corresponde a muito mais do que a criação de um novo nicho de turismo, mas sim a uma expansão do turismo como um todo, como uma forma de inovação e uma nova forma de disseminação de experiências turísticas mais autênticas e participativas, abrindo caminho à criação de novas sinergias entre diferentes setores do turismo e da criatividade, estimulando o crescimento e a inovação no turismo (OCDE, 2014).

Segundo a OCDE (2014:8), cada vez mais “estão a emergir novas estratégias e abordagens políticas a nível local, regional e nacional, de forma a capitalizar as oportunidades de crescimento e desenvolvimento” que o turismo criativo oferece,

oportunidades essas que, consoante as estratégias adotadas, promovem a criação de impactos positivos ao nível da economia, da sociedade e da cultura (Filipe, 2009), nomeadamente em territórios de cariz rural, onde a economia de pequena escala carece de dinamização. Neste sentido, Duque (2013:30) afirma que cada vez mais “pelo mundo fora vão surgindo territórios que aliam à sua imagem e à sua estratégia de promoção turística o turismo criativo”.

Ao nível nacional, um exemplo de uma estratégia criativa adotada especificamente para os espaços rurais diz respeito à “Rede Rural Criativa”. Esta rede criativa, criada no âmbito do projeto ICCER - Indústrias Culturais e Criativas em Espaço Rural, no contexto do antigo Programa da Rede Rural Nacional¹¹, resultou de uma parceria entre nove Associações de Desenvolvimento Local da Região Interior Norte de Portugal, tendo como objetivo principal o desenvolvimento local e regional, assim como a promoção da criação de empresas em áreas rurais. (M. Carvalho, 2013), através da conceção de produtos e realização de atividades de âmbito criativo (por meio das indústrias criativas) com base no património cultural e nas características identitárias dos locais, cujo objetivo seria o de criar novas dinâmicas económicas e sociais nos espaços rurais.

Já a nível internacional, e fora do âmbito do espaço rural, o destaque vai para a Rede de Turismo Criativo (*Creative Tourism Network*) da UNESCO, criada em 2010 na cidade de Barcelona. Um dos locais criativos que faz parte desta rede corresponde à aldeia de xisto de Cerdeira na Lousã, sendo que a Associação *Cerdeira Arte & Craft* recebeu da *Creative Tourism Network* o prémio de melhor residência criativa no ano de 2014. Esta associação tem como objetivo transformar a aldeia num centro internacional das artes e dos ofícios, nomeadamente através das residências artísticas, realização de *workshops*, entre outras atividades, como um festival de artes, que se realiza anualmente no mês de julho.

Em Portugal, não se pode deixar de referir o projeto CREATOUR, cujo objetivo é impulsionar propostas de organizações ou entidades (nas regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve) que tenham em vista desenvolver projetos de turismo criativo em colaboração com entidades académicas. Assim, este projeto, que tem uma duração prevista de cerca de três anos (2016-2019), é dividido em diferentes fases

¹¹ <http://www.ruralcriativa.com/rural-criativa.php>, consultado em 3/07/2017.

e tem como objetivo primordial desenvolver o turismo criativo em pequenas cidades e áreas rurais do nosso país em parceria com diversos *stakeholders*. Este projeto encontra-se sob coordenação do CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Importa ainda referir a Rede de Cidades Criativas (*Creative Cities Network*) da UNESCO que, de acordo com a OECD (2014), tem como objetivo ajudar as cidades a desenvolver a sua economia criativa e, por conseguinte, o turismo, nomeadamente através do desenvolvimento de uma marca específica, o que contribui para a sua promoção. Esta rede foi criada em 2004 e é composta por 180 cidades de 72 países, apresentando sete tipologias de classificação criativa: artesanato, arte *folk* (popular), *design*, filme, gastronomia, literatura, música e artes media¹². Esta rede integra cinco cidades portuguesas (Óbidos: literatura; Idanha-a-Nova: música; Braga: artes mediáticas; Barcelos: artesanato e arte popular; e Amarante: Música) e promove uma cooperação entre cidades que identificaram a criatividade como um fator estratégico para o seu desenvolvimento sustentável, em particular ao nível do turismo.

M. Carvalho (2013) afirma que todos os territórios com potencialidades endógenas apresentam capacidade para o desenvolvimento de produtos ou atividades de turismo criativo. No entanto, Richards & Wilson (2014b) afirmam que nem todos os destinos terão capacidade para desenvolver estratégias de desenvolvimento criativo devido à existência de barreiras que podem intervir nesse processo, como: a falta de capacidade criativa dos responsáveis pelo turismo e do setor criativo; a falta de investimento criativo, devido à natureza intangível da criatividade; a falta de audiência criativa ou natureza dispersa da mesma; e o facto de alguns locais criativos serem lugares de fraca acessibilidade, quer a nível territorial quer ao nível da sua organização económica.

Santos et al. (2012) e Richards (2010) sugerem algumas linhas orientadoras para a criação de produtos de turismo criativo, como: a promoção da cocriação dos produtos, que devem ser personalizados; a compreensão de que o papel dos agentes da oferta é apenas o de sugerir significados e facilitar as experiências, e não o de fornecer tais elementos; a utilização dos recursos e capacidades locais,

¹² <https://en.unesco.org/creative-cities/home>, consultado em 2/12/2017.

nomeadamente os criativos, como o artesanato local, construindo-se com base no que se possui; e o desenvolvimento de experiências autênticas através de uma reinterpretação e/ou inovação das tradições.

No entanto, verifica-se a existência de diferentes perspetivas no que diz respeito às atividades de turismo criativo. Richards & Wilson (2014a) afirmam que se verifica uma distinção entre desenvolvimento deliberado de espaços criativos e o uso criativo dos espaços existentes. Os autores argumentam que os espaços criativos são desenhados intencionalmente para facilitar o seu uso criativo (por exemplo, teatros e galerias). Por outro lado, o uso criativo dos espaços, tende a valorizar os recursos existentes de uma forma criativa (por exemplo, Manchester, Liverpool e Sheffield são casos de cidades que utilizam o seu património industrial abandonado para a criação de riqueza através das indústrias criativas).

Também segundo Richards (2011) cit. por Santos et al. (2012), existem diferentes modelos de desenvolvimento do turismo criativo, uns mais passivos e outros mais ativos, da mesma forma que refere que podem existir diferentes graus de criatividade e de envolvimento dos turistas. Assim, segundo este autor a criatividade pode ser vista ou como uma atividade ou como um pano de fundo. Tendo em conta o que foi referido anteriormente, Richards (2010) sugere diferentes formas através das quais se podem criar experiências turísticas criativas, a saber:

- **Redes de Turismo Criativo:** podem ser formadas por atores locais, criando um destino criativo, ou pode existir uma entidade que sirva de intermediária entre diferentes produtores criativos e os turistas que querem participar em atividades criativas;
- **Espaços criativos:** espaços especialmente direcionados para oferecer experiências de aprendizagem criativa, como os que oferecem cursos ou *workshops* sobre temas específicos, por exemplo;
- **Eventos:** desenvolvimento de eventos para indivíduos que desejem participar de forma ativa na sua cocriação e não participar de forma passiva;
- **Itinerários culturais:** desenvolvimento de diversas atividades criativas numa região específica; como exemplo o autor refere a *Rota do Artesanato do Alto Minho*, da qual fazem parte alguns artesãos locais e associações, criando uma rede regional;

- **Cenários criativos:** locais onde a criatividade é experienciada pelo turista não de uma forma direta, mas sim através do *buzz* (atmosfera) proporcionado pelos locais através do setor criativo;

Concluindo este subcapítulo, podemos novamente sublinhar que o turismo criativo contribui para o fomento de um turismo que tem na base os recursos endógenos (materiais e imateriais), sem que seja necessária a realização de grandes investimentos, rentabilizando-se as infraestruturas e os recursos já existentes nos territórios, nomeadamente nos rurais. Esta é uma tipologia de turismo que vai no sentido inverso à oferta de turismo massificado, sendo adaptável a diferentes territórios, com diferentes características, sejam eles rurais ou urbanos, podendo ser considerado um complemento a outras atividades. Desta forma, o turismo criativo promove uma redefinição da relação entre cultura e turismo por intermédio da criatividade (M. Carvalho, 2013), podendo contribuir para a dinamização das economias locais, para o combate à sazonalidade e para o aumento da autoconfiança das comunidades recetoras, que são um elemento essencial no turismo criativo.

Importa ainda realçar que existe o perigo de a criatividade se tornar ela própria uma marca e não as características dos lugares onde esta se encontra, tal como mencionam Richards & Wilson (2014a), podendo contribuir para o desenvolvimento de produtos turísticos criativos que não têm na sua base os recursos endógenos dos territórios onde estas se desenrolam, algo que deverá ser evitado, pois contribui para a sua descaracterização. Os mesmos autores referem ainda que o futuro do desenvolvimento criativo passará por uma “vantagem colaborativa” (Richards & Wilson, 2014a:271), em vez de vantagem competitiva, numa alusão à constituição de redes, como as que já foram aqui citadas, nomeadamente no que diz respeito ao espaço rural, temática esta que irá ser discutida de seguida.

3.3. Redes e turismo

Como consequência do que já foi discutido no segundo capítulo relativamente às novas funções dos espaços rurais, verifica-se que o número de agentes que atuam nestes territórios aumentou, tornando mais complexo o seu planeamento e a gestão de necessidades e interesses. Neste campo, a criação de redes assume um papel

fundamental na procura de uma conformidade de ações e na prossecução de alguns objetivos comuns entre os diferentes *stakeholders* que atuam na gestão destes territórios, nomeadamente no que diz respeito à atividade turística, uma atividade por si só bastante complexa e fragmentada e que merece especial destaque nos espaços rurais. Num contexto mais lato relacionado com a globalização, os sistemas de organização em rede ganham cada vez mais relevância nas mais variadas áreas de conhecimento, sobretudo tendo em conta a complexidade de relações existentes no modelo socioeconómico atual.

De facto, os modelos económicos do século passado e as suas formas organizativas foram alterados pela globalização, nomeadamente pelos progressos no campo das ferramentas de informação e comunicação, surgindo a necessidade de “repensar os modelos de organização em que se baseava a sociedade em geral” (Romeiro, 2006:98), pois na atualidade as organizações ou empresas (nos seus mais diversos âmbitos) já não conseguem atuar de forma individual no mercado sob a ameaça de se isolarem ou de serem “engolidas” pela crescente competitividade existente, quer no mercado económico, quer na sociedade em geral, nos seus mais diversos domínios. Desta forma, de seguida será abordado o conceito de rede e a sua aplicação no turismo, enquadrando esta temática no contexto dos territórios ou espaços rurais.

De acordo com Veloso (2009) existem duas formas de análise concetual das redes: uma matemática, que utiliza técnicas quantitativas e que teve a sua origem na *Teoria dos Gráficos* no século XVIII, preconizada por Leonhard Euler (Scott et al., 2008 cit. por Veloso, 2009; Ramos, 2016), e outra qualitativa e mais utilizada nas ciências sociais, também conhecida como “sociometria”, tendo sido introduzida nos anos 1930 por Jacob Moreno, cujo objetivo era “representar e analisar os padrões do relacionamento social” (Veloso, 2009:9).

No entanto, Breda & Pato (2014) afirmam que os sistemas de organização em rede tiveram o seu grande impulso na década de 1980, sobretudo devido ao reconhecimento dos seus benefícios quando aplicadas ao mundo empresarial, enquanto Ramos (2016:287) afirma que a análise das estruturas em rede se inicia nos anos 1990, em particular devido “à emergência de teorias sociais que enfatizam as relações e a integração perante o fenómeno da globalização”. Já P. Carvalho (2013) conclui que as estruturas em rede têm vindo a ganhar relevância nos últimos

anos nos mais diversos contextos de análise. Assim, inicialmente com base em pressupostos matemáticos, posteriormente o processo de organização em rede foi transportado para as ciências sociais, sobretudo para as áreas da sociologia e antropologia, como forma de explicação das relações existentes na sociedade (Ramos, 2016).

O conceito de rede é bastante complexo, assumindo diferentes significados segundo a área de conhecimento, pois cada área tem as suas características e formas organizacionais distintas, verificando-se “uma interdisciplinaridade de aplicação destes sistemas” (Ramos, 2016:287). Assim, as redes têm na sua essência uma característica de heterogeneidade, podendo ser abordadas segundo diferentes perspectivas, o que dificulta a existência de uma só definição consensual das suas propriedades e características, sendo que as metodologias de análise são também elas diversas (Veloso, 2009; Breda & Pato, 2014; Ramos, 2016). Desta forma, podemos concluir que “as redes podem ser vistas, analisadas e classificadas de várias formas” (Breda & Pato, 2014), pois cada rede é única, sendo desenvolvida num contexto específico, com intervenientes específicos e com diferentes objetivos (Gnoth & Jaeger, 2007 cit. por Breda & Pato, 2014; Veloso, 2009).

Segundo a literatura as redes apresentam dois elementos básicos: “os nós, formados pelos atores ou entidades na rede, e as ligações, representadas pela interação entre esses atores” (Breda & Pato, 2014:60). Os “nós” podem corresponder a uma grande diversidade de atores ou agentes e as ligações podem ser de âmbitos diversos. A partir destes elementos básicos, as redes podem ser classificadas e caracterizadas segundo várias abordagens (Breda & Pato, 2014), consoante as características de cada um destes dois elementos. Desta forma, a partir dos elementos básicos das redes são definidos dois principais critérios de avaliação estrutural ou morfológica das redes: a centralidade e a densidade (Pavlovich, 2003; Scott et al., 2008 e Shih, 2006 cit. por Breda & Pato, 2014; Veloso, 2009).

O parâmetro da centralidade está relacionado com o posicionamento dos atores na rede, posicionamento esse que é o reflexo do seu papel e importância na estrutura da mesma, nomeadamente ao nível institucional, sendo que quanto mais central for a sua posição maior é a sua relevância e influência no funcionamento da mesma e maior é o acesso à informação (Pavlovich, 2003), sendo também de referir

que o tamanho da rede poderá influenciar a centralidade dos diferentes atores (Breda & Pato, 2014; Veloso, 2009).

Já a densidade encontra-se relacionada com o número de vínculos ou relações existentes entre os vários atores da rede, apresentando um âmbito mais alargado do que o parâmetro da centralidade, uma vez que percebe a rede na sua globalidade (Pavlovich, 2003). Assim, quanto mais conexões existirem, maior será a densidade da rede e, por conseguinte, maior será a troca de informação entre os diferentes atores (Pavlovich, 2003; Breda & Pato, 2014; Veloso, 2009). Da mesma forma, a densidade é maior quanto mais pequena for a dimensão da rede (Conway & Jones, 2006 cit. por Veloso, 2009), promovendo uma maior coesão entre os atores, sendo que Pavlovich (2003) refere que uma estrutura otimizada tem na sua base uma grande diversidade de relações. No fundo, estas duas características (centralidade e densidade) definem a morfologia das redes (Lynch & Morrison, 2007 cit. por Veloso, 2009).

Para além destas características mais estruturais das redes, pode-se ainda mencionar um conjunto de características que nos permite identificar relações de diferente natureza no seio das redes, possibilitando diferentes formas de classificação, sendo de referir que em qualquer tipologia de rede deve ser realçada a premissa de que cada ator é autónomo dentro das interdependências estabelecidas, isto apesar de existir uma “visão partilhada” e “ações que se manifestam de forma cooperada” (Ramos, 2016: 292). Assim, entre muitas outras que poderiam ser referidas, no que diz respeito à natureza das relações podem-se realçar três diferentes tipologias de classificação: redes abertas ou fechadas (Saxena & Ilbery, 2008; Saxena, Clark, Oliver & Ilbery, 2007 cit. por Breda & Pato, 2014; Dredge, 2006a cit. por Veloso, 2009), redes formais, semiformais e informais (Lynch & Morrison, 2007 cit. por Breda & Pato, 2014; Veloso, 2009) e laços fortes ou fracos (Pavlovich, 2003).

No que diz respeito à primeira tipologia, pode-se afirmar que as redes abertas são mais flexíveis e apresentam uma maior diversidade de atores, enquanto que as fechadas apresentam contornos mais definidos e os atores são mais próximos a nível social (Veloso, 2009; Saxena & Ilbery, 2008). Quanto à segunda tipologia identificada, pode-se afirmar que as redes formais são constituídas por “um conjunto formalizado de atores” (Lynch & Morrison, 2007 cit. por Veloso, 2009:57),

tendo em conta objetivos claramente definidos. Já sobre as redes semiformais, os mesmos autores referem que estas valorizam as interações sociais, isto apesar de apresentarem ainda um caráter formal. Relativamente às redes informais é referido que estas têm um caráter mais social sendo que, no entanto, existe troca de informação entre os atores, isto embora não exista um caráter formal de participação nem objetivos definidos.

No que concerne à última tipologia de caracterização das redes aqui mencionada, pode-se referir que as redes com laços fortes pressupõem uma grande interação e proximidade entre os atores, formando *clusters* e permitindo um grande fluxo de informação e conhecimento (embora algumas vezes essa informação possa ser redundante), enquanto os laços fracos representam os atores que têm um papel menos ativo na rede e que, por isso, se encontram mais desconectados, apresentando a vantagem de serem possíveis catalisadores de informação ou de oportunidades exteriores que possam vir a enriquecer a rede (Pavlovich, 2003). A mesma autora refere que a relação entre os atores que não se encontram conectados de forma direta ocorre através de “buracos estruturais”, que são mecanismos de ligação (Burt, 1992 cit. por Pavlovich, 2003).

Ramos (2016:284) define sinteticamente o conceito de rede como “uma estrutura que apresenta a propriedade de conexão entre diversos intervenientes”. Na mesma linha de pensamento, Hoang & Antoncic (2003:167) cit. por Kelliher et al. (2018:1) definem rede como “um conjunto de atores com um conjunto de relações que os liga”. Desta forma, podemos realçar o que já tinha sido referido anteriormente: os atores (“nós”) e as relações de interação e comunicação entre eles são os elementos estruturais e fundamentais das redes. Assim, as ligações ou conexões de interdependência estabelecidas entre os atores, num determinado contexto e com um determinado objetivo comum, são a principal finalidade das estruturas em rede.

No mesmo sentido aponta Ramos (2016:284) ao afirmar que uma rede “pode ser compreendida como uma estrutura que apresenta a propriedade de conexão entre diversos intervenientes”, afirmando, contudo, que “esta forma de organização possui tanto a capacidade de integrar como de excluir, isto é, pode integrar determinados intervenientes e excluir outros”. O mesmo autor refere ainda que as redes são “estruturas com diversas formações hierárquicas” (Ramos, 2016:283),

isto apesar de se basear na cooperação entre atores, podendo compreender diferentes “esquemas de participação” e envolver diferentes tipologias de entidades (públicas, privadas, organizações, associações sem fins lucrativos, entre outras).

Em sentido inverso ao que foi mencionado, Veloso (2009) afirma que na gestão por redes não existe uma estrutura hierárquica, pelo menos rígida, pois estas apresentam uma estrutura de caráter horizontal e as ações de cada um dos atores afeta os outros atores intervenientes, criando uma conexão de interdependência, sendo as relações estabelecidas entre eles definidas pelo poder de cada um, embora a interdependência existente entre eles crie uma distribuição mais equitativa do poder (Thorelli, 1986 cit. por Veloso, 2009). Desta forma, as redes realçam a importância das relações e dos laços estabelecidos entre os diferentes atores que fazem parte das mesmas em detrimento das características e objetivos individuais de cada um desses atores (Breda & Pato, 2014), sendo, por isso, uma estrutura organizacional que fomenta uma atuação holística.

Do mesmo modo, tal como assinala Pavlovich (2003), podemos afirmar que as redes alteram a sua estrutura ao longo do tempo, pois estas correspondem a um conjunto de relações, e as relações vão-se alterando e adaptando ao longo dos anos. É ainda importante referir que no contexto organizacional em redes, onde existem relações de médio a longo prazo, a confiança é um elemento fundamental, nomeadamente nos espaços rurais, onde dominam pequenas empresas que não têm acesso a um sistema mais alargado de *stakeholders* devido ao seu relativo isolamento (Kelliher et al., 2018). A confiança é um produto, ou seja, um resultado, e um antecedente de uma ação coletiva bem-sucedida e está em constante processo de mutação, sendo sobretudo característica das redes onde existem laços fortes (Kelliher et al., 2018; Saxena & Ilbery, 2008).

Quanto à utilização das redes no âmbito do turismo, existem autores como Ramos (2016) que afirmam que as redes surgiram de forma natural e informal tendo em conta a complexidade de agentes envolvidos na gestão dos destinos turísticos, onde a cooperação entre os diferentes agentes do sistema turístico é uma condição essencial à sobrevivência desses mesmos destinos (Veloso, 2009). Assim, pode ser afirmado que a organização em rede dos destinos permite-lhes isso mesmo, serem destinos turísticos. Ramos (2016) aponta nesse sentido, afirmando que muitas vezes é a união entre recursos e intervenientes da cadeia turística que confere ao

destino/região a atratividade suficiente para motivar a deslocação de turistas. Na mesma linha de pensamento, Pavlovich (2003) afirma que a perspetiva relacional é bastante relevante no contexto do turismo, onde os agrupamentos de organizações contribuem para a formação de um destino.

Romeiro (2006) afirma que esta tipologia de abordagem relacional no turismo se iniciou nos anos 90, sobretudo através dos estudos pioneiros de Stokowski e Pearce. Já Morrison, Lynch & Johns (2004) cit. por Breda & Pato (2014:62) referem que “a teoria das redes no setor do turismo começou a ser introduzida gradualmente na literatura a partir do início da década de 2000”, muito devido ao facto de ser reconhecido que as inter-relações entre diversos intervenientes são estimulantes da aprendizagem e de troca de conhecimentos, trazendo benefícios para as empresas ou entidades, para os destinos turísticos e para as próprias comunidades envolvidas na atividade turística.

O turismo é cada vez mais uma alternativa económica essencial para a sobrevivência de diversos territórios, nomeadamente os rurais, muitos dos quais dependem desta atividade como principal fonte de rendimento e de dinamização do tecido económico local, maioritariamente constituído por pequenas e médias empresas de carácter familiar (Velo, 2009; Breda & Pato, 2014). Quer neste contexto mais restrito do espaço rural (ou até mesmo de cidades), quer num contexto mais alargado de destinos turísticos, como regiões ou países, cada vez mais existe a necessidade de diferenciação dos territórios através da criação de vantagens competitivas¹³ como forma de se distinguirem dos seus concorrentes num mercado bastante competitivo.

Tal diferenciação alcança-se com a adoção de modelos de gestão, de planeamento e de promoção inovadores, onde as redes podem assumir um papel importante como criadoras de sinergias positivas e vantajosas para a afirmação dos destinos turísticos, seja qual for a sua escala (Velo, 2009; Breda & Pato, 2014; Romeiro, 2006). No campo do turismo pode-se afirmar que as redes promovem a integração de diversos elementos (como bens, sítios e estruturas) ou atores, tendo em conta um fio condutor e um vínculo que os une, cujo objetivo principal é a

¹³ Ver Ritchie & Crouch (2003) sobre vantagens comparativas e vantagens competitivas.

promoção das características (identidade e memória) dos territórios (P. Carvalho, 2013).

Tendo em conta a complexidade, a fragmentação e a multidisciplinaridade existente no turismo, correspondendo este a uma complexa teia de relações entre diversas entidades e agentes, a adoção de modelos de gestão baseados nas redes revela-se uma tarefa bastante árdua (Buhalis, 2000 cit. por Breda & Pato, 2014; Veloso, 2009), mas também bastante relevante e oportuna, sobretudo tendo em conta que, tal como foi referido anteriormente, na sua essência o turismo depende da organização e da cooperação entre um grande número de intervenientes, que em conjunto formam o sistema turístico, sem o qual não existem destinos turísticos. É neste sentido que surgem as redes, ou abordagens relacionais (Veloso, 2009) com a função de apaziguadoras do carácter fragmentado do turismo (dos seus recursos e da sua oferta), sendo fundamentais na gestão e no planeamento dos destinos turísticos.

Breda & Pato (2014:63) apontam nesse sentido ao afirmar que “a investigação sobre redes em turismo tem focado a sua atenção na gestão e planeamento de destinos, onde as relações de cooperação são consideradas como uma forma de alcançar o desenvolvimento local/regional”, assinalando mesmo que são “necessárias estratégias *coopetitivas*” (Brandenburger & Nalebuff, 1996 cit. Breda & Pato, 2014:63), isto é, uma relação ambígua e simultânea de competição e cooperação entre atores ou entidades (Pavlovich, 2003). No mesmo sentido aponta Tremblay (1998) ao referir que as redes possibilitam um equilíbrio entre competição e cooperação, resultando numa redução da incerteza sem, no entanto, reduzir a inovação e o investimento.

Assim, tal como menciona Romeiro (2006), apesar da competição existente entre entidades e organizações não poder ser negada, assim como as suas formas racionais de interação, no presente deve-se dar supremacia a características “como a flexibilidade, a criatividade e a densidade relacional entre os elementos que as rodeiam” (Romeiro, 2006:123). Portanto, a gestão em redes é “uma das que pode atender de forma mais adequada às necessidades de gestão de um destino, no atual cenário do turismo mundial” (Veloso, 2009:7), marcado pela crescente competitividade existente entre os destinos.

Desta forma, as redes no turismo associam territórios com afinidades de âmbito diverso, nomeadamente no contexto de programas, políticas ou iniciativas promovidas por entidades públicas, ou por elas apoiadas, fomentando-se uma gestão participada tendo em vista múltiplos objetivos, como a atração de investimentos, a fixação de ativos e o desenvolvimento local e regional (Carvalho, 2011). No caso dos territórios rurais, a adoção de modelos de gestão em rede tem como principal fator impulsionador as políticas comunitárias de desenvolvimento rural, promovendo-se um “modelo de desenvolvimento mais participativo” (Romeiro, 2006:118), “abordagens que reclamam um maior aproveitamento dos recursos locais (físicos e humanos) e uma maior capacidade para responder de forma criativa e pró-ativa aos desafios da flexibilização, da gestão do conhecimento, da inovação e do desenvolvimento sustentável” (Romeiro, 2006:124).

No turismo rural, devido à sua tradicional característica de pequena escala de negócios e, por outro lado, devido à crescente diversidade e número de agentes envolvidos na sua gestão, a existência de uma organização em rede entre os diferentes *stakeholders*, públicos e privados, revela-se fundamental, podendo resultar numa maior coesão territorial que tenha como resultado a realização de ações conjuntas de forma a afirmar turisticamente um determinado produto ou território, que pode ser delimitado ou não a nível institucional e cujos recursos existentes podem ou não ser transversais a esses mesmos territórios. Neste ponto, pode-se mencionar o projeto ICCER – *Indústrias Culturais e Criativas em Espaço Rural*¹⁴, assim como podem ser mencionadas as redes das Aldeias Históricas, Aldeias de Xisto, Aldeias Vinhateiras do Douro, entre outras.

Apesar do que tem sido referido até aqui sobre a aplicabilidade dos sistemas de organização em rede ao turismo, Tremblay (1998) afirma que as redes têm sido pouco utilizadas para analisar o sistema turístico. No entanto, indica que a literatura cada vez mais assinala a existência de alianças e parcerias no turismo. Assim, Tremblay (1998) propõe três categorias de classificação de redes aplicadas ao

¹⁴ Este foi um projeto em rede entre nove Associações de Desenvolvimento Local da região norte de Portugal (Adriminho, Adril, Atahca, SoldoAve, Adersousa, Dolmen, Adrimag, Adritem e Probasto) apoiado pelo Programa da Rede Rural Nacional no contexto do anterior Quadro Comunitário de Apoio (2007-2013), mais especificamente no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural para o continente, o PRODER. No entanto, tal projeto já não se encontra ativo.

turismo com base nos conceitos de aplicação económica das redes segundo Richardson:

- **Redes horizontais** entre empresas ou entidades com características e serviços semelhantes que se aliam de forma estratégica para um maior alcance de mercado;
- **Redes verticais, laterais ou diagonais** entre entidades que oferecem serviços diferenciados, mas complementares, com o objetivo de melhorar a qualidade do produto global oferecido;
- **Redes locais** destinadas à coordenação de recursos (ativos - *assets*) complementares, como infraestruturas ou atrações públicas a um nível local, gerindo-os de uma forma cooperativa;

Para além destas tipologias de rede apresentadas, Tremblay (1998) refere que, em algumas alturas, uma entidade pode fazer parte de várias redes ao mesmo tempo. De facto, o turismo pode beneficiar destas formas de organização em rede de forma a criar vantagens competitivas face aos seus concorrentes, sendo os atores responsáveis pela criação das redes e a sua estrutura moldada pelo meio onde estas se desenvolvem e pelos objetivos propostos, tal como já foi referido anteriormente. Tanto os atores como os meios têm características particulares, características estas que determinam a qualidade do funcionamento da rede.

Portanto, as redes podem auxiliar no processo que pretende alcançar o desenvolvimento sustentável (em vários âmbitos) para os territórios rurais, quer a nível local, quer a nível regional. De igual modo, a formação de estruturas de organização em rede fomenta uma melhor utilização e otimização dos recursos endógenos, dinamizando os territórios, e a criação de um ambiente de maior comunicação e confiança, possibilitando uma maior facilidade na criação e implementação de estratégias e políticas locais de desenvolvimento turístico. Podemos então referir que o primeiro passo tendo em vista a implementação de redes diz respeito à perceção das vantagens deste tipo de gestão. Assim, o quadro III explicita, de forma resumida, alguns dos benefícios associados a estruturas de organização em rede aplicadas ao turismo em espaços rurais.

Quadro III - Benefícios de estruturas organizacionais em rede no contexto do turismo em espaço rural.

Benefícios
<ul style="list-style-type: none">• Maior facilidade de obtenção de crédito/financiamento, público ou privado;• Adição de maior valor económico aos recursos e produtos e alcance de economias de escala, resultando numa maximização do efeito multiplicador do turismo nas economias locais e promovendo a redução das fugas de capital do território a este nível;• Maior cooperação entre empresas/entidades da oferta, do setor público e privado, fomentando a sua competitividade no contexto geral do mercado através de um maior acesso e intercâmbio de informação, e fortalecimento da comunicação entre elas, facilitando o conhecimento e a inovação;• Maior poder de negociação com agentes externos;• Gestão, proteção e valorização mais eficaz dos recursos;• Aumento da estada dos turistas através da criação de produtos mais atrativos;• Reforço da identidade local, quer do território, quer da população que lá habita;• Maior visibilidade dos diferentes atores que compõem a rede, quer a nível individual, quer a um nível mais alargado e holístico, sobretudo se um dos atores tiver prestígio;• Realização de estratégias de marketing de maior escala, permitindo uma maior promoção/visibilidade dos territórios ou produtos turísticos;• Distribuição de esforços;• Partilha de riscos e, conseqüentemente, redução da incerteza inerente às ações realizadas.

Fonte: elaboração própria com base em autores citados por Breda & Pato (2014), Romeiro (2006), Ramos (2016) e Veloso (2009).

Contudo, importa sublinhar que a maximização dos benefícios das redes no seu total potencial depende da forma de funcionamento da mesma, da natureza das relações existentes e do contexto onde estas se desenrolam. Da mesma forma, apesar dos inúmeros benefícios dos sistemas de gestão em rede no turismo, tais como os que foram referidos, esta forma de organização é difícil de implementar, nomeadamente devido aos seguintes fatores:

- Dificuldade em estabelecer quais os atores que devem fazer parte da rede e a sua delimitação geográfica, ou seja, problemas em conceber a definição ou estrutura das redes (Dredge, 2006 e Minguzzi, 2006 cit. por Breda & Pato, 2014);
- Complexidade da própria implementação e da gestão das redes no geral (Morrison et al., 2004 cit. por Breda & Pato, 2014), pois as redes são dinâmicas, sendo constantemente redefinidas, ao mesmo tempo que os

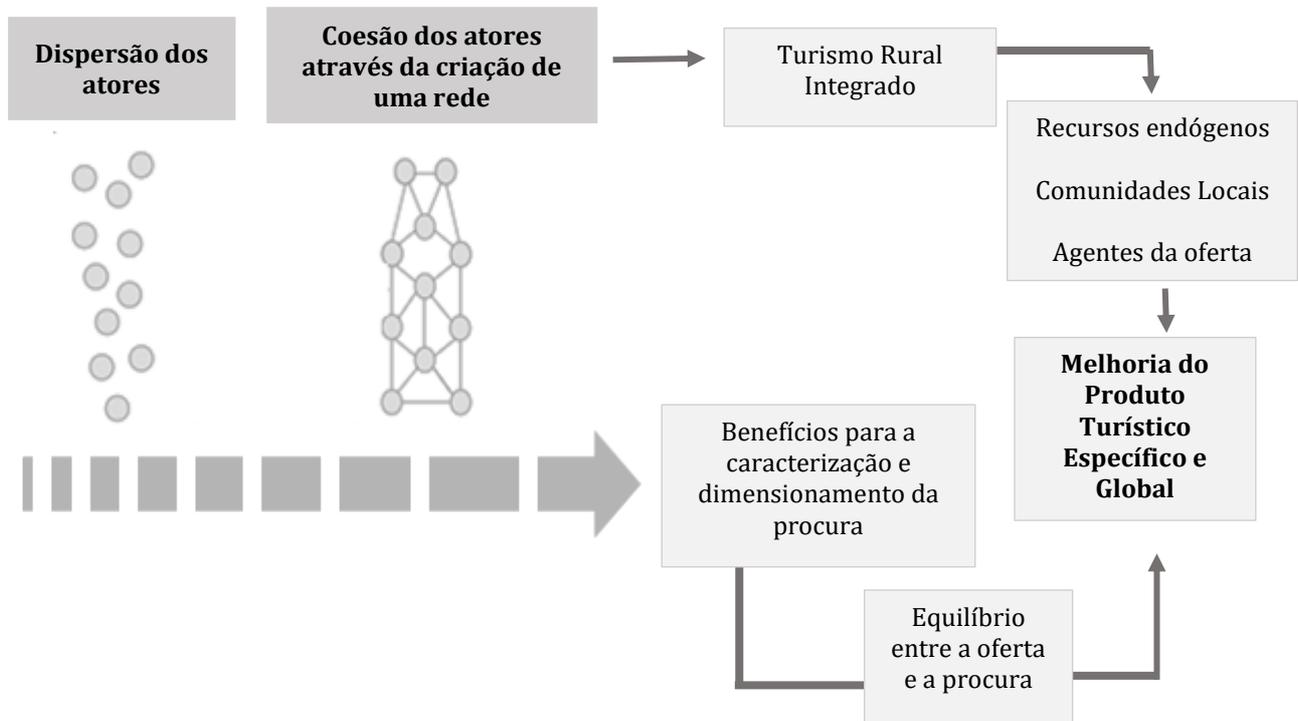
atores podem pertencer a diferentes redes ao mesmo tempo (Dredge, 2006 cit. por Veloso, 2009; Tremblay, 1998);

- Dificuldade de enquadramento institucional das formas de gestão em redes nos sistemas legais (Novelli et al., 2006 cit. por Veloso, 2009);
- Falta de representatividade de atores locais ou dificuldades da manutenção de um equilíbrio de poder nas redes, podendo resultar numa falta de compreensão face a ideias de atores com menos peso dentro da rede (Dredge, 2006 cit. por Veloso, 2009; Bramwell & Sharman, 1999 cit. por Romeiro, 2006);
- Redes com demasiados atores podem conduzir a uma diminuição da eficiência das trocas de informação e aprendizagem e, conseqüentemente, resultar numa possível morosidade na tomada de decisões (Romeiro, 2006);
- Visão fragmentada da rede em detrimento de uma visão holística das redes e pouca capacidade de ver os benefícios a longo prazo (Halme, 2001 cit. por Veloso, 2009);
- Ausência de um mecanismo ou dificuldade de medição/quantificação dos benefícios reais das redes, nomeadamente ao nível económico (Nilsson, 2003, cit. por Breda & Pato, 2014 e Veloso, 2009).

Tal como se encontra representado no esquema da figura 8, relativo à constituição de redes no contexto do espaço rural, a criação de sinergias contribui para uma maior coesão entre atores. Por sua vez, essa coesão promove um desenvolvimento integrado da atividade turística (Saxena & Ilbery, 2008) e uma melhor articulação ou equilíbrio entre a procura e a oferta (Breda & Pato, 2014; Veloso, 2009), culminando na melhoria do produto turístico específico e global (Middleton, 1989 cit. por Veloso, 2009).

Segundo Veloso (2009), a constituição de redes auxilia na articulação entre a oferta e a procura no sentido em que estas ajudam a dimensionar a oferta e a caracterizar a procura. Ao nível da dimensão da oferta, o autor afirma que as redes ajudam a definir o limite da atividade turística até ao qual se retiram benefícios para todos os atores sem que os recursos sejam comprometidos pela ultrapassagem da sua capacidade de carga, indo ao encontro da definição de turismo sustentável. Da mesma forma, o citado autor refere que a organização em rede dos diferentes atores ajuda na definição do segmento de mercado adequado a essa oferta, ou seja, ajuda a

caracterizar a procura, resultando num maior impacto económico positivo, pois os produtos e as campanhas de marketing serão criados tendo em conta essas mesmas características e, portanto, são mais eficazes. Esta perspetiva de Veloso (2009) é, assim, aplicada ao contexto do turismo rural.



Fonte: elaboração própria com base em Veloso (2009); Breda & Pato (2014) e Saxena & Ilbery (2008).

Figura 8 - Redes no contexto do turismo em espaço rural.

De igual modo, a criação de uma coesão entre os atores contribui para o desenvolvimento integrado da atividade turística nos espaços rurais, isto é, contribui para o envolvimento de todos os *stakeholders* locais essenciais para um desenvolvimento sustentável da atividade turística. A este desenvolvimento integrado da atividade turística nos espaços rurais, Saxena & Ilbery (2008) designam de Turismo Rural Integrado (TRI). Os autores definem TRI como o “turismo que é sustentado sobretudo por redes sociais que ligam explicitamente os atores locais com o objetivo de promover e manter de forma conjunta os recursos económicos, sociais, culturais, naturais e humanos nas localidades onde estes atuam” (Saxena & Ilbery, 2008:234).

Desta forma, o TRI é “forjado através da construção de redes que permitem aos atores (locais) desenvolver os recursos de forma conjunta, como as tradições locais, formas artísticas, celebrações, experiências, empreendedorismo e conhecimentos” (Saxena & Ilbery, 2008:236). Assim, importa realçar que o conceito de TRI implica uma conjunção de esforços entre os gestores dos recursos (organizações ou entidades de proteção e gestão dos recursos), as comunidades locais e as empresas ou agentes turísticos (agentes da oferta). De facto, os *stakeholders* locais são peças fundamentais neste processo de gestão da atividade turística nos espaços rurais, nomeadamente os organismos/entidades locais de turismo, “pois cabe a eles fomentar o relacionamento entre os diversos interessados na gestão do destino turístico, criando um sentido de união e ligação dentro do grupo” (Veloso, 2009:20).

Concluindo-se a explicação do esquema que se encontra representado na figura 8, resta então reafirmar que a criação de redes locais promove uma maior coesão entre atores, sendo que esta coesão contribui de forma decisiva para a melhoria do produto turístico específico e global oferecido nos espaços rurais através da promoção de um desenvolvimento integrado da atividade turística e através de uma melhor articulação entre a oferta e a procura.

Assim, a existência de uma coesão entre os diferentes atores ou *stakeholders* locais, através da criação de uma rede de cooperação, ajuda à criação de uma oferta coesa, articulada e organizada e contribui para um efetivo desenvolvimento económico de alguns territórios (Veloso, 2009), neste caso específico, territórios rurais, onde, tal como já foi mencionado, predominam os negócios de pequena escala e onde o efeito multiplicador se poderá fazer sentir de uma forma mais intensa se existir, de facto, uma coesão entre os diversos *stakeholders* envolvidos na dinamização turística destes espaços.

Importa ainda realçar que os benefícios do funcionamento em rede revelam-se tanto a nível individual, ou seja, em cada elemento ou ator que é parte constituinte da rede, mas também na sua globalidade, num sentido mais lato e holístico. Tal como referem Breda & Pato (2014:64) “a gestão em rede de destinos turísticos envolve lidar com diversos atores, que têm os seus interesses individuais, mas, ao mesmo tempo, podem beneficiar com ações que visem promover os *stakeholders* do destino”. Ao mesmo tempo, uma estrutura em rede contribui para uma maior coesão

entre diferentes territórios, sobretudo entre os que partilham entre si características idênticas, trazendo benefícios tanto no campo da gestão dos recursos, como nos campos da oferta e da procura.

A fechar este subcapítulo, destacamos a abordagem LEADER, na qual se enquadra a abordagem territorial DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) no âmbito do Portugal 2020, como uma abordagem comunitária que promove a constituição de parcerias (funcionamento em rede) entre agentes públicos e privados, tendo em vista o desenvolvimento rural como base na promoção de uma multifuncionalidade desses espaços, nomeadamente através da constituição de Grupos de Ação Local (GAL) e da elaboração de Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), sendo de salientar a AD ELO e a Terras de Sicó como os GAL dos quais fazem parte os municípios que constituem a base territorial desta dissertação.

Da mesma forma, podem-se mencionar as Comunidades Intermunicipais, como a CIM – Região de Coimbra, onde se encontram integrados os municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure, como entidades que fomentam a criação de parcerias a uma escala supramunicipal, nomeadamente no âmbito do turismo. Estas entidades serão mencionadas nesta dissertação aquando da proposta de uma cooperação em rede para valorizar no plano turístico os recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura.

No próximo capítulo será abordada a temática da orizicultura, fazendo-se uma ligação com o que é o estudo-caso desta dissertação.

4. Orizicultura

Esta dissertação tem na sua base prática a temática da orizicultura, que será enquadrada nos três municípios com maior produção de arroz da Região Centro (NUT II), num território que faz parte da última secção do Rio Mondego¹⁵, frequentemente denominado Baixo Mondego, a saber: Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure. Assim sendo, neste capítulo será feita uma introdução à temática da orizicultura, onde inicialmente será realizado um breve levantamento de algumas estatísticas referentes à produção de arroz a uma escala internacional e nacional.

De seguida, será abordada, embora de uma forma sintética, a história da cultura do arroz em Portugal e, de forma mais particular, no Baixo Mondego, pois a dimensão deste trabalho não permite um maior aprofundamento desta temática. Por último, será explicitada a relação entre orizicultura e turismo.

4.1. Breve análise estatística da atividade orizícola

Segundo o *Worldatlas*¹⁶, mais de 3,5 mil milhões de pessoas têm o arroz como alimento base da sua alimentação, ou seja, cerca de metade da população mundial. Tal é a importância do arroz na alimentação global que as Nações Unidas declararam o ano de 2004 como o ano internacional do arroz. Mendes (2005) refere alguns fatores que contribuem para o sucesso do cultivo deste cereal a nível mundial, como: o papel diversificado que desempenha na alimentação, quer em pratos salgados, quer em pratos doces, sendo ainda de referir a sua utilização em bebidas (bebidas de arroz, vinho ou aguardente, como o *Saquê*, bebida alcoólica japonesa feita à base da fermentação do arroz¹⁷); a sua elevada produtividade; o seu ciclo vegetativo

¹⁵ Rio que nasce a sensivelmente 1.500 metros, no Corgo-das-Mós (Serra da Estrela), e desagua no Oceano Atlântico na cidade da Figueira da Foz, após um percurso de 227 Km (Martins, 1940). Segundo o mesmo autor, esta última secção do Rio Mondego corresponde à sua 4ª secção, que “tem o seu início mal o rio entra na orla mesozóica, e vai até ao mar”, estendendo-se “sobre as aluviões depositadas através dos tempos” (Martins, 1940:86).

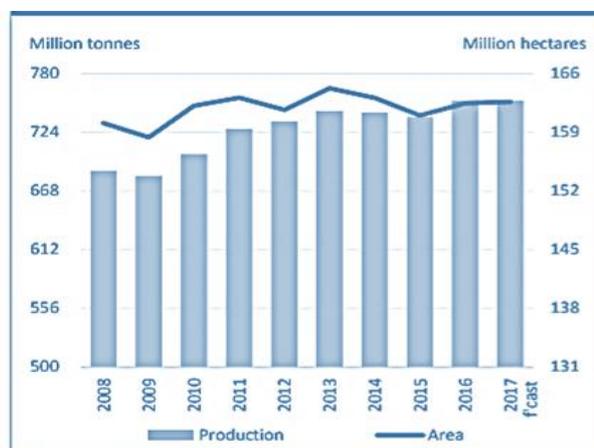
¹⁶ <http://www.worldatlas.com/articles/the-countries-producing-the-most-rice-in-the-world.html>, consultado em 31/10/2017.

¹⁷ Braudel (1979:125) afirma mesmo que o arroz era utilizado na China para fazer vinho que “embriaga melhor do que o vinho de Espanha”. É de referir que o arroz era igualmente utilizado em

relativamente reduzido (5 a 6 meses); e a sua adaptação a uma grande diversidade de solos e climas.

A importância deste cereal na alimentação reflete-se na quantidade de arroz produzido a nível mundial, sendo cultivado em cerca de 112 países, numa área que se estende da latitude 53ºN a 35ºS, tal como demonstrado na figura do anexo I (Almeida & Marques, 2013). O arroz é uma das três principais culturas alimentares no mundo, sendo o milho e o trigo as outras duas, esperando-se que a produção continue a crescer nos próximos anos¹⁸.

A figura 9 demonstra a evolução do total de produção de arroz a nível mundial e a superfície de cultivo a ela destinada para o período temporal 2008-2017, verificando-se uma tendência de crescimento no que diz respeito à produção, embora com alguns anos de decréscimo pouco acentuado. Já no que diz respeito à superfície de produção, observa-se uma maior oscilação ao longo dos anos. Contudo, verifica-se que a relação entre os dois indicadores apresentados, produção (toneladas) e dimensão da área de produção (hectares), não é linear. Por exemplo, um aumento da área de produção poderá não corresponder a um aumento efetivo da produção.



Fonte: adaptado de FAO (2017).

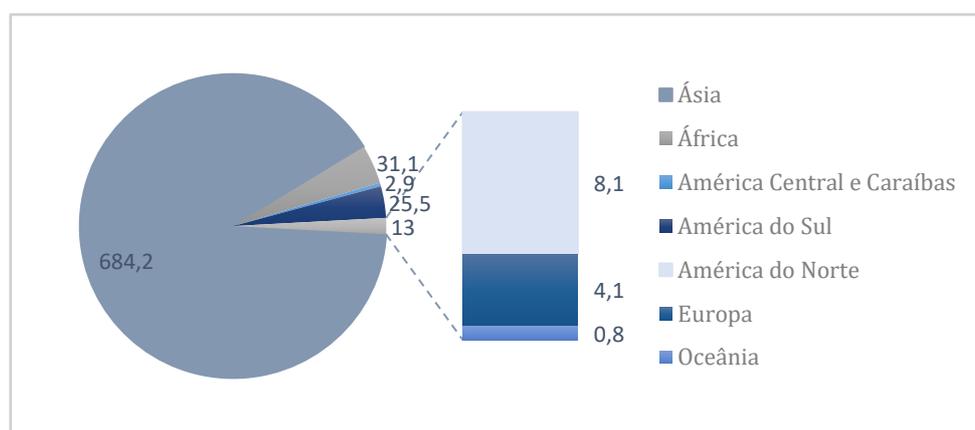
Figura 9 - Produção global de arroz (milhões de toneladas e de hectares) no período temporal 2008-2017, a uma escala mundial.

bebidas para fins medicinais, nomeadamente durante o Império Romano (Sharma, 2010; Wickizer & Bennet, 1941 cit. por Grist, 1975).

¹⁸ <http://www.worldatlas.com/articles/the-countries-producing-the-most-rice-in-the-world.html>, consultado em 31/10/2017.

Dos 756.7 milhões de toneladas de arroz em casca produzidos no ano de 2017 (projeções), a maior percentagem é respeitante ao continente asiático (FAO, 2017), como é evidente na figura 10, distanciando-se em muito dos outros continentes. De facto, segundo o *Worldatlas*¹⁹ e a FAO (2017), verifica-se uma clara superioridade do continente asiático no que diz respeito à produção de arroz (toneladas) e à área de cultivo a ela destinada (hectares), nomeadamente da Índia e da China, que se destacam em relação a todos os outros países, tal como se pode verificar na tabela do anexo II.

De acordo com a FAO (2017), a maior parte do arroz produzido é utilizado para consumo humano (com uma previsão de cerca de 80.5% para a época agrícola 2017-2018), sendo referido que se prevê que o consumo global de arroz *per capita* para a época agrícola 2017-2018 fique na ordem dos 53.9Kg por pessoa.



Fonte: elaboração própria com base em FAO (2017).

Figura 10 – Produção de arroz (milhões de toneladas) por diferentes regiões do globo no ano de 2017.

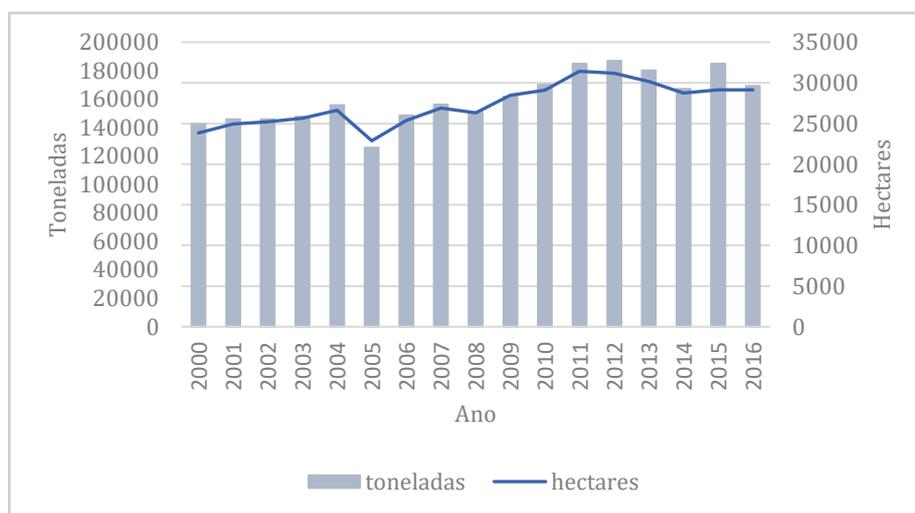
É ainda importante referir que, apesar da superioridade dos países asiáticos no que diz respeito ao consumo de arroz, outras regiões do globo têm vindo a aumentar o consumo deste cereal, cenário este que não se pode desligar do crescimento populacional e do aumento dos rendimentos. Relativamente ao nosso país, pode-se afirmar que o consumo de arroz é muito superior à dos restantes países europeus, razão pela qual os portugueses são conhecidos como os “chineses da Europa” (Costa, 2017). Para ilustrar tal afirmação, basta referir que a maior parte

¹⁹<http://www.worldatlas.com/articles/the-countries-producing-the-most-rice-in-the-world.html>, consultado em 31/10/2017.

das famílias portuguesas consomem este cereal, pertencendo mesmo à categoria dos bens básicos (Costa, 2017). No ano de 2016, o consumo de arroz branqueado em Portugal foi de 15.6Kg de arroz por habitante (INE, 2017b), média esta que, no entanto, se situa muito abaixo da média mundial de consumo de arroz *per capita*.

Com base em dados da FAO²⁰, no ano de 2016 Portugal representou 4.01% do total da produção a nível europeu e 4.38% do total de área cultivada no que diz respeito a este cereal. Apesar de uma percentagem relativamente diminuta no contexto europeu, se tivermos em conta a dimensão física do território nacional, Portugal apresenta valores bastante significativos. Assim, tal como demonstrado no mapa do anexo III, Portugal é um dos países mais relevantes no que diz respeito à produção de arroz na Europa.

Na figura 11 encontra-se representado o total de produção de arroz e de área cultivada para o período 2000-2016 em Portugal. Tal como podemos observar, verifica-se uma evolução positiva nos dois indicadores, embora de uma forma não linear, uma vez que se verificam decréscimos de valores em alguns anos. Podemos igualmente afirmar que, na maioria dos anos, os dois indicadores variam de forma coincidente.



Fonte: elaboração própria com base em FAO (dados retirados do site <http://ricestat.irri.org:8080/wrsv3/entrypoint.htm>)

Figura 11 - Produção de arroz (milhões de toneladas e de hectares) em Portugal, no período 2000-2016.

²⁰ Dados retirados do site <http://ricestat.irri.org:8080/wrsv3/entrypoint.htm>, consultado em 20/03/2018.

Quanto ao ano de 2016, verifica-se que se produziu 169 289 toneladas de arroz, numa área de 29 149 hectares (tabela 1).

Tabela 1 – Produção de arroz (milhões de toneladas e hectares) por NUT II em Portugal continental no ano de 2016.

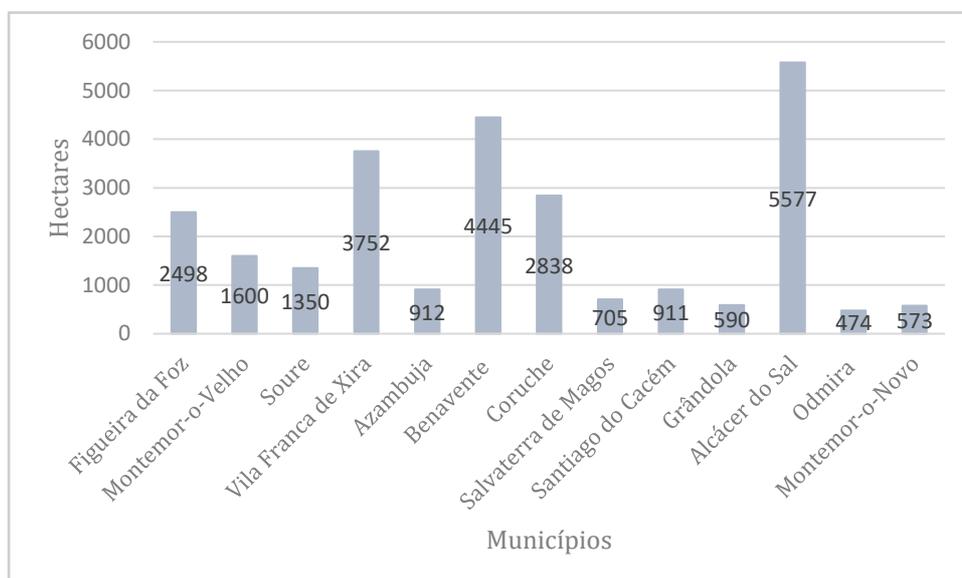
Distribuição geográfica	Superfície (ha)	Produção (tnl)
Continente	29 149	169 289
Norte	-	-
Centro	6 351	33 307
Área Metropolitana de Lisboa	5 105	28 297
Alentejo	17 489	106 838
Algarve	204	847

Fonte: elaboração própria com base em INE (2017b).

Analisando a referida tabela, é possível verificar que a região (NUT II) com maior produção de arroz em Portugal é o Alentejo (59.9% do total da área de produção e 63.1% do total da produção), seguido da Região Centro (21.7% do total da área de produção e 19.6% do total da produção), onde se encontram inseridos os municípios analisados nesta dissertação. Por último, encontramos a Área Metropolitana de Lisboa (17.5% do total da área de produção e 16.7% do total da produção) e a Região do Algarve, que, no entanto, apresenta um grande distanciamento em relação às três primeiras regiões (0.6% do total da área de produção e 0.5% do total da produção). Já a Região Norte não apresenta quaisquer valores em ambos os indicadores, sendo a única região (NUT II) de Portugal continental onde não existe produção de arroz.

Na figura 12 encontram-se identificados os municípios com maior área de produção de arroz em Portugal, segundo dados referentes ao ano de 2011. De acordo com a referida figura, os municípios com maior área de produção de arroz no nosso país estão agrupados em seis distritos, sendo que três dos municípios correspondem aos municípios que servem de base territorial a esta dissertação: Coimbra (Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Soure); Lisboa (Vila Franca de Xira, Azambuja); Santarém (Benavente, Coruche, Salvaterra de Magos); Setúbal (Santiago do Cacém, Grândola, Alcácer do Sal); Beja (Odemira); e Évora (Montemor-o-Novo).

O município com maior área de produção no vale do Mondego, segundo a figura 12 é o da Figueira da Foz, seguido de Montemor-o-Velho e, por último, o de Soure.



Fonte: elaboração própria com base em Almeida & Marques (2013).

Figura 12 - Área de produção (hectares) de arroz por principais municípios produtores em Portugal, no ano de 2011.

Tal como se encontra representado na figura do anexo IV, Portugal encontra-se classificado como um país importador de arroz, uma vez que as importações são superiores às exportações de arroz (anexo V). Do arroz que importamos, a grande maioria corresponde a arroz agulha, e ainda uma percentagem de arroz de outras categorias, como *basmati*, aromático e *risotto*, sendo que somos autossuficientes em arroz carolino.

4.2. O cultivo do arroz em Portugal

Atribui-se aos árabes a chegada do arroz a Portugal, tendo sido eles um dos principais intermediários da passagem deste cereal do oriente para o ocidente. De facto, os árabes, mais propriamente os mouros, desempenharam um papel importante na difusão do cultivo do arroz na Europa. No século VIII este cereal passou a ser cultivado na Península Ibérica, mais precisamente em Valência, e seguidamente em Portugal, tendo como intermediários precisamente os mouros. Prova disso será a própria designação “arroz”, que deriva da palavra árabe *roz* (*al*

roz) (Viana e Silva, 1969). No entanto, pensa-se que em Portugal a cultura do arroz só se desenvolve a partir do reinado de D. Dinis (1279-1325), dando jus ao seu cognome de “*O Lavrador*”.

Não obstante, Mendes (2005) refere que, tal como acontece a uma escala mundial, existem dúvidas acerca da génese do cultivo do arroz no nosso país, remetendo para um artigo elaborado por Armando de Castro em 1968 para o *Dicionário de História de Portugal*, denominado “Orizicultura”. Este artigo refere que as informações que levam a crer que a cultura do arroz já se realizava em Portugal no reinado de D. Dinis, tal como mencionado pela *Monarquia Lusitana*, ainda não foram comprovadas (Castro, 1968 cit. por Mendes, 2005), sendo possível que ao longo dos séculos fosse realizado o cultivo de arroz apenas de forma esporádica e em diversos locais.

Indiscutível parece ser o facto de que o cultivo do arroz só ganha dimensão no panorama da agricultura portuguesa na época contemporânea, mais precisamente nos finais do século XVIII, inícios do século XIX, sendo que uma das mais fiáveis informações acerca da temática é referente a Avelar Brotero, que em 1804 afirmava que o arroz crescia na área de Montemor-o-Velho e a sul do Tejo, como Grândola, Sines e Comporta (Castro, 1968 cit. por Mendes, 2005). O crescimento mais acentuado da orizicultura no século XIX deve-se sobretudo ao rendimento mais elevado desta cultura quando comparada com outras produções, como a produção tradicional de milho e feijão (Vaquinhas, 1991; 2006).

Não se pode abordar a história do arroz em Portugal sem se referir a problemática do sezonismo ou paludismo, doença epidémica que pôs em causa a prossecução desta cultura no nosso país, pois estava associada a um aumento da mortalidade nos territórios onde era praticada. Desta forma, tal como afirma Vaquinhas (2005a:11) “num debate cruzado, pró ou contra arrozais, envolvendo sobretudo médicos agrónomos e proprietários de campos de arroz, a orizicultura tanto era condenada por prejudicial à saúde pública, como glorificada pelos interessados na sua expansão, contra-argumentando-se com a benignidade dos arrozais das longínquas Índia ou China”, sendo que, por um lado, se encontravam os interesses dos orizicultores e, por outro, daqueles que lutavam contra o aumento da mortalidade.

Esta doença, provocada pela picada de um mosquito denominado anófeles (*anopheles*), provocava febres intermitentes, sendo que “normalmente, as grandes alterações físicas são a anemia, hipertrofia do baço e febres acompanhadas de mal-estar e arrepios” e ainda “dores violentas, transtornos digestivos e excitação ou depressão nervosas” (Câmara Municipal de Benavente, 2009:45). Os campos do Mondego não foram alheios a esta realidade, sendo que Martins (1940) cita Loureiro (1874) ao referir-se a um holocausto para descrever o que se passava, pois para se produzir 16 hectolitros de arroz perdia-se uma vida (Martins, 1940; Vaquinhas, 2005a; Mendes 2005), levando a que no distrito de Coimbra a cultura do arroz fosse proibida por decreto régio (Mendia, 1883). Apesar de ser hoje unânime que a causa da doença eram as águas estagnadas dos pântanos, naturais ou criados pelo homem, criando-se zonas miasmáticas, durante muitos anos culpou-se a cultura do arroz por tantas mortes (Vaquinhas, 2005a).

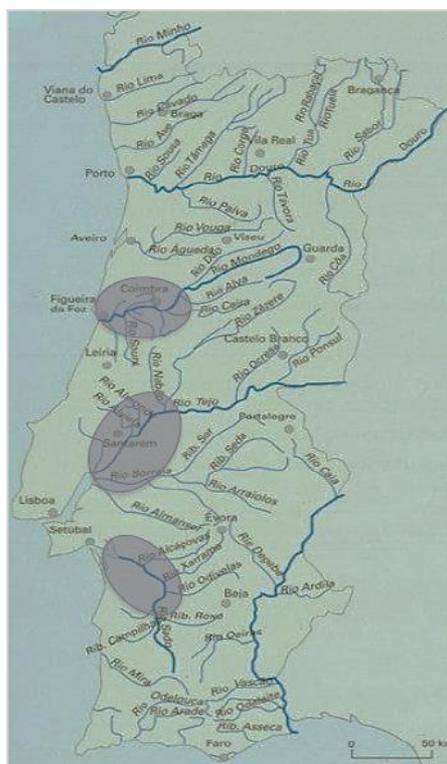
Passados os tempos controversos da cultura do arroz, esta foi crescendo, de forma maioritária em grandes bacias hidrográficas. Já no século XX, mais precisamente a partir dos anos de 1930, surgiu uma nova vaga de expansão, favorecida por pautas alfandegárias protecionistas dos produtos nacionais com o objetivo de promover a produção nacional, a que acresce o facto de se ter verificado um aumento do preço do arroz proveniente dos países coloniais e a facilidade de escoamento e garantia dos preços praticados através da Comissão Reguladora do Comércio do Arroz, criada em 1933 (Vaquinhas, 1991; 2006).

O mesmo é referido na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, onde é afirmado o seguinte: “a nossa produção de arroz, que teve sempre uma proteção aduaneira especial, tem-se desenvolvido extraordinariamente nos últimos tempos, graças à proteção do Estado e às limitações que pelo regime corporativo se têm feito à importação do arroz estrangeiro”²¹. Assim sendo, “de 1933 ao final da década de 1940, as áreas cultivadas mais que duplicaram, garantindo, sobretudo durante a II Guerra Mundial, as necessidades de consumo interno” (Vaquinhas, 2005b:69). De igual modo, Viana e Silva (1969) refere a expansão do cultivo do arroz a partir de 1933, destacando ainda o “notável desenvolvimento técnico” (Viana e Silva, 1969:15) a partir dessa data.

²¹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol. 3), p. 384-385.

Em meados do século XX, o arroz era cultivado de forma mais dispersa no território português, nomeadamente em locais dos distritos de Aveiro (Estarreja e Águeda, e também Mira) e Faro (Aljezur)²², ao contrário do que acontece atualmente, isto embora o núcleo central de produção de arroz tenha sido sempre os territórios circundantes de quatro bacias hidrográficas principais, tal como representado na figura 13: vale do Sado, vale do Tejo e Sorraia e vale do Mondego.

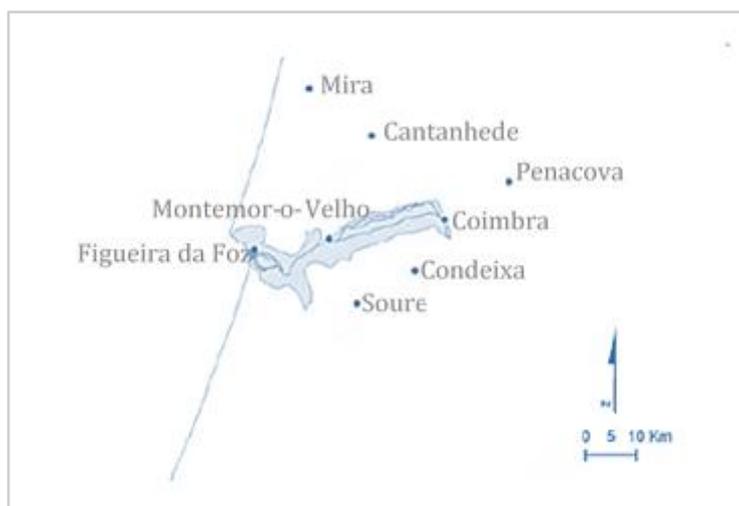
Quanto ao cultivo do arroz no Baixo Mondego, sobre o qual vamos falar de seguida, a principal área de produção diz respeito à planície aluvial, que se estende de Coimbra à Figueira da Foz, tal como demonstrado na figura 14. Este território corresponde à segunda maior área de produção de arroz em Portugal segundo o INE (2017b), sendo um território histórico de produção de arroz, onde a paisagem dos campos é uma das suas imagens de marca. De facto, os solos do Baixo Mondego são bastante ricos, sendo mesmo considerados uns dos solos mais férteis do país, onde a economia agrária marca o território.



Fonte: adaptado de Almeida & Marques (2013).

Figura 13 – Mapa das principais áreas de cultivo de arroz em Portugal.

²² *Idem.*



Fonte: adaptado de Moreira (2008).

Figura 14 – Mapa da planície aluvial do Mondego.

4.3. O cultivo do arroz no Baixo Mondego

Tal como referido anteriormente, no Baixo Mondego os campos de arroz encontram-se numa zona privilegiada, quer pelas características dos solos, quer pelas condições naturais de encharcamento dos campos, outrora constantemente sujeitos a inundações frequentes por parte das águas do Rio Mondego²³.

²³ Enquanto no verão o rio Mondego baixava o nível das águas, no inverno, transformava a cidade de Coimbra numa autêntica Veneza “com as mais caricatas imagens das ruas transformadas em canais, de edifícios afogados, de alvoroço por toda a urbe” (Sousa, 2013:63), obrigando, em tempos passados, ao abandono de alguns mosteiros conimbricenses como os de Sant’Anna, Santa Clara, São Francisco e São Domingos (Sousa, 2013; Martins, 1940). Tal panorama refletia-se igualmente nas zonas rurais, mais precisamente nos campos do Mondego a jusante de Coimbra, onde a água chegava a isolar localidades.

As cheias do Mondego eram, e continuam a ser, provocadas por um assoreamento do rio, em parte devido ao seu efeito erosivo e carácter torrencial (Martins, 1940). Contudo, tal como referem Mariano & Silva (1992) e Martins (1940) nem sempre assim foi. O Baixo Mondego, antes do povoamento do território português, estaria coberto por uma densa camada vegetal. A partir do século XII, com a “limpeza” das margens do rio, nomeadamente com o arroteamento de terras para a introdução de culturas agrícolas nas suas margens, as características do rio foram alteradas (Mariano & Silva, 1992; Martins, 1940). Assim sendo, tal como afirma Martins (1940), o assoreamento do rio Mondego teve intervenção humana, e já no século XV se verificava um reconhecimento dos problemas de assoreamento do mesmo (Mariano & Silva, 1992; Martins, 1940).

Depois de algumas tentativas infrutíferas de controlar o rio, merece destaque a obra do padre engenheiro-hidráulico Estevão Cabral, que se iniciou em 1791 e terminou em 1807 com o eclodir das invasões francesas, embora nos últimos anos tenha sido dirigida por Andrade e Silva. Este projeto estendia-se de Coimbra até um pouco mais a jusante de Montemor-o-Velho (na confluência do rio Mondego com o rio Fôja). Apesar dos efeitos nefastos das cheias, Martins (1940) afirma que se deve a elas a aptidão agrícola dos terrenos a jusante de Coimbra, isto apesar de afirmar que estas são, de forma ambígua, também responsáveis pela destruição de muitos hectares de cultura.

A bacia inferior do rio Mondego é um espaço histórico de produção de arroz, sendo que segundo Avelar Brotero os terrenos em redor de Montemor-o-Velho são dos locais mais antigos onde se produz arroz (Vaquinhas, 2006), isto apesar de afirmar que a data de introdução do cultivo do arroz nos campos do Mondego não é precisa. No entanto, “fontes historiográficas diversas permitem concluir que o arroz já era cultivado na segunda metade do século XVIII”, pois “os frades do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Frades Crúzios), um dos mais poderosos proprietários de terras nos Campos do Mondego, praticavam a orizicultura na sua Quinta de Fôja, propriedade que funcionou como quinta experimental para várias culturas, entre as quais o arroz” (Vaquinhas, 2006:15). Desta forma, a mesma autora afirma que “o desenvolvimento da orizicultura nos campos do Mondego, provavelmente desde o século XVII, teve a marca empreendedora dos Frades Crúzios” (Vaquinhas, 2006:15), isto apesar de só se ter ampliado a partir de 1856.

Assim, podemos afirmar que, apesar de já existente numa época anterior, o cultivo de arroz no Baixo Mondego poderá ter sofrido um processo de evolução mais considerável apenas no século XIX. Tal panorama encontra-se refletido na seguinte expressão, que data de 1874, onde se pode ler que *“ainda ha meio seculo desconhecida nos campos de Coimbra (a cultura do arroz) principiou a crescer e a*

Ainda antes do século XX os campos do Mondego foram alvo de obras levadas a cabo pela Direção das Obras Públicas do Mondego, criada em 1841 (Vaquinhas, 1991), com o objetivo de fazer face aos “condicionalismos naturais, inerentes à topografia dos solos – baixos, facilmente desagregáveis, escoadouros naturais do rio e sem inclinação que lhes facilitasse a drenagem, tornando-os verdadeiras tinas de água estagnada, insalubres e improdutivos” (Vaquinhas, 1991:690). Já no século passado foram realizadas obras de grande envergadura de regularização do leito do rio, obras estas que tiveram na sua base um conjunto alargado de objetivos, com destaque para o controlo das cheias, mas também para a otimização dos recursos hídricos (para a produção de energia, abastecimento de água para as populações e indústrias, entre outros objetivos).

Porém, estas últimas obras promoveram o desenvolvimento socioeconómico dos férteis terrenos agrícolas do Baixo Mondego através da criação de um novo paradigma hidroagrícola para a região, que veio alterar a forma de produção de arroz até então. Deste modo, de forma a aproveitar a vocação dos campos agrícolas a jusante de Coimbra, “procedeu-se à regularização do leito do rio e dos seus principais afluentes, criando diques longitudinais, ao longo das margens desses leitos”, instalando-se “um sistema de inundação controlada dos campos” (Lourenço, 1986:50-51). Estas obras resultaram num aumento dos hectares cultiváveis deste território e, por outro lado, numa redução do número de prédios agrícolas, resultado do emparcelamento dos terrenos.

No entanto, é de referir que as obras hidroagrícolas ainda não terminaram, existindo algumas seções por finalizar no que diz respeito a alguns afluentes do Mondego, cujas obras se vão iniciar brevemente, como no vale do rio Pranto, onde o cultivo do arroz ainda se faz de forma tradicional no que diz respeito à condução da água. Assim, apesar destas obras de carácter hidroagrícola terem beneficiado a agricultura, não só através do emparcelamento e da criação de redes secundárias de rega, drenagem e viárias, o cenário de cheias tem-se repetido, continuando a existir problemas com o assoreamento do rio e, por conseguinte, problemas para os campos do Mondego e para a sua população, afetando culturas agrícolas que são determinantes para a sobrevivência económica de muitas famílias, com destaque para a orizicultura.

desenvolver-se em tão rápida escala, que ha dez annos accupava quasi a decima parte da vasta superficie sujeita às inundações do Mondego” (Loureiro, 1874:351-352 cit. por Vaquinhas, 1991:689).

Com efeito, é assinalado que as religiosas do Convento de Nossa Senhora do Carmo de Tentúgal utilizavam a variedade de arroz carolino cultivada na região, sendo muitas as referências ao “*arros carolino*” nos seus “Livros de Receitas e Despesas da segunda metade do Séc. XIX” (Vaquinhas, 2006:18). Assim sendo, até meados do século XIX, a cultura do arroz manteve-se secundária na região, desenvolvendo-se com avanços e recuos até ao século seguinte (Vaquinhas, 2006). No século XX a expansão da orizicultura nos campos do Mondego encontra-se relacionada com as obras de regularização do caudal central do Rio Mondego e com as obras hidroagrícolas.

Quanto aos municípios estudados nesta dissertação, Mendia (1883) apresenta um relatório que se constitui uma grande fonte de informação acerca da orizicultura no distrito de Coimbra no século XIX, sendo possível encontrar informação relativa ao número de orizicultores e às práticas ou técnicas de cultivo utilizadas. Atualmente, a variedade de arroz produzida nos campos do Mondego é a *japónica*, que deriva da subespécie de arroz asiático (*Oryza Sativa*), materializando-se em diferentes sub-variedades como *Aríete*, *EuroSis*, *Augusto*, *Vasco* e *Luna* (Comissão Europeia, 2015).

4.4. A orizicultura e o turismo

Ao longo da sua história a orizicultura foi responsável pela criação de um legado patrimonial a diversos níveis, tendo desempenhado um papel fundamental na construção de algumas sociedades, legado esse que é preservado um pouco por todo o mundo, nomeadamente através da classificação pela UNESCO de duas paisagens relacionadas com o arroz, pois o arroz é um elemento identitário dos povos e dos territórios.

Essas paisagens classificadas são os Terraços de Arroz de *Honghe Hani*, na China, e os Terraços de Arroz das Cordilheiras Filipinas, na ilha de Luzon, dois locais onde o arroz constitui a base de muitas das crenças e tradições das suas populações, sendo a forma como se dispõem estas paisagens de cultivo do arroz o reflexo de

milhares de anos de ação humana sobre a paisagem primitiva, com características topográficas distintas, na maioria de origem montanhosa, e o reflexo de um aproveitamento das condições naturais desses territórios, em particular no que diz respeito aos sistemas de irrigação.

Os Terraços de Arroz das Cordilheiras Filipinas, em Luzon, localizados a cerca de 2000 metros de altitude acima do mar, são “esculpidos” há mais de dois milénios pela população nativa do grupo étnico *Ifugao*²⁴. Devido à beleza desta paisagem, esta é muitas vezes catalogada como a “oitava maravilha do mundo” ou “escadas para o paraíso” e, em 1995, foi classificada como Património da Humanidade, sendo considerada “um excecional exemplo de uma paisagem cultural²⁵ evoluída e viva”²⁶, construída com base em métodos sustentáveis de utilização dos recursos comunitários.

Devido às ameaças geradas pelo turismo, pelas evoluções tecnológicas e políticas e também pela saída da população para as cidades, pondo em causa o seu equilíbrio em vários âmbitos (social, ecológico, religioso, etnográfico, entre outros), esta paisagem foi inscrita na lista do Património Mundial em Risco no ano de 2001, e, entretanto, retirada em 2012. Em 2008 os cânticos indígenas da população *Ifugao* foram classificados como Património Cultural Intangível da Humanidade.

²⁴ Para ver vídeo elucidativo acerca desta comunidade visitar <http://whc.unesco.org/en/list/722/video>, consultado em 27/10/2017.

²⁵ O primeiro instrumento legal a nível internacional a reconhecer a categoria de paisagem cultural foi a Convenção do Património Mundial da UNESCO, em 1992, passando a lista do Património Mundial da Humanidade a integrar mais uma categoria. O conceito de paisagem cultural diz respeito a paisagens que resultam de uma relação de simbiose entre natureza e a humanidade. Assim, uma paisagem cultural é um reflexo do processo evolutivo da humanidade durante séculos. Tal como refere Simões (2015:13) “as paisagens culturais são as expressões das atividades humanas; elas constroem-se a partir da utilização e transformação dos elementos da natureza pelo homem”, sendo uma “construção humana”.

Segundo a referida convenção, as paisagens culturais podem ser subdivididas em três subcategorias: paisagens claramente definidas (concebidas intencionalmente pelo ser humano), paisagens evolutivas (vivas ou fósseis) e paisagens associativas (associação entre património natural e aspetos religiosos e/ou espirituais da humanidade). Até à atualidade foram inscritas 102 paisagens na lista do Património Mundial como paisagens culturais. Em Portugal estão inscritas nesta categoria três paisagens: Paisagem Cultural de Sintra, Região do Alto Douro Vinhateiro e a Paisagem da Cultura Vinhateira da Ilha do Pico. Também as paisagens orizícolas são um exemplo de paisagens culturais, onde a natureza e o ser humano interagem, em alguns casos, há milhares de anos, criando-se paisagens e mosaicos de grande beleza que são o reflexo da história, da cultura e tradições das comunidades que trabalham os campos.

²⁶ <http://whc.unesco.org/en/list/722/>, consultado em 27/10/2017.

Os Terraços de Arroz *Honghe Hani*, paisagem cultural situada na província de *Yunnan*, nas Montanhas de *Ailao*, nas margens do rio Hong, foram inscritos na Lista do Património Mundial da Humanidade no ano de 2013. Esta paisagem foi moldada pela comunidade *Hani*, que se divide em 82 aldeias, vivendo em casas vernaculares construídas de forma tradicional entre o topo das montanhas e os socacos, onde é semeado o arroz há cerca de 1300 anos²⁷. No que diz respeito ao turismo não se manifestam efeitos negativos, sendo que a atividade turística nestes locais se encontra ainda no início, apesar de se verificar um rápido crescimento da atividade. Estes locais são protegidos pelo Ministério da Cultura da China em conjunto com outros planos, leis e regulamentações que contribuem para a sua correta gestão e monitorização.

Com efeito, estes locais são um exemplo excepcional ao nível das paisagens culturais, onde a natureza e o ser humano vivem em plena harmonia. Em Portugal, as paisagens dos campos de arroz são bastante diferentes das paisagens asiáticas, no entanto, não se pode deixar de referir a intensa relação com a história e cultura de inúmeras populações que sofriam com o cultivo do arroz ao mesmo tempo que dele dependiam para sobreviver, marcando a vida socioeconómica, a paisagem e o legado cultural de muitos territórios, como é o caso dos municípios que são abordados nesta dissertação.

Com a diversificação crescente do turismo, onde se verifica uma abertura em relação a novos segmentos de atividade, a orizicultura tem sido alvo de interesse turístico em diferentes partes do mundo, quer devido às belas paisagens que proporciona, quer devido às tradições que lhe estão associadas. Tal panorama manifesta-se igualmente em Portugal, onde nos últimos anos se tem verificado uma valorização turística de diversos elementos associados à orizicultura. Assim sendo, de seguida serão identificadas algumas formas de valorização da orizicultura (e de alguns recursos patrimoniais que lhe estão associados) no nosso país.

A Herdade da Comporta, com cerca de 12.500 mil hectares e integrada na Reserva Natural do Estuário do Sado, encontra-se localizada num território pertencente a dois municípios, o de Alcácer do Sal e o de Grândola. Em 1836 esta herdade viu surgir a cultura do arroz, sendo durante muitos anos uma área

²⁷ Para saber mais sobre os Terraços de Arroz *Honghe Hani* visitar <http://whc.unesco.org/en/list/1111>, consultado em 27/10/2017.

unicamente de produção agrícola e silvícola. No entanto, na atualidade apresenta também uma valência turística, onde a orizicultura desempenha um papel diferenciador, dominando uma grande parte da sua paisagem.

Assim, uma das valências da atividade turística na Herdade da Comporta diz respeito ao Museu do Arroz²⁸ (anexo VI), sendo que o objetivo do referido museu é consagrar o papel da orizicultura na região e na vida da sua população. Esta unidade museológica, que se encontra inserida numa antiga fábrica de descasque de arroz que data de 1952 (data do início da história do descasque do arroz na herdade) e que foi reabilitada em 2006 para a atividade turística, contribui assim para a divulgação do património local e para a divulgação da história da orizicultura num território onde se verifica a existência de cerca de 1000 hectares de arrozais. De facto, “o museu constitui um destacado equipamento cultural que consagra a orizicultura, tanto como tema central na leitura da identidade da região, como fator de dinâmicas culturais positivas para as sociedades locais”²⁹.

No local que é hoje o “Centro de Artes e Cultura de Ponte de Sor” existia antigamente uma unidade industrial do arroz, denominada “Fábrica de Moagem de Cereais e Descasque do Arroz de Ponte de Sor” (anexo VII), que é atualmente o palco da “Festa do Arroz” e o local onde existe um restaurante denominado “Fábrica do Arroz”. O espólio de arqueologia industrial que fazia parte da antiga fábrica, que começou a laborar em 1920, irá ser a base para a criação de um museu destinado a promover a indústria de moagem e descasque do arroz em Ponte de Sor e o seu papel para a economia local no século passado, uma iniciativa da câmara municipal.

A “Festa do Arroz” (anexo VIII), promovida pelo município de Ponte de Sor, vai na sua 5ª edição, e inclui a realização de inúmeras atividades, como caminhadas, conferências, colóquios, visitas guiadas aos núcleos de arqueologia industrial da fábrica já referida, um concurso de arroz doce e, no caso da última edição (24 de março de 2018), a realização de atividades integradas no contexto de oficinas

²⁸Inicialmente o Museu do Arroz não passava de um restaurante. Tal como afirma Duarte (2006), a valorização estreitamente gastronómica e comercial do arroz relegava para segundo plano todo o universo produtivo, sendo a fábrica de descasque onde este museu se encontra inserido um simples cenário de fundo estático, “numa estratégia que se preocupava apenas com o consumo do produto, sem sequer mencionar a sua riqueza nutritiva ou até a sua origem geográfica e a longa e complexa história da sua produção na região” (Duarte, 2006:320), não se verificando uma articulação dos diferentes elementos patrimoniais (materiais e imateriais) relacionados com a orizicultura.

²⁹ <http://www.herdadedacomporta.pt/pt/turismo/museu-do-arroz/>, consultado em 14/11/2017.

criativas. Esta festa ocorre desde o ano de 2014, sendo destinada “à celebração do arroz enquanto elemento de identificação local”³⁰.

O “Festival do Arroz Carolino” conta apenas com duas edições, sendo realizado em parceria com a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo e o município de Benavente, cuja primeira edição recebeu cerca de 30.000 visitantes. Segundo o presidente da Câmara Municipal de Benavente, o arroz assume-se como um aspeto central na estratégia turística do município, sendo objetivo deste festival “trazer notoriedade a um produto de muita qualidade, que é o arroz carolino, e trazer valor acrescentado para os produtores, valorizando este produto”³¹. Da mesma forma, pretende-se que o arroz seja o *ex-libris* da gastronomia local, encontrando-se a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo a preparar um guia gastronómico relacionado com o arroz. Deste modo, verifica-se uma aposta na promoção de um produto endógeno com Indicação Geográfica Protegida (IGP) como fator diferenciador do território em questão ao nível do turismo.

Tal como se pode verificar através da figura do anexo IX, o programa do festival consiste em diferentes atividades, que se encontram divididas em diferentes “setores”. É de salientar a vertente pedagógica das exposições apresentadas, a existência de uma *food street*, incluindo ainda iniciativas originais, como construção de histórias relacionadas com o arroz carolino, um concurso destinado a alunos do 1º, 2º e 3º ciclos e ensino secundário do concelho de Benavente, e uma “caminhada do arroz”, ligando Benavente a Samora Correia.

Concluindo este subcapítulo, é importante salientar que o arroz e os aspetos relacionados com o seu cultivo, com a sua história e com as tradições que lhe estão associadas estão cada vez mais a assumir um papel fundamental na promoção de territórios que têm na orizicultura um aspeto diferenciador, nomeadamente ao nível do turismo, apostando-se sobretudo na interpretação e divulgação da sua história, tradições e ainda na sua valorização gastronómica e paisagística.

Tal como acontece nos exemplos aqui referidos, também nos municípios que servem de base territorial a esta dissertação se tem verificado alguma aposta na

³⁰<http://turismo.cm-pontedesor.pt/en/o-que-fazer/204-festa-do-arroz>, consultado em 14/11/2017.

³¹ <http://www.cm-benavente.pt/informacoes/noticias/item/2222-arroz-carolino-sera-a-imagem-de-marca-do-municipio-de-benavente>, consultado em 14/11/2017.

valorização desta tipologia de recursos endógenos, tal como iremos ver mais à frente nesta dissertação. Assim, de forma a enquadrar esse território a vários níveis, no próximo capítulo serão analisados um conjunto de indicadores considerados pertinentes.

5. Retrato territorial do Baixo Mondego

5.1. Contexto geográfico

O território português encontra-se dividido administrativamente de acordo com a “Nomenclatura das Unidades Territoriais” (NUT), delimitando-o hierarquicamente em três níveis: NUT I, NUT II e NUT III, segundo critérios populacionais, administrativos e geográficos. No ano de 2015 entrou em vigor uma reestruturação que se traduziu na alteração destas delimitações, designadamente no que diz respeito ao número de sub-regiões de nível III (NUT III), que sofreu um decréscimo de 30 para 25 unidades administrativas, 23 no continente, mais duas que correspondem à Região Autónoma dos Açores e à Região Autónoma da Madeira³².

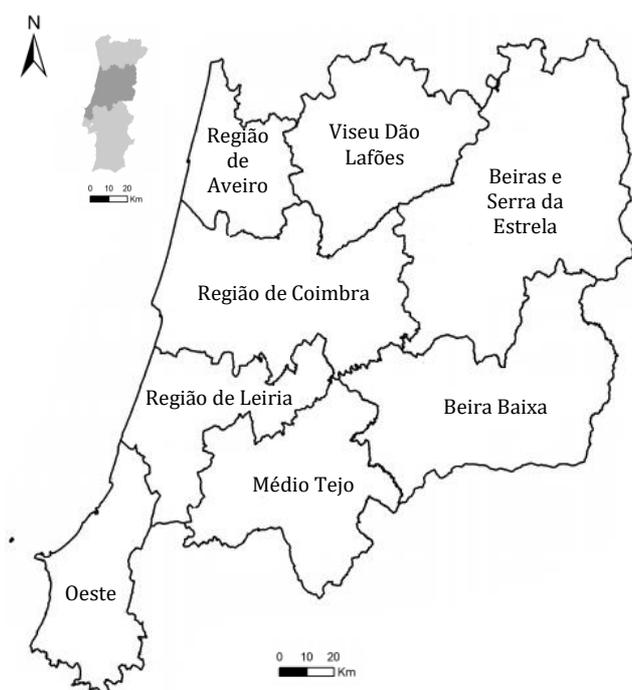
Antes destas alterações, os municípios que se constituem como a base territorial desta dissertação (Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure) encontravam-se inseridos na NUT III do Baixo Mondego³³, entretanto extinta aquando das mudanças referidas anteriormente. Na atualidade, estes municípios fazem parte da NUT III da Região de Coimbra (correspondente à CIM-Região de Coimbra), que integra 19 municípios (Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares).

³² <https://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS>, consultado em 20/09/2017.

³³ A antiga sub-região do Baixo Mondego, para além da sua função administrativa de NUT III, englobando oito municípios (Mira, Cantanhede, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Soure, Condeixa, Coimbra e Penacova), representava, e ainda representa, um contexto muito mais alargado de significados, sendo a expressão Baixo Mondego utilizada para designar outras realidades, quer como a parte inferior da bacia hidrográfica do Mondego e dos seus afluentes, quer como uma unidade geográfica a nível geológico e geomorfológico, embora numa paisagem diversa (Moreira, 2008). A autora apresenta mesmo uma imagem de sobreposição de limites que ilustra essa situação, onde são retratadas diferentes delimitações segundo diferentes autores que, de acordo com os seus critérios, foram estabelecendo diferentes fronteiras a esta sub-região. Em todas as delimitações consideradas, existe uma área que lhes é comum, a planície aluvial entre Coimbra e Figueira da Foz (figura 14), onde se inserem a maior parte os campos dedicados à orizicultura no território base desta dissertação.

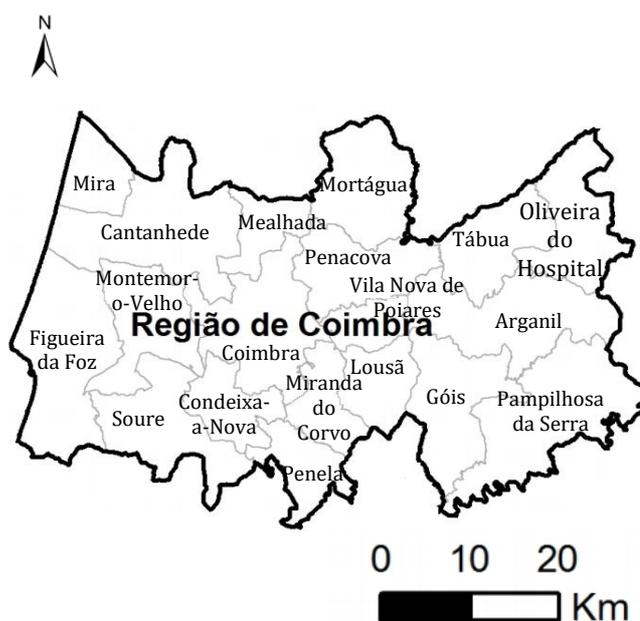
Assim sendo, a Região de Coimbra inclui um conjunto de municípios que outrora estavam integrados em várias sub-regiões de nível III (Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Dão-Lafões e Baixo Vouga), compreendendo uma grande diversidade de paisagens, quer físicas, quer económicas e sociais. Esta divisão administrativa encontra-se em vigor para o período 2014-2020, sendo que a Região Centro (NUT II) passou a ter oito Comunidades Intermunicipais.

As figuras 15 e 16 servem de enquadramento dos municípios que são a base territorial desta dissertação ao nível das NUT II e NUT III. Já a figura 17, representa os três municípios em questão.



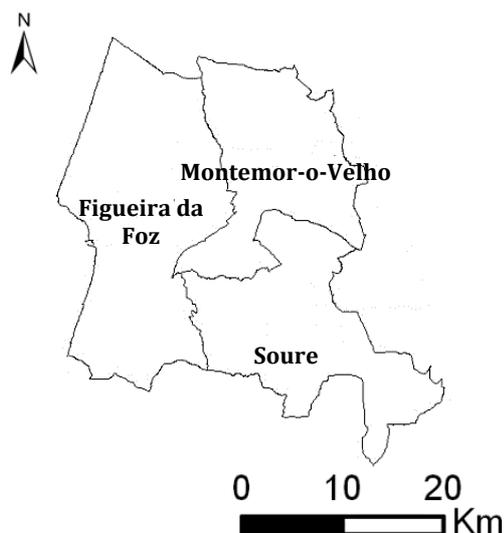
Fonte: adaptado de <http://www.ccdrc.pt/>.

Figura 15 - Mapa da Região Centro (NUT II).



Fonte: adaptado de <http://www.ccdrc.pt/>.

Figura 16 - Mapa da Região de Coimbra (NUT III).



Fonte: adaptado de <http://www.ccdrc.pt>

Figura 17 -Mapa dos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.

O município da Figueira da Foz é composto por 14 freguesias (Alhadas, Alqueidão, Bom Sucesso, Buarcos e S. Julião, Ferreira-a-Nova, Lavos, Maiorca, Marinha das Ondas, Moinhos da Gândara, Paião, Quiaios, São Pedro, Tavadrede e Vila Verde). Estende-se por cerca de 380 Km² e faz fronteira com quatro municípios: Cantanhede a norte, Montemor-o-Velho e Soure a este e Pombal a sul, para além do oceano atlântico a oeste.

O concelho de Montemor-o-Velho integra 11 freguesias (Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, Arazede, Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs do Campo, Montemor-o-Velho e Gatões, Pereira, Santo Varão, Seixo de Gatões, Tentúgal), ocupando uma área de cerca de 229 Km². Este município faz fronteira com outros cinco municípios: Cantanhede a norte, Condeixa-a-Nova e Coimbra a este, Soure a sul e Figueira da foz a oeste. A sua localização privilegiada entre Coimbra e Figueira da Foz, confere-lhe uma importante vantagem em termos turísticos que, no entanto, não é maximizada.

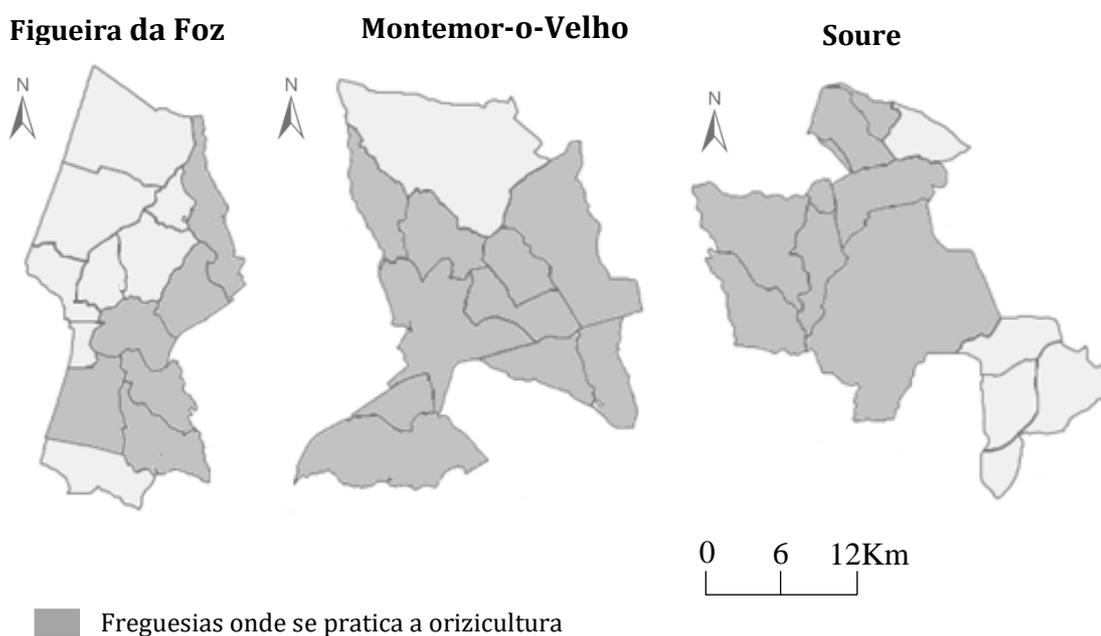
Com uma área de cerca de 265 Km², o município de Soure encontra-se subdividido em 12 freguesias (Alfarelos, Brunhós, Degracias, Figueiró do Campo, Gesteira, Granja do Ulmeiro, Pombalinho, Samuel, Soure, Tapéus, Vinha da Rainha e Vila Nova de Anços), tendo como concelhos limítrofes, Montemor-o-Velho a norte, Condeixa-a-Nova e Penela a este, Figueira da Foz a oeste e Pombal e Ansião a sul. O

município de Soure destaca-se pelo facto de ser composto por duas unidades de paisagem distintas: uma serrana (integrada no maciço do Sicó) e outra mais plana e atravessada pelos rios Anços, Arunca e Pranto, com uma maior proximidade às principais vias de acessibilidade.

Tendo em conta que nem todas as freguesias dos municípios referidos são produtoras de arroz, na figura 18 encontram-se representadas as freguesias onde se pratica a orizicultura.

As freguesias em causa são as seguintes (Comissão Europeia, 2015):

- **Concelho da Figueira da Foz:** Alqueidão, Lavos, Paião, Borda do Campo, Maiorca, Ferreira-a-Nova; Santana e Vila Verde;
- **Concelho de Montemor-o-Velho:** Tentúgal, Meãs do Campo, Carapinheira, Montemor-o-Velho, Gatões, Abrunheira, Liceia, Verride, Vila Nova da Barca, Pereira e Santo Varão;
- **Concelho de Soure:** Alfarelos, Brunhós, Gesteira, Granja do Ulmeiro, Samuel, Soure, Vila Nova de Anços e Vinha da Rainha.



Fonte: adaptado de <http://www.freguesias.pt>.

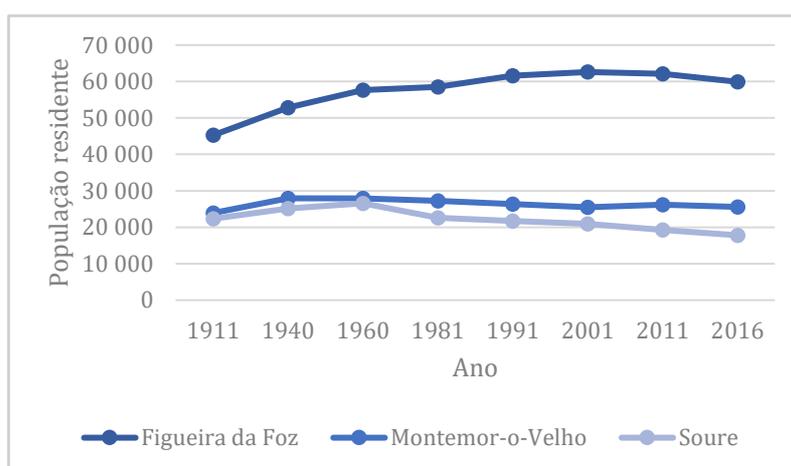
Figura 18 – Mapa das freguesias onde se pratica a orizicultura no contexto dos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.

5.2. Sociodemografia

Depois de ter sido feita uma breve introdução ao território de enquadramento desta dissertação, neste subcapítulo será analisada a evolução demográfica dos três municípios referidos, assim como a taxa de envelhecimento da sua população.

A figura 19 retrata a evolução da população residente no período de 1911 a 2016, de acordo com os censos (1911; 1940; 1960;1981;1991; 2001 e 2011) e com os dados do PORDATA referentes ao ano de 2016. Dos três municípios, o da Figueira da Foz foi o que registou um maior crescimento populacional, passando de um total de 45 252 habitantes segundo o recenseamento de 1911, para um total de 62 125 habitantes em 2011, o que corresponde a uma taxa de crescimento anual de cerca de 0.4%. Segundo os dados do PORDATA, no ano de 2016 este município sofreu um decréscimo de mais de 2000 habitantes, apresentando um total relativo à população residente de 59 956 habitantes.

Um dado relevante a registar acerca do município da Figueira da Foz diz respeito ao facto de, segundo os recenseamentos gerais da população aqui utilizados como referência, se ter verificado um crescimento contínuo sem diminuição da população até ao recenseamento de 2001, sendo que a tendência de decréscimo verificada no último recenseamento se mantém segundo os dados relativos ao ano de 2016.



Fonte: INE (censos de 1911, 1940,1960, 1981, 1991, 2001, 2011) e PORDATA (dados do ano de 2016).

Figura 19 - Evolução da população residente nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.

Quanto ao município de Montemor-o-Velho, comparando os dados relativos a 1911 e os de 2011, verifica-se que se registou um crescimento populacional de 23 916 para 26 171 habitantes, correspondendo a uma taxa de crescimento anual de 0.09%. Segundo os dados referentes ao ano de 2016 a população residente correspondia a 25 570 habitantes, o que se traduz numa relativa diminuição face ao último recenseamento de 2011. Analisando a figura 19, pode-se ainda verificar que a média de crescimento entre 1911 e 2011 foi muito mais modesta do que o que acontece no município da Figueira da Foz, registando-se durante esse período pequenos decréscimos populacionais.

No município de Soure verifica-se um decréscimo populacional algo acentuado. De facto, dos três municípios analisados, o de Soure foi o único onde, comparando os dados relativos aos censos de 1911 e 2011, se verificou um decréscimo, neste caso na ordem dos -0.1%/ano, mais especificamente de 22 323 habitantes em 1911 para 19 245 habitantes em 2011. Segundo os dados provisórios do PORDATA, esta tendência manteve-se no ano de 2016, onde se registou um total de 17 799 habitantes.

É agora apresentado o índice de envelhecimento da população, pois considera-se que o turismo poderá contribuir para atenuar ou inverter uma tendência que tem vindo a transformar algumas freguesias dos municípios aqui analisados em espaços envelhecidos. Tal afirmação é suportada pelos dados apresentados na tabela 2, onde se verifica que o índice de envelhecimento nesses municípios sofreu um crescimento bastante acentuado, crescimento esse que acompanhou a tendência nacional de envelhecimento da população.

Tabela 2 - Índice de envelhecimento nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.

Unidade Territorial	Índice de Envelhecimento (%)			
	1960	1981	2001	2011
Portugal *	27.3	44.9	102.2	127.8
Figueira da Foz	34.9	55.2	143.8	175.7
Montemor-o-Velho	41.3	68.9	150.6	172.9
Soure	41.9	82.2	207.5	238.5

*Inclui Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Fonte: PORDATA.

De facto, em todas as unidades territoriais apresentadas na tabela 2 se verifica um acentuado envelhecimento da população desde 1960 até 2011. Tal como acontece a nível nacional, também nos municípios que servem de base territorial a esta dissertação se verifica que a população está bastante envelhecida, com destaque para o concelho de Soure, que apresenta sempre valores superiores à média nacional e também quando comparado com os outros municípios analisados, tendência essa que se acentuou segundo os dados dos últimos dois censos. Vários são os fatores que podem contribuir para este cenário, como as características físicas do território, as acessibilidades, o mercado de trabalho, entre outros.

5.3. Património

Os três municípios aqui analisados apresentam, em conjunto, um total de 73 elementos patrimoniais classificados, isto numa vertente material, segundo diferentes categorias de classificação (46 na Figueira da Foz, 23 em Montemor-o-Velho e 4 em Soure), tal como se encontra ilustrado na tabela do anexo X. Assim, verifica-se que o município com menor número de elementos patrimoniais classificados é o de Soure, representando cerca de 5.5% do total do património classificado nos três municípios, sendo de referir que esse património classificado diz respeito às tipologias de arquitetura militar (1), arquitetura religiosa (1) e arquitetura civil (2).

O município em posição intermédia relativamente ao número de elementos patrimoniais classificados (materiais) é o de Montemor-o-Velho, representando 31.5% do património total classificado nos três municípios, nas tipologias de arquitetura religiosa (9), arquitetura militar (2) e arquitetura civil (9). Com o maior número de elementos classificados, encontramos o município da Figueira da Foz, o que corresponde a 63% do total do património classificado no território em estudo, nas tipologias de arquitetura religiosa (11), arquitetura militar (4), arquitetura civil (23) e arqueologia (1). É de referir que, para alguns elementos patrimoniais, a Direção Geral do Património Cultural (DGPC) não apresenta a tipologia arquitetónica a eles associados.

Em relação às diferentes categorias de proteção do património natural (Áreas Protegidas, Sítios *Ramsar* e Rede Natura 2000), verifica-se que, segundo o *Anuário*

Estatístico da Região Centro referente ao ano de 2016 (INE, 2017a), o município da Figueira da Foz é o que apresenta mais áreas classificadas (segundo as diferentes categorias de proteção referidas), com um total classificado de 8512 hectares (0.2% de Portugal; 1.2% da Região Centro; 19.2% da Região de Coimbra e cerca de 75% do total de áreas classificadas nos municípios em questão).

Seguidamente temos o município de Soure, com um total de 1582 hectares de áreas classificadas (0.04% de Portugal; 0.22% da Região Centro; 3.5% da Região de Coimbra e cerca de 14% no que diz respeito ao total de áreas classificadas nos três municípios). Por último, encontramos o município de Montemor-o-Velho, com 1257 hectares classificados (0.03% de Portugal; cerca de 0.2% da Região Centro; 2.8% da Região de Coimbra e 11% do total dos municípios).

No que diz respeito às Áreas Protegidas, tendo em conta o mesmo anuário estatístico, verifica-se que a Região Centro representa cerca de 23,8% do total nacional, sendo que a Região de Coimbra representa 0.5% do total de Áreas Protegidas da Região Centro. Já os três municípios aqui analisados representam em conjunto 25.8% do total da Área Protegida da Região de Coimbra, o que corresponde a cerca de um quarto do total desta sub-região de nível III. Quanto aos *Sítios de Interesse Comunitário (SIC)*, que fazem parte da Rede Natura 2000, verifica-se que a Região Centro representa cerca de 24% do total nacional, enquanto a Região de Coimbra representa cerca de 10% do total da referida Região Centro. Os três municípios em conjunto representam cerca de 21% do total de áreas classificadas nesta categoria na Região de Coimbra.

Relativamente às *Zonas de Proteção Especial (ZPE)*, que também fazem parte da Rede Natura 2000, observa-se que a Região de Coimbra representa cerca de 1.1% do total da região NUT II à qual pertence, enquanto esta representa 11% do total nacional. Já os três municípios em conjunto representam 37.8% do total de áreas classificadas como *Zonas de Proteção Especial (ZPE)* na região NUT III à qual pertencem. No que concerne aos *Sítios Ramsar*, a Região Centro representa cerca de 8% do total nacional e a Região de Coimbra cerca de 26% do total da Região Centro. Nesta tipologia classificativa os municípios aqui analisados representam a quase totalidade do total de locais classificados nesta categoria na Região de Coimbra, com um total de cerca de 85%. Os locais classificados nos três municípios analisados encontram-se sintetizados no quadro do anexo XI.

Assim, no município da Figueira da Foz verifica-se que existem três locais classificados: o Cabo Mondego, classificado desde 2007 como Monumento Natural e localizado no bordo ocidental da Serra da Boa Viagem, a cerca de 6 km a noroeste da Figueira da Foz; as Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas, sendo que apenas 34% do total da área classificada pertence ao município da Figueira da Foz; por último, encontramos o estuário do Mondego, onde se incluem a rota das salinas, o projeto Alas (*All About Salt*) e o salgado da Figueira da Foz (*Ecosal*), que se encontra classificado como Sítio Ramsar.

No município de Montemor-o-Velho, encontramos classificadas duas zonas húmidas: o Paul de Arzila e o Paul do Taipal. O primeiro, situado a cerca de 10 Km da cidade de Coimbra, encontra-se classificado como Reserva Natural (Rede Nacional de Áreas Protegidas) e integrado na Rede Natura 2000 como *Zona de Proteção Especial e Sítio de Importância Comunitária*, sendo ainda classificado como Reserva Biogenética do Conselho da Europa, caracterizado sobretudo pela presença de espécies ornitológicas singulares e ainda pela existência de vegetação higrófila, destacando-se o bunho e o caniço.

Por sua vez, o Paul do Taipal encontra-se igualmente classificado devido às suas características geográficas e de cobertura vegetal, que proporcionam o desenvolvimento de comunidades faunísticas que utilizam este local como zona de nidificação. Este paul faz fronteira com alguns arrozais, encontrando-se classificado como parte integrante da Rede Natura 2000 como *Zona de Proteção Especial* e também classificado como Sítio Ramsar.

O município de Soure tem o Paul de Madriz classificado como parte integrante da Rede Natura 2000 na categoria de *Zona de Proteção Específica*, e ainda da rede de Sítios Ramsar. Esta zona húmida, situada na margem direita do rio Arunca, é *habitat* de eleição para algumas aves aquáticas e outras variedades de fauna. Da mesma forma, no município de Soure encontramos ainda classificado o *Sítio de Importância Comunitária* Sicó-Alvaiázere (31678 hectares, 1250 dos quais pertencentes ao município de Soure).

5.4. Turismo

Os destinos apresentam um conjunto de elementos básicos, os quais atraem os visitantes e satisfazem as suas necessidades e motivações. Entre esses elementos temos as atrações (“*must see*” ou “*must do*”), que são resultado de uma valorização turística dos recursos existentes. Assim, de seguida será feita uma breve caracterização geral da oferta turística nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.

A cidade da Figueira da Foz tem uma grande tradição ligada ao turismo balnear, tradição essa que, em tempos áureos, levou a que a cidade ficasse conhecida como a “rainha das praias”, expressão utilizada até aos dias de hoje, dando-se ênfase à existência de extensos areais, sendo que durante muitos anos o turismo balnear foi a imagem ou marca do turismo neste município. A importância das “praias da Figueira” impulsionou o crescimento do setor hoteleiro e do setor da restauração, pois a cidade era frequentada por elites, nomeadamente “famílias de alta sociedade de Coimbra e Lisboa, literatos, eclesiásticos e oficiais do exército” (Fernandes, 2015:75), mas também por turistas vindos de Espanha, o que conferia à cidade um ar cosmopolita.

Ao invés do que aconteceu durante o século passado, onde a oferta estava quase completamente ancorada no turismo balnear, embora o casino sempre tenha tido um papel importante para a imagem turística da cidade, atualmente verifica-se uma tentativa de diversificação da oferta. Tais esforços de diversificação assentam na consciência de que a cidade estava a perder espaço competitivo no panorama nacional com o surgimento de novos polos de atração no que diz respeito ao turismo balnear e na consciência da existência de uma marcada sazonalidade. Assim sendo, a diversificação da oferta turística tem sido feita através da promoção de algumas atividades desportivas, sobretudo as que estão relacionadas com o mar, como o surf; com o setor cultural, nomeadamente com a construção do Centro de Artes e Espetáculos (CAE) e do Museu Santos Rocha; e com uma maior promoção do património natural, nomeadamente no que diz respeito à serra da Boa Viagem, às salinas (Núcleo Museológico do Sal) e ao mar (Núcleo Museológico do Mar).

No entanto, a aposta mais recente do município no turismo tem sido no campo dos eventos: os de negócios, os desportivos (nomeadamente os náuticos e

marítimos), mas sobretudo os culturais, tal como afirma Fernandes (2015)³⁴, onde equipamentos como o Centro de Artes e Espetáculos (CAE), a Biblioteca Municipal e o Casino, entre outros, desempenham um papel fundamental. Entre os eventos que mais se têm destacado nos últimos anos, podemos referir o RFM-SOMNI – O Maior Sunset de Sempre! e o FINDAGRIM, sem esquecer outros eventos, como a Feira Medieval e as Festas da Cidade (São João). Assim, no presente, o município da Figueira da Foz apresenta uma oferta cada vez mais diversificada.

De igual modo, o município de Montemor-o-Velho tem vindo a apostar na diversidade da sua oferta turística, diversidade essa que assenta sobretudo nos seguintes segmentos turísticos: turismo cultural, turismo paisagístico/turismo de natureza, turismo desportivo, turismo gastronómico e eventos. Entre os principais pontos de visita do município de Montemor-o-Velho temos os seguintes: o castelo; os paus de Arzila e do Taipal, que servem de *habitat* a muitas espécies de fauna e flora; o Centro Náutico, um centro desportivo que serve para o treino de atletas e para provas de alta competição, onde se encontra uma das maiores pistas náuticas da Europa (com cerca de 2200 metros) servindo de base para a prática de diferentes modalidades, como o remo, canoagem, triatlo e natação; o parque zoológico *Europaradise*; e, na área dos eventos, o Festival *Forte*, que realizou a sua quarta edição no ano transato, sendo a maior parte dos visitantes de nacionalidade estrangeira³⁵, e o *Citemor*, que realizou a sua 39^ª edição no ano de 2017, não se podendo deixar de referir a Feira do Ano como um evento dinamizador do município.

Encontramos também na gastronomia um especial aliciante de visita, quer seja no que diz respeito à doçaria conventual, com expressão grandiosa nos famosos pastéis de Tentúgal e nas famosas queijadas de Pereira, quer no que diz respeito à principal marca gastronómica da região, o arroz, embora acompanhado por outros elementos, também eles recursos endógenos. Ao nível da paisagem, o arroz é também o elemento mais marcante, transformando o cenário paisagístico ao longo

³⁴ Para consultar a lista do total de eventos nas diferentes categorias para o período 2010-2014, assim como para consultar mais informação acerca dos eventos existentes, consultar Fernandes (2015).

³⁵<http://observador.pt/2017/08/24/festival-forte-arranca-hoje-no-castelo-de-montemor-o-velho/>, consultado em 8/12/2017.

das diferentes fases do seu cultivo, sendo que os extensos campos de arrozais alimentam a grande riqueza existente ao nível da fauna e flora.

Para além do que foi referido, podem-se ainda destacar a arte sacra, presente em muitas das igrejas do município, e os conjuntos de antigas casas senhoriais um pouco por todo o concelho, com especial concentração na vila de Montemor-o-Velho, na vila de Pereira e em Tentúgal. Em outros pontos do município é ainda possível visitar outros atrativos, como o Museu de Arte Sacra, em Meãs do Campo, e o Museu do Campo, da Liga dos Amigos dos Campos do Mondego, na Carapinheira, sendo que este último irá ser referido mais à frente nesta dissertação.

A oferta turística do município de Soure caracteriza-se pelo seu património construído, nomeadamente o religioso, e pelas suas iguarias gastronómicas, nomeadamente pão-de-ló, biscoitos de azeite e queijo. No entanto, merecem destaque o castelo templário (que faz parte da *Rede dos Castelos e Muralhas do Mondego*, tal como o de Montemor-o-Velho e a fortaleza de Buarcos), as ruínas da igreja de Nossa Senhora da Finisterra, as igrejas de S. Tiago e da Misericórdia, os Paços do Concelho e as casas apalaçadas.

No campo do património natural podem-se destacar o parque da várzea, o Paul da Madriz e a Serra do Rabaçal (Degracias), esta última um ambiente cársico com uma grande variedade de espécies de fauna e flora, onde também é possível praticar desportos aventura. No que diz respeito aos eventos, o S. Mateus (FATACIS) é o seu expoente máximo, sendo a altura do ano onde o município recebe mais visitantes. Ao nível dos eventos, merce igualmente destaque a gastronomia, com materialização, por exemplo, no *Festival de Sopas e do Arroz Doce*, festival este que irá igualmente ser referido mais à frente nesta dissertação.

Dos três municípios aqui analisados este é, porventura, o que menos tem valorizado os recursos existentes ao nível do turismo, apresentando uma oferta pouco estruturada e pouco dinamizada. Para ilustrar tal afirmação, importa referir, por exemplo, o caso das nascentes termais, um recurso endógeno do município com elevada vocação turística. Das três termas existentes, que durante muitos anos estiveram abandonadas pela autarquia e em elevado estado de degradação, duas foram adquiridas por entidades privadas: a do Bicanho, por um grupo hoteleiro que construiu um hotel de 4 estrelas associado aos banhos termais; a da Azenha, por uma família holandesa, restaurando-a e abrindo-a ao público, nomeadamente na

vertente do alojamento rural. No entanto, as termas da Amieira, ou como são comumente denominadas, as termas do “Sampaio”, outrora uma das maiores da região, continuam em elevado estado de degradação, sendo o espaço utilizado para a realização de atividades de aventura e atividades desportivas que degradam ainda mais o que resta das infraestruturas.

Um ponto comum a estes três municípios no que diz respeito ao turismo é a existência de um grande número de recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura, temática esta que será desenvolvida mais à frente nesta dissertação, uma vez que esta é a temática que está na base da sua parte prática. De seguida, de forma a fazer uma análise mais completa ao panorama turístico nos municípios em causa, será realizada uma análise a diferentes indicadores da atividade turística.

No que concerne ao número de hóspedes nas unidades de alojamento dos municípios analisados, verifica-se que o *Anuário Estatístico da Região Centro* (INE, 2017a) apresenta alguns dados confidenciais para os municípios de Montemor-o-Velho e de Soure, tal como pode ser observado na tabela 3, não sendo possível fazer uma análise detalhada deste indicador estatístico para estes concelhos.

Tabela 3 - Número de hóspedes por categoria de alojamento e por diferentes unidades territoriais na área de estudo.

Distribuição geográfica	Hotelaria	Alojamento Local	Turismo no Espaço Rural e Turismo de Habitação	Total
Portugal	17 951 826	2 631 703	669 096	21 252 625
Região Centro	2 612 741	447 473	166 924	3 227 138
Região de Coimbra	633 268	103 264	24 454	760 986
Figueira da Foz	151 151	13 949	0	165 100
Montemor-o-Velho	...	0	...	4 902
Soure	...	0

Fonte: INE (2017a).

No entanto, é possível afirmar o seguinte tendo em conta o total de hóspedes contabilizado para os municípios da Figueira da Foz e de Montemor-o-Velho: o número total de hóspedes no município da Figueira da Foz no ano de 2016 correspondeu a 0.7% do total nacional, 5.1% do total da Região Centro e a cerca de

21.7% da Região de Coimbra; o número total de hóspedes no município de Montemor-o-Velho no mesmo ano correspondeu a 0.02% do total nacional, 0.1% do total da Região Centro e 0.6% do total da Região de Coimbra, registando-se, portanto, diferenças significativas entre estes dois municípios.

Relativamente à nacionalidade dos hóspedes (anexo XII), o *Anuário Estatístico da Região Centro* (INE, 2017a) apresenta o seguinte panorama. Para o município de Soure todos os valores são confidenciais, no entanto, no que diz respeito aos outros dois municípios verifica-se o seguinte: nos dois casos, o número de hóspedes portugueses é bastante superior ao número de hóspedes estrangeiros (70.3% no município da Figueira da Foz e 81.3% no município de Montemor-o-Velho), verificando-se que, a seguir aos portugueses, as nacionalidades mais representadas são as europeias (26.6% no município da Figueira da Foz e cerca de 16.5% no município de Montemor-o-Velho).

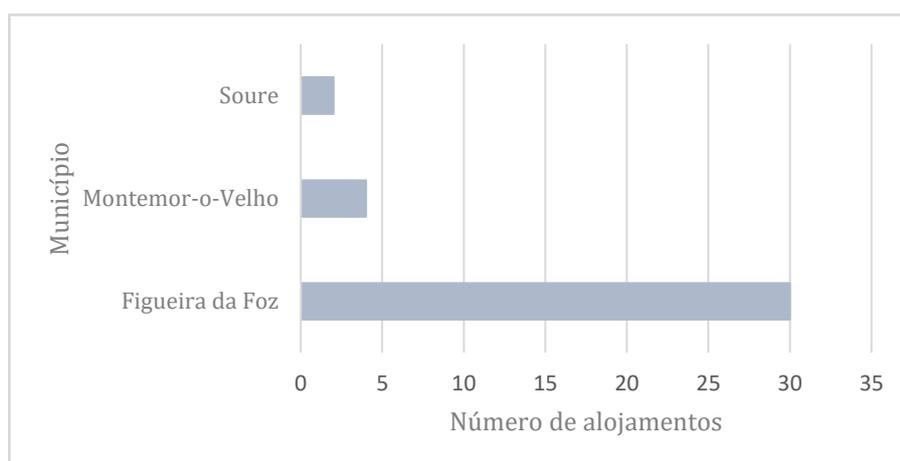
Quanto à estada nos estabelecimentos (nº de noites), segundo o *Anuário Estatístico da Região Centro* referente ao ano de 2016 (INE, 2017a), registou-se em Portugal uma média total de 2.8 noites, média esta que para a NUT II da Região Centro sofre um decréscimo para 1.7 noites, a mesma da Região de Coimbra (NUT III). No que diz respeito aos municípios analisados nesta dissertação, verifica-se alguma discrepância de valores, sendo que para um deles, o de Soure, os valores ou são confidenciais ou não são aplicáveis.

Assim sendo, para o município da Figueira da Foz verifica-se uma média total de 1.7 noites e para o município de Montemor-o-Velho de 3.7 noites. Relativamente à estada média total de hóspedes estrangeiros, o município de Montemor-o-Velho é aquele onde se regista uma média superior a todas as outras divisões administrativas tidas em conta nesta dissertação, com uma média total de 4.4 noites, média algo superior à nacional (3.3. noites), à da Região Centro (1.9 noites) e à da Região de Coimbra (1.7 noites), sendo igualmente superior à estada média relativa ao município da Figueira da Foz (2.2 noites). No que diz respeito ao município de Soure, mais uma vez, o valor é confidencial.

No que concerne ao número de estabelecimentos (em 31.7.2016), verifica-se que a Região Centro (NUT II) representa cerca de 19% do total de estabelecimentos existentes a nível nacional somando todas as categorias de alojamento tidas em conta no referido *Anuário Estatístico da Região Centro* (INE, 2017a), com um total

918 estabelecimentos. A Região de Coimbra (NUT III) representa cerca de 3.7% do total nacional e 14.4% da Região Centro (NUT II), com um total de 179 estabelecimentos.

Os três municípios em questão representam, em conjunto, 0.7% do total nacional, cerca de 4% do total da Região Centro e cerca de 20% do total da Região de Coimbra. Descortinando os valores referentes a cada um dos municípios em particular, verificamos que o que apresenta um maior número de estabelecimentos é o da Figueira da Foz, com um total de 30 estabelecimentos, o que representa 83.3% do total dos estabelecimentos dos três municípios em conjunto, algo que é expectável tendo em conta a vocação deste município para o turismo balnear. O município de Montemor-o-Velho representa 11% do total dos estabelecimentos existentes nos três municípios com um total de 4 estabelecimentos e, por último, o de Soure representa apenas 5.5 %, com apenas 2 estabelecimentos (figura 20).



Fonte: elaboração própria com base em INE (2017a).

Figura 20 – Número de estabelecimentos de alojamento por município estudado.

No que concerne ao peso de cada uma das tipologias de alojamento referidas pelo INE (2017a), verifica-se o panorama que irá ser descrito de seguida. Na totalidade, o número de estabelecimentos hoteleiros é superior ao das outras categorias, sendo que tal acontece devido ao município da Figueira da Foz, onde existem 16 estabelecimentos inseridos nesta categoria (88.8% do total), verificando-se que nos outros dois municípios em conjunto existem apenas 2. No total, os estabelecimentos hoteleiros existentes nos municípios em estudo

representam cerca de 1.1% do total nacional, 5.4% do total da Região Centro e 29% do total da Região de Coimbra.

No que diz respeito à categoria de alojamento local, segundo este anuário estatístico verifica-se que a Figueira da Foz surge como principal, e neste caso, única catalisadora deste tipo de alojamento (100%) com um total de 14 estabelecimentos. No geral, os estabelecimentos de alojamento local existentes no território em análise correspondem a cerca de 0.8% do total nacional, a cerca de 5.2% do total da Região Centro e a cerca de 22% do total da Região de Coimbra. Quanto à categoria de turismo no espaço rural e turismo de habitação, verifica-se a existência de um total de 4 estabelecimentos (3 em Montemor-o-Velho e 1 em Soure), correspondendo a 0.3% do total nacional, cerca de 1.3% do total da Região Centro e 7.4% da Região de Coimbra.

No entanto, importa referir que quando comparamos os dados do INE (2017a) com os dados referentes ao RNET (Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos) e ao RNAL (Registo Nacional de Alojamento Local), verificamos a existência de algumas discrepâncias, sobretudo no que diz respeito ao alojamento local, tal como demonstrado na tabela do anexo XIII.

Em relação aos agentes de animação turística, o RNAAT refere a existência de um total de 22 agentes, nas categorias de *Operador Marítimo Turístico* (OMT) e *Empresa de Animação Turística* (EAT), subdivididos da seguinte forma por município:

- **Figueira da Foz:** encontram-se registados 15 agentes (68.1% do total existente nos três municípios), 3 na categoria OMT e 12 na EAT;
- **Montemor-o-Velho:** encontram-se registados 6 agentes (27.2% do total existente nos três municípios), 1 na categoria OMT e 5 na EAT;
- **Soure:** encontra-se apenas registado 1 agente (4.54% do total existente nos três municípios), na categoria de OMT.

O próximo capítulo foca-se numa abordagem aos recursos patrimoniais e à oferta turística relacionada com a orizicultura nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.

6. Orizicultura no Baixo Mondego: análise dos recursos patrimoniais e da oferta turística

Esta dissertação tem como um dos seus objetivos específicos analisar os recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura e a oferta de produtos turísticos associados a esta atividade no território que corresponde às freguesias onde se pratica a orizicultura nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure. Esta análise tem como objetivo formar uma base para a proposta de uma estratégia de valorização turística desses recursos.

Partindo da premissa de que os recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura são elementos identitários do território em questão, com materialização na sua paisagem, na sua gastronomia, nas suas tradições, na sua etnografia e no seu património edificado, considera-se bastante pertinente a salvaguarda e transmissão destes “testemunhos de uma memória coletiva” (Vaquinhas, 2005a:47), dando-lhes um futuro e conferindo-lhes um novo significado na atualidade, nomeadamente ao nível do turismo. Para tal, importa então perceber o significado e importância desta atividade no passado, para o território e para a população que aí habita.

Tal como afirma Mendes (2005:61), “evidentemente que o uso que se faz do arroz tem muito de cultural e não pode ser desligado da mentalidade, do gosto, da sensibilidade e da criatividade e imaginação dos povos”, pois “o arroz, além de alimento, hoje quase imprescindível, é património, é cultura, é arte, é elemento festivo (não só na culinária, mas também ao ser utilizado como meio para dar os parabéns aos noivos, acabados de casar) e é um forte fator de identidade, em particular para as comunidades que, desde há longa data, se habituaram a produzi-lo, com carinho e sacrifício, e a prepará-lo e disponibilizá-lo, sob as mais diversas formas”. Tendo em conta o que foi referido anteriormente podemos afirmar que a orizicultura e todos os aspetos a ela associados se transformaram num forte fator de identidade cultural nos territórios onde é praticada, sobretudo para a população que com ela convive de forma quotidiana.

Pretende-se então preservar esta memória coletiva, do passado e do presente, valorizando-a e divulgando-a ao nível do turismo. No entanto, é necessário que se reúnam esforços nesse sentido. É neste contexto que surge esta dissertação,

na consciência de que tal abordagem implica um conhecimento holístico dos diferentes aspetos relacionados com a orizicultura e das potenciais valências turísticas que a ela podem estar associadas, pois esta prática e os recursos patrimoniais a ela associados são elementos característicos do Baixo Mondego, sobretudo dos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure, onde a orizicultura se assume como uma “imagem de marca (...) não só em virtude da sua importância socioeconómica, mas também pela harmoniosa integração na paisagem e, ainda, por se tratar de uma atividade tradicional” (Paredes, 2007:113), que aos poucos se vai descaracterizando e perdendo o seu significado com a sua crescente mecanização.

Deste modo, este capítulo encontra-se dividido em duas partes, que correspondem às duas primeiras fases de análise desta dissertação: uma dedicada à caracterização de alguns recursos patrimoniais, e outra dedicada à caracterização da oferta turística relacionada com a orizicultura nos municípios que são a base territorial desta dissertação.

6.1. Recursos patrimoniais

Tal como já foi referido no subcapítulo destinado ao património rural, o conceito de património foi alargando o seu significado ao longo dos anos. Assim, de uma forma tradicional de valorização do património, onde a vertente material era sobrevalorizada, passámos para uma abordagem diferente deste conceito, onde este se encontra alargado à esfera imaterial. No caso do património rural, para além de outros aspetos, passou-se a valorizar as tradições associadas às atividades tradicionais, como a agricultura, isto sem colocar de parte o património imóvel, sendo que a junção entre as esferas material e imaterial é fundamental.

O património rural tem sido alvo de incentivos comunitários, sobretudo no contexto de várias medidas e programas de desenvolvimento rural tendo em vista a sua proteção, revitalização, interpretação e promoção, passando a desempenhar um papel importante no turismo em espaços rurais como elementos que refletem a identidade e a memória das populações e dos territórios.

Nesta dissertação serão referidas as diversas tipologias de recursos patrimoniais que têm na sua base a atividade orizícola no território em estudo,

tipologias essas que se enquadram nas categorias de património rural identificadas na figura 4 pela DGADR (2009), a saber: construções de exploração agrícola e construções destinadas a atividades artesanais e industriais (na categoria de património edificado), práticas agrícolas tradicionais (na categoria de práticas tradicionais ligadas à agricultura, pecuária e pesca), produtos com identidade local, hábitos alimentares e receitas tradicionais (na categoria de produtos e hábitos alimentares tradicionais), artesanato e “saberes-fazer” (na categoria de artesanato e pequenas indústrias locais) e cultura comunitária (na categoria de vida coletiva), assim como aspetos relacionados com a paisagem do território em estudo.

No entanto, tem-se a consciência de que a análise efetuada é restritiva, pois uma análise intensiva dos recursos patrimoniais existentes vai além do objetivo central desta dissertação. No quadro IV encontram-se identificadas as tipologias de recursos patrimoniais em duas escalas, uma mais alargada e uma mais restritiva. Esta análise aos recursos é considerada fundamental, uma vez que vai ao encontro do objetivo central desta dissertação, que é mostrar que os recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura no Baixo Mondego apresentam dimensão e interesse ao nível de uma valorização no âmbito do turismo, mais especificamente no contexto do turismo criativo.

Quadro IV - Tipologias de recursos patrimoniais associados à orizicultura.

Património edificado	<ul style="list-style-type: none"> • Quintas de exploração agrícola; • Património industrial (unidades de transformação do arroz);
Património paisagístico	<ul style="list-style-type: none"> • Campos de arroz;
Património imaterial	<ul style="list-style-type: none"> • Técnicas tradicionais de cultivo do arroz e tradições associadas; • Gastronomia;

Fonte: elaboração própria.

Assim, a abordagem realizada aos recursos patrimoniais tem também como objetivo justificar o interesse por esta prática que, para além de agrícola, é cultural, pois proporciona uma riqueza histórica, etnográfica e paisagística, da mesma forma que contribuiu, e continua a contribuir, para o desenvolvimento económico e social do território, constituindo-se como um autêntico fator identitário. Em conjunto,

estes recursos permitem reconstruir o percurso histórico da cultura do arroz no Baixo Mondego, em particular nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure. O critério utilizado para a escolha destes recursos foi a facilidade de acesso à informação, a possibilidade de contactar diretamente com os mesmos, e a pertinência da sua abordagem no contexto desta dissertação.

6.1.1. Quintas de exploração agrícola

O território apresenta um grande número de quintas agrícolas, algo que é expectável tendo em conta a sua vocação agrícola inata. A riqueza de quintas é tanta, que fazer um catálogo e caracterização das mesmas seria um trabalho bastante demorado. Algumas dessas quintas encontram-se atualmente a desempenhar o papel de alojamento turístico, outras tantas encontram-se em estado de degradação e outras produzem tipologias de cultura que não são o arroz, embora algumas produzam uma diversidade de culturas onde se inclui este cereal.

Santos Conceição (1992) refere mesmo a existência de um grande número de quintas em algumas freguesias do município de Montemor-o-Velho no ano de 1885, algumas delas ainda existentes, embora não se refira à tipologia de culturas aí praticadas na época. No quadro do anexo XIV podem-se observar dados relativos ao número de orizicultores e ao número de locais onde se produzia arroz nos municípios referidos no ano de 1883, que são o reflexo da grande dimensão da atividade orizícola nesse território.

No entanto, nesta dissertação serão apenas referidas as quintas sobre as quais se obteve um maior número de informação, nomeadamente através da possibilidade de contacto com as mesmas, tal como foi referido anteriormente. Na figura 21 encontram-se identificadas as quintas que foram visitadas e que produzem arroz, embora algumas produzam também outras tipologias de cultura em simultâneo, contudo, não em tão grande dimensão.

Figueira da Foz	Montemor-o-Velho	Soure
<ul style="list-style-type: none"> • Quinta de Fôja (Ferreira-a-Nova); • Quinta do Canal (Alqueidão); • Quinta da Boiça (Santo Amaro da Boiça); 	<ul style="list-style-type: none"> • Quinta da Boa Vista (Marujal); 	<ul style="list-style-type: none"> • Quinta do Seminário (Porto Godinho);

Fonte: elaboração própria.

Figura 21 – Algumas das principais quintas agrícolas que atualmente produzem arroz nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.

Apesar de ser um tópico de interesse científico, uma análise mais profunda à atividade destas quintas e à evolução desta tipologia de património no território que corresponde aos municípios aqui estudados, nomeadamente de forma a perceber qual o número de quintas onde ao longo dos anos se fez produção de arroz, vai além do que são os objetivos desta dissertação. Assim, de seguida serão alvo de uma breve análise as quintas que se encontram mencionadas na figura 21 de forma particular. Com esta abordagem pretende-se dar a conhecer um pouco da história destas quintas e perceber se estas já se encontram envolvidas em algumas atividades que não sejam somente as produtivas.

As quintas aqui indicadas encontram-se dispersas pelo território. Três encontra-se localizadas no município da Figueira da Foz, uma no de Montemor-o-Velho e outra no concelho de Soure, tal como demonstrado na figura 21. Um aspeto comum entre elas, e também no que diz respeito a outras quintas na região, é a sua génese. De facto, verifica-se que algumas destas quintas têm origens bastante longínquas, origens essas relacionadas sobretudo com a ação de ordens religiosas, nomeadamente dos crúzios e dos jesuítas³⁶, os principais responsáveis pelo

³⁶ Vaquinhas (2006:15) afirma mesmo que o cultivo do arroz no Baixo Mondego “teve a marca empreendedora dos Frades Crúzios”, tendo sido eles os responsáveis pela adaptação dos terrenos pantanosos sujeitos a leito de cheia à atividade agrícola.

desenvolvimento agrícola desta região, pelo menos desde o século XII, valorizando a excelente vocação natural deste território para a produção agrícola.

A Ordem de Santa Cruz encontra-se estreitamente relacionada com a história da Quinta de Fôja, sendo que também teve a posse da Quinta do Seminário. Segundo Bobone (2005), a génese da Quinta de Fôja deu-se com a doação do Castelo de Santa Eulália e dos terrenos limítrofes ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra por D. Afonso Henriques, isto no ano de 1166. Esta quinta é uma referência incontornável quando se fala em orizicultura no Baixo Mondego, uma vez que esta terá desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento desta atividade agrícola na região e no país, sendo que vários autores salientam a sua importância³⁷.

Durante muitos anos, os crúzios foram construindo e desenvolvendo um aglomerado de edificações (finais do século XVI, início do século XVII), que mais tarde deram origem à Quinta de Fôja. Depois de passar por vários proprietários³⁸, atualmente esta quinta é propriedade de quatro famílias, cuja tutela se encontra organizada em quatro períodos de três meses para cada uma. Segundo os contactos efetuados com o Engenheiro Ferreira Lima, um dos responsáveis pela gestão da quinta, atualmente Fôja tem 420 hectares de produção, dos quais 330 hectares são arrendados. Para além de arroz, nesta quinta produz-se milho e hortícolas, da mesma forma que existem espaços destinados a pastagens (cavalos e vacas) e a floresta.

Em relação ao turismo, verifica-se que, no geral, as famílias detentoras da propriedade não se mostram muito recetivas à realização de atividades desse âmbito, senão através de pequenas exceções, nem se prevê que tal possa vir a acontecer segundo o contacto efetuado com o Engenheiro Ferreira Lima. Contudo, convém sublinhar que esta extensa propriedade seria um excelente local para a realização de atividades relacionadas com a temática da orizicultura, quer devido à riqueza histórica deste local e qualidade das instalações, quer devido à extensa dimensão dos arrozais aí existentes.

O processo de descasque do arroz produzido nesta quinta é atualmente realizado na NOVARROZ, em Oliveira de Azeméis, uma vez que a unidade existente

³⁷ Pinho Leal (1875); Santos Conceição (1992); *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol. 5).

³⁸ Mosteiro de Santa Cruz (1166 a 1834), Fazenda Nacional (1834 a 1838), Família Ferreira Pinto Bastos (1838 até meados do século XX) e uma sociedade por quotas (1923).

na quinta, que data de 1894, por opção dos proprietários, não se encontra modernizada. No entanto, tal unidade de transformação poderia ser utilizada para atividades turísticas.



Figura 22 - Quinta de Fôja.

Fonte: autora.

Do mesmo modo, também a Quinta do Seminário se encontra associada à ação dos frades crúzios, que a terão comprado a um privado (Varanda, 1969) no século XII. No entanto, a história desta quinta passa ainda pela ação dos jesuítas e do Seminário Episcopal de Coimbra³⁹. Mais tarde esta quinta foi vendida a um privado, que lhe acrescentou anexos, como uma casa de habitação e capela (Santos Conceição, 1942).

O arroz sempre foi a produção principal desta quinta, mas já se produziu vinho e azeite. Presentemente esta produz-se arroz e milho. Aqui utilizam-se 75 hectares para a produção de arroz, sendo que atualmente os proprietários se encontram a construir uma nova unidade de descasque de arroz em Vila Nova de Anços, também concelho de Soure.

No que concerne ao turismo, verifica-se a realização de visitas mediante marcação, maioritariamente no que diz respeito a grupos escolares e idosos, revelando-se uma clara vertente pedagógica, onde é explicado o processo de produção do arroz. No entanto, segundo o proprietário, esta quinta não costuma receber outras tipologias de visitantes, senão de forma esporádica, sendo também

³⁹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol. 5).

referido que esta não é a principal vocação da quinta. Contudo, esta apresenta uma elevada vocação ao nível do turismo, quer pela sua história, quer pelo local onde se encontra situada, numa paisagem dominada pelos campos de arroz.



Fonte: autora.

Figura 23 - Quinta do Seminário.

Já a Quinta do Canal, localizada junto ao rio Pranto, pertenceu à Ordem dos Jesuítas. No entanto, esta quinta apresenta uma história bastante peculiar, uma vez que em tempos pertenceu a um ministro de D. José, chamado José Seabra da Silva, amigo do Marquês de Pombal, que ali viveu em exílio e que terá sido responsável pelo desenvolvimento da orizicultura nesta quinta (Matos, 1965). Assim, a cultura do arroz não terá sido praticada nesta quinta até ao século XIX, sendo que até esta época dominavam as culturas da vinha e dos cereais (Mendonça & Pereira, 1987). Segundo os mesmos autores, esta quinta possuía também uma carpintaria, o que reflete a dimensão e importância da mesma. Segundo o que refere Matos (1965), na segunda metade do século XX esta era uma das quintas mais bem posicionadas no cultivo do arroz a nível nacional.

De acordo com Mendonça & Pereira (1987:19), “o atual edifício da quinta foi construído em 1702”, no entanto, “a construção primitiva é do século XVI”. Durante muitos anos, esta quinta foi pertença da família Santiago, que a comprou aos descendentes de José Seabra da Silva. Em 2006, o atual proprietário comprou a quinta à Fazenda Nacional, sendo que no presente existem sete proprietários a

desenvolver atividades agrícolas na referida quinta, apesar de apenas um ser detentor do património edificado.

No que diz respeito ao turismo, através do contacto com a família proprietária do património edificado, que lá tem habitação, foi comunicado que esta quinta não se encontra recetível para a realização de visitas ou atividades ao nível do turismo ou outra tipologia de atividades que não sejam as produtivas, sendo uma das justificações apresentadas o mau estado dos edifícios.



Fonte: à esquerda: Mendonça & Pereira (1987); à direita: autora.

Figura 24 - A quinta do Canal.

De igual modo, importa referir o Moinho das Doze Pedras ou Moinho de Marés. Construído no século XVIII (1778), fazia parte da Quinta do Canal, tendo sido “utilizado para recolha e apoio a ranchos agrícolas” (Mendonça & Pereira, 1987:17), como os que trabalhavam na plantação, monda ou ceifa do arroz na referida quinta.

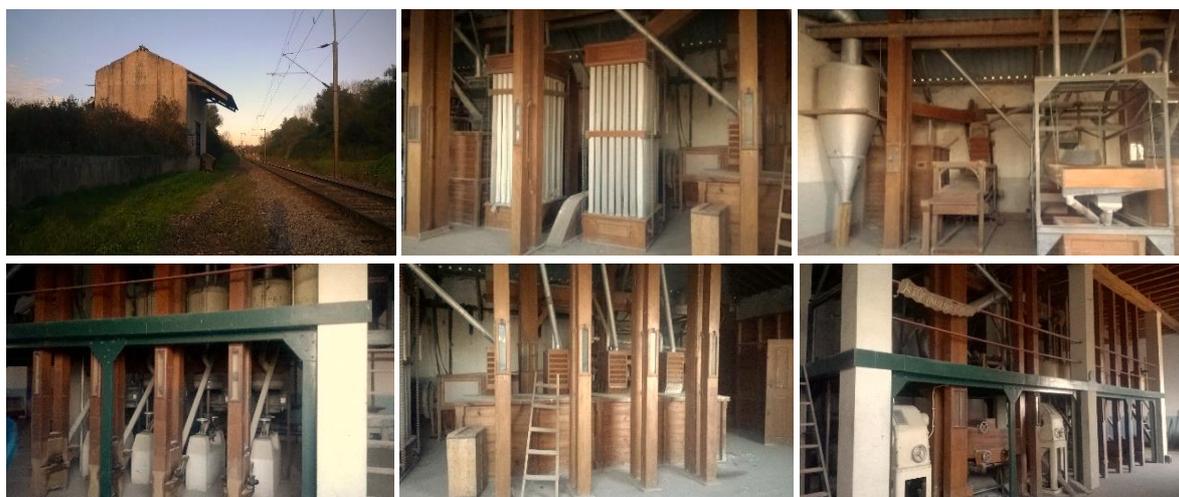


Fonte: autora.

Figura 25 - Moinho das Doze Pedras ou das Marés.

Por sua vez, a Quinta da Boa Vista apresenta uma história diferente das quintas mencionadas anteriormente, e é atualmente pertença do vice-presidente da Associação dos Agricultores do Vale do Mondego. Segundo Santos Conceição (1992) esta quinta é bastante anterior ao século XVII e foi posse de uma família de elementos ilustres (vedor do duque de Aveiro e fidalgos da Casa Real). Segundo o mesmo autor “por ali viveram algumas pretas” vindas de África (Santos Conceição, 1992:352), passando a quinta a ser conhecida igualmente como *Quinta das Pretas*. Sabe-se ainda que a quinta da Boa Vista pertenceu à família Monteiro Grilo, pois o Sr. Maximiano Monteiro Grilo terá adquirido uma licença para descascar arroz na referida quinta (Vaquinhas & Sousa, 2006). Terá sido por esta altura que se construiu a “fábrica” de descasque que ainda hoje se pode observar.

Esta unidade de descasque de arroz é um dos vestígios da sua época áurea de funcionamento. Apesar de ser uma estrutura de meados do século XIX, ainda se encontra bastante conservada e apresenta um elevado valor patrimonial (património industrial). Da mesma forma, na referida quinta pode-se ainda observar o que foi em tempos uma carpintaria e dormitórios onde os trabalhadores descansavam. Depois de ter sido visitada, e depois de se ter contactado com o seu proprietário, pode-se afirmar que é clara a vocação turística da quinta, sendo que o seu proprietário tem em vista a recuperação de algum do seu património edificado para uma melhor adaptação à atividade turística, processo este que já se encontra em curso.



Fonte: autora.

Figura 26 - Quinta da Boa Vista.

Segundo a informação recolhida, a Quinta da Boiça é igualmente uma das quintas de produção de arroz mais antigas nos municípios estudados, sendo que parte do seu edifício foi recuperado e os seus proprietários habitam nesse espaço. Em tempos, esta quinta contava ainda com um moinho, onde provavelmente se fazia o descasque do arroz, e uma capela, entre outros espaços. A área de produção de arroz ocupa cerca de 16 hectares, os quais são explorados pela família proprietária da quinta.

Na casa de habitação existe uma inscrição referente ao ano de 1661. No entanto, a quinta será bastante mais antiga, estando igualmente relacionada com a ação dos frades crúzios na região. Sendo que o edifício desta quinta serve de habitação permanente, não se verifica uma abertura para a realização de atividades relacionadas com o turismo, isto apesar de anteriormente essa ideia já tivesse sido equacionada, nomeadamente ao nível do alojamento rural.

Para além das quintas mencionadas, existem muitas outras espalhadas pelo território dos três municípios aqui referidos, com maior ou menor dimensão e algumas com edifícios em ruínas ou em mau estado de conservação, como é o caso do antigo Convento de Almiara, posteriormente Quinta de Almiara, localizada em Verride, a escassos quilómetros da Ereira e de Montemor-o-Velho, pertencente também aos crúzios, que aí produziram arroz (Santos Conceição, 1992).

Tal como foi referido anteriormente, este seria um tópico de interesse para investigação, no entanto, optou-se por não se aprofundar muito mais a temática de modo a não nos desviarmos do objetivo principal desta dissertação. Importa apenas salientar que muitas das quintas existentes no território produziam arroz e que muitas delas já têm séculos de existência. No mapa do anexo XXI encontra-se identificada a localização de algumas quintas, como as que foram aqui mencionadas, entre outros recursos. De seguida, será abordado o património industrial relacionado com a orizicultura.

6.1.2. Património industrial

O património industrial relacionado com a orizicultura diz respeito à indústria de descasque de arroz. Segundo Mendes (2005:58), a história desta indústria no Baixo Mondego “não ultrapassa um século e meio” e não se limita

unicamente ao descasque, mas também ao branqueamento e empacotamento. Tal como afirma Vaquinhas & Sousa (2006:18) “desde a sua difusão, no século XIX, no Baixo Mondego, a cultura do arroz teve um papel preponderante no tecido económico da região, fazendo nascer e desenvolver a indústria do respetivo descasque”, sendo que “este tanto se efetuava em pequenas unidades (moinhos e azenhas) como em fábricas”, sendo ainda de referir que “a maior parte dessas unidades fabris estavam integradas em explorações agrícolas”, tal como acontece no caso da Quinta da Boa Vista ou como já aconteceu na Quinta de Fôja.

Até meados do século XX, o descasque do arroz era efetuado em unidades artesanais, nomeadamente através do aproveitamento de cursos de água, através de levadas, ribeiras e açudes (Mendes, 1992; Machado, 2010). Assim, sendo inicialmente destinados à transformação de outras matérias-primas, maioritariamente o milho, os moinhos e azenhas vieram dar resposta ao desenvolvimento da atividade orizícola, alterando-se o sistema de mós existente através da colocação de placas de cortiça entre as duas mós.

Desta forma, a maioria dos moinhos artesanais dispunham de duas pedras, uma para moagem e outra para descasque (Mendes, 1992). De acordo com o mesmo autor, podemos então identificar três fases de evolução desta atividade de descasque do arroz: uma primeira fase artesanal (moinhos e azenhas, através de energia hidráulica e eólica); uma segunda fase de “tecnologia intermédia”, nos anos 30/40 do século passado; e uma terceira fase, que remonta a uma atualidade mais modernizada.

Quanto à primeira fase de desenvolvimento desta atividade, importa referir a importância de alguns locais nos municípios em estudo, nomeadamente no que diz respeito à envolvente da Ribeira de Seiça, onde terão existido “dezenas de moinhos de água”, sendo que “hoje subsistem apenas vestígios de alguns desses engenhos” (Pinto, 2010:20). Segundo a mesma autora, a referência mais antiga da existência de moinhos nesta zona data do século XIX, sobretudo moinhos de água. No entanto, tal pode não significar que seja a referência mais antiga, pois existe a indicação que alguns destes já teriam sido herdados pelos atuais proprietários dos seus pais e de outras gerações (Pinto, 2010).

Um desses exemplos é um moinho que ainda hoje existe na aldeia do Casenho. Embora em bom estado de conservação, este já não se encontra em funcionamento,

pois o seu proprietário, o Sr. Manuel Carvalho, descendente de uma família de moleiros, conta já com 95 anos de idade, e a sua esposa 90. Este moinho tem dois conjuntos de mós, um destinado à moagem de cereais, e outro ao descasque do arroz. Segundo Pinto (2010), muitos foram os agricultores que recorreram a este moinho para fazer o descasque do arroz pois, refere, “o gosto do arroz descascado artesanalmente, sem qualquer processo de branqueamento, tem outro sabor” (Pinto, 2010:22).

Os engenhos de moagem e descasque do arroz (figura 27) encontram-se dentro da habitação dos proprietários, sendo poucas as perspectivas da sua utilização para a realização de atividades ao nível do turismo, a não ser que os filhos do referido casal, naturais herdeiros deste património, resolvam agir nesse sentido.



Fonte: autora.

Figura 27 - Moinho pertencente ao Sr. Manuel Carvalho, na aldeia do Casenho.

De facto, este é um dos poucos moinhos num estado de conservação bastante considerável, podendo ser utilizado para demonstrações a turistas e visitantes, ou até mesmo como uma forma de lhes proporcionar uma experiência mais prática, fazendo eles próprios o descasque do arroz de forma artesanal. Esta seria uma forma de reabilitação, valorização e promoção desta atividade tradicional da região, contribuindo para a sua perpetuação no tempo, da mesma forma que resultaria em benefícios financeiros para os proprietários.

Muitos mais moinhos dedicados ao descasque de arroz deverão ter existido, nomeadamente nas proximidades do rio Pranto (Pinto, 2010), como um que ainda é visível na localidade de Calvete, e que tinha “acoplada uma unidade de descasque de arroz” (Pinho, 2004:35). Assim, apesar de nos três municípios aqui referidos ter

sido comum a existência de moinhos que realizavam o descasque do arroz, com a modernização desta indústria este património encontra-se em risco.

Mendes (1992; 2005) faz referência a um conjunto de unidades de descasque de arroz no Baixo Mondego, grande parte delas já encerradas, mas que nos permite perceber a riqueza desta tipologia de património industrial no território em análise, isto embora não correspondam certamente ao total existente. Das unidades referidas por este autor, segundo a informação recolhida e através da visita a alguns dos locais mencionados, as únicas que continuam em funcionamento são as seguintes: Ernesto Morgado S.A. (Alqueidão), Álvaro Borges Lda. (Brenha), que corresponde à evolução da antiga unidade denominada Amadeu Alves Borges (Maiorca), e a filial de Gatões da Cooperativa Agrícola de Montemor-o-Velho, inserida nas antigas instalações da Fábrica Patrão Rosete Sucrs., isto para além de outras unidades mais pequenas de carácter familiar, ou de unidades inseridas em quintas de produção.

A Fábrica Ernesto Morgado S.A., a mais industrializada da região, encontra-se na freguesia de Alqueidão, uma área de grande produção de arroz, localizada não muito longe da Quinta do Canal, sendo uma das mais antigas indústrias de arroz ativas em Portugal, com uma data de fundação que remonta ao ano de 1920. O arroz que daí sai é comercializado sob o selo da marca “Pato Real”, que ao longo dos anos se tem vindo a diversificar, englobando diferentes variedades, nacionais e originárias de diferentes países. Iniciando com as vertentes de arroz carolino (quase totalmente originário do vale do Mondego) e agulha, mais tarde veio o arroz vaporizado e *basmati*, sendo que esta empresa tem vindo a acompanhar as necessidades do mercado através da criação de novas vertentes, como a comercialização de arroz *gourmet*, arroz pronto a comer, arroz *jasmim* e arroz para *risotto*.

Em relação ao turismo, verifica-se uma abertura da entidade à realização de visitas guiadas mediante marcação, recebendo maioritariamente grupos escolares e grupos de seniores, sendo que também recebem turistas estrangeiros, embora em percentagem menor. Novamente, a vertente pedagógica encontra-se aqui salientada. Durante a visita, é demonstrado todo o processo relacionado com a transformação do arroz desde a sua chegada em casca, até ao seu empacotamento.



Fonte: autora.

Figura 28 - Fábrica Ernesto Morgado, S.A.

A Fábrica Álvaro Borges Lda. encontra-se atualmente situada na localidade de Brenha, no entanto foi fundada com outro nome e passou por vários locais. Esta entidade comercializa arroz sob duas marcas: o arroz “Pérola” (carolino, agulha e trinca) e o arroz “Dubom” (carolino, agulha e vaporizado), sendo a variedade de arroz carolino preferencialmente de origem nacional. Apesar de fundada no ano de 1968, a atividade foi rudimentarmente iniciada pelo avô do atual gerente no século XIX, numa azenha localizada na vila de Maiorca onde, para além do descasque de arroz, se fazia farinha de milho. No entanto, já não existem vestígios de tais estruturas. Após contacto com a referida entidade, foi comunicado que não se realiza qualquer tipo de atividades relacionadas com o turismo, nem se perspetiva que tal possa vir a acontecer.

No que concerne à Fábrica Patrão Rosete, esta foi fundada em 1929 por José Fernandes Patrão Rosete em Gatões, Montemor-o-Velho, constituindo-se como uma sociedade por quotas no ano de 1943, sendo que em 1948 o nome da empresa passa de “José Fernandes Patrão Rosete”, para simplesmente “Patrão Rosete, Sucrs. Limitada”. Até ao ano de 1996, esta empresa manteve-se na posse da família do membro fundador, sendo que neste ano as instalações foram vendidas à Cooperativa Agrícola de Montemor-o-Velho (Correia, 2003).

Atualmente, apesar da pequena dimensão desta unidade, que realiza as atividades de descasque, branqueamento e empacotamento, verifica-se um processo inteiramente mecanizado, sendo que ainda existe um pequeno “laboratório” (figura 29) onde se realiza todo o processo desde o descasque ao branqueamento, mas em “pequena dimensão”.



Fonte: autora.

Figura 29 - Cooperativa de Montemor-o-Velho (filial de Gatões) - antiga Fábrica Patrão Rosete, Sucrs.

Esta entidade revela receptividade à realização de visitas por marcação, embora seja reconhecido que esta atividade causa algumas dificuldades em termos de logística. Os grupos escolares e seniores (maioritariamente portugueses e franceses) são os grupos de visitantes mais relevantes, sendo que também recebem turistas estrangeiros e nacionais que, por vezes, aparecem sem marcação, de passagem pelo território.

Para além das unidades de descasque referidas, certamente que mais existiram e existem, de maior ou menor dimensão. É o caso da unidade de descasque Vítor Martinho, na Ereira, que comercializa arroz sob a marca “Arroz da Ereira”. Embora esta entidade já tenha realizado visitas à sua unidade de produção, com a morte do seu fundador e proprietário, tais atividades não se realizam atualmente. Não sendo possível aprofundar a informação acerca do vastíssimo património industrial relacionado com a transformação do arroz, aqui foi apenas feita uma breve referência a algumas das unidades mencionadas pelo professor José Amado Mendes. No entanto, importa ainda referenciar a peculiar história do Mosteiro de Santa Maria de Seiça, uma referência incontornável e singular quando se aborda o património industrial relacionado com a orizicultura.

Tendo na sua origem lendária a carta de couto concedida por D. Afonso Henriques no ano de 1175 por devoção religiosa à Virgem Santa Maria, este mosteiro é hoje “um monumento interessantíssimo, misto de arquitetura seiscentista e arqueologia industrial” (Sousa & Mendes, 1991:1). De facto, pode-se afirmar que este mosteiro viveu duas vidas completamente diferentes: uma delas

como mosteiro da ordem de Cister⁴⁰ (doado por D. Sancho I, no século XII) até à extinção das ordens religiosas em Portugal, no ano de 1834; a segunda como unidade de descasque de arroz.

Depois da extinção das ordens religiosas, o mosteiro foi nacionalizado e posteriormente foi vendido a privados, que o transformaram numa “barulhenta fábrica de descasque de arroz” (Sousa & Mendes, 1991:12) em 1917, rentabilizando esta propriedade a nível económico (Sousa & Mendes, 1991), sendo que antes disso funcionou como unidade de moagem de milho, para a qual era utilizada a força das águas da Ribeira de Seiça.

Por volta de 1919-1920, foram realizadas alterações na estrutura primitiva (construção de um armazém, de uma chaminé em tijolo e uma parede com escadaria que dava para um ramal ferroviário privado) (Sousa & Mendes, 1991). Esta estrutura manteve-se até 1976, ano em que a fábrica acaba por fechar, sendo que no presente pouco resta da antiga fábrica de descasque, senão a imponente chaminé de tijolo instalada em pleno mosteiro.

Classificado como imóvel de Interesse Público em 2002, em 2004 foi adquirido pelo Município da Figueira da Foz⁴¹. No entanto, desde então até à atualidade, o que resta do antigo mosteiro e unidade de descasque de arroz encontra-se em avançado estado de degradação, sendo necessária alguma urgência na sua reabilitação de forma a não se perder uma relíquia da história local, também relevante ao nível do património industrial relacionado com a transformação do arroz.

⁴⁰ A Ordem de Cister passou a ter posse do mosteiro em 1195, sendo que, “entre os finais do século XVI e o início do século XVII este edifício foi totalmente reedificado.

⁴¹<http://www.cm-figfoz.pt/index.php/onde-ir/patrimonio-arquitetonico/384-visitar/onde-ir/patrimonio-arquitetonico/patrimonio/arquitetura-civil/1205-mosteiro-seica>, consultado em 23/11/2017.



Fonte: autora.

Figura 30 –Mosteiro de Santa Maria de Seça e o descasque do arroz.

De seguida, serão referidos os campos de arroz, a base do património paisagístico existente, e que é igualmente o suporte para a existência de uma grande biodiversidade.

6.1.3. Património paisagístico

O território em redor da planície aluvial do Mondego apresenta condições excelentes para a prática da orizicultura, que implica fundamentalmente a junção de três fatores – luz, água e calor – razões pelas quais o seu cultivo se limita a determinados meses do ano, consoante as características dos locais, sendo adaptável a muitas tipologias de solo.

Os campos de arroz assumem uma grande importância ao nível paisagístico, sendo reveladores de uma beleza que se vai alterando ao longo dos diferentes ciclos de produção, um cenário em constante mudança bastante apreciado. Assim, cada vez mais este elemento paisagístico se constitui como uma marca do território e uma paisagem cultural da região. Tal como afirma Martins (1940:220), “é inegável que a cultura do arroz define uma paisagem; as *marinhas*, os *marachos*, as valas, tudo isso se desenha pormenorizadamente”. No anexo XV encontramos algumas imagens relativas às paisagens proporcionadas pelos campos de arroz em alguns locais que fazem parte do território base desta dissertação.

Neste ponto, importa referir uma comunicação apresentada por Campar de Almeida (1999), onde este procurou perceber quais eram os elementos que mais se destacavam nas diferentes paisagens do Baixo Mondego através da realização de percursos diferenciados, onde participaram indivíduos externos ao território, oriundos de diferentes países e com idades diversificadas. Entre os principais elementos salientados neste estudo destacaram-se, entre outros, os seguintes: predominância de elementos situados na planície aluvial do Mondego (no total 15 pontos), que vai desde Coimbra à Figueira da Foz, nomeadamente elementos relacionados com a presença de água, como o rio e campos do Mondego, em fase de sementeira ou de crescimento. Isto permite-nos afirmar que os campos de arroz se salientam na paisagem e se apresentam como uma marca distintiva, reforçando-se o que foi referido anteriormente.

Os campos de arroz do Baixo Mondego constituem-se ainda como *habitat* de uma grande variedade de espécies de fauna e flora, que usufruem do ambiente semiaquático como local de reprodução e de nidificação. Assim, como principais espécies de flora que crescem junto aos campos de arroz encontramos os juncos, os caniços, o bunho, as tábuas e as espadanas, além de outras espécies ribeirinhas. Este ambiente semiaquático alberga ainda uma enorme variedade de espécies animais, destacando-se algumas espécies de invertebrados, anfíbios, répteis, aves (como as garças boeiras, garças vermelhas, garças cinzentas, garças reais, cegonhas-brancas⁴², guarda-rios, rouxinóis, gaivotas, pardais, patos-reais, flamingos, entre muitas outras espécies).

As aves são talvez o grupo que mais se distingue devido à sua visibilidade, nomeadamente durante as épocas de remeximento e inundação das terras, onde elas fazem uma “caça” aos insetos, moluscos, anfíbios, répteis e lagostins. É de referir o importante papel das aves para a “saúde” dos arrozais, nomeadamente através do controlo da “praga” dos lagostins vermelhos do Louisiana. Estas áreas semiaquáticas são ricas em biodiversidade, sendo cada vez mais apreciadas por turistas, nomeadamente no que diz respeito ao segmento do *birdwatching*, podendo igualmente constituir a base para outras tipologias de atividades turísticas.

⁴² As cegonhas brancas são responsáveis por uma imagem cada vez mais frequente e característica no Baixo Mondego: os ninhos em cima de postes ou chaminés (anexo XVI).

6.1.4. Património imaterial

No século XIX e primeira metade do século XX, o cultivo do arroz implicava a realização de um conjunto de operações artesanais onde, ao contrário do que acontece atualmente, estava envolvida uma grande quantidade de mão de obra, sendo o trabalho manual substituído pelas máquinas progressivamente a partir da década de cinquenta do século passado (Vaquinhas & Sousa, 2006). Assim, de seguida serão abordadas as práticas tradicionais do cultivo do arroz no Baixo Mondego.

Antes de se iniciar esta explicação referente às diferentes fases do ciclo de produção do arroz e de algumas tradições associadas, importa referir que se verifica a existência de diferentes denominações para designar algumas práticas ou costumes semelhantes consoante diferentes localidades do Baixo Mondego, nomeadamente nos municípios em estudo no âmbito desta dissertação. Tais diferenças estão relacionadas com as especificidades dos diversos locais.

Antigamente, assim como na atualidade, antes da sementeira ou plantação eram realizadas determinadas operações designadas “ordenamento do arrozal” (Vaquinhas & Sousa, 2006:25), cujo objetivo é preparar os terrenos. Inicialmente são realizadas as lavras (ou lavoura), que têm como objetivo remexer as terras, permitindo “o arejamento do solo, o melhoramento das condições de drenagem, o enterramento dos restolhos e a destruição das plantas daninhas”. Antigamente as lavras eram feitas com recurso a charruas de tração animal. No entanto, a partir da década de sessenta do século passado iniciou-se o processo de introdução de tratores, mecanizando esta atividade (Bento, 2009).

Já depois de remexida a terra, são desfeitos os torrões deixados para trás, iniciando-se assim o processo de gradagem, sendo que no século passado se recorria igualmente a charruas de tração animal. Monteiro (2009:43) refere a dureza desta tarefa, afirmando o seguinte: “o trabalho da gradagem em terreno alagado era, como soe dizer-se, um bico d`obra - Oh, se era! (...) a marcha fazia-se penosamente, humanos e bichos, enterrando-se até ao joelho ou mais”. Nesta fase era igualmente “necessário fazer as motas, pequenos muros ou marachas para segurar as águas”, sendo que “ao terreno rodeado de motas e alagado dá-se o nome de marinha ou

marinhas de arroz” (Monteiro, 2009:42), ou também a designação de canteiros. De seguida, dava-se início ao processo de sementeira ou plantação.

Se o método utilizado fosse o da sementeira, “a semente era espalhada a lanço”, sendo que “o semeador punha um saco às costas com a semente e ia-a espalhando a toda a amplitude do seu braço, aos eitos” (Monteiro, 2009:43). Já no processo de plantação recorria-se a viveiros, onde as plantas cresciam (no mês de março), para de seguida serem arrancadas e organizadas em molhos, e posteriormente serem transplantadas manualmente em toda a área do arrozal (no mês de abril).

A mão de obra utilizada poderia ser mista, mas era maioritariamente feminina, e vinha às centenas, quer de aldeias vizinhas, quer de aldeias mais distantes (Bento, 2009). Assim, “as plantadeiras eram mulheres jovens que executavam com perfeição e rapidez este minucioso e doloroso trabalho” (Bento, 2009: 24), chegando ao fim de uma jornada de trabalho “derreadas, cheias de dores nas costas, molhadas e enlameadas” (Bento, 2009:25).

Depois do processo enunciado anteriormente, sempre que existiam falhas no arrozal era realizada a retanchar, que consistia no repovoamento de plantas que não tinham crescido corretamente (Bento, 2009). Martins (1940) afirma que no final da primeira metade do século XX o arroz era plantado, pois a sementeira a lanço teria passado de “moda”. No entanto, atualmente só se utiliza o método da sementeira, sendo a semente lançada à água de forma manual, mecânica ou por avioneta (Vaquinhas & Sousa, 2006).

Neste ponto importa referir a tradição da “corrida das barcas” na Borda do Campo, freguesia do Paião (Figueira da Foz), que a Juventude Borda Campense quer preservar⁴³. Esta atividade consistia numa brincadeira promovida pelos agricultores, sobretudo depois da sementeira, onde alguns deles faziam corridas com as barcas utilizadas na referida fase de produção do arroz, como forma de divertimento. Estas barcas são únicas devido às suas características particulares, com um fundo achatado, de forma a conseguir navegar na pouca profundidade dos campos de arroz. Este evento ocorre no rio Pranto, junto à ponte próxima da aldeia

⁴³ Três dezenas de participantes na Corrida das Barcas. (6 de Maio de 2006). *o Figueirense*, 8.

do Sobral, normalmente no mês de maio. No anexo XIX encontram-se algumas imagens relativas a este evento.

Depois da fase descrita anteriormente, “decorria um período em que o arroz se adaptava à terra, ganhava novas raízes e filhos” (Bento, 2009:25). Quando chegávamos a esta fase do ciclo de produção “aguardava-se depois, com alguma ansiedade, o nascimento do arroz, que ocorria, normalmente, sem grandes problemas (...) e, até às mondas não eram necessários mais cuidados” (Monteiro, 2009:43). A monda consiste na retirada das ervas daninhas que não permitem o crescimento da planta do arroz.

Antigamente a monda era realizada de forma manual, recorrendo-se, mais uma vez, maioritariamente à mão de obra feminina, nomeadamente constituída por mulheres jovens, os chamados “ranchos das mondadeiras” (Bento, 2009). No entanto, importa realçar que esses ranchos não eram exclusivamente femininos, mas sim mistos. Assim, Monteiro (2009:45) menciona que “as mondas eram feitas à mão, por grandes ranchos, onde predominava a juventude”, sendo que “cada rancho, de vinte, trinta ou mais pessoas, tinham um chefe, o capataz, que congregava e dirigia o pessoal e lhes fiscalizava o trabalho”.

Era comum os trabalhadores dormirem em celeiros ou “barracões improvisados de rudimentares construções”, onde se distribuam “os homens e as mulheres, dormindo sobre as palhas ou esteiras fornecidas pelo patrão” (Vaquinhas & Sousa, 2006), pois muitos vinham de longe e não podiam ir a casa. Dependendo da localização dos campos, a origem desses trabalhadores poderia variar.

A acrescentar às condições bastante precárias destes “trabalhadores do arroz”, estes começavam a realizar estas atividades desde tenra idade e, numa grande parte dos casos, faziam-no até extensa idade, altura em que o corpo os obrigava a parar. Os seus alimentos eram confeccionados “em borralhos improvisados” (Bento, 2009:28) e a sua alimentação era pobre. De facto, o trabalho era duríssimo, no qual “era proibido erguer o tronco uma só vez que fosse, para descansar”, pois os mondadeiros e as mondadeiras andavam curvados todo o dia, de sol a sol, não se podendo deixar igualmente de referir as sanguessugas, as queimaduras provocadas pelo sol e os cortes feitos pelas folhas do arroz.

Para além deste sofrimento, os trabalhadores recebiam muito pouco, oscilando “dos dez aos doze escudos, para os mais velhos, e dos sete aos oito

escudos, para os mais novos” (Monteiro, 2009:45). Com o surgimento da monda química, a monda manual foi sendo progressivamente extinta. Atualmente a monda é feita através de “pulverizadores acoplados aos tratores, ou por meios aéreos” (Vaquinhas & Sousa, 2006:27). Importa ainda destacar o papel das aguadeiras, que tinham como função distribuir água aos trabalhadores que se encontravam por baixo do sol ardente, indo à fonte buscar água várias vezes durante o dia.

Apesar da monda ser um trabalho bastante duro, existiam de igual modo momentos de alegria, em parte devido ao facto de os ranchos serem compostos na sua maioria por juventude, e “em dias de trabalho normal cantava-se o dia todo (...) canções casamenteiras, canções ao desafio, canções de escárnio e maldizer” (Monteiro, 2009:49), no fundo, uma grande diversidade de cânticos (ver anexo XVII). A figura 31 representa isso mesmo, onde se pode observar um rancho de mondadeiros a “cantarolar” uma canção tradicional (“*Alqueidão terra adorada de saudosas tradições; cantemos tua alvorada e tuas recordações*”), tendo como pano de fundo a Quinta do Canal. Esta imagem, encontra-se na aldeia do Alqueidão, sendo uma homenagem a todos aqueles que trabalharam no cultivo do arroz e uma perpetuação da memória coletiva daquela população.



Fonte: fotografia da autora, obra de Conceição Ruivo.

Figura 31 - Imagem representativa da monda na Quinta do Canal nos anos 60 do século XX.

Nesta fase do ciclo de produção do arroz era comum a realização da adiafa ou ramo, pois pelo que é possível analisar, parece que a denominação da festividade variava consoante as localidades, assim como as suas características. No fundo, esta era uma festividade que celebrava o dever cumprido até então, sendo o patrão a

organizar tal evento. Neste dia, a refeição era melhor, assim como existiam bailes que faziam as delícias dos trabalhadores.

Segundo Monteiro (2009:53), “as meninas, nesse dia, requintavam”, pois “traziam de casa a melhor roupa e adornos que possuíam”. Bento (2009:47) afirma que as raparigas “com muita antecedência, começavam a ensaiar versos (ver anexo XVIII) que no dia da adiafa eram cantados em coro, enquanto uma rapariga escolhida entre todas oferecia ao capataz o ramo e uma prenda paga coletivamente com as economias de todas”.

Já Monteiro (2009:54) assinala que a ordem de formação do ramo era a seguinte: “à frente ia um ramo de loureiro (não era exclusivo), que era empunhado por um rapaz, o qual, por sua vez, era ladeado por dois pares de moços que pegavam nos cordões que pendiam do ramo”, sendo que o rapaz “levava ainda uma peça de vestuário (blusa ou cachené) para oferecer à esposa do patrão”, e “a seguir ia uma moça que transportava à cabeça, uma dobadoira”, que levava “o lastro cheio de bolachas e uma garrafa de vinho do Porto” (Monteiro, 2009:54). Depois da rapariga da dobadoira seguiam todos os elementos do rancho, indo toda a gente “a cantar as bonitas canções do arroz, acompanhadas por um instrumento musical – um harmónio ou concertina” (Monteiro, 2009:54).

Durante algumas fases de produção do arroz era importante o papel do motorista, que tinha como função “não só a manutenção do motor, que trabalhava só o tempo estreitamente necessário para assegurar a manutenção do alagamento, mas também vigiar, diariamente, as marinhas do arroz, a fim de se certificar que as mesmas não estivessem em seco” (Monteiro, 2009:44). Durante esta fase o motorista não via a família, pois ficava de dia e noite a vigiar, quer as marinhas quer o motor, para evitar que este fosse roubado. Já na fase do amadurecimento do arroz, o motorista era responsável por retirar as águas dos terrenos de forma a não retardar esse processo (Monteiro, 2009).

As últimas duas fases do processo de produção do arroz são a ceifa e a debulha, sendo estas realizadas a partir de setembro. Esta fase era a mais esperada por parte dos trabalhadores, pois simbolizava o fim dos meses extenuantes de lavoura, “mas era um trabalho muito árduo e muito intenso”, pois “as tarefas faziam-se de noite e de dia” de forma a “fazê-lo rapidamente, para aproveitar o bom tempo”,

pois a chegada das chuvas comprometeria “o trabalho de tantos meses de sacrifício” (Bento, 2009:53).

A ceifa era realizada manualmente, recorrendo-se a foices ou gadanhas (Bento, 2009). Depois de apanhado, o arroz era transportado para as eiras, quer em monte, quer em paveias, maioritariamente em carros de bois, onde era debulhado, limpo e ensacado, sendo estes “trabalhos duríssimos, desgastantes, impensáveis nos dias de hoje” (Bento, 2009:59). Tal dureza encontra-se espelhada nos seguintes versos:

“Uma cachopa canta. Outra junta-se-lhe e outra ainda. Entre lábios, todo o rancho acompanha as cachopas que cantam. Adormecem angústias e a ceifa ameniza”.

Redol (1975:39)⁴⁴

“Não há forças, nem há alentos para mover as foices. As cabeças já esqueceram o calor. As bocas vão secas e não se lembram de que a água as pode refrescar”.

Redol (1975:93)

Bento (2009:55) afirma que “no dia em que era transportado o último arroz para a eira era uma alegria”, sendo que “as raparigas apanhavam uma grande pernada de salgueiro e espetavam-na no cimo da última carrada e enfeitavam-na com os seus cachonés, como se fossem bandeiras”, e “depois, também elas subiam para o cimo da carrada, cantavam e riam estrondosamente desde o campo até à eira” (Bento, 2009:55). Nesta época realizava-se “a adiafa das colheitas” (Bento, 2009:55), ou então a denominada “penhora do arroz” (Vaquinhas & Sousa, 2006:41). Também a tradição desta festividade variava consoante as localidades.

Assim, “nalgumas zonas, levavam um grande ramo de loureiro, enfeitado com flores de papel colorido, rebuçados e bolachas que entregavam cantando” (Vaquinhas & Sousa, 2006:42), isto em Santo Varão. Já em Tentúgal, é referido que “era enfeitada uma dobadoira (simbolizando o peso do trabalho feminino), com flores de papel, ou naturais, biscoitos de azeite, bolachas, freiras (pipocas) e na base, muito bem desenhado, um motivo geométrico, feito de arroz descascado e em

⁴⁴ Alves Redol, na sua obra *Gaibéus*, faz um retrato da dureza e crueldade da vida dos ceifeiros do arroz no Ribatejo, cuja realidade não se distanciaria da vivida no Baixo Mondego. Sobre esta região, importa referir o que é mencionado por Fernandes Martins na década de 1940 na sua obra *O esforço do homem na bacia do Mondego* relativamente ao sofrimento dos camponeses, afirmando que o cultivo do arroz tinha características de uma “epopeia de sacrifício”. Tal afirmação reflete as dificuldades que se viviam nos campos do Baixo Mondego em meados do século XX.

casca”, sendo que “habitualmente, uma mulher levava também na mão, ou na cabeça, um molho de espigas de arroz” (Vaquinhas & Sousa, 2006:42).

Na debulha, o processo de separação do grão do arroz da palha era feito recorrendo-se a pás, forquilhas, ao malho e ao “calcadoiro”, que consistia na utilização de animais que calcavam a planta e soltavam os grãos, processo este muitas vezes realizado durante a noite ou de madrugada, para que ao nascer do dia o arroz estivesse pronto para secar ao sol (Bento, 2009). Mais tarde, este processo passou a ser realizado por “tararas”, pequenas máquinas debulhadoras. Assim, neste processo poderiam ser utilizados diversos utensílios, como vassouras de giestas, ancinhos, rodos, tararas, entre outros.

Relativamente à palha, esta era utilizada maioritariamente para servir de alimento ou cama para os animais, nomeadamente no que diz respeito ao gado bovino, consoante a qualidade da palha. Assim, “a palha do arroz, após a separação do grão era espalhada com forquilhas pela terra limpa, depois de seca era junta em medas e depois em palheiros” (Bento, 2009:64). A ceifa mecânica, que foi surgindo gradualmente a partir da segunda metade do século XX, veio alterar todo este processo artesanal.

No final de todo este processo, o arroz poderia ter vários destinos: pagar a renda dos terrenos alugados; guardá-lo como semente para o ano posterior e, caso estivesse em vista um casamento, reservava-se uma porção de arroz em casca. O restante arroz tinha como destino as unidades de descasque da região. No passado, o arroz seguia para os seus diferentes destinos em sacos, inicialmente cozidos à mão, mais tarde, com recurso a máquinas de costura (Vaquinhas & Sousa, 2006).

Para além das tradições já referidas, o arroz encontra-se ainda associado a outros costumes e rituais. Por exemplo, o arroz atirado aos noivos no fim do casamento é um símbolo cultural de abundância, felicidade e fecundidade, no sentido de multiplicação da descendência (o arroz dá rebentos), uma tradição que é originária do oriente, mas que ganhou dimensão a nível mundial. No Baixo Mondego, dado o peso da atividade orizícola na cultura local, era costume que antes dos casamentos as mulheres amigas da noiva transportassem tabuleiros de arroz de casa em casa (de familiares, amigos e conhecidos) nas suas aldeias, embora esta tradição variasse, mais uma vez, consoante as diferentes localidades.

Da mesma forma, o arroz influenciou bastante a gastronomia tradicional da região, onde existe uma grande diversidade de pratos que têm o arroz na sua base. Desses pratos típicos, podemos referenciar os seguintes: arroz de lampreia (talvez o mais famoso), arroz de cabidela, arroz de azedos, arroz de bacalhau, arroz de sardinha, arroz de pato, arroz de feijão, arroz de enguias, entre outros (Oliveira, 2004).

Concluindo esta fase do trabalho destinada à abordagem aos recursos existentes no território em estudo, numa primeira fase foram identificadas algumas quintas de produção de arroz. Embora não tenha sido possível fazer um levantamento exaustivo desta tipologia de património, o que implicaria um grande dispêndio de tempo e iria além do que é o objetivo desta dissertação, foram mencionados apenas algumas das mais relevantes, tal como aconteceu no caso das unidades de transformação do arroz.

No geral, fica registada a riqueza patrimonial destas duas tipologias de recursos. É ainda importante salientar uma vertente pedagógica evidenciada durante a visita aos locais aqui referidos, pois verifica-se que os grupos escolares são um dos segmentos que mais procura esta tipologia de recursos para visitaçãõ. Assim, apesar de já começar a existir procura de turistas individuais, os grupos que mais prevalecem nas visitas a estes locais são os escolares e também os seniores.

De seguida, foi feita uma breve abordagem ao património paisagístico, ou seja, à paisagem proporcionada pelos campos de arroz, que se vai transfigurando ao longo do ano e que serve de *habitat* para inúmeras espécies animais. Por último, foram abordadas as diferentes fases e atividades realizadas durante o processo de cultivo do arroz na sua forma tradicional (ver anexo XX).

Tal como afirmou em tempos o Engenheiro Carlos Laranjeira “não podemos pensar em produzir unicamente o arroz, pois precisamos de chamar as pessoas, tendo em atenção que a região do Mondego, hoje, não pode ser vista só pela vertente agrícola”⁴⁵, referindo a necessidade de construção de produtos complementares a essa vertente, nomeadamente através do turismo. Assim sendo, de seguida será feita uma abordagem à oferta existente relacionada com a orizicultura nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure, quer de forma direta, quer de forma

⁴⁵ Arroz está entre as várias potencialidades regionais. (2 de Março de 2007). *Diário As Beiras (Separador "V Festival do arroz e da Lampreia)*, 5.

indireta. Esta abordagem tem como base a análise de diferentes fontes de informação turística nestes municípios.

Tal como foi referido anteriormente, no anexo XXI encontram-se identificados os recursos patrimoniais aqui mencionados, da mesma forma que se encontram identificados outros pontos de interesse existentes no território acerca desta temática, nomeadamente paisagísticos (através da identificação de miradouros).

6.2. Oferta turística

6.2.1. Figueira da Foz

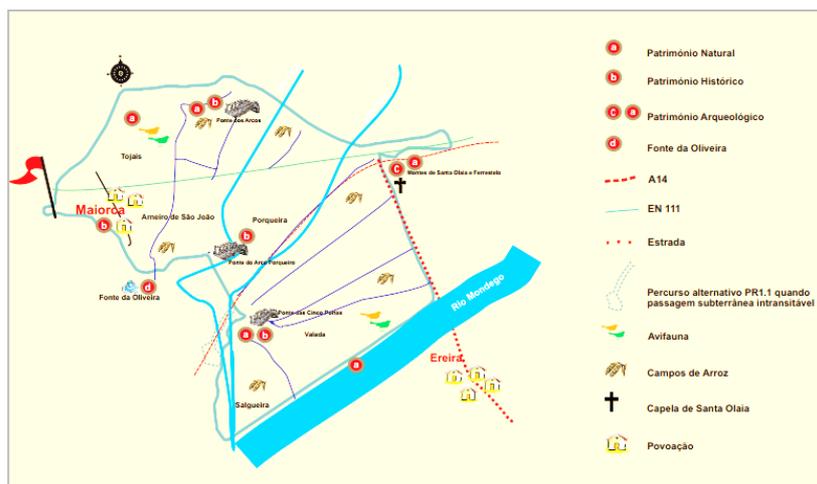
Os elementos que mais se destacam na oferta relacionada com a orizicultura no município da Figueira da Foz, são a “Rota dos Arrozaís” e o “Núcleo Museológico da Freguesia de Alqueidão”.

A “Rota dos Arrozaís” corresponde a um percurso pedestre circular por território pertencente à freguesia de Maiorca, passando por locais estratégicos a nível paisagístico e cultural, onde os campos de arroz são o elemento fundamental e temática principal. Deste modo, apesar desta rota ter como objetivo primordial promover a orizicultura, este não é o único aspeto promovido, pois ela passa ainda por outros pontos de interesse não diretamente relacionados com a orizicultura, como o Paço de Maiorca (local de início e de chegada) e a Capela de Santa Olaia (situada nos Montes de Santa Olaia e Ferrestelo), assim como por outros locais de interesse (figura 34) que se encontram identificados no mapa da referida rota (figura 32)⁴⁶.

Depois de se ter realizado a referida rota, que tem uma extensão de cerca de 13Km, é importante referir o mau estado de alguma da sinalética, como uma placa que se encontra representada na figura 33, sendo também de salientar a inexistência de painéis informativos acerca do que se pode observar ao longo da mesma⁴⁷.

⁴⁶ Ver anexo XXII para visualizar o desdobrável completo da “Rota dos Arrozaís”.

⁴⁷ No presente, não é aconselhável a realização desta rota devido aos trabalhos hidroagrícolas que se estão a realizar na região.



Fonte: adaptado de <https://www.cm-figfoz.pt/index.php/o-que-fazer/passeios/percursos-pedestres>.

Figura 32 - "Rota dos Arrozaís".



Fonte: autora.

Figura 33 – Alguma sinalética da "Rota dos Arrozaís".



Fonte: autora.

Figura 34 – Alguns pontos de interesse da "Rota dos Arrozaís", da esquerda para a direita, os seguintes: Paço de Maiorça, Capela de Santa Olaia e Ferrestelo, e paisagem que se pode observar de um dos pontos mais elevados da rota.

Apesar da rota ser bastante rica ao nível paisagístico, esta é bastante restrita ao nível da promoção de outras tipologias de recursos relacionados com esta atividade.

Inaugurado a 2 de abril de 2017, o “Núcleo Museológico da Freguesia de Alqueidão” (figura 35) encontra-se situado num centro de produção de arroz por excelência. Este espaço interpretativo está instalado numa antiga cantina escolar, apresentando um espólio de artigos relacionados com a vida tradicional do campo, os quais foram maioritariamente doados por residentes da freguesia. Este local aparece aqui referido por ter no seu espólio elementos ou artigos relacionados com a cultura do arroz, nomeadamente alfaias agrícolas (como a grade de cantos e a pá de valar), assim como outros artigos direta ou indiretamente relacionados com a orizicultura.



Fonte: autora.

Figura 35 – “Núcleo Museológico da Freguesia de Alqueidão”.

Aquando da visita ao local, foi referido que a procura por parte de visitantes é esporádica. O facto de ter sido inaugurado recentemente e de ser pouco divulgado pelas entidades responsáveis pela promoção turística do concelho poderão ser fatores que expliquem tal cenário. Não se encontrando aberto de forma diária ao público, para visitar este espaço é necessário deslocar-se à Junta de Freguesia, a escassos metros do local, e prontamente se terá acesso a uma visita livre.

Concluindo esta análise da oferta no município da Figueira da Foz, é ainda importante referir a realização de um “Festival do Arroz”, promovido pela Sociedade de Instrução e Recreio de Lares, um pequeno evento destinado a homenagear as pessoas que trabalharam nesta atividade, promovendo-se a vertente gastronómica e etnográfica associada à orizicultura, embora em pequena escala.

6.2.2. Montemor-o-Velho

No município de Montemor-o-Velho, a oferta relacionada com a valorização turística da orizicultura centra-se sobretudo no “Festival do Arroz e da Lampreia”. No entanto, tal como acontece no município da Figueira da Foz, também neste município se verifica a existência de um centro destinado à promoção e interpretação de elementos relacionados com a vida no campo, isto na freguesia da Carapinheira: o “Museu do Campo”. Por outro lado, importa ainda destacar a existência de um espaço que, embora não esteja diretamente associado à orizicultura, apresenta relevância no contexto desta dissertação pelo facto de promover a criatividade através de um recurso relacionado com o cultivo do arroz: o “Centro de Artes do Papel”.

O “Festival do Arroz e da Lampreia”, que realizou a sua 16ª Edição no ano de 2018 (figura 36), conta com a participação de alguns restaurantes do município, que para além dos dias de realização do festival, realizam mostras gastronómicas durante todo o mês, onde o arroz é o elemento principal e transversal do “cardápio” coletivo. Da mesma forma, é de salientar a existência de tasquinhas, de cozinha ao vivo, de pontos de promoção e venda do artesanato local, da participação de grupos etnográficos (ranchos folclóricos) e de cantares, de pontos de venda do arroz da região, de pontos de venda da doçaria regional, como o arroz doce, e ainda de um espaço infantil. Assim, este festival promove dois produtos tradicionais da região, o arroz e a lampreia, reforçando a sua qualidade e a sua promoção.



Fonte: <http://www.cm-montemorvelho.pt>.

Figura 36 - Cartaz da edição de 2018 do “Festival do Arroz e da Lampreia”.

Tendo como parceria estratégica a Entidade Regional de Turismo do Centro, este festival assume-se cada vez mais importante ao nível da promoção turística do arroz e, por conseguinte, da atividade orizícola, quer pela consolidação que já tem no mercado, pois este já se realiza há muitos anos, quer pela adesão que recebe por parte do público em geral. De facto, de ano para ano este festival recebe mais visitantes, sendo que a sua última edição superou todas as expectativas iniciais⁴⁸.

Deste modo, este evento promove o arroz sobretudo na sua vertente gastronómica, embora também o faça na sua vertente cultural e etnográfica (em menor escala), e já se transformou num importante evento da agenda gastronómica regional, promovendo tradições e sabores locais e autênticos que têm na sua base o campo e o rio. Um dos principais objetivos deste festival é reforçar a qualidade do arroz, o que poderá ter efeitos positivos ao nível da promoção turística dos recursos que lhe estão associados, contribuindo para a sua preservação e divulgação.

É ainda importante referir outro evento do mesmo género, mas de menor dimensão, que apesar de não ter o arroz como o seu elemento principal, também promove este recurso endógeno que é característico do local onde este se realiza. Trata-se do “Festival da Lampreia: Sabores do Rio” promovido pela Associação Cultural Desportiva e Social da Ereira, que já vai na sua 21^a edição, tendo aumentado a sua duração para dois dias.

Inaugurado em 1992, e ao contrário do que acontece com o “Núcleo Museológico da Freguesia de Alqueidão”, o “Museu do Campo” trata-se de uma iniciativa privada de cariz etnográfico e destina-se à divulgação dos modos de vida do campo no século passado, mais precisamente no período anterior à mecanização dos trabalhos agrícolas. Assim, o seu diverso espólio tem como objetivo mostrar alguns dos objetos mais característicos da vida tradicional quotidiana, como objetos que faziam parte das casas do campo, objetos relacionados com antigas tradições escolares, ofícios e vestuário tradicional e, como não podia deixar de ser, artigos relacionados com a tradição agrícola da região, como é o caso da orizicultura.

Deste modo, como se pode verificar na figura 37, neste pequeno museu podemos observar uma barca utilizada para a sementeira do arroz, um antigo moinho de descasque do arroz (oferta do Sr. Abel Tinoco), uma antiga debulhadora

⁴⁸<https://www.noticiasdecoimbra.pt/festival-do-arroz-da-lampreia-continua-um-sucesso/>, consultado em 3/05/2018.

(adquirida pelo Sr. José Monteiro da Costa, em 1937) e uma imagem que representa a antiga profissão de “valadores”.



Fonte: autora.

Figura 37 - Alguns artigos relacionados com a orizicultura no “Museu do Campo”.

No que diz respeito ao turismo, verifica-se que o número de visitantes é algo escasso, embora o museu organize pequenos eventos, como sessões de narrativas realizadas por antigos agricultores da região que, no entanto, não recebem muita aderência por parte dos visitantes, algo que poderá estar relacionado com a sua forma de divulgação. Os grupos escolares são um dos grupos que mais visitam este espaço.

No que concerne a experiências ou atividades criativas, uma das palavras-chave desta dissertação, importa mencionar o “Centro de Artes do Papel” de Montemor-o-Velho. Localizado num local denominado “Quarteirão das Artes”, junto ao castelo, este espaço destina-se à criação artística contemporânea com base na produção artesanal de papel e em outras atividades, como a ilustração, a encadernação, o origami, o marmoreado, a gravura e ainda a tipografia tradicional⁴⁹, nomeadamente através da promoção de *workshops*, oficinas de atividades e ações de âmbito escolar.

Este centro aparece aqui mencionado porque promove uma atividade bastante inovadora, que consiste na criação de papel artesanal através da palha do arroz. Este é um processo que dura várias horas, sendo constituído por um conjunto de tarefas específicas⁵⁰. Inicialmente, a palha é cozida em água e lavada, para

⁴⁹ <https://www.noticiasdecoimbra.pt/montemor-o-velho-realiza-festival-artes-do-papel/>, consultado em 3/05/2018.

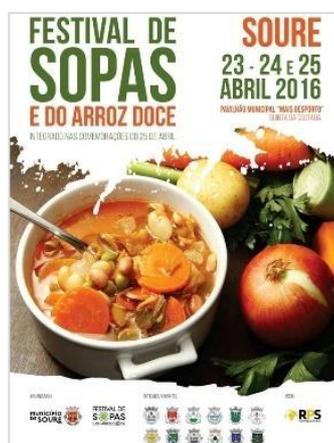
⁵⁰ Para ver vídeo ilustrativo desta técnica visitar https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/comercio/detalhe/como_se_faz_papel_da_palha_de_arroz, consultado em 3/05/2018.

facilitar a sua trituração. Desta primeira fase resulta uma pasta húmida, que é novamente diluída em água e colocada numa rede (numa estrutura de madeira). Por fim, esta pasta é colocada a secar num processo igual ao da secagem da roupa⁵¹.

Esta atividade é única e bastante pertinente, pois utiliza um recurso que existe em abundância no território em questão depois de ser realizada a última fase do ciclo de produção do arroz, a ceifa. Esta é uma forma de dar um novo uso a este recurso indo além da função tradicional da palha, que é servir de alimento ao gado bovino, sendo muitas vezes também queimada. Segundo Emílio Torrão, presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, este “é um projeto altamente inovador e contém uma utilização muito interessante da palha do arroz, um recurso que temos em grande quantidade no Baixo Mondego”⁵².

6.2.3. Soure

O município de Soure é aquele que apresenta uma oferta menos desenvolvida e estruturada no que concerne à valorização turística da orizicultura, verificando-se que esta se tem centrado apenas na vertente gastronómica da orizicultura, nomeadamente através do “Festival das Sopas e do Arroz Doce” (figura 38).



Fonte: <http://radiosoure.pt>.

Figura 38 - Cartaz da edição do ano de 2016 do “Festival de Sopas e do Arroz Doce”.

⁵¹ <https://observador.pt/2015/10/18/em-montemor-o-velho-faz-se-papel-de-palha-de-arroz-projeto-unico-em-portugal/>, consultado em 3/05/2018.

⁵² *Idem.*

Desta forma, o município de Soure tem negligenciado a promoção de outros recursos patrimoniais com vocação turística, que até à data continuam a não ser muito valorizados. Contudo, é de referir que a Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure promove uma rota denominada “Campos do Pranto” (anexo XXIII), que tem como objeto de incidência principal os campos e a zona ribeirinha do rio Pranto, em território do município de Soure. Porém, esta rota não se encontra muito desenvolvida nem sinalizada.

Nesta fase, pode-se então concluir que a oferta turística relacionada com a orizicultura não valoriza os recursos existentes de uma forma integrada, organizada e eficaz em nenhum dos municípios em estudo. Neste contexto, importa mencionar o que Ritchie & Crouch (2003:23) referem acerca de vantagens competitivas e vantagens comparativas. Estes autores afirmam que “enquanto que as vantagens comparativas envolvem os recursos existentes num destino, as vantagens competitivas estão relacionadas com a habilidade que um destino tem para usar e potencializar esses recursos a longo termo”. Ora, as vantagens comparativas existentes neste território no que diz respeito à orizicultura não têm sido transformadas em vantagens competitivas do mesmo, isto no sentido da criação de uma marca (*brand*) para o território assente nestes recursos de uma forma transversal aos três municípios aqui referidos.

Na figura 39 encontram-se sintetizados os principais elementos da oferta destinados à promoção turística da orizicultura nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure, quer de forma direta, quer de forma indireta.



Fonte: elaboração própria.

Figura 39 – Principais elementos da oferta turística relacionada com a orizicultura nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.

Concluída a fase de análise dos recursos e da oferta turística relacionada com a valorização da orizicultura, de seguida será analisado o conteúdo das entrevistas realizadas no contexto desta dissertação.

7. Análise das entrevistas

As entrevistas realizadas no âmbito desta dissertação tiveram como objetivo primordial obter respostas relativas a um conjunto de tópicos fundamentais que, em conjunto com a análise efetuada aos recursos e à oferta, servem para dar resposta à pergunta de partida da dissertação e ir ao encontro dos objetivos delineados. Foram definidos quatro tópicos de abordagem principais para as entrevistas: recursos, oferta, redes de cooperação e turismo criativo. Importa ainda mencionar que para a Associação dos Agricultores do Vale do Mondego foi criado um tópico extra relativo à contextualização do seu âmbito de atuação. Da mesma forma, é de referir que o tópico relativo ao turismo criativo não foi aplicado na entrevista a esta entidade por se considerar que é um tópico externo à atividade da mesma.

Assim, foram realizadas quatro entrevistas, a quatro entidades diferentes (por intermédio de representantes das mesmas), cuja participação é considerada fundamental tendo em conta os objetivos da dissertação: Câmara Municipal da Figueira da Foz, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Câmara Municipal de Soure e Associação dos Agricultores do Vale do Mondego.

Poderiam ter sido entrevistadas mais entidades para enriquecer os conteúdos desta dissertação, como a Entidade Regional de Turismo do Centro⁵³. Contudo, considera-se que foram entrevistadas as quatro entidades mais pertinentes no contexto desta dissertação: três delas são responsáveis pela gestão e promoção turística do território em causa, a outra é a representante dos profissionais da atividade orizícola na região, devendo estas desempenhar um papel importante na salvaguarda dos recursos patrimoniais relacionados com esta atividade, sendo igualmente fundamentais para a promoção turística destes recursos. Do mesmo modo, estas são as entidades mais próximas dos agentes locais relacionados com esta atividade e com os recursos existentes.

Neste ponto, importa ainda mencionar que foi realizada uma entrevista informal à Comunidade Intermunicipal - Região de Coimbra, por intermédio do seu Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, de forma a esclarecer algumas dúvidas acerca do âmbito de atuação desta entidade, uma vez que esta assume alguma relevância no contexto da criação de uma rede de cooperação que irá ser

⁵³ Foi enviado um pedido de entrevista a esta entidade. No entanto, não se obteve resposta.

proposta. Tal como já foi assinalado, foram também contactados de forma informal proprietários de quintas de produção de arroz, de forma a receber algum *feedback* acerca da sua opinião sobre a valorização turística das referidas quintas, assim como também foram contactadas algumas unidades de transformação e ainda dois centros interpretativos, o que também contribui para enriquecer o trabalho e para validar as reflexões que aqui são feitas.

Desta forma, através de entrevistas semiestruturadas, cujas características já foram explicitadas, foram realizadas um conjunto de questões tendo como base os tópicos definidos e aqui já referidos. As perguntas das entrevistas foram sendo construídas e moldadas ao discurso dos entrevistados e de acordo com os objetivos pretendidos com a entrevista a cada uma das entidades. Três das entrevistas foram realizadas presencialmente e gravadas, a outra foi realizada através do envio de um conjunto de perguntas via *email*, posteriormente respondidas pela entidade. No quadro V encontram-se referidos os objetivos pretendidos com as perguntas realizadas, segundo os tópicos definidos e as entidades entrevistadas.

Quadro V - Objetivos das entrevistas segundo os tópicos definidos e as entidades entrevistadas.

Tópicos	Objetivos	Entidades
Contextualização do âmbito de atuação da AAVM	Compreender qual é o enquadramento formal da Associação dos Agricultores do Vale do Mondego e perceber se a entidade já esteve ou está envolvida em algum projeto de valorização turística da orizicultura;	Associação dos Agricultores do Vale do Mondego
Recursos	Perceber qual é a opinião das entidades em relação à importância da orizicultura e dos recursos patrimoniais relacionados com esta atividade, nomeadamente no que diz respeito à sua vocação ao nível do turismo;	Câmaras Municipais e Associação dos Agricultores do Vale do Mondego
Oferta	<p>Analisar as considerações acerca da oferta segundo a perspetiva das entidades entrevistadas;</p> <p>Perceber se existe mais algum produto a ser criado tendo em vista a valorização turística dos recursos</p>	Câmaras Municipais e Associação dos Agricultores do Vale do Mondego

	patrimoniais relacionados com a orizicultura sem ser os que já foram referidos durante a análise da oferta;	
Redes	Perceber qual é a opinião das entidades acerca da criação de uma rede de cooperação tendo em vista a criação de novos produtos turísticos relacionados com a orizicultura;	Câmaras Municipais e Associação dos Agricultores do Vale do Mondego
Turismo Criativo	Auscultar a opinião das entidades acerca da valorização da orizicultura através do turismo criativo e a analisar a sua familiarização com este conceito.	Câmaras Municipais

Fonte: elaboração própria.

O quadro VI apresenta uma caracterização das entrevistas efetuadas, onde se encontra indicado o local, a data e a hora da sua realização. Importa referir que no caso das entrevistas às câmaras municipais, inicialmente foi enviado um pedido via *email* a explicar o âmbito e enquadramento das mesmas e posteriormente as entrevistas foram delegadas nos funcionários mais indicados para responder às perguntas sobre a temática abordada.

Quadro VI - Caracterização das entrevistas.

Entidade	Local, data e hora
Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	18 de dezembro de 2017 16h00 Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho
Câmara Municipal de Soure	19 de dezembro de 2017 16h30 Câmara Municipal de Soure
Câmara Municipal da Figueira da Foz	Entrevista realizada via <i>email</i> Receção do documento no dia 2 de fevereiro de 2018
Associação dos Agricultores do Vale do Mondego	29 de dezembro de 2017 12h00 Verride

Fonte: elaboração própria.

É de referir que, no caso da Câmara Municipal da Figueira da Foz, apesar de inúmeras tentativas de contacto com a entrevistada tendo em vista a realização de uma entrevista presencial, esta não se mostrou disponível para tal, alegando falta de tempo. Assim, de seguida será analisado o conteúdo das entrevistas efetuadas.

7.1. Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

Sobre a importância da orizicultura no município de Montemor-o-Velho é referido que devemos “ter em consideração que o arroz carolino do Baixo Mondego é IGP e, como tal, reúne condições de produção e de comercialização típicas de um produto que está protegido”, sendo que a entrevistada refere que, no entanto, não sabe qual é o peso desta atividade na economia do concelho, isto apesar de considerar que a indústria do descasque tem alguma representatividade na sua parte socioeconómica.

Como tal, dos recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura, é realçada a existência de diversas unidades de descasque de arroz com bastante relevância histórica, algumas mais artesanais e outras mais industrializadas, nomeadamente a existência de “maquinaria de meados do século XIX”, património este que, segundo a entrevistada, “importa preservar”, mas que, no entanto, nem sempre está disponível ao público para ser visitado.

Já no que diz respeito aos recursos patrimoniais imateriais, são referidos os grupos folclóricos, afirmando que estes fazem recolhas e realizam recriações de técnicas tradicionais de trabalho no campo, sobretudo ao nível dos eventos, como o “Festival do Arroz e da Lampreia”, tal como mencionado na fase da análise da oferta, ou no seio das atividades das associações que representam. No entanto, pode-se afirmar que existe uma maior consciência do património edificado em detrimento do património imaterial na vertente das tradições, sendo que o património gastronómico é igualmente destacado no contexto do festival mencionado previamente.

Quando questionada acerca da importância do património associado à orizicultura ao nível do turismo, a entrevistada refere que estes “têm muita relevância”. No entanto, o foco de abordagem direciona-se sobretudo para o património industrial e para a gastronomia. Acerca das estruturas associadas às

unidades de transformação do arroz é referido que estas “deviam ser preservadas e musealizadas”, sobretudo porque são o reflexo de um “processo artesanal que já não se utiliza” por não ser rentável. Neste ponto, faz-se uma primeira referência à “Rota do Arroz”, rota esta que é promovida pelo município, sendo defendido que esta tipologia de recursos devem ser parte integrante da referida rota.

Esta rota não foi abordada na análise da oferta por não se ter conhecimento da mesma. Segundo a entrevistada, esta rota só se realiza mediante marcação, encontrando-se promovida no *site*⁵⁴ do município. No entanto, pelo que se encontra descrito no referido *site*, esta não passa de uma visita guiada, consistindo na “visita aos arrozais, dependendo da época do ano” e na “visita a uma unidade de descasque de arroz que já está inativa, mas que tem a maquinaria toda”, sendo referido que “há alturas do ano em que ela não é muito procurada” e outras “em que é mesmo muito procurada”. Verifica-se então que o património paisagístico também é valorizado por esta entidade.

De igual modo, é mencionado que o objetivo da rota é mostrar aos turistas e/ou visitantes o processo que decorre desde a produção, nas suas diferentes fases, até ao consumo do arroz. Após o contacto com o proprietário da Quinta da Boa Vista, foi possível perceber que a unidade de descasque do século XIX identificada como parte integrante da referida rota é a antiga fábrica de descasque de arroz instalada na Quinta da Boa Vista⁵⁵, antiga propriedade do Engenheiro Carlos Laranjeira.

Ora, nesta quinta, através da realização da supramencionada rota, os visitantes conseguem ter uma perceção da evolução das unidades de descasque do arroz, uma vez que a mesma apresenta dois sistemas de maquinaria, um mais antigo e artesanal, que já não se encontra em funcionamento, e outro mais recente e, por conseguinte, mais mecanizado, sendo o reflexo do desenvolvimento das indústrias de transformação do arroz. Apesar de tudo, os turistas e/ou visitantes não participam em nenhuma atividade de forma ativa, sendo mencionado, a título de exemplo, que estes não “andam a fazer a monda”, mas que se limitam a observar o funcionamento das máquinas que a fazem atualmente.

⁵⁴<http://www.cm-montemorvelho.pt/index.php/municipio/comunicacao/item/372-a-descoberta-do-patrimonio-com-o-arroz-carolino-do-baixo-mondego>, consultado em 9/04/2018.

⁵⁵ Por lapso, foi referido durante a entrevista que a quinta visitada se denominava “Quinta da Caixeira”.

Em relação ao contexto no qual os visitantes fazem esta rota, é mencionado que, em muitos casos, são pessoas que no âmbito do “Festival do Arroz e da Lampreia” ficaram a conhecer a sua realização “e no ano seguinte já programam a vinda para fazer a rota e ir ao festival, mas já com um grupo de pessoas”. No entanto, é ainda referido que esses visitantes também vêm em visita organizada, nomeadamente estruturadas por parte de operadores turísticos. Acerca do *feedback* recebido dos turistas e/ou visitantes que realizam essa rota, é mencionado que estes “adoram aquilo tudo, gostam muito”. Esta rota é mais estruturada do que a promovida pelo município da Figueira da Foz, no entanto, apresenta como principal problema o facto de só poder ser realizada mediante marcação, o que limita a sua concretização, sendo que esta não se encontra sinalizada no terreno.

No que concerne ao património gastronómico, é destacado o “Festival do Arroz e da Lampreia” como o expoente máximo dessa valorização ao nível do turismo, no contexto do qual a entrevistada afirma que se procura “dinamizar todas as vertentes relacionadas com o arroz”, e que, mesmo na sua 16^a edição, continua a ter bastante aceitação junto do público em geral. Tais considerações vão ao encontro do que foi referido na fase da análise da oferta, onde o festival supramencionado é destacado como um dos elementos estruturantes da oferta a este nível. Da mesma forma, é referida a importância deste festival no campo da divulgação da vertente gastronómica do arroz carolino da região, sendo mencionado que no contexto deste festival existem algumas prerrogativas que obrigam à utilização do arroz carolino.

No entanto, é igualmente referenciado que na “Feira do Ano”, que faz parte das festas concelhias, “a maior parte das associações que exploram as tasquinhas já têm isto de tal maneira enraizado, que o fazem sem ter um carácter obrigatório”, pois é defendido que a utilização do arroz produzido na região é uma garantia de qualidade. Deste modo, podemos afirmar que na perspetiva da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho este produto é o representante “mestre” da promoção do município ao nível da gastronomia, de tal forma que faz parte da sua identidade gastronómica, sendo apreciado tanto pela sua população, como pelos turistas e/ou visitantes.

De modo a ser feita uma aproximação às propostas que irão ser realizadas nesta dissertação, a entrevistada foi questionada sobre a existência de atividades de âmbito turístico relacionadas com a orizicultura durante todo o ano. Sobre este

assunto a entrevistada afirma que tal seria difícil pois “temos que ver que a orizicultura não se faz durante o ano todo”. Não obstante, quando interrogada sobre a promoção de diferentes atividades não diretamente associadas com os campos de arroz *per si*, a entrevistada afirma que, apesar de possível, essas atividades não substituem a outra parte, embora considere que tal permitiria a existência de uma oferta ao longo do ano, nomeadamente através da construção de um “conjunto de materiais”, como “materiais vídeo e áudio e outro tipo de tecnologias para que as pessoas, apesar de não estarem a ver ao vivo, pelo menos percebam o que está por trás de todo o trabalho da orizicultura”, afirmando igualmente que “não podemos ter um produto estruturado só para uma parte do ano, portanto tem que haver alguma continuidade”.

Assim, a entrevistada considera que a oferta não se encontra estruturada, e que aí a câmara desempenharia um papel importante, afirmando que devia existir uma estrutura, que “não propriamente um ecomuseu”, mas “núcleos específicos mais próximos da origem dos produtos”, nomeadamente no que diz respeito ao arroz. Deste modo, é revelado que irá ser criado um centro interpretativo do município com uma base tecnológica, pois a ideia será “picar” os visitantes através de estímulos sensoriais, como imagens, sons, entre outros, referindo ainda que o objetivo deste centro “não é debitar informação”, mas sim, “espicaçar” o visitante e “fazer com que a pessoa saia do centro da vila de Montemor-o-Velho”, deslocando-se a outras freguesias do município, promovendo-se uma descoberta ativa do território, nomeadamente dos recursos relacionados com a orizicultura. Portanto, é referido que o papel do município na estruturação da oferta será esse, o de promover os recursos, designadamente através de eventos ou centros de promoção.

Da mesma forma, é possível afirmar que não se encontra em fase de construção nenhum produto turístico diretamente relacionado com esta atividade por parte desta entidade. No entanto, é referido que devia existir “muito investimento da parte pública e alguma articulação com o privado”, pois “a câmara não é proprietária de nenhuma infraestrutura ligada à orizicultura”. Para a entrevistada, a iniciativa de criação de produtos turísticos relacionados com a orizicultura deverá surgir dos privados, afirmando que o particular “tem o terreno, tem as infraestruturas, tem a maquinaria, tem tudo”, sendo que a falta de iniciativa privada é apontada como uma das causas da má estruturação da oferta. Assim, o

papel da câmara será o de “estimular o proprietário e criar também alguns incentivos”, remetendo apenas para ela o papel de promoção. Neste sentido é referido que “o município deve estar ao lado, deve apoiar, deve criar até incentivos, mas não ser ele a fazer”, pois “a câmara não se pode andar a substituir aos particulares”.

A entrevistada assinala que “no campo da orizicultura é possível haver retorno”, pois os proprietários, segundo a sua opinião, podem estruturar eles próprios um produto que passe pela visita, que passe por uma pequena unidade museológica onde se exponham antigos “artefactos” e onde existam filmes relativos ao passado e ainda pela reativação de alguma da maquinaria antiga e pela degustação de um prato realizado com o arroz do município, permitindo “um retorno comercial”, sendo ainda mencionado que é “possível um particular sobreviver com isso”.

Concluindo esta linha de pensamento, para a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, no que diz respeito à orizicultura, deve-se musealizar as infraestruturas existentes, sendo referido que “se não existisse nenhuma, se tivéssemos de criar uma de raiz, se tivéssemos de ser nós a recriar os ambientes de antigamente, tudo bem... mas não é esse o caso”, pois “as infraestruturas existem”. Portanto, é proposta a valorização dos recursos existentes, sobretudo dos edificados, numa perspetiva de os reabilitar e adaptar à atividade turística.

Em relação à construção de redes de cooperação, é destacado o papel da associação dos agricultores⁵⁶, uma das entidades entrevistadas, pois “essa associação já integra os produtores”. No entanto, quando questionada sobre o papel de uma futura rede ao nível da promoção turística dos recursos associados à orizicultura, é mencionado que tal não faria muito sentido, pois, segundo a opinião da entrevistada, “já temos redes para tudo”, nomeadamente através da “CIM-Região de Coimbra” e da “Entidade Regional de Turismo do Centro”. Da mesma forma, é defendido que “o arroz do Baixo Mondego não tem assim tanta dimensão que justifique a criação de uma rede”, pelo menos formal, pois essa tipologia de rede cria muitos constrangimentos. Portanto, segundo a sua opinião, quando se quer fazer alguma coisa deste âmbito a câmara deve associar-se à associação dos agricultores,

⁵⁶ Por lapso, por duas vezes, é feita uma referência a AAVM como sendo Associação dos Orizicultores.

referindo que “eles funcionam como pivô” e que “são os facilitadores para que as coisas aconteçam”.

É igualmente afirmado que o município não promove só Montemor, pois “temos que ver que o Baixo Mondego por si só já é um território”, uma vez que “tem características únicas a vários níveis que não é preciso estar a criar a formalidade da ligação”, pois “a ligação está implícita, faz parte”. Como tal, é defendido que basta olhar para a carta da IGP para se perceber que o arroz não é só de Montemor.

A entrevistada apresenta um discurso que vai em sentido contrário à ideia de que os municípios andam de costas voltadas, considerando mesmo que começa a existir formalismos a mais em termos de redes. Assim, é defendido que no campo da orizicultura a criação de redes informais é o ideal, afirmando que tal posição não vai em sentido contrário ao facto de considerar que a existência de comunicação entre várias entidades que possam estar relacionadas com a orizicultura seja positiva, só vê a questão de uma perspetiva diferenciada.

Quando questionada sobre quais são, na sua opinião, as vantagens das redes informais, a entrevistada refere que estas “são maioritariamente feitas por pessoas” e, portanto, são menos burocráticas e mais flexíveis, afirmando ainda que não tem qualquer problema em entrar em contacto com outras entidades, nomeadamente para direccionar visitantes para outros locais fora do município.

Acerca da aposta do turismo criativo como forma de valorização turística da orizicultura, apesar de apresentar uma resposta algo vaga, a entrevistada refere que esta “é uma vertente muito importante”, sobretudo porque “é uma forma diferente de abordagem e é uma forma de cativar mais visitantes”, referindo ainda que “o visitante, hoje em dia, procura coisas fora do normal”. No entanto, afirma que não existe nada deste âmbito ao nível do município no que diz respeito à orizicultura, não mencionando o “Centro de Artes do Papel” de Montemor-o-Velho.

A título de exemplo, foi referida a criação de sessões de narrativas que promovessem uma relação mais profunda entre o visitante e as tradições associadas à orizicultura. Contudo, é referido que “estar a trazer uma pessoa que trabalhou na orizicultura e que dê o seu testemunho oral a uma pessoa que nem sequer sabe como é que é a produção não é possível”, defendendo a necessidade de conteúdos interpretativos.

7.2. Câmara Municipal de Soure

Da análise à entrevista realizada à Câmara Municipal de Soure, verifica-se que inicialmente são realçados os aspetos produtivos associados a esta atividade, sendo mencionado que o “concelho tem uma grande produção de arroz”. Assim, de forma inicial apenas é referido o património paisagístico, nomeadamente através da referência à criação de uma rota no âmbito da CIM- Região de Coimbra, no contexto dos “Corredores de Visitação do Património Natural da Região de Coimbra”⁵⁷, rota esta que ligará as termas do “Bicanho” ao “Paul da Madriz”, encontrando-se num enquadramento paisagístico marcado pelos arrozais, uma vez que será “transversal a muitos campos de arroz”.

Para além desta rota que contempla o arroz, é afirmado que no contexto de outras rotas turísticas também se pode incluir outro tipo de recursos patrimoniais, como a Quinta do Seminário, na Vinha da Rainha, sendo mencionado que esta será a única quinta do município em condições para uma integração no contexto de uma rota turística. Desta forma, de uma fase inicial onde só é mencionado o património paisagístico, numa segunda fase é feita referência ao património edificado: uma quinta de produção (Quinta do Seminário) e ainda a uma unidade de transformação do arroz que está a ser construída em Vila Nova de Anços. Cruzando os dados relativos a esta entrevista e os dados recolhidos aquando dos contactos efetuados com a Quinta do Seminário, é possível concluir que esta unidade de transformação pertence aos proprietários da Quinta do Seminário.

Tendo sido abordada a temática das unidades de transformação do arroz, o entrevistado foi questionado sobre a sua opinião acerca de uma valorização dessa tipologia de património, sobretudo tendo em conta que existem antigas unidades de descasque em ruínas e também um grande número de moinhos hidráulicos no município. Sobre as antigas unidades de descasque de arroz em ruínas, nada foi referenciado, revelando-se um certo desconhecimento acerca da temática.

Sobre os moinhos existentes, o entrevistado diz não ter conhecimento de que algum deles tenha sido utilizado para descasque de arroz, mas para moagem, “essencialmente do milho e da cevada”, pois o arroz tinha “um processo diferente ao

⁵⁷ Iniciativa destinada a promover a visitação de áreas classificadas e espaços naturais, mas também destinada à valorização do património cultural e imaterial.

nível do descasque”, referindo que se tal tivesse acontecido “encontravam-se lá os apetrechos”, mencionando ainda que este processo era sobretudo efetuado em casas particulares. No entanto, quando confrontado com informações recolhidas junto à biblioteca municipal de Soure⁵⁸, que referem a existência de moinhos onde se fazia o descasque de arroz, é afirmado que se tratará de uma informação errada.

Quando questionado acerca do património imaterial, o entrevistado apenas valoriza a vertente gastronómica, referenciando o “Festival das Sopas e do Arroz Doce”, também mencionado na parte da análise da oferta, “onde se faz um concurso do melhor arroz” e onde há uma votação e três prémios, afirmando ainda que o arroz faz parte de muitos pratos da região, pratos tradicionais que são fomentados e promovidos pelo município, nomeadamente o arroz de pato ou o arroz de cabidela. Assim, tal como afirma o próprio, a gastronomia associada ao arroz é valorizada sobretudo ao nível dos eventos.

Apesar de considerar que a atividade orizícola não apresenta dimensão ao nível sociocultural, o entrevistado afirma que o arroz carolino pode ser considerado uma marca ou imagem do território: “nós próprios quando recebemos alguns ilustres convidados fazemos sempre um “pacote”, onde incluímos sempre um saco de arroz carolino, produzido pelos produtores oriundos do concelho de Soure”, considerando ainda que produtos relacionados com a orizicultura diferenciam a oferta.

Da mesma forma é defendido que é através da promoção que “se tem que fazer alguma coisa; dar a conhecer o produto, para a pessoa gostar e comprar”. Ainda sobre a temática da promoção, é desvendado que está a ser pensada a construção de um novo posto de turismo para o município com algumas valências multimédia e interativas, referindo que este irá ter uma zona de venda de produtos endógenos, onde se encontra o arroz como um dos produtos de destaque a representar o território em questão.

Portanto, pode-se afirmar que para o município de Soure um dos papéis desta entidade é o da promoção dos recursos, ficando-se a saber que ao nível de novos produtos turísticos em fase de criação e que se enquadrem na temática da

⁵⁸ Informações cedidas por uma funcionária da biblioteca municipal tendo como base um documento por ela própria elaborado há cerca de 10 anos a pedido da câmara municipal, onde é referido que nos moinhos do “Zé de Soure” (Vila Nova de Anços), da “Várzea” (Soure), do “Paleão” (Soure) e dos “Novos” (Soure), se fazia o descasque do arroz.

orizicultura, a rota é único projeto em fase de implementação, embora não se foque totalmente nesta temática, sendo ainda afirmado que não terá existido mais alguma iniciativa anterior a esta, a não ser, claro, o “Festival das Sopas e do Arroz Doce”.

Abordando a possível criação de uma rede de cooperação entre os municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure, o entrevistado defende que tal “fazia todo o sentido”, pois “é cada um a puxar para o seu lado”, sendo ainda mencionado que tal parceria “valorizava o arroz carolino”. Do mesmo modo, aquando de uma pergunta relativa ao turismo criativo, o entrevistado opina que faz sentido a realização de atividades ou produtos de uma forma transversal aos três municípios, pois segundo o mesmo “faz sempre mais sentido”, defendendo ainda que em conjunto se consegue atingir uma maior escala de promoção e visitação. Neste sentido, o entrevistado afirma que “se conseguirmos que as pessoas venham a Soure só por Soure, se calhar é pouco, mas se conseguirmos trazê-los a Soure e levá-los à Figueira da Foz, passando por Montemor, fazendo aqui um triângulo, se calhar já conseguimos trazer muita gente a Soure”.

Já no que diz respeito ao turismo criativo, o entrevistado revelou não se encontrar muito dentro da temática, apesar de referir que se encontra familiarizado com o conceito. Contudo, menciona a possível existência de locais onde se possa degustar o arroz através de novas experiências.

7.3. Câmara Municipal da Figueira da Foz

Em relação aos recursos existentes, o destaque inicial vai para o património paisagístico, sendo igualmente defendido que as características específicas da produção de arroz “tornaram-no um elemento e marca identitária de um território”. No entanto, seguidamente é referido que a marca desta atividade “não se encontra apenas na paisagem”, mencionando a influência desta prática igualmente na etnografia, na economia e na gastronomia, pois segundo a entrevistada “o arroz carolino dos campos do Mondego *veste tantas roupas* quantas as que lhe queiram dar”.

Desta forma, podemos afirmar que se verifica uma consciência da diversidade dos recursos patrimoniais existentes associados à orizicultura, isto apesar de ser dado um relativo destaque ao património paisagístico e à gastronomia.

No campo da gastronomia é mencionado o livro gastronómico do concelho, denominado *A nossa mesa: receituário gastronómico da Figueira da Foz*, realçando-se a “enorme aceitação junto da comunidade e turistas”, o que levará a uma “edição revista e aumentada” no corrente ano de 2018.

Quanto à oferta, o destaque vai para o património paisagístico, sendo referenciada a “Rota dos Arrozaís”, que constitui a base da valorização turística da atividade orizícola no município. No entanto, reconhece-se que a existência de uma rota pedestre não deverá ser a única forma de valorização e promoção desta “atividade tão relevante na economia e história do concelho”. Assim, é sugerido que o património edificado, como a Quinta de Fôja, poderia desempenhar um papel fundamental “na afirmação da orizicultura como produto turístico”.

No que concerne à criação de novos projetos turísticos relacionados com orizicultura por parte da Câmara Municipal da Figueira da Foz, é referido um levantamento do património imaterial do concelho, sendo afirmado que “todas as tradições, hábitos e costumes ligados à orizicultura não serão certamente descurados”. Da mesma forma, é mencionado que em Maiorca, freguesia de produção de arroz por excelência, está a avaliada a “recuperação, a médio prazo, de algum do património edificado mais relevante”.

Tendo em conta que o município da Figueira da Foz é marcado pela existência de uma cidade com grande dimensão (nomeadamente ao nível populacional, ao nível dos serviços e ao nível do turismo), o que não acontece com os outros dois municípios estudados nesta dissertação, congregando em si uma boa parte da atividade turística da Região de Coimbra, nomeadamente no que diz respeito ao turismo balnear e, mais recentemente, também ao nível dos eventos, a entrevistada foi questionada acerca do contributo de produtos turísticos relacionados com a orizicultura para a dinamização de freguesias que habitualmente não fazem parte do circuito turístico do município.

Como resposta a esta questão, é referenciada a “Corrida das Barcas”, que se realiza na Borda do Campo, sendo ainda afirmado que outros casos existirão. Desta forma, está implícita a ideia de que a orizicultura poderá proporcionar uma maior distribuição da atividade turística por outros locais do município da Figueira da Foz que não se encontram tão divulgados nem recebem muitos turistas.

Acerca da pertinência da existência de uma rede de cooperação entre os municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure tendo em vista uma valorização conjunta dos recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura, é defendido que tal cenário se perspetiva como “um dos caminhos a seguir” pois, segundo a entrevistada, “a criação e aproveitamento de sinergias supramunicipais é cada vez mais uma condição essencial para dinamizar e projetar territórios com uma identidade cultural com características similares ou complementares”, afirmando ainda que tais redes de cooperação fomentam “a convergência de estratégias e a atuação concertada no mercado, permitindo uma gestão mais integrada e eficaz dos recursos, produtos e serviços turísticos”. Deste modo, importa reter que a entrevistada indica vantagens das redes no que diz respeito à promoção e ao posicionamento do mercado, da mesma forma que menciona que estas são uma mais-valia ao nível da gestão dos recursos e da oferta turística de uma forma mais estratégica e holística.

Por último, relativamente ao turismo criativo, pode-se afirmar que a entrevistada não se encontra muito familiarizada com o conceito, pois a resposta a esta pergunta é algo vaga. Apesar de tudo, pode-se salientar a alusão ao património imaterial, indo ao encontro de uma das características das atividades turísticas criativas, pois o património imaterial constitui-se como um dos pilares deste segmento turístico, e à “nova geração de turistas”, que tem como uma das características fundamentais a vontade de descoberta ativa, participativa e autêntica do território.

7.4. Associação dos Agricultores do Vale do Mondego

De forma a enquadrar o âmbito de atuação da Associação dos Agricultores do Vale do Mondego, primeiramente o entrevistado foi questionado sobre o papel da mesma, respondendo que esta é uma associação sindicalista “mais na vertente política”. Assim, esta desempenha sobretudo um papel institucional e político muito vocacionado para as questões relacionadas com a produção e comercialização do arroz.

Numa primeira tentativa de encontrar uma relação entre a AAVM e o turismo, o entrevistado foi questionado acerca de uma notícia relativa ao ano de 2007⁵⁹, que revela a intenção da associação “levar à prática uma rota do arroz – do campo ao prato”, onde estaria incluída “a gastronomia, a etnografia e o património museológico”. Sobre a existência deste projeto, o entrevistado revelou não ter conhecimento, direcionando a sua resposta para a classificação do arroz com o carimbo IGP, afirmando que, ao ser um “produto de denominação de origem”, estamos “perante um produto de excelência”. Da mesma forma, é ainda mencionado que esta diferenciação IGP deveria trazer benefícios para os produtores o que, segundo o mesmo, não acontece, não fazendo qualquer referência às vantagens dessa classificação ao nível do turismo.

Contudo, quando o entrevistado foi questionado sobre a existência de algum projeto relacionado com a valorização turística da orizicultura para além do “Festival do Arroz e da Lampreia”, iniciativa da associação à qual foi dado seguimento por parte do município de Montemor-o-Velho, foi apenas referenciada a existência de iniciativas “na altura do Engenheiro Carlos Laranjeira”, nomeadamente iniciativas tendo em vista a criação de um “projeto que promovesse a região”. Apesar de não mencionar o objeto de tais iniciativas nem em que consistia tal projeto, pensa-se que este será referente à iniciativa que se encontra mencionada no artigo de jornal supramencionado. Segundo esse artigo, iria ser promovida uma rota que englobava os municípios compreendidos entre a Figueira da Foz e Penacova (“o pleno das câmaras, da Penacova à Figueira da Foz, como parceiras na rota do arroz”⁶⁰).

Tal informação é comprovada por Vaquinhas & Sousa (2006) ao mencionarem que a “Rota do Arroz” resultaria da parceria de dez municípios (Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Coimbra, Soure, Cantanhede, Condeixa, Penacova, Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares e Pombal), sendo mesmo afirmado que esta rota iria permitir “ao visitante usufruir, ao longo do ano, da paisagem” e “participar em atividades de animação cultural, saboreando a riqueza

⁵⁹ Arroz está entre as várias potencialidades regionais. (2 de Março de 2007). *Diário As Beiras (Separador "V Festival do arroz e da Lampreia)*, 5.

⁶⁰ *Idem*.

gastronómica destas regiões”, sendo vincada a importância dos recursos paisagísticos e gastronómicos.

Da mesma forma, é anunciada a intenção de se criarem “núcleos museológicos” relacionados com a história da orizicultura na região e com a evolução das respetivas indústrias de transformação do arroz, projeto este que até à atualidade, segundo o que foi possível apurar, não foi desenvolvido. Ainda no que concerne à temática do turismo, o entrevistado mencionou uma rota que seria promovida pela ADELO. Após contacto com esta entidade, foi possível aferir que tal rota não existe.

No que diz respeito aos recursos existentes, foram sobretudo abordadas as quintas e unidades de produção de arroz, o que é justificado pelo facto do entrevistado ser ele próprio proprietário de quintas de produção, verificando-se que existe uma consciência da importância e da relevância deste património ao nível do turismo (“essa é uma vertente turística muito interessante para a região”).

Assim, apesar de numa fase inicial se dar destaque ao património edificado, no decorrer da entrevista, o entrevistado foi revelando ter um conhecimento mais alargado acerca da vocação dos recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura ao nível do turismo, sendo salientado pelo mesmo que “esta geração tem o dever de não deixar cair este património”, pois “deve ter custado bastante suor às pessoas” e, portanto, “temos o dever moral de o preservarmos e de o darmos a conhecer às pessoas que queiram vir conhecer”, referindo ainda que existe “muito património por explorar”.

O património imaterial, mais especificamente no que diz respeito às tradições, foi abordado de uma forma muito superficial e indireta e só depois do tema ter sido estimulado, revelando alguma falta de sensibilidade para esta questão. No entanto, verifica-se algum destaque à vertente da gastronomia. No que concerne à promoção turística do arroz carolino do Baixo Mondego e do património que lhe está associado, é destacado o “Festival do Arroz e da Lampreia”, defendendo-se que este é uma boa forma de promoção do arroz e da região, nomeadamente ao nível gastronómico, e que “a associação dos agricultores só pode aplaudir e colaborar com essas iniciativas”, encontrando-se esta entidade disponível para colaborar em projetos deste género. Como se pode perceber pela afirmação precedente, segundo

o entrevistado a vertente gastronómica constitui-se como uma forma de promoção do território.

Quando foi mencionada a rota promovida pelo município de Montemor-o-Velho, rota esta já referida aquando da realização da entrevista ao município, ficou-se a saber que a quinta visitada no âmbito da mesma é a Quinta da Boa Vista, propriedade do entrevistado. Segundo o mesmo, a escolha desta quinta para fazer parte da rota está relacionada com o facto de no seu interior existir “uma das indústrias mais antigas da Europa”, isto no que concerne ao arroz, pois esta quinta, “para além da vertente da produção, tinha também a vertente industrial”. Em resumo, o património gastronómico e o património industrial aparecem destacados como recursos relevantes ao nível do turismo.

Importa ainda realçar que através desta entrevista foi possível compreender melhor o perfil dos visitantes que fazem a rota promovida pelo município de Montemor-o-Velho: grupos escolares, grupos de seniores, assim como visitantes de outros países. Tendo consciência da vocação turística das quintas de produção e unidades de transformação de arroz, o entrevistado, como proprietário da Quinta da Boa Vista, pretende melhorar as suas condições através da reabilitação de alguns dos seus espaços de forma a poder desempenhar um papel mais ativo ao nível do turismo.

Na opinião do entrevistado, ao nível da oferta relacionada com a orizicultura é necessário “promover a marca Mondego”, uma vez que ao longo do ano o “Mondego” oferece várias paisagens, quer seja no cultivo do arroz, quer seja noutras tipologias de cultura, defendendo que essa marca não se encontra bem definida. De facto, o elemento “Rio Mondego” está muito presente no discurso do entrevistado. A omnipresença deste elemento encontra-se estreitamente relacionada com o nível de atuação da AAVM. Tal como é perceptível pela denominação da associação, o Vale do Mondego é um elemento caracterizador da mesma.

Desta forma, pode-se afirmar que o Rio Mondego surge para a AAVM como um elemento unificador de um território com uma escala mais alargada do que a que serve de base a esta dissertação, se bem que este seja sempre referenciado no contexto de uma relação próxima com a atividade orizícola, afirmando ainda o seguinte: “temos um rio que é belíssimo (...) e penso que está a escapar-nos aqui

alguma coisa e, enquanto um dos representantes da associação, acho que não estamos a conseguir explorar este património natural que temos”.

Como se pode perceber através da afirmação anterior, o entrevistado considera que os recursos existentes não estão a ser valorizados ao nível do turismo, isto apesar de se poder afirmar que a vocação turística deste território já é há muito defendida pela associação. A comprovar isso mesmo, podemos mencionar a opinião defendida pelo Engenheiro Carlos Laranjeira, antigo presidente desta associação: “não podemos pensar em produzir unicamente o arroz, pois precisamos de chamar as pessoas, tendo em atenção que a região do Mondego hoje não pode ser vista só pela vertente agrícola”, sendo igualmente referida a “construção de uma obra que sirva a agricultura e outras atividades que se complementem”⁶¹, nomeadamente ao nível do turismo.

Numa última fase, o entrevistado foi questionado sobre a pertinência da construção de sinergias, afirmando que “deveria ser criada uma plataforma com informação” onde estivessem reunidos todos estes parceiros”, indicando igualmente que nesta rede poderiam ser integradas entidades privadas. Desta forma, é afirmado que tal cooperação seria “um motor de arranque” e que “uma coisa ia puxar a outra” pois, segundo o entrevistado, “há muitos proprietários que têm quintas paradas, que não fazem investimento”, fazendo referência a uma possível reabilitação de quintas relacionadas com a produção de arroz para a atividade turística.

Do mesmo modo, é sugerida a criação de parcerias entre as câmaras locais e a associação que representa, identificando ainda outras associações ou entidades, como a CIM-Região de Coimbra, que considera um “fórum de discussão onde podiam pegar nesta ideia e desenvolve-la”. Assim, o entrevistado refere que “temos que juntar todas estas sinergias na construção de uma marca”, pois “já temos um produto, que é o arroz carolino do Baixo Mondego”, defendendo igualmente que podemos pegar neste produto “e criar a dita marca Mondego”.

Num sentido mais geral, o entrevistado afirma que, com o património existente e com a criação de uma plataforma que englobasse diversas entidades, se conseguiria atrair o turismo, o que seria “um motor para que existissem mais

⁶¹ *Ibidem.*

iniciativas, mais investimento nesta região”. Assim, o entrevistado considera que “as coisas estão a nascer ao contrário”, pois atenta que “o consumidor está a pedir um produto que existe, mas que ainda não se encontra disponível para lhe ser apresentado”.

Apesar de se considerar que a cooperação entre municípios é fundamental, é mencionado que os “municípios não estão muito vocacionados para esta matéria”, sendo ainda afirmado que “parece que estão uns a remar para cada lado”. Como um bom exemplo de valorização dos recursos existentes, é referida a região vinhateira do Douro, pois considera que se está a fazer um trabalho “fabuloso”, quer a promover o vinho, quer a promover a sua produção ao nível do turismo.

Concluindo a análise à entrevista realizada à AAVM, podemos afirmar que, mesmo tendo em conta a função política e sindicalista da associação, existe uma consciência da vocação turística dos recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura, consciência esta que, tal como já referido, vem de longa data, apesar de ser enquadrada numa relação próxima com o elemento Mondego num sentido mais lato. Da mesma forma, pode-se afirmar que apesar da tentativa de implementação de projetos relacionados com a orizicultura por parte da referida associação no passado, atualmente não se perspetiva a existência de nenhuma iniciativa deste género à qual a AAVM esteja associada de uma forma direta.

7.5. Síntese comparativa das entrevistas

Neste subcapítulo será realizada uma breve análise comparativa às considerações das diferentes entidades entrevistadas tendo em conta os principais tópicos de abordagem definidos, análise esta que terá na sua base a matriz apresentada no anexo XXIV, onde é realizada uma síntese do conteúdo das entrevistas.

No que diz respeito ao primeiro tópico, verifica-se que em todos os casos inicialmente é feita uma análise algo restritiva aos recursos existentes. Assim, os recursos patrimoniais mais assinalados são, no geral, os que têm uma maior representatividade para cada um dos municípios e os mais figurativos na sua oferta turística a este nível. No entanto, todos os entrevistados demonstraram uma consciência mais holística dos recursos no decorrer das entrevistas.

No quadro VII é feita uma síntese das considerações das entidades acerca dos recursos relacionados com a atividade orizícola.

Quadro VII - Conclusões da análise das entrevistas acerca dos recursos relacionados com a orizicultura.

Recursos
<ul style="list-style-type: none">• As entidades reconhecem a orizicultura como uma marca do território;• O património imaterial na vertente das tradições é o que merece menos destaque por parte das entidades entrevistadas; no entanto, a vertente gastronómica é bastante referenciada;• O património edificado, sobretudo o industrial, é maioritariamente destacado pelo município de Montemor-o-Velho e pela AAVM;• O património paisagístico também merece um grande destaque por parte das entidades entrevistadas;• Nenhum município refere a biodiversidade associada ao cultivo do arroz;• Todas as entidades reconhecem a vocação turística dos recursos patrimoniais associados à orizicultura.

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas realizadas.

Acerca do segundo tópico de abordagem, que diz respeito à oferta, pode-se realçar a referência a dois elementos fundamentais: rotas e festivais gastronómicos (ou aspetos associados à gastronomia). Podemos então referir que estes são os produtos fundamentais e estruturantes da oferta na perspetiva das entidades entrevistadas, isto apesar de se verificar que existe a consciência da existência de outras tipologias de recursos que deverão ser valorizados ao nível do turismo. Nesta fase, importa destacar que nenhuma das entidades menciona os centros de interpretação existentes no território: o “Museu do Campo” e o “Núcleo Museológico da Freguesia de Alqueidão”.

Outro aspeto a salientar no que concerne ao papel dos municípios ao nível da oferta turística relacionada com a orizicultura diz respeito ao destaque dado à vertente da promoção, nomeadamente através de eventos e de centros de divulgação dos recursos existentes. Contudo, podem ser colocadas algumas questões relativamente aos critérios que definem os limites de atuação dos municípios e as fronteiras a partir das quais uma ação/atividade pode ser considerada promocional ou um produto turístico.

Quanto à estruturação da oferta, pode-se afirmar que, no geral, as entidades entrevistadas são da opinião de que existem aspetos a ser melhorados. Neste sentido, no que diz respeito ao município de Montemor-o-Velho é defendido que a falta de iniciativa privada é uma das causas para uma má estruturação da oferta, tal como também afirma o entrevistado da AAVM. Já segundo a entrevistada do município da Figueira da Foz, é mencionado que uma rota pedestre não deverá ser a única forma de valorização e promoção dos recursos relacionados com a orizicultura. O entrevistado da AAVM considera mesmo que “as coisas estão a nascer ao contrário”, ou seja, que existe procura para uma oferta/ produtos que ainda não se encontram estruturados.

Importa ainda realçar que, apesar de existirem ideias relativas à construção de novos produtos turísticos relacionados com a orizicultura, na realidade observa-se que estes não são unicamente destinados a promover a orizicultura, ou seja, são de um âmbito mais alargado. Tal pode ser justificado pelo facto de não se considerar que a orizicultura tenha dimensão suficiente para ser temática única que estruture um produto, isto na perspetiva das entidades entrevistadas.

Assim, pode-se afirmar que existe alguma falta de iniciativa pública por parte dos municípios aqui entrevistados no que concerne à criação de novos produtos turísticos relacionados com a temática da orizicultura. No entanto, é importante destacar que o entrevistado do município de Soure considera que os produtos turísticos associados à orizicultura diversificariam e diferenciariam a oferta. Da mesma forma, é de salientar a opinião do entrevistado representante da AAVM, ao considerar que a promoção turística da orizicultura deverá ter por base a criação de uma marca relacionada com o elemento “Rio Mondego”.

No quadro VIII encontra-se uma síntese das considerações dos entrevistados acerca da oferta relativamente ao património orizícola.

Quadro VIII - Conclusões da análise das entrevistas acerca da oferta relacionada com a orizicultura.

Oferta
<ul style="list-style-type: none">Os entrevistados salientam duas tipologias de produtos caracterizadores da oferta: festivais gastronómicos e rotas/visitas guiadas, destacando-se sobretudo o património paisagístico e a gastronomia como recursos/elementos estruturantes da oferta na atualidade;

- Nenhuma das entidades entrevistadas refere os centros de interpretação existentes no território em questão como locais que fazem parte da oferta turística relacionada com a orizicultura;
- A iniciativa privada é apontada como um aspeto fundamental para a estruturação da oferta por parte de dois entrevistados;
- Realce do papel das câmaras na promoção da oferta em detrimento da criação de produtos;
- No geral, as entidades entrevistadas são da opinião de que existem aspetos a ser melhorados relativamente à oferta, considerando que esta não se encontra estruturada;
- Inexistência de novos produtos centrados unicamente na valorização turística de recursos relacionados com a orizicultura.

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas realizadas.

No que concerne ao terceiro tópico de abordagem, que corresponde à temática das redes de cooperação, é de salientar que todas as entidades têm uma opinião positiva acerca da criação de sinergias entre diversos parceiros tendo em vista uma melhor valorização turística dos recursos relacionados com a orizicultura. No entanto, destaca-se que uma das entrevistadas apresenta uma visão distinta dos restantes. A representante da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho é da opinião que ao nível da temática da orizicultura a criação de redes informais revela-se mais vantajosa do que a criação de uma rede formal.

Uma das ideias que está na base desta opinião diz respeito ao facto de a entrevistada considerar que o Baixo Mondego já é uma marca, assim como o arroz que aí é produzido, ao qual refere que está inerente a ideia de uma transversalidade territorial. Neste ponto, a opinião da representante da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e do representante da Associação dos Agricultores do Vale do Mondego difere, pois este último considera não existir uma marca criada relativamente à valorização da orizicultura. Porém, é de salientar que estas perspetivas se baseiam sobretudo no património paisagístico e não numa visão holística dos recursos existentes.

Merece ainda destaque a opinião dos representantes da Câmara Municipal de Soure e da Câmara Municipal da Figueira da Foz ao destacarem as vantagens da existência de uma transversalidade de produtos turísticos relacionados com a orizicultura, nomeadamente ao nível do posicionamento de mercado, o que seria possível através da criação de uma rede de cooperação. Já o representante da AAVM

defende a criação de uma plataforma informativa que resulte de uma cooperação entre parcerias públicas e privadas, referenciando algumas entidades que poderiam fazer parte dessa rede de cooperação, tal como a própria entidade que representa. Todavia, apesar de considerar que os municípios deveriam fazer parte dessa rede, é da opinião que estes não se encontram muito direcionados para esta tipologia de ações, isto apesar de os representantes dos municípios mencionarem o contrário.

Concluindo a análise a este tópico de abordagem, é de registar que todas as entidades, menos a Câmara Municipal da Figueira da Foz, mencionam a CIM – Região de Coimbra como uma plataforma relevante ao nível da criação de redes de cooperação. Da mesma forma, a representante da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho referencia a Entidade Regional de Turismo do Centro como sendo importante ao nível da criação de sinergias entre diferentes entidades.

No entanto, é de salientar que, segundo o que foi possível apurar, não existe nenhuma rede de cooperação de qualquer âmbito no que diz respeito à promoção turística dos recursos patrimoniais associados à orizicultura, isto apesar de tais sinergias serem consideradas benéficas por parte de todas as entidades entrevistadas. No quadro IX encontra-se uma síntese das principais considerações das entidades acerca da criação de uma rede de cooperação.

Quadro IX - Conclusões da análise das entrevistas acerca da criação de uma rede de cooperação.

Redes
<ul style="list-style-type: none"> • Todas as entidades têm uma opinião positiva acerca da criação de sinergias entre diversos parceiros tendo em vista uma melhor valorização turística dos recursos; • Para a representante da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho a criação de redes informais é mais vantajosa do que a criação de redes formais; • O representante da Câmara Municipal de Soure e a representante da Câmara Municipal da Figueira da Foz realça a vantagem da criação de produtos transversais; • O representante da AAVM defende a criação de uma plataforma informativa que resulte de uma cooperação entre parcerias públicas e privadas; • Todas as entidades entrevistadas, menos a Câmara Municipal da Figueira da Foz, referem a CIM – Região de Coimbra como uma entidade importante ao nível da criação de sinergias entre os municípios;

- A Entidade Regional de Turismo do Centro também é referida como entidade relevante no que diz respeito à criação de sinergias por parte da representante da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas realizadas.

Em relação ao último tópico de abordagem, todos os entrevistados revelaram alguma dificuldade em responder à questão, sendo que todos responderam de uma forma muito abstrata. No entanto, é de realçar alguns aspetos, como o facto da representante do município de Montemor-o-Velho afirmar que o turismo criativo “é uma vertente muito importante”, pois considera que é uma forma diferenciadora de atrair visitantes ao território, mencionando igualmente que os visitantes cada vez mais procuram produtos “fora do normal”.

Já o representante da Câmara Municipal de Soure refere a criação de experiências, uma componente essencial do turismo criativo. A representante do município da Figueira da Foz menciona o património imaterial, uma das bases das atividades de turismo criativo, referindo igualmente a “nova geração de turistas”, geração esta que preconiza uma descoberta ativa e autêntica do território, uma das características do turista criativo.

No quadro X elabora-se uma síntese das principais considerações das entidades acerca da aposta no turismo criativo como forma de valorização dos recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura.

Quadro X - Conclusões da análise das entrevistas acerca do turismo criativo

Turismo Criativo
<ul style="list-style-type: none"> • Todos os entrevistados revelaram dificuldade em responder à questão, no entanto, fizeram algumas considerações pertinentes; • Todos os entrevistados mostraram ter uma opinião positiva acerca da valorização turística dos recursos através do turismo criativo.

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas realizadas.

O próximo capítulo diz respeito à fase de propostas, que neste caso concerne à sugestão de estratégias de valorização turística da orizicultura no Baixo Mondego. Neste ponto, importa relembrar que no contexto desta dissertação o Baixo Mondego corresponde aos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.

8. Estratégias de valorização turística da orizicultura no Baixo Mondego

Depois de efetuada a análise aos recursos, à oferta e às entrevistas que foram realizadas, podem ser identificados alguns aspetos positivos acerca dos diferentes domínios de análise relevantes no contexto dos objetivos desta dissertação:

- Existência de uma grande diversidade de recursos, de âmbito variado;
- Existência de alguns produtos turísticos associados à atividade orizícola;
- Recetividade por parte de alguns proprietários de quintas e de unidades de transformação do arroz a outras atividades que não sejam as de carácter produtivo;
- Constatação da vocação turística dos recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura, quer através da análise centrada nos recursos existentes, quer através da análise às entrevistas realizadas, onde todos os entrevistados defendem que esta atividade é uma marca do território;
- Reconhecimento da pertinência da existência de sinergias entre vários *stakeholders* tendo em vista a valorização turística dos recursos relacionados com a atividade orizícola por parte das entidades entrevistadas, nomeadamente através da criação de produtos transversais aos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure;
- Todos os entrevistados revelaram ter uma opinião positiva acerca do turismo criativo como forma de valorização dos recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura ao nível do turismo, isto embora tenham revelado alguma dificuldade em responder à pergunta relativa a esta temática;
- Existência de uma entidade que já realiza uma atividade de carácter criativo utilizando um recurso (palha) relacionado com a orizicultura: o “Centro de Artes do Papel” de Montemor-o-Velho.

No entanto, também é possível identificar alguns aspetos negativos:

- Mau estado de conservação de algum do património edificado analisado;
- Natureza dispersa e fragmentada dos recursos;

- Pouca receptividade por parte de alguns proprietários de quintas ou unidades de transformação do arroz contactados a atividades que não sejam as de caráter produtivo;
- Constatação de que nem todos os recursos patrimoniais existentes são valorizados da mesma forma ao nível do turismo, pelo menos de uma forma integrada e estruturada; de igual modo, apesar de se verificar também a existência de espaços destinados à interpretação dos aspetos da vida quotidiana dos campos (“Núcleo Museológico da Freguesia de Alqueidão” e do “Museu do Campo”), onde se inserem elementos relacionados com a orizicultura, nenhuma das entidades entrevistadas os menciona e estes são pouco dinamizados;
- Oferta turística pouco estruturada e/ou organizada, não sendo os recursos valorizados de uma forma integrada e eficaz em nenhum dos três municípios, tal como as próprias entidades o reconhecem, afirmando que, no geral, existem aspetos da oferta a ser melhorados, o que subentende um fraco aproveitamento turístico dos recursos existentes, tal como também ficou patente na análise da oferta, não existindo um fio condutor da mesma;
- Pouca sinergia entre as entidades entrevistadas tendo em vista a valorização e promoção turística dos recursos existentes, verificando-se mesmo que a comunicação é quase inexistente entre essas entidades, isto apesar de considerarem tais laços de ligação relevantes;

O mau estado de conservação de alguns dos recursos edificados associados à atividade orizícola é uma realidade cada vez mais presente e visível, nomeadamente no que diz respeito aos edifícios de algumas antigas unidades de transformação do arroz e quintas de produção, sendo que o fator principal para tal panorama serão os elevados custos relacionados com a sua conservação e adaptação às necessidades de produção atuais.

Assim, no que concerne ao património industrial relacionado com a transformação do arroz no século passado, verifica-se que uma grande parte dos edifícios se encontra em ruínas, isto apesar de apresentarem um elevado valor histórico e patrimonial. O panorama é semelhante no caso das quintas, sendo que a exceção acontece sobretudo quando os edifícios apresentam um caráter habitacional, o que, por outro lado, se constitui como uma das razões para a não

abertura desses espaços para a realização de atividades de caráter extra-produtivo. Outro fator que contribui para esse panorama diz respeito aos constrangimentos que a presença de turistas provoca às atividades produtivas do dia-a-dia, tal como acontece no caso das unidades de transformação do arroz.

Quanto à dispersão dos recursos, essa é uma condição natural tendo em conta a dimensão do território e da atividade orizícola na região. O facto de nem todos os recursos existentes serem valorizados da mesma forma está na base da fraca estruturação e organização da oferta. Tal panorama será resultado de uma falta de ação de atores que poderiam contribuir para alterar esta situação. Da mesma forma, a falta de comunicação entre os *stakeholders* existentes no território contribui nesse sentido. Como exemplos da débil estruturação/organização da oferta, podemos referir o seguinte:

- Pouca valorização dos centros de interpretação supramencionados, que não foram referidos durante as entrevistas realizadas, e pouca dinamização dos mesmos; no entanto, estes poderiam desempenhar um papel mais ativo na promoção turística da atividade orizícola;
- As rotas promovidas apresentam alguns pontos fracos, como o facto de serem restritivas ao nível dos recursos patrimoniais valorizados e devido ao facto de uma delas só poder ser realizada mediante marcação;
- Os eventos relacionados com a promoção da orizicultura, sobretudo ao nível gastronómico, não valorizam apenas este recurso, encontrando-se enquadrados num âmbito mais alargado de temáticas;
- Inexistência de um produto turístico que valorize de forma direta as tradições associadas à produção de arroz na sua fase pré-mecanizada.

A quase inexistência de comunicação e, por conseguinte, de sinergias entre as entidades entrevistadas estará relacionada com a falta de uma visão holística e integrada acerca dos recursos existentes no território e da sua transversalidade aos três municípios, verificando-se que até agora existiu sempre uma consciência pouco vinculada acerca das oportunidades que esta transversalidade de recursos pode proporcionar ao nível do turismo, nomeadamente no que diz respeito à criação de produtos turísticos transversais, uma vez que os recursos existentes podem funcionar de forma complementar, contribuindo para a sua competitividade ao nível do mercado turístico.

Desta forma, depois de ter sido realizada uma análise dos recursos e da oferta, de terem sido identificados os seus aspetos positivos, assim como a existência de alguns problemas, e depois de serem consultadas as entidades que poderão desempenhar um papel importante tendo em vista a criação de um novo paradigma de valorização turística dos recursos relacionados com a orizicultura, de seguida será apresentada uma proposta que se considera ser um contributo no sentido de criação de um produto turístico inovador e estruturado, com base numa valorização integrada de todas as tipologias de recursos existentes.

As ideias relativas à criação de produtos turísticos relacionados com a orizicultura já não são recentes, quer a nível internacional, quer a nível nacional, verificando-se a existência de inúmeros museus, eventos e atividades destinadas a promover e a dinamizar o património relacionado com a orizicultura. No que concerne ao Baixo Mondego em particular, também têm existido algumas propostas de valorização deste recurso endógeno a um nível académico⁶², mas nenhuma dessas propostas se encaixa no enquadramento concetual aqui proposto (turismo criativo), nem teve como objetivo fazer a análise que aqui é realizada, que se centra na perspetiva da oferta.

Portanto, as propostas aqui efetuadas têm como característica fundamental a cooperação entre diversos *stakeholders*, numa perspetiva de criação de uma oferta mais estruturada, integrada e transversal aos três maiores produtores de arroz no Vale do Mondego (os municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure). O fio condutor é a temática do turismo criativo, que se considera ser uma forma inovadora e estratégica de valorizar os recursos existentes associados à orizicultura ao nível do turismo. Importa ainda referir que as propostas consideram a sazonalidade inerente à orizicultura, cujo ciclo de produção têm a duração de cerca de sete meses (março a setembro), desde a fase de preparação dos terrenos até à fase da ceifa ou colheita do arroz.

⁶² Não se pode contornar a referência a Ferreira (2014), que faz uma proposta de valorização da orizicultura no âmbito de um relatório de estágio de mestrado. No entanto, tais propostas diferem das que aqui serão apresentadas, nomeadamente ao nível da contextualização concetual (ecoturismo) e ao nível da análise e investigação efetuadas, que neste caso se enquadram na perspetiva da procura, tendo o autor realizado inquéritos a turistas sobre a sua opinião acerca da existência de produtos turísticos relacionados com esta prática. Dito isto, embora os recursos base sejam os mesmos (pois não há como “fugir” do que é a realidade do território), a abordagem realizada na presente dissertação é diferenciada em relação ao referido relatório de estágio.

Deste modo, esta fase de propostas divide-se em duas partes: uma primeira fase, onde será sugerida uma calendarização de eventos criativos associados à orizicultura de forma a dinamizar o território durante quase todo o ano; e uma segunda fase, cujo objetivo é propor uma rede de cooperação entre vários *stakeholders*, quer a nível local, quer de âmbito mais alargado, onde se encontram, naturalmente, as entidades que foram entrevistadas no contexto desta dissertação.

8.1. Calendário anual de eventos criativos

Tendo como objetivo explicitar o raciocínio que estará na base da proposta que irá ser efetuada numa primeira fase, foi elaborada uma representação (figura 40) com a intenção de sintetizar os recursos existentes, enquadrando-os em categorias mais alargadas de recursos e identificando os produtos e/ou infraestruturas turísticas que, em alguns casos, já lhes estão associados. A elaboração deste esquema culminou na associação de propostas ou estratégias de experiências turísticas criativas aos recursos.

Portanto, as nossas propostas estão em coerência com tudo o que foi referido na parte teórica desta dissertação acerca das novas funções dos espaços rurais, da valorização do património rural e relativamente à experiência turística e ao seu enquadramento no contexto do turismo criativo. Da mesma forma, as propostas têm como objetivo solucionar alguns problemas que foram identificados ao nível da valorização dos recursos e da sua promoção turística.

Indo ao encontro do que foi referido como sendo o objetivo desta primeira fase de propostas, na figura 42 encontramos uma calendarização de experiências criativas associadas ao património orizícola. Estas experiências encontram-se organizadas segundo um fio condutor, ou seja, de acordo com uma lógica que acompanha o progresso relativo às diferentes fases do cultivo do arroz, procurando-se conjugar as experiências propostas com as diferentes fases do ciclo do arroz de uma forma coerente, eficaz, criativa e inovadora. Desta forma, neste subcapítulo será explicitado em que consistem tais experiências, que acontecem na forma de eventos criativos transversais aos três municípios.

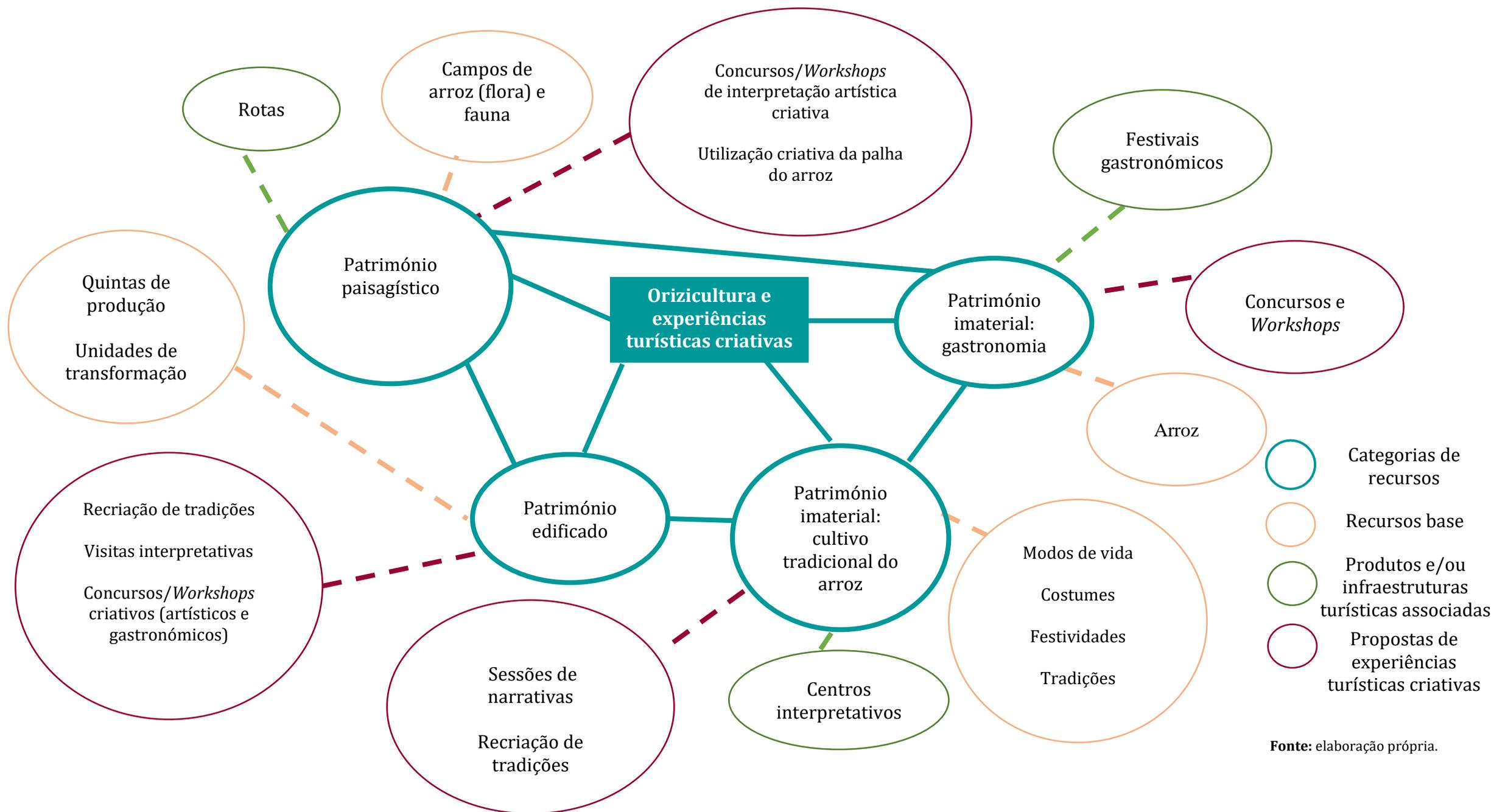


Figura 40 - Esquema identificador dos recursos e produtos turísticos existentes e de propostas/estratégias de valorização criativa dos mesmos.

EVENTOS

1. "O Arroz na História das Gentes do Mondego";
2. "Vivências nas Quintas de Produção de Arroz: Entre o Passado e o Presente";
3. "Orizicultura e Interpretação Artística";
4. "A Indústria de Transformação do Arroz: Entre o Passado e o Presente";
5. "Festival da Palha do Arroz";
6. "Arte Culinária Criativa com o Arroz Carolino do Baixo Mondego".

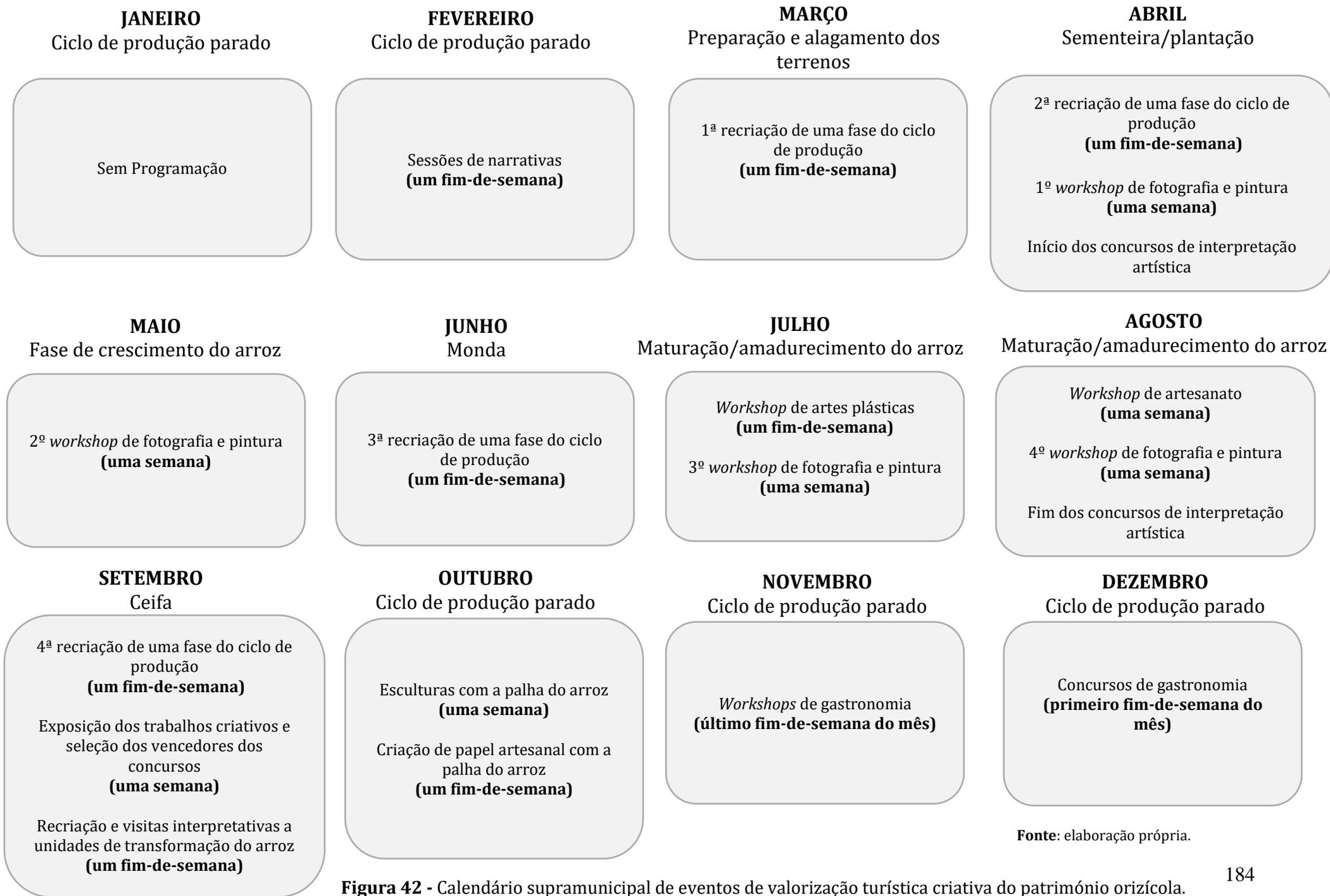
Fonte: elaboração própria.

Figura 41 - Eventos propostos.

Tal como pode ser observado na figura 41, são seis as tipologias de eventos aqui propostos que, como já foi referido, se encontram organizados segundo uma sequência lógica que acompanha as diferentes fases do ciclo de produção do arroz. Porém, tendo em conta a sazonalidade da produção de arroz, serão igualmente apresentadas propostas para os períodos onde o ciclo de produção se encontra parado. Desta forma, para todos os meses exceto janeiro⁶³, é proposta a realização de um evento, que tem como principal objetivo proporcionar experiências turísticas criativas aos turistas e/ou visitantes através da valorização de recursos associados à atividade orizícola, tal como se encontra refletido na calendarização da figura 42.

Importa realçar que, como iremos ver de seguida, propõe-se que a maior parte dos eventos aqui sugeridos ocorram em quintas de produção de arroz que, como já vimos na figura 40, fazem parte de uma tipologia de recursos patrimoniais que não têm nenhum produto turístico associado de forma direta atualmente.

⁶³ Optou-se por excluir janeiro da calendarização de propostas efetuadas por se considerar que este mês não se revela muito propício à realização de atividade deste âmbito, nomeadamente devido ao facto de se estar a sair de um período festivo (Natal e Passagem de Ano).



Fonte: elaboração própria.

Figura 42 - Calendário supramunicipal de eventos de valorização turística criativa do património orizícola.

Numa primeira fase, no mês de fevereiro, altura em que o ciclo de produção do arroz se encontra parado, será promovido um evento que assume a forma de partilha de histórias, costumes e tradições através da criação de narrativas por parte de pessoas que trabalharam diretamente na produção de arroz na sua forma tradicional.

Nos meses seguintes, serão promovidas diferentes tipologias de eventos organizados segundo as diferentes fases do ciclo de produção do arroz, a saber:

- Recriação de diferentes fases de produção de arroz e do seu processo de transformação na sua forma tradicional, promovendo-se a participação ativa dos turistas/visitantes nessas atividades;
- Concursos e *workshops* de fotografia, pintura, artes plásticas e artesanato, como forma de valorização artística dos recursos existentes;
- Vistas interpretativas.

Já em outubro, quando o ciclo de produção do arroz se encontra terminado ou em fase de conclusão, estando os campos cobertos com a palha que resultou da ceifa, serão promovidas atividades destinadas à criação artística criativa com a palha de arroz, como a realização de esculturas e também a criação de papel artesanal através da palha do arroz. Por último, em novembro e dezembro, será sugerida a realização de concursos e *workshops* de culinária onde o arroz carolino do Mondego será “rei”.

Tendo em conta a calendarização que se encontra expressa na figura 42, de seguida irá ser explicitado em que consistem as seis propostas de eventos apresentados na figura 41.

8.1.1. “O Arroz na História das Gentes do Mondego”⁶⁴

Em fevereiro o ciclo de produção do arroz encontra-se parado, todavia, este é um período em que a atividade começa a ser planeada, uma vez que o ciclo de produção de arroz se inicia em meados de março. Assim, como forma de introdução desse novo ciclo, propõe-se a criação de narrativas enquadradas na primeira proposta de evento: “O Arroz na História das Gentes do Mondego”.

⁶⁴ Também Ferreira (2014) reconhece a pertinência de uma atividade do mesmo género, uma vez que propõe a criação de uma “casa de histórias” relacionada com a temática da orizicultura.

Este evento teria como objetivo principal estimular o contacto entre turistas/visitantes e a população local, neste caso homens e mulheres que trabalharam na orizicultura, através de uma exposição e partilha de vivências pessoais, onde seriam promovidas as tradições e costumes associados à orizicultura nos campos do Mondego no passado, dando a conhecer todo o sacrifício que estava inerente ao cultivo do arroz e o modo de vida das populações que sobreviviam com o que esta atividade lhes tinha para oferecer.

Preferencialmente, este evento ocorreria numa base de interação entre as duas partes (turistas/visitantes e população local), tal como foi referido, nomeadamente através da colocação de perguntas por parte dos turistas/visitantes sobre temáticas em que gostariam de ver os seus conhecimentos aprofundados através de pessoas que estiveram envolvidas diretamente na atividade orizícola. Da mesma forma, seria interessante que se pudessem comparar as perspetivas dos antigos e dos atuais produtores de arroz ou de homens e mulheres que, mesmo que não tenham trabalhado diretamente na atividade, conviveram de perto com a mesma, promovendo-se também a sua participação neste evento.

Portanto, para além de serem divulgadas as formas antigas de trabalho do campo (tradicionalis e mais artesanais) e as tradições e costumes associados, seria feita uma ponte com a atualidade, onde o processo de produção de arroz se encontra mais mecanizado e envolve cada vez menos mão-de-obra, ao contrário do que acontecia no passado. Do mesmo modo, poderiam ser comparadas pequenas especificidades locais relativas às tradições e costumes associados à orizicultura em localidades específicas dos municípios.

Importa mais uma vez salientar a dureza e o sofrimento que marcava as populações que no século XX trabalharam na produção de arroz desde tenra idade, deixando uma marca muito forte na sua história social e, por conseguinte, na sua memória coletiva. Esta memória coletiva manifesta-se através de tradições, costumes, cantares, provérbios, entre outros aspetos que perduram até à atualidade, sendo os homens e mulheres que passaram por estas experiências excelentes fontes de conhecimento e de memórias que deverão ser preservadas e partilhadas, tal como aqui é proposto.

De forma a complementar e a ilustrar o que iria sendo abordado durante esta partilha de vivências, propõe-se que fosse criada uma exposição com fotografias,

utensílios e alfaias relacionadas com a produção tradicional/artesanal de arroz, onde os centros interpretativos supramencionados podem ser entidades importantes no fornecimento de alguns desses materiais.

Numa perspetiva de aplicação prática deste evento, faz-se a seguinte proposta: este evento poderia ter a duração de um fim-de-semana no mês de fevereiro, preferencialmente num fim-de-semana que se distanciasse do Carnaval. Assim, propõe-se a seguinte forma de organização/funcionamento: utilização de espaços existentes, como os centros interpretativos já amplamente referidos, ou quintas de produção de arroz. Seja qual for a opção escolhida, o fator essencial a ter em conta será sempre a transversalidade do evento, sendo que em cada ano este poderia ocorrer num município diferente, propondo-se um modo de funcionamento cíclico.

Em resumo, este evento permitiria ao turista/visitante compreender a história do cultivo do arroz na região e os costumes e tradições associadas através de quem mais tem conhecimento sobre a matéria, da mesma forma que permitiria fazer uma abordagem evolutiva do cultivo do arroz através da comparação entre as técnicas de cultivo, as tradições e os costumes associados à orizicultura no passado e no presente.

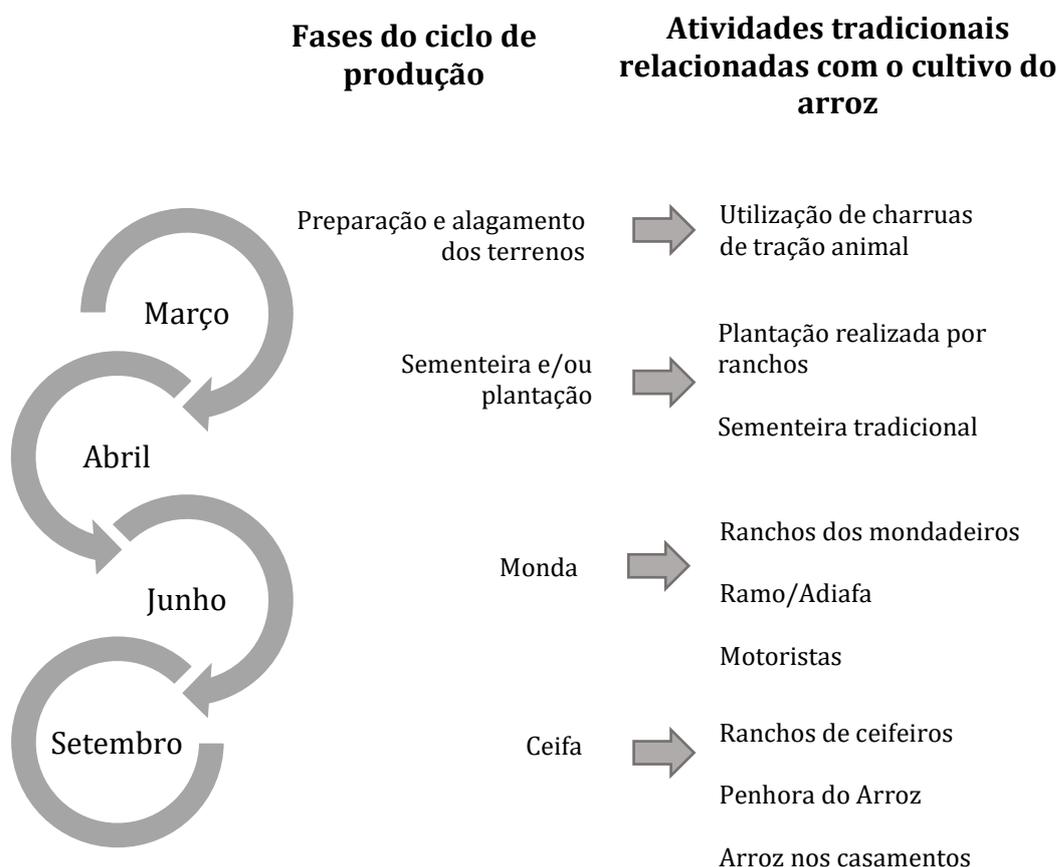
8.1.2. “Vivências nas Quintas de Produção de Arroz: Entre o Passado e o Presente”⁶⁵

Esta tipologia de atividades decorreria em quatro etapas (em março, abril, junho e setembro), num total de quatro eventos referentes às quatro principais fases do ciclo de produção do arroz (figura 43), e teriam como objetivo levar o turista/visitante aos campos, mais propriamente às quintas de produção de arroz,

⁶⁵ Tal como acontece no caso do primeiro evento aqui proposto, que se relaciona com a criação de narrativas, também no caso de mais algumas das nossas sugestões se podem encontrar algumas semelhanças com algumas propostas realizadas por Ferreira (2014), pois este autor sugere o que ele denomina de “experiências culturais”, como as seguintes: “plantar a cantar”, “de vala em vala” e “à tona da água”. Da mesma forma, Ferreira (2014) sugere a criação de novos festivais, como um “festival de noivas do mondego” e um “festival da penhora do arroz”, cujo objetivo é recriar estas tradições. No entanto, as nossas propostas no âmbito desta segunda tipologia de evento diferem das apresentadas por Ferreira (2014) em alguns aspetos, nomeadamente no sentido em que se propõe que estas atividades tenham na sua base a valorização dos recursos existentes (quintas de produção de arroz) ao invés de se propor a criação de novas estruturas ou a sua realização em espaços não relacionados com a atividade de produção do arroz.

em particular as quintas que aqui foram referidas. Assim sendo, estes eventos teriam os seguintes objetivos:

- Permitir ao turista/visitante conhecer a história das quintas e a sua relação com a atividade orizícola, possibilitando-lhes fazer uma comparação entre o passado e o presente da atividade;
- Permitir ao turista/visitante observar grupos etnográficos a realizar recriações das diferentes fases do ciclo de produção na sua forma tradicional/artesanal;
- Proporcionar ao turista/visitante uma experiência onde ele próprio poderia desenvolver algumas tarefas que faziam parte da produção tradicional de arroz através da sua participação nas recriações das tradições associadas.



Fonte: elaboração própria.

Figura 43 - Síntese das atividades a serem recriadas consoante as principais fases do ciclo de produção do arroz.

A figura 43 apresenta algumas atividades artesanais e tradições/costumes associados às principais fases do ciclo de produção do arroz a serem recriadas de uma forma artística através de grupos etnográficos.

Assim, no mês de março seria promovido um evento relacionado com a fase de preparação e alagamento dos terrenos. Deste modo, propõe-se que fossem recriadas as antigas lavras e gradagens dos terrenos com recurso a charruas de tração animal, atividade esta que passou a ser mecanizada a partir da segunda metade do século passado, propondo-se também a recriação das formas tradicionais de alagamento dos terrenos. Esta era uma fase do cultivo do arroz bastante penosa, quer para os animais, quer para os trabalhadores dos campos, uma vez que andavam durante vários dias com o corpo enterrado em lama e água, por vezes em condições desumanas. Dito isto, o objetivo da recriação desta atividade será o de perpetuar e valorizar esse esforço.

Em abril, seria promovida a segunda recriação das antigas formas de produção do arroz. Este segundo evento teria como objetivo recriar a fase de sementeira ou plantação do arroz, sendo que esta última já não se realiza na atualidade. Propõe-se então que se faça uma representação do processo de plantação realizado por parte de numerosos ranchos de trabalhadores, nomeadamente no que concerne à tarefa de transposição da planta do arroz dos viveiros para os terrenos encharcados, uma fase que também trazia bastante sofrimento para os homens e mulheres e, por vezes, crianças, que trabalhavam nos campos do arroz.

De igual forma, propõe-se a recriação da atividade da sementeira tradicional, que poderia ser feita a pé, onde o trabalhador atirava a semente a lanço para a terra, ou então poderia ser feita mediante a utilização de barcas tradicionais, atividade esta bastante tradicional em alguns locais dos municípios aqui referidos, como na localidade de Borda do Campo.

Em meados de junho propõe-se a realização de três recriações: da monda tradicional realizada pelos ranchos dos mondadeiros, da celebração do ramo/adiafa e do papel dos motoristas. Como já vimos anteriormente, no século passado a época das mondas era marcada pela atuação dos ranchos dos mondadeiros⁶⁶, que

⁶⁶ Que incluíam também pessoas que vinham de territórios vizinhos trabalhar para os campos de arroz do Mondego.

retiravam as ervas infestantes dos campos. Durante a monda vivia-se um sentimento díspar de grande trabalho, cansaço e sofrimento, onde se trabalhava desde tenra idade até à velhice e, ao mesmo tempo, de confraternização.

Durante esta etapa da produção do arroz foram criadas formas de abstração da dureza da vida, em especial através do recurso a cânticos cujos versos eram na sua maioria construídos pelos próprios trabalhadores, o que dava origem, por exemplo, a canções ao desafio entre homens e mulheres. Tais “cantigas” eram sobretudo promovidas pelo sexo feminino, que, regra geral, se encontrava em maioria na realização desta atividade. Nesta fase, era de igual modo importante o papel do capataz, a pessoa que estava encarregada pelo patrão para comandar os trabalhos e que, por vezes, também era um “alvo” dos cânticos dos ranchos. O capataz zelava, assim, pela celeridade da monda, não permitindo muito descanso aos trabalhadores, que andavam curvados durante dias a fio.

Ainda neste período, mais precisamente no final da monda, era promovida a realização do ramo ou adiafa. Durante esta festividade os trabalhadores esqueciam, por momentos, a dureza das suas vidas, participando numa espécie de baile promovido pelos patrões para celebrar o fim de mais uma etapa dolorosa do trabalho dos campos do arroz. Durante este evento os homens e mulheres vestiam-se a preceito e tinham direito a uma refeição reforçada e algo requintada tendo em conta a sua alimentação diária, que era bastante pobre a nível nutritivo.

Todos os elementos do rancho participavam nesta celebração, agradecendo ao patrão e ao capataz através de oferendas e da dedicação de versos cantados, sempre acompanhados por um instrumento musical tradicional. Apesar de se verificar que esta tradição variava segundo diferentes localidades, esta era uma festividade transversal aos três municípios aqui referidos, propondo-se também aqui a sua recriação.

Por último, seria também promovida uma recriação do papel dos motoristas, que tinham como objetivo gerir a quantidade de água necessária de forma a garantir as melhores condições possíveis para o amadurecimento do arroz, processo este que se acelerava a seguir à monda, sobretudo através da ação dos referidos motoristas que, para realizar a sua tarefa, passavam semanas sem ver a família.

Em setembro, seria promovida a recriação da última fase do processo de produção do arroz, que corresponde à ceifa. Nesta derradeira etapa, os ranchos de

ceifeiros eram responsáveis pela colheita do arroz, que era uma fase bastante esperada e celebrada por todos, pois significava o fim de meses de sofrimento. Na fase da produção tradicional do arroz este era ceifado recorrendo-se a gadanhas e, depois de ceifado, o arroz era transportado para as eiras em carros de bois (carradas), onde este era descascado, limpo e ensacado.

Esta última fase da produção do arroz serviu de base para a criação de algumas tradições, como a “penhora do arroz” (Vaquinhas & Sousa, 2006:41), a adiafa ou ramo da época das colheitas (Bento, 2009), propondo-se aqui a sua recriação. Da mesma forma, durante este último evento dos quatro aqui propostos referentes à recriação de atividades tradicionais relacionadas com a produção de arroz no século passado, seria promovida a recriação da distribuição de tabuleiros de arroz doce pelas casas das aldeias onde iria existir um casamento, costume este bastante tradicional no Baixo Mondego.

Concluindo a explicação das recriações que aqui são propostas, importa lembrar que o objetivo das mesmas é perpetuar no tempo a memória coletiva da população dos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure através da divulgação das atividades e tradições associadas à produção artesanal do arroz junto de turistas e visitantes, contribuindo para a sua preservação. Em todas as recriações propostas é um dos objetivos principais estimular uma participação ativa dos turistas/visitantes nestas experiências. Assim, estes poderiam ter a oportunidade de realizar atividades tradicionais ou participar em tradições locais características do território em questão, como ser parte de um rancho de mondadeiros ou participar numa ceifa tradicional, entre outras atividades que se realizam durante essas diferentes fases e que foram anteriormente mencionadas.

Da mesma forma, durante a realização destes quatro eventos, propõe-se que se criassem formas de divulgação da história das quintas que acolhessem os referidos eventos, nomeadamente através da exposição de documentação antiga e fotografias, isto para além de se sugerir que fosse explicado ao turista/visitante o processo atual de produção do arroz segundo as diferentes fases que seriam recriadas. De modo análogo, propõe-se que no final destes eventos fosse oferecida uma taça de arroz doce como forma de comprovar a qualidade do arroz, sendo que poderia ainda existir um espaço destinado a venda do arroz aí produzido. Assim, estes eventos teriam uma vertente de promoção da qualidade do arroz produzido

nas quintas que aderissem a esta tipologia de eventos aqui propostos, da mesma forma que seriam responsáveis pela dinamização desses espaços, valorizando esta tipologia de recursos.

No que diz respeito à forma de realização destes eventos, propõe-se que mediante as diferentes fases do ciclo de produção do arroz recriadas exista uma quinta destinada à sua realização que, tal como já foi referido, são quatro, sendo sugerido que estes se realizem durante um fim-de-semana (nos meses de março, abril, junho e setembro). Da mesma forma, importa mencionar os centros interpretativos referidos nesta dissertação como entidades que auxiliariam na realização destes eventos, nomeadamente através da cedência de elementos etnográficos relacionados com o cultivo do arroz que estejam no seu espólio para auxiliar numa reprodução fidedigna destas recriações.

8.1.3. “Orizicultura e Interpretação Artística”

As atividades promovidas no âmbito desta tipologia de evento encontram-se relacionadas com a valorização artística dos recursos existentes através da fotografia, pintura, artes plásticas e artesanato. Esta tipologia de evento encontra-se repartida em duas vertentes, uma de concursos e outra de *workshops*, valorizando-se o património edificado, o paisagístico, a fauna e alguns elementos relacionados com a produção tradicional/artesanal de arroz.

Relativamente aos concursos, estes tanto poderiam ser destinados a profissionais como a amadores que se dedicassem à criação artística nas áreas supramencionadas. Esta atividade teria como especificidade a necessidade de uma pré-inscrição em abril para que no espaço que decorre entre este mês e setembro os participantes tivessem tempo para concretizar as suas criações artísticas.

Propõe-se igualmente que em setembro fosse organizado um evento com a duração de uma semana, onde fossem expostos os trabalhos realizados no âmbito dessas diferentes tipologias de expressões artísticas e onde fossem anunciados os vencedores segundo a votação dos turistas/visitantes e também de um júri designado para o efeito. Este concurso teria, assim, um carácter livre, existindo apenas as regras de se utilizar o património orizícola como inspiração para uma

interpretação artística criativa e as obras se realizem durante o período definido (entre abril e setembro).

Este concurso teria então como objetivo principal trazer para o território uma nova dinâmica criativa através da captação de artistas nos diferentes setores criativos referidos, que fazem parte das indústrias criativas, e através da promoção do trabalho de criativos locais que nele participem. Desta forma, é propósito deste concurso fomentar a permanência destes artistas no território durante o período de realização do concurso, contribuindo para a criação de um *cluster* criativo relacionado com a valorização artística do património orizícola. Assim, este concurso seria responsável pelo aumento do capital criativo deste território ao mesmo tempo que valorizaria alguns recursos relacionados com a atividade orizícola, contribuindo para a sua preservação e divulgação.

Quanto à vertente dos *workshops*, propõe-se a seguinte forma de realização segundo as atividades artísticas sugeridas:

- **Fotografia/pintura:** realização de quatro *workshops* (nos meses de abril, maio, julho e agosto), com a duração de uma semana cada um;
- **Artes plásticas:** realização de um *workshop* no mês de julho, com a duração de um fim-de-semana;
- **Artesanato:** realização de um *workshop* no mês de agosto, com a duração de uma semana.

Para a realização desses *workshops* seriam convidados profissionais das áreas da fotografia, pintura, artes plásticas e artesanato para realizar/dinamizar estas ações de valorização artística criativa desses recursos patrimoniais. Estas atividades seriam abertas ao público em geral, embora com uma inscrição prévia dos participantes. Os *workshops* poderiam ser concretizados de diferentes formas consoante a atividade artística desenvolvida:

- **Fotografia/Pintura:** percursos de interpretação criativa pelo território dos três municípios, com paragem em pontos interesse de diferentes âmbitos;
- **Artes plásticas e artesanato:** utilização de espaços existentes, como as quintas de produção de arroz;

No caso dos *workshops* de fotografia e pintura, seria importante existir uma inventariação dos recursos patrimoniais com relevância, como os que se encontram assinalados no mapa do anexo XXI, de forma a serem criados percursos

interessantes de forma prévia, que englobassem e valorizassem as diferentes paisagens dos campos, as quintas e unidades de transformação do arroz e a fauna existente, por exemplo.

A figura 44 representa duas formas de utilização criativa do grão (à esquerda) e da palha do arroz (à direita), dois exemplos que podem servir para se fazer uma análise de *benchmarking* no que diz respeito às artes plásticas.



Fontes: <http://vsemart.com> e <http://www.artsya.com>.

Figura 44 - Quadros/mosaicos realizados com grão e palha de arroz.

Esta tradição é originária de países asiáticos, onde a orizicultura é mais do que uma arte agrícola, mas também um recurso para a criação de arte no sentido estético da palavra⁶⁷. Assim, estes dois exemplos mostram como a orizicultura pode ser uma atividade base para a criação de obras artísticas criativas. De facto, a utilização do arroz como elemento artístico já não é recente, senão vejamos o exemplo da figura 45, referente à criação de verdadeiras obras de arte nos campos de arroz⁶⁸ em várias regiões do Japão, onde os desenhos são maioritariamente referentes a figuras ou locais de culto da cultura japonesa, mas também referentes a figuras icónicas a nível mundial, como a que se encontra aqui representada (Marilyn Monroe). Foi na pequena comunidade de Inakadate que começou esta

⁶⁷ Para ver vídeos referentes a estas duas tipologias de criação artística visitar:

Grão do arroz: https://www.youtube.com/watch?v=_joNFWbkMxI&t=13s

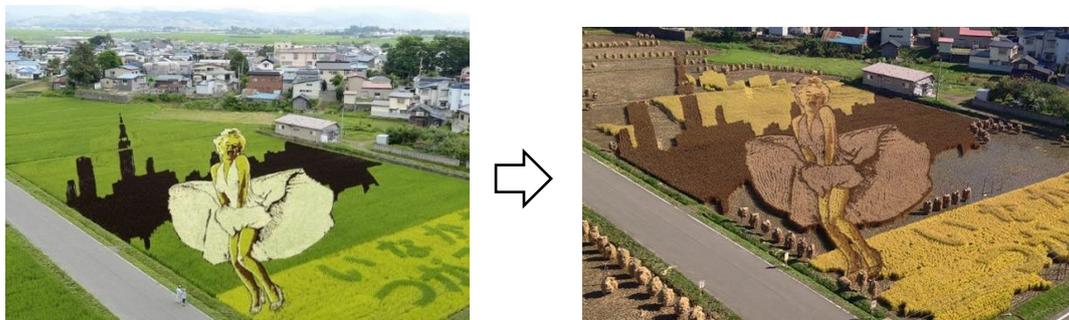
Palha do arroz: <https://www.youtube.com/watch?v=l84RBv21wgE;>

<https://www.youtube.com/watch?v=NQNkYpWUShk>

⁶⁸ Para ver vídeo ilustrativo desta forma artística visitar

[https://www.youtube.com/watch?v=o2_Li7tntE4.](https://www.youtube.com/watch?v=o2_Li7tntE4)

prática no ano de 1993 com o objetivo de dinamizá-la a nível económico, nomeadamente através do turismo. A partir daí, esta forma de arte atrai cada vez mais turistas de ano para ano ⁶⁹.



Fonte: https://corevertical.com/Page/Rice_Paddy_Art_of_Japan e <http://www.inspirefusion.com/page/2/?s=rice>.

Figura 45 - Arte nos arrozais do Japão segundo diferentes fases do cultivo.

Já no caso do artesanato, poderiam ser valorizados os seguintes elementos relacionados com a produção tradicional/artesanal do arroz: vassouras de giestas utilizadas para varrer as eiras, esteiras de bunho, cestos artesanais feitos com palha de arroz, barcas utilizadas na sementeira do arroz ou até mesmo a criação de ramos (utilizados na “adiafa” e na “penhora do arroz”).

Sugere-se que a exposição dos trabalhos realizados nas duas vertentes aqui sugeridas ocorra, de forma alternada, em quintas de produção de arroz.

8.1.4. “A Indústria de Transformação do Arroz: Entre o Passado e o Presente”

Este seria um evento com a duração de um fim-de-semana no mês de setembro, que teria como atividades principais as seguintes:

- Recriação de diferentes tarefas tradicionais associadas à transformação do arroz no século passado;
- Visitas a unidades de transformação do arroz, antigas e atuais.

A primeira atividade sugerida tem como objetivo recriar algumas tarefas tradicionais relacionadas com a transformação do arroz, tal como o descasque

⁶⁹ <http://www.nytimes.com/2010/07/26/world/asia/26japan.html> e <http://www.bbc.com/travel/story/20170223-an-ingenious-solution-made-of-rice>, consultado em 24/11/2017.

através do “calcadoiro”, a utilização de “tararas” e todo o trabalho de limpeza e de secagem artesanal que se fazia no século passado. De facto, antigamente o descasque do arroz era feito de uma forma artesanal, nomeadamente recorrendo-se a pás, forquilhas ou ao “calcadoiro” (utilização de animais para separar a casca do grão). Este processo de descasque era muitas vezes realizado durante a noite de forma a permitir que o arroz começasse o seu processo de secagem natural ao sol ao nascer do dia, maioritariamente em eiras, recurso este que existe em grande quantidade no território em questão.

O descasque do arroz de forma tradicional poderia também ser realizado em moinhos, através da adaptação das mós, e também através de “tararas”, pequenas máquinas debulhadoras. De seguida, o arroz era ensacado e direcionado na sua maioria para a venda. Assim, sugere-se que se faça uma recriação destas atividades, promovendo-se a participação ativa dos turistas/visitantes e, de igual modo, a participação ou presença de antigos profissionais da área que possam falar com os visitantes acerca da transformação artesanal do arroz.

Já a segunda atividade proposta tem como objetivo dar a conhecer a importância desta indústria para o território e o processo de transformação do arroz na atualidade através da visita a unidades industriais, permitindo ao turista/visitante perceber qual é o processo que decorre desde a chegada do arroz em casca diretamente dos campos até à fase em que o arroz é embalado para consumo.

Nesta segunda atividade poderiam também ser promovidas visitas interpretativas a unidades de transformação do arroz artesanais, como antigos moinhos onde se realizava o descasque do arroz, como é o caso do moinho da aldeia do Casenho, ainda existente e pertencente ao Senhor Manuel Carvalho, assim como a antigas “fábricas” de transformação do arroz, como a existente na Quinta da Boa Vista, a qual já recebe visitantes no âmbito de uma rota promovida pelo município de Montemor-o-Velho, podendo ainda ser promovidas visitas ao Mosteiro de Santa Maria de Seiça, um recurso patrimonial bastante interessante, nomeadamente no que concerne à atividade orizícola, tal como já foi referido nesta dissertação.

Propõe-se que este evento tenha a duração de um fim-de-semana no mês de setembro, sendo que no primeiro dia seriam promovidas as referidas recriações e, no segundo dia, visitas interpretativas a unidades de transformação de diferentes

fases de evolução. Sugere-se que as recriações ocorram em quintas, uma vez que algumas das atividades cuja recriação aqui se propõe aconteciam em quintas ou em eiras próximas das mesmas. No caso da segunda atividade, torna-se necessária uma aderência por parte de unidades de transformação do arroz do território.

Propõe-se igualmente que durante a realização deste evento existam pontos de venda e promoção do arroz produzido nestes municípios, nomeadamente nas unidades de transformação que adiram ao evento. Para além da aderência de quintas e de unidades de transformação do arroz, sugere-se que os dois centros interpretativos já amplamente referidos auxiliem na realização deste evento no sentido de ceder alguns objetos etnográficos para a realização das recriações.

Em resumo, a ideia principal é mostrar ao turista/visitante a importância desta indústria para o território e o seu processo evolutivo, desde a fase em que o arroz era descascado de forma artesanal até à atualidade, onde este processo se encontra totalmente mecanizado e onde, para além do descasque, se realizam outras atividades, como o branqueamento e o embalamento, tudo numa só unidade. De modo análogo, sugere-se que os turistas/visitantes possam participar de forma ativa, quer nas recriações, permitindo que realizem o descasque do arroz de forma artesanal (através do recurso a tararas ou a um moinho, por exemplo), quer ao nível da visitação a antigas e atuais unidades de transformação do arroz, como as que foram referidas nesta dissertação.

8.1.5. “Festival da Palha do Arroz”

Este festival teria duas atividades distintas a serem promovidas, sendo que o elemento unificador das mesmas é a palha do arroz, a saber:

- Realização de esculturas;
- Criação de papel artesanal;

No que concerne à primeira tipologia de atividade, esta é uma proposta que surge de uma análise de *benchmarking*, através da qual se chegou a conclusão que seria uma atividade cujas características poderiam ser aplicadas no território alvo desta dissertação. De facto, a ideia da criação de esculturas com a palha de arroz nasceu do conhecimento da realização de um festival no Japão denominado “Festival

de arte *Wara*⁷⁰, sendo que *Wara* significa palha de arroz. Neste festival, que surgiu em 2008 numa das maiores zonas de produção de arroz, a palha do arroz é utilizada como elemento artístico.

A ideia inicial de realização deste festival partiu da comunidade de agricultores locais de forma a transformar o excesso de palha existente em obras criativas, sendo que, para tal, contactaram a Universidade de Musashino para fazer o *design* e construir esculturas de uma forma inovadora (figura 46). Um dos objetivos desta ideia passava pela atração de turistas, o que veio a acontecer⁷¹.

Considera-se que a implementação desta atividade criativa no território em estudo poderia constituir uma importante vantagem competitiva ao nível do turismo, uma vez que em território nacional seria algo original, quer no que diz respeito à oferta turística associada à atividade orizícola, quer no que concerne à generalidade da oferta turística no país, podendo apenas ser equiparado com o FIESA (Festival Internacional de Esculturas na Areia), embora utilizando recursos bastante diferenciados.



Fonte: <https://www.lonelyplanet.com> e <https://mymodernmet.com>.

Figura 46 - Esculturas com palha de arroz no “Festival de arte *Wara*”.

Assim sendo, propõe-se a criação de esculturas com a palha do arroz durante a realização deste festival. Sugere-se que a sua realização ocorra durante uma semana no mês de outubro, pois nesta época do ano os campos de arroz encontram-

⁷⁰ Para ver vídeos referente a este festival visitar:
<https://www.youtube.com/watch?v=TZ095bsuOPE>;
<https://www.youtube.com/watch?v=cDsJWa2r8LM> e <https://www.youtube.com/watch?v=Gqh-4c0IRmM>.

⁷¹ <https://www.lonelyplanet.com/news/2017/10/12/incredible-straw-structures-display-japan/> e <https://mymodernmet.com/rice-straw-sculptures-japan-wara-art-festival/>, consultado em 24/11/2017.

se “inundados” por palha de arroz que resultou da ceifa, sendo uma época perfeita para a realização de uma atividade deste género. Estas esculturas poderiam ter na sua base inúmeras temáticas, desde temas relacionados com a própria atividade orizícola ou outras temáticas de âmbito diverso: de cariz popular e etnográfico, relacionadas com o modo de vida dos portugueses, de cariz cinematográfico, musical, político, histórico, entre outros temas.

Desta forma, seria dado um uso artístico criativo à palha do arroz, permitindo a dinamização do território numa altura onde o ciclo de produção do arroz já terminou. Tais esculturas poderiam ser criadas em conjunto por diferentes atores: artistas plásticos, artistas locais e/ou alunos de escolas de arte da região, tal como acontece no caso do Japão, promovendo-se igualmente uma participação ativa da população local e dos turistas/visitantes na criação destas esculturas, fomentando-se o desenvolvimento do seu potencial criativo através da utilização de um recurso endógeno do território relacionado com a atividade orizícola.

No que diz respeito à forma de realização das esculturas, propõe-se que estas fossem criadas em plenos campos de arroz, quer em campos pertencentes a quintas de produção, promovendo-se mais uma vez esta tipologia de recurso, quer em campos aleatórios espalhados pelo território com a conivência dos seus proprietários, que muitas das vezes queimam a palha, não lhe dando qualquer uso. Portanto, propõe-se que durante a semana de realização do “Festival da Palha do Arroz” fossem criadas esculturas em diferentes pontos do território em simultâneo, sendo que no final do festival poderia ser criada uma rota de esculturas, o que seria uma forma interessante de dinamizar algumas localidades tradicionalmente relacionadas com cultivo do arroz como, por exemplo, Ereira, Maiorca, Vinha da Rainha, Borda do Campo, Moinho do Almojarife e Alqueidão.

A outra atividade a ser realizada no âmbito deste “Festival da Palha do Arroz” estaria relacionada com a criação de papel artesanal através da palha do arroz. Tal como já foi referido anteriormente nesta dissertação, em Montemor-o-Velho existe um “Centro de Artes do Papel”, um espaço onde se dá um uso artístico e criativo à palha do arroz. De facto, neste espaço é promovida uma atividade cujo objetivo é criar folhas de papel através da palha do arroz, uma atividade artesanal que poderia servir de base à realização de *workshops* durante um fim-de-semana.

Esta atividade seria então promovida pelo “Centro de Artes do Papel”, pois é o único espaço no território em questão que realiza esta tipologia de atividade criativa. Assim, para além de contribuir para a promoção de uma inovação relativamente à oferta de atividades artísticas, este evento contribuiria igualmente para a promoção do referido “Centro de Artes do Papel”, o que poderia resultar na captação de capital criativo para o território.

Este festival poderia estar enquadrado na terceira tipologia de evento aqui proposta (“Orizicultura e Interpretação Artística”). Contudo, pelo que foi referido anteriormente, considera-se que a temática da palha do arroz tem dimensão e interesse para ser valorizada de forma exclusiva, neste caso, através da realização de um festival a ela dedicado.

8.1.6. “Arte Culinária Criativa com o Arroz Carolino do Baixo Mondego”

Esta tipologia de evento estaria dividida em duas vertentes: concursos e *workshops*, sendo realizado durante dois fins-de-semana, um em novembro (*workshops*), e outro em dezembro (concursos).

Os *workshops* teriam como objetivo permitir aos participantes desenvolver as suas capacidades culinárias, promovendo a aprendizagem e o contacto com o arroz carolino da região sendo que, para tal, teria que existir uma inscrição prévia. O principal objetivo deste evento é a participação dos turistas/visitantes numa atividade que valoriza o arroz de uma forma artística, porque cozinhar é arte. De facto, a gastronomia, que faz parte das indústrias criativas, é uma das formas de valorizar a qualidade do arroz carolino produzido na região. Estes *workshops* poderiam acontecer segundo duas categorias, pratos doces ou salgados, que se enquadrariam em outras duas categorias, a tradicional e a inovadora. Para ministrar estes *workshops* seriam convidados chefes ou cozinheiros de renome, quer da região, quer de outros pontos do país.

Depois dos *workshops* de gastronomia, no fim-de-semana seguinte seria promovido um concurso que teria como objetivo permitir a cozinheiros amadores (turistas/visitantes ou população local) mostrar as suas capacidades culinárias na confeção de pratos onde o arroz carolino seria o elemento fundamental, competindo os cozinheiros entre si através da criação de pratos confeccionados ao vivo. No final

da atividade, seriam determinados os vencedores segundo diferentes tipologias de pratos e categorias: doces ou salgados, vertente de tradição ou inovação, tal como acontece no caso dos *workshops*.

Para o efeito, seria convidado um júri, que poderia ser constituído por chefes de cozinha de renome na região, sendo que o prémio poderia ser uma formação na Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra destinada a desenvolver a capacidade culinária do vencedor, por exemplo. Neste ponto, importa mencionar que a Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra poderia ser igualmente uma entidade de apoio à realização destas duas atividades, nomeadamente através da participação de alunos da referida escola. No que diz respeito à realização destas atividades, propõem-se que estas ocorram em quintas de produção de arroz, algo que seria bastante inovador.

Quadro XI - Recursos humanos e entidades necessárias à realização dos eventos propostos.

Evento	Recursos humanos	Entidades fundamentais	Entidades de apoio
“O Arroz na História das Gentes do Mondego”	Produtores de arroz	Centros interpretativos Ou Quintas de produção de arroz	Centros interpretativos
“Vivências nas Quintas de Produção de Arroz: Entre o Passado e o Presente”	Grupos etnográficos	Quintas de produção de arroz	Centros interpretativos
“Orizicultura e Interpretação Artística”	Fotógrafos/pintores/artistas plásticos/artesãos	Quintas de produção de arroz (<i>workshops</i> de artesanato e artes plásticas)	-
“A Indústria de Transformação do Arroz: Entre o Passado e o Presente”	Grupos etnográficos Produtores de arroz	Quintas de produção de arroz e Unidades de transformação do arroz	Centros interpretativos
“Festival da Palha do Arroz”	Artistas plásticos Alunos de cursos criativos/de arte da região	Centro de Artes do Papel e Quintas de produção de arroz	-
“Arte Culinária Criativa com o Arroz Carolino do Baixo Mondego”	Chefes de cozinha	Quintas de produção de arroz	Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra

Fonte: elaboração própria.

No quadro XI encontram-se identificados os recursos humanos necessários e as entidades cuja aderência é fundamental tendo em vista a realização de cada um dos eventos propostos, assim como se encontram identificadas entidades de apoio à realização dos mesmos.

Concluindo esta fase de propostas de eventos de turismo criativo, sugere-se ainda que durante a sua realização fosse disponibilizado aos turistas/visitantes um mapa com a indicação de alguns recursos ou pontos de interesse relacionados com a orizicultura, assim com informação relativa à sua possível visitação e à época do ano recomendável para o fazer, tal como os pontos de interesse que se encontram identificados no anexo XXI. Todavia, tem-se consciência de que tal mapa se encontra incompleto, pois não foi realizada uma análise exaustiva aos recursos existentes.

Da mesma forma, sugere-se que se crie uma aplicação para telemóveis⁷² onde essa informação se encontrasse compilada e onde pudessem existir imagens e vídeos referentes aos recursos existentes e às experiências criativas que se poderiam realizar ao longo do ano, permitindo um acesso mais acessível e interativo à informação. Esta aplicação permitiria igualmente que, em qualquer altura do ano, o turista/visitante pudesse visitar o território de uma forma independente, explorando os recursos que mais lhe interessasse ou através da conjugação da visitação a esses recursos com outras atividades ao ar livre, como o *geocaching*, a “caça ao tesouro dos tempos modernos”, que não deixa de ser uma atividade criativa, ou o *birdwatching*, uma atividade que revela igualmente bastante potencial no território em questão.

Quanto ao *geocaching*, considera-se mesmo que a criação de uma rota que passasse por pontos estratégicos no que diz respeito à atividade orizícola seria uma mais-valia para a promoção turística dos recursos existentes relacionados com esta atividade, promovendo-se uma descoberta ativa dos mesmos.

⁷² Neste ponto, importa referir que no documento “Estratégia Turismo 2027: Liderar o Turismo do Futuro” duas tipologias de projetos prioritários a apoiar no eixo estratégico “valorizar o território e as comunidades” dizem respeito a projetos de “produção e disponibilização de conteúdos e de elementos info-promocionais, incluindo de natureza tecnológica, sobre o património histórico-cultural” e o “desenvolvimento de suportes digitais e aplicações tecnológicas que permitam densificar a experiência turística nos territórios e nos seus patrimónios”, algo que vai ao encontro do que aqui é proposto.

8.2. Enquadramento das propostas no contexto do turismo criativo e da promoção de experiências

Tendo terminado a fase de propostas relativas à criação de eventos criativos (ou, se quisermos, experiências criativas) destinados a promover os recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura, de seguida será apresentado um enquadramento dessas propostas no contexto do turismo criativo, a componente teórica que está na base das referidas propostas.

Tal como já foi assinalado nesta dissertação, a procura de experiências no turismo encontra-se maioritariamente associada ao desenvolvimento da autoidentidade, podendo-se mesmo afirmar que este fator é um dos aspetos motivacionais para os turistas que procuram experiências. Como resultado, verifica-se uma procura crescente por atividades que permitam aos turistas desenvolver as suas capacidades, competências e conhecimentos, tal como acontece no caso das propostas que aqui são sugeridas.

Neste ponto, importa recordar que Pine & Gilmore (1998) identificaram quatro dimensões da experiência através de uma matriz ou esquema de análise que avalia o grau de participação e de envolvimento dos indivíduos em diferentes atividades. No caso específico das propostas aqui apresentadas pretende-se que sejam criadas experiências de escape/fuga (imersão ativa) ou educativas (absorção ativa), pois promovem uma participação ativa dos turistas/visitantes, ao contrário do que acontece com as experiências de estética (imersão passiva) e de entretenimento (absorção passiva).

A autenticidade é um aspeto bastante valorizado na experiência turística, nomeadamente através do contacto com a população local e com os recursos endógenos, ou seja, com as características locais. Assim, cada vez mais se revela um maior interesse em conhecer as tradições e os costumes dos lugares visitados, proporcionando-se a criação de experiências únicas e irrepetíveis e o fomento de uma cocriação de atividades.

Para além da procura da autoidentidade e da autenticidade, um outro elemento bastante valorizado nas experiências é a criatividade. As experiências criativas fomentam o desenvolvimento pessoal, apresentando um foco na aprendizagem participada (Richards & Wilson, 2014b) através da valorização e fomento do potencial ou capacidade criativa dos indivíduos.

A conjugação entre experiências criativas e turismo tem na sua base uma articulação com as indústrias criativas, originando o desenvolvimento do segmento de turismo criativo. As indústrias criativas, que correspondem a uma nova forma de consumo cultural onde se valorizam as capacidades criativas dos indivíduos, no fundo, os seus conhecimentos e talentos individuais, promovem uma cocriação de atividades turísticas, maioritariamente de carácter intangível, englobando um grande número de setores criativos.

Dito isto, as atividades aqui sugeridas enquadram-se no contexto do turismo criativo no seguinte sentido:

- Todas as propostas têm como base uma participação ativa dos turistas/visitantes e a sua interação com os recursos que são característicos do território, neste caso o património orizícola, promovendo-se a partilha de vivências, costumes, tradições e valores autênticos entre turistas/visitantes e população local, algo que, como já vimos, é uma característica importante do turismo criativo; nesta fase, importa salientar que a promoção de um envolvimento dos turistas/visitantes nas atividades (cocriação) é considerado um aspeto fundamental tendo em vista a qualidade da experiência vivida, sobretudo considerando que a experiência é cada vez mais um fator de motivação para a realização de viagens, sendo uma componente crescentemente valorizada pelos consumidores em geral, e pelos turistas em particular, funcionando como um fator diferenciador e uma vantagem competitiva entre destinos;
- A criação de narrativas, tal como acontece na primeira tipologia de eventos aqui proposta (“O arroz na História das Gentes do Mondego”), poderá ser considerada uma atividade de turismo criativo pelas razões que já foram referidas anteriormente;
- As recriações têm como suporte as artes performativas, que são indicadas pela OCDE (2014) como um dos setores das indústrias criativas; por sua vez, as indústrias criativas estão na base de uma grande parte das atividades de turismo criativo; neste ponto, é relevante mencionar que as recriações devem ser “encenações autênticas”, tal como acontece na segunda e na quarta tipologia de eventos aqui proposta (“Vivências nas Quintas de Produção de Arroz: Entre o Passado e o Presente” e “A Indústria de

- Transformação do Arroz: Entre o Passado e o Presente”), pois são realizadas por grupos etnográficos, maioritariamente constituídos pela população local;
- A realização de concursos e *workshops* criativos, tal como acontece em três das tipologias de eventos propostos (“Orizicultura e Interpretação Artística”, “Arte Culinária Criativa com o Arroz Carolino do Baixo Mondego” e “Festival da Palha do Arroz”), são duas das formas de realização de atividades de turismo criativo; assim, promove-se o uso criativo de recursos locais através de atividades que fazem parte das indústrias criativas, como a fotografia, pintura, escultura, artes performativas, artesanato e gastronomia, tal como referido por Richards (2010), OCDE (2014) e Santos et al. (2012:157), e ainda através da criação de papel artesanal.
 - As visitas interpretativas podem também ser consideradas formas de valorização dos recursos locais e de contacto com a população local, enquadrando-se de igual modo no turismo criativo.
 - O evento “Festival da Palha do Arroz” insere-se no turismo criativo no sentido em que promove a criação artística através da utilização de um recurso característico do território.

Concluindo este subcapítulo, importa referir que o objetivo destas propostas é fomentar uma dinamização do território em questão através da promoção de eventos ou atividades criativas que contribuam para a adição de *buzz* ou atmosfera aos locais (OCDE, 2014; Richards, 2010). Da mesma forma, as propostas efetuadas vão ao encontro do desenvolvimento sustentável, uma vez que promovem a valorização das características locais e o contacto com a população dos lugares visitados. Algumas das propostas têm como objetivo valorizar as capacidades e talentos criativos, fomentando-se o desenvolvimento do capital criativo dos locais, nomeadamente no que diz respeito às atividades relacionadas com a criação artística (fotografia, pintura, escultura e artes plásticas), podendo contribuir para a criação de *clusters* criativos no território em questão.

Para caracterizar as propostas efetuadas recorreu-se à utilização da palavra “evento”. Os eventos são uma das formas de realização de atividades criativas, pois o turismo criativo faz maioritariamente uso de “*soft infrastructure*” (OCDE, 2014), considerando-se que os turistas criativos não desejam visitar as grandes atrações turísticas, mas sim espaços onde possam adquirir novos conhecimentos e

desenvolver atividades criativas com base nos recursos locais⁷³. Os eventos são também uma forma de dinamização territorial que tem efeitos ao nível da promoção dos territórios, ajudando a criar destinos, pois estes são considerados *image builders* (Getz, 1997 cit. por Santos et al., 2012). De igual modo, tal como referem os mesmos autores, a criação de eventos em rede é uma das formas mais eficientes para a promoção dos destinos (Santos et al., 2012), tal como irá ser proposto de seguida.

Assim, considera-se que as propostas aqui efetuadas se constituem como novas formas de recriar velhos valores de uma forma inovadora, tal como afirmado por Cloke (2014), conferindo-lhe uma nova interpretação, algo que pode ser bastante vantajoso para a preservação das tradições e costumes relacionados com a atividade orizícola, sobretudo tendo em conta que muitos desses recursos se encontram em estado de degradação, isto no que diz respeito ao património construído, da mesma forma que se corre o risco de algumas tradições e costumes relacionados com esta atividade se perderem no tempo e na memória dos habitantes do território, sendo fundamental agir no sentido de os preservar.

Tal como irá ser explicado de seguida, pretende-se que estes eventos possam ser realizados com base numa cooperação supramunicipal, no sentido de criação de um produto turístico transversal aos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure, aplicando-se o velho lema “juntos somos mais fortes”. A realização conjunta de eventos revela-se de grande importância, particularmente no que diz respeito ao turismo, onde se verifica uma crescente complexidade e competitividade entre destinos.

8.3. Criação de uma rede de cooperação tendo em vista a operacionalização e promoção do produto

Indo ao encontro do que já foi várias vezes referido como sendo um dos objetivos desta dissertação, e considerando a proposta efetuada anteriormente, de seguida será sugerida a constituição de uma rede de cooperação tendo em vista a criação de sinergias entre diversos atores ou *stakeholders* institucionais, e não só, com o objetivo fundamental de operacionalizar o produto turístico aqui proposto, que é constituído por vários eventos, e é transversal aos municípios da Figueira da

⁷³ <http://www.creativetourismnetwork.org/about/?lang=pt-pt>, consultado em 3/07/2017.

Foz, Montemor-o-Velho e Soure. Esta rede de cooperação é pertinente nos seguintes domínios:

- Facilitaria a criação/operacionalização das propostas efetuadas, nomeadamente no que concerne à captação de fundos financeiros tendo em vista a contratação de recursos humanos, a readaptação de recursos infraestruturais existentes ou a aquisição de equipamentos para a realização dos diferentes eventos;
- Promoveria a criação de um ambiente de maior comunicação entre os principais *stakeholders* locais, relacionados com a orizicultura e não só, tendo em vista a valorização turística dos recursos existentes, algo que seria fundamental no que diz respeito à gestão do produto, sobretudo tendo em conta que a realização dos eventos propostos depende do envolvimento de um grande número *stakeholders* e uma coordenação conjunta entre três municípios; assim, é objetivo estimular a criação de uma visão e/ou forma de ação holística com base em relações de confiança de médio a longo prazo e com base num equilíbrio entre a cooperação e a competição (Pavlovich, 2003).

Neste ponto, importa mencionar que se considera que a criação de um produto turístico transversal aos três municípios em questão, que consiste numa calendarização de eventos anuais onde a sua realização se vai alternado entre os diferentes municípios segundo o que ficar acordado entre eles, teria efeitos positivos ao nível da imagem do território e da sua promoção, pois a orizicultura é transversal a todos os municípios aqui referidos e todos eles apresentam características semelhantes ao nível dos recursos existentes, o que permitiria ao turista/visitante identificar um único território (visão holística) e não um território repartido em três partes, contribuindo para a criação de uma marca para esse território.

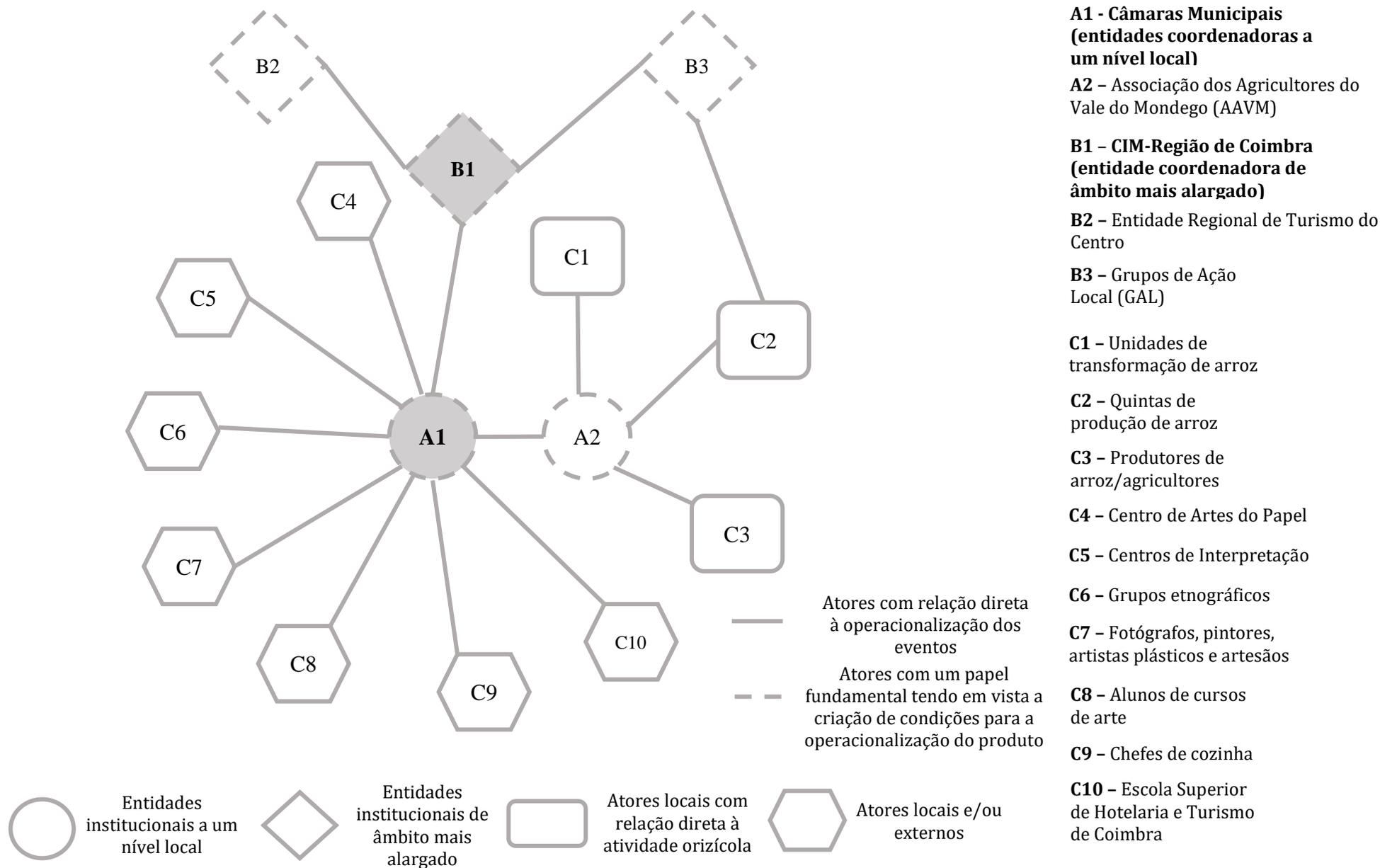
Tal como afirmam Santos & Figueira (2011) cit. por Santos et al. (2012:1566), numa perspetiva operativa, uma marca pode contribuir para a valorização e para o desenvolvimento de um destino, devendo “ser assumida de forma clara e implementada pelos dirigentes e responsáveis territoriais”, criando-se “uma visão única e uniforme do destino”, como acontece através da criação de produtos turísticos supramunicipais. De facto, considera-se que a criação de um produto que

tenha como base os recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura teria que ser transversal aos três maiores municípios produtores de arroz da região, onde estão concentrados a maior parte desses recursos, pois aos turistas interessa-lhes a qualidade do produto e não os limites concelhios existentes.

Como assinala a representante do município de Montemor-o-Velho entrevistada, a marca “arroz carolino do Baixo Mondego” já é reconhecida, nomeadamente através da sua classificação IGP, e também tem em si inerente a transversalidade da produção de arroz aos três municípios em questão. No entanto, o que se propõe aqui é a criação de um produto onde se valorizam outros recursos patrimoniais sem ser só a vertente associada aos campos e à produção de arroz *per si*, como o património edificado e o património imaterial, que ainda não são reconhecidos como fazendo parte da tal marca relacionada com o “arroz carolino do Baixo Mondego”, sendo pouco valorizados na atualidade.

Dito isto, considera-se que a adoção de medidas díspares e/ou opostas de promoção turística destes recursos por parte destes três municípios ou, pelo contrário, de medidas semelhantes e repetitivas, teria com certeza efeitos negativos na oferta e na imagem do destino e, conseqüentemente, na procura turística, não fazendo sentido que existam dois produtos semelhantes em municípios limítrofes, nem formas de valorização que se sobreponham em relação a outras, mas antes a existência de uma conjugação de esforços tendo em vista uma melhor e mais eficaz otimização da vocação turística dos recursos, nomeadamente através da criação de um fio condutor que sirva de base a novas propostas de valorização turística dos mesmos, de uma forma atrativa, diferenciadora e competitiva aos olhos dos turistas e/ou visitantes, tal como se espera que aconteça através do produto turístico aqui proposto.

Tendo em consideração este contexto, a figura 47 representa uma proposta de rede para a criação/operacionalização e gestão do produto turístico aqui sugerido.



Fonte: elaboração própria.

Figura 47 - Proposta de rede de cooperação tendo em vista a criação e operacionalização do produto proposto.

De seguida irá ser explicado o papel das entidades institucionais, quer de âmbito local, que têm uma ligação direta com os atores locais, fundamentais tendo em vista a operacionalização do produto proposto, quer de âmbito mais alargado, que têm um papel bastante importante tendo em vista a criação de condições para a operacionalização do produto. Porém, antes de ser explicado o papel específico de cada uma dessas entidades institucionais na rede, importa relembrar algumas das características das redes.

As redes comportam um grande número de benefícios, podendo-se afirmar, de forma resumida, que o principal objetivo dessa forma organizativa no turismo é a criação de vantagens competitivas em vários domínios, algo que se revela bastante favorável tendo em conta a crescente complexidade e competitividade do mercado turístico. As redes são constituídas por dois elementos fundamentais: os nós, e as ligações que se estabelecem entre eles, sendo que os nós dizem respeito às entidades, atores ou *stakeholders* que fazem parte da rede, e as ligações dizem respeito às relações de interação entre esses agentes (Breda & Pato, 2014), que podem ser de natureza diversa. Estes dois elementos definem a estrutura ou morfologia da rede, tal como se encontra representada na figura 47.

Portanto, a partir dos elementos básicos e estruturais das redes definidos anteriormente, podemos então caracterizar uma rede consoante a centralidade dos seus atores e a densidade das relações existentes (Pavlovich, 2003; Scott et al., 2008 e Shih, 2006 cit. por Breda & Pato, 2014; Veloso, 2009). A centralidade é um parâmetro que se encontra relacionado com o posicionamento dos atores na rede, sendo que quanto mais central for a posição de um ator na rede, maior é a sua importância e influência no seio da mesma e maior é o acesso à informação (Pavlovich, 2003), pois o número de ligações existentes será maior. Este último aspeto referido, por sua vez, ajuda a definir a densidade das redes. Assim, quanto maior for o número de vínculos ou ligações existentes entre os atores, maior será a densidade da rede e maior será a interação e troca de informação entre os diferentes atores (Pavlovich, 2003; Breda & Pato, 2014; Veloso, 2009).

Pode-se afirmar que a rede proposta na figura 47 é algo densa se considerarmos o número de atores que dela fazem parte, mas não tão densa se tivermos em consideração o número de relações entre cada um dos atores, pois verifica-se que apenas alguns atores têm um elevado número de ligações com outros

atores, nomeadamente as câmaras, algo que é explicado pelo facto de se considerar que estas devem desempenhar o papel de coordenadoras da rede a um nível local.

Para além do que foi referido, existem outros aspetos que ajudam a caracterizar as redes de acordo com a natureza das relações existentes entre os diferentes atores. Assim, podemos identificar a existência de redes abertas ou fechadas (Saxena & Ilbery, 2008; Saxena, Clark, Oliver & Ilbery, 2007 cit. por Breda & Pato, 2014; Dredge, 2006a cit. por Veloso, 2009), redes formais, semiformais e informais (Lynch & Morrison, 2007 cit. por Breda & Pato, 2014; Veloso, 2009) e redes com laços fortes ou fracos (Pavlovich, 2003), cujas características já foram explicitadas anteriormente nesta dissertação.

No caso em análise sugere-se uma rede aberta e flexível, de acordo com a diversidade de atores que contribuem para a operacionalização das propostas efetuadas e as características dessas propostas, sendo possível que pudessem ser integrados mais atores no futuro. Da mesma forma, a natureza das relações existentes seria de carácter semiformal, pois apesar desta rede ser criada tendo em conta objetivos específicos e claramente definidos, existiriam no seu seio relações de carácter social ou de maior proximidade entre alguns atores, ou seja, a relação seria menos formal.

De igual modo, apesar de existirem categorias de atores que teriam um papel ativo permanente na rede, nomeadamente as entidades coordenadoras, na prática, existiriam outros atores que só desempenhariam um papel ativo na rede até estarem reunidas as condições necessárias para a operacionalização do produto, como os Grupos de Ação Local (GAL), ou apenas aquando da realização de atividades onde estas estejam envolvidas, sendo as entidades coordenadoras o elo de ligação direto entre todos os atores da rede.

Pode-se então referir que esta rede é caracterizada pela existência de laços fortes e fracos, pois existem relações de maior proximidade (laços fortes) entre diversos atores, outros casos onde existem atores que não têm uma relação direta entre eles (laços fracos) e, por fim, atores que se encontram algo desconectados da rede pelo facto de só desempenharem um papel ativo até estarem reunidas as condições necessárias para a operacionalização do produto em questão, como os Grupos de Ação Local (GAL), ou quando o produto já estivesse criado, como a Entidade Regional de Turismo do Centro, embora o seu papel não fosse menos

importante, pois esses atores poderiam auxiliar ao nível da catalisação de informação ou oportunidades exteriores que possam ser benéficas no contexto da rede (Pavlovich, 2003). Neste ponto, importa mais uma vez lembrar que cada ator é autónomo dentro das interdependências que são estabelecidas na rede, isto apesar de existir uma visão holística, onde os objetivos coletivos se devem sobrepor aos objetivos individuais (Breda & Pato, 2014).

Passamos agora a explicitar qual será o papel de cada uma das entidades institucionais referidas na rede da figura 47 tendo em conta os objetivos para a qual esta é proposta, pois estas seriam as entidades que contribuiriam para a criação/estruturação do produto em questão. O papel dos restantes atores já se encontra explícito através da explicação que se fez dos eventos em questão. Dito isto, o quadro XII identifica a tipologia de contactos que foram efetuados com essas entidades institucionais no contexto desta dissertação.

Quadro XII - Contactos efetuados com as entidades institucionais que fazem parte da rede de cooperação proposta.

Entidade	Contactos
Câmaras Municipais	Foram realizadas entrevistas semiestruturadas.
Associação dos Agricultores do Vale do Mondego (AAVM)	Foi realizada uma entrevista semiestruturada.
CIM-Região de Coimbra	Foi realizada uma entrevista/reunião informal de forma a perceber melhor o âmbito de atuação desta entidade.
“Terras do Sicó” e “ADELO”	Foram realizados contactos informais via telefónica e <i>email</i> tendo em vista o esclarecimento de algumas dúvidas.
Entidade Regional de Turismo do Centro	Foi realizado um pedido para a realização de uma entrevista, mas não se obteve resposta.

Fonte: elaboração própria.

As câmaras municipais do território em questão, às quais foram realizadas entrevistas semiestruturadas por intermédio de representantes, assumem um papel fundamental no que diz respeito à coordenação entre os atores locais e/ou externos, que são bastante importantes para a realização/operacionalização das propostas

efetuadas, através de uma ligação direta com eles, tal como representado na figura 47, apresentando uma posição de elevada centralidade na rede, reflexo da sua importância na estrutura e coordenação da mesma.

Todavia, estas entidades assumiriam ainda um papel bastante importante no que diz respeito à ligação entre os atores locais/externos de apoio à operacionalização dos eventos e as entidades de âmbito mais alargado que auxiliariam no apoio à criação e estruturação do produto aqui proposto, procurando a criação de consensos entre eles. Assim, de forma resumida, as funções principais das câmaras municipais seriam as seguintes:

- Coordenação dos eventos através do contacto com os recursos humanos necessários (grupos etnográficos, chefes de cozinha, fotógrafos profissionais, entre outros) ou com os proprietários de recursos infraestruturais, como os centros de interpretação ou as quintas, por exemplo, promovendo a criação de sinergias entre eles e garantindo que estariam reunidas as condições necessárias para a realização dos eventos; no caso das quintas, das unidades de transformação e dos produtores de arroz, tal como se pode verificar através da figura 47, a AAVM seria a intermediária da sua relação com as câmaras municipais, uma vez que esta associação é uma via de contacto direto entre esses atores e poderia promover a criação de consensos entre estes e as câmaras municipais;
- Canal de comunicação com as outras entidades institucionais fundamentais para a criação, estruturação e gestão do produto, cada uma com um papel importante e específico a desempenhar no contexto da rede aqui proposta, como a AAVM, isto a um nível local, ou como a CIM- Região de Coimbra, que poderia desempenhar o papel de coordenadora das relações supramunicipais e o de entidade que seria uma via direta tendo em vista o financiamento do produto, sendo através desta última entidade que se propõe que sejam criadas ligações com outras duas entidades institucionais mais externas à rede, mas igualmente com um importante papel a desempenhar: a Entidade Regional de Turismo do Centro e os GAL “Terras do Sicó” e “AD ELO”, tal como irá ser referido quando for explicado o papel da CIM – Região de Coimbra no contexto desta rede;

- Reajuste do produto aqui proposto, isto caso seja necessário, pois é expectável que ao longo do tempo fossem necessárias readaptações das propostas aqui efetuadas consoante fossem surgindo novas ideias no contexto da rede, quer através de *inputs* dos atores locais, quer através dos atores de âmbito mais alargado;

Em resumo, é sugerido que as câmaras municipais sejam as entidades que façam o contacto, que promovam a adesão e coordenem a ação dos atores que seriam responsáveis pela operacionalização das propostas efetuadas, fazendo a ligação entre estes e outras entidades de âmbito mais alargado tendo em vista a criação de condições para a operacionalização do produto. De facto, tal como afirma Veloso (2009:20), as entidades locais de gestão turística, como são as câmaras, devem “fomentar o relacionamento entre os diversos interessados na gestão do destino turístico, criando um sentido de união e ligação dentro do grupo”.

Uma vez que se propõe que a realização destes eventos se vá alternando de município em município, a cooperação entre as câmaras municipais aconteceria no sentido de trocarem informação entre elas com o objetivo de terem uma ação concertada relativamente à operacionalização dos eventos, isto de forma a que não exista muita discrepância no modo de realização dos mesmos de município para município.

Da mesma forma, seria importante que fosse delineada uma estratégia de promoção deste calendário supramunicipal de forma colaborativa e com base na criação de sinergias entre os municípios, onde o “eu” deixasse de existir e fosse substituído pelo “nós”, pois o objetivo destas propostas é promover a valorização dos recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura sem a existência de fronteiras.

Importa agora lembrar que todos os entrevistados representantes das câmaras municipais revelaram ter uma opinião positiva em relação à constituição de uma rede de cooperação que promovesse a criação de uma estratégia de ação supramunicipal tendo em vista a valorização e promoção turística do património orizícola. Dito isto, supõe-se estarem reunidas todas as condições para que tal cooperação existisse na prática.

Por sua vez, o papel da Associação dos Agricultores do Vale do Mondego (AAVM) seria o de elo de ligação entre as câmaras municipais e as quintas de

produção de arroz, unidades de transformação e com os próprios produtores, uma vez que esta é uma entidade que tem uma relação direta com estes atores, podendo desempenhar igualmente um papel importante na procura de consensos, no fornecimento de informação aos proprietários de quintas de produção de arroz e unidades de transformação no que diz respeito aos benefícios da atividade turística para a valorização dos recursos existentes e para a possibilidade de criação de rendimentos “extra” aos proporcionados pela atividade agrícola ou industrial, entre outros aspetos que se revelassem significantes.

A AAVM desde há muito tempo que defende a vocação turística associada à orizicultura e aos seus recursos, nos seus mais variados âmbitos. Nesse sentido aponta o representante da AAVM que foi entrevistado no contexto desta dissertação, mostrando-se bastante recetivo à criação de uma rede e afirmando mesmo que considera vantajoso esse tipo de cooperação, isto apesar de reconhecer que poucos esforços têm sido feitos nesse sentido, sobretudo por parte das câmaras municipais. Assim, a Associação dos Agricultores do Vale do Mondego auxiliaria à coordenação dos atores a um nível local juntamente com as câmaras municipais, em particular no que diz respeito aos que se encontram relacionados de forma direta com a atividade orizícola.

De seguida, será abordado o papel da CIM – Região de Coimbra no contexto das propostas aqui efetuadas. Antes de ser explicado esse papel, importa lembrar que a CIM – Região de Coimbra foi referida por três dos entrevistados como uma entidade importante ao nível da promoção de sinergias entre os municípios no caso específico de um produto turístico relacionado com a orizicultura, sendo que o representante da AAVM afirma mesmo que esta entidade poderia funcionar como um “fórum de discussão” entre os municípios. Porém, como iremos ver, o âmbito de atuação da CIM-Região de Coimbra vai muito além dessa função de debate de ideias.

Portanto, para além de garantir a cooperação concertada dos três municípios no domínio da criação e promoção deste produto turístico, que tem um carácter supramunicipal, a CIM-Região de Coimbra poderia desempenhar os seguintes papéis⁷⁴:

⁷⁴ Tal como referido na “Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra” para o período 2014-2020, no que diz respeito ao seu âmbito de atuação.

- Entidade organizadora e gestora do produto em questão, fazendo uma candidatura conjunta dos três municípios aos vários programas financiadores que se enquadram no seu âmbito de atuação, quer no contexto das Iniciativas Estruturantes (IE)⁷⁵ contratualizadas no “Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra” através de variados fundos financeiros, quer no contexto de candidaturas a outros programas onde esteja enquadrada a temática do turismo e, de forma mais específica, onde se possa enquadrar o produto em questão, e dos quais a CIM-Região de Coimbra possa ser beneficiária⁷⁶, como

⁷⁵ As Iniciativas Estruturantes (IE) foram definidas segundo as Áreas de Intervenção Prioritárias (AIP) estabelecidas na “Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra” para o período 2014-2020, sendo que no contexto do “Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra” essas iniciativas foram contratualizadas segundo as Prioridades de Investimento (PI) definidas no Quadro Estratégico Comum (QEC). Dito isto, pode-se afirmar que as propostas efetuadas no contexto desta dissertação se podem enquadrar na Área de Intervenção Prioritária “valorização e gestão dos recursos endógenos” da referida estratégia da CIM-Região de Coimbra.

Dentro desta Área de Intervenção Prioritária, a Iniciativa Estruturante (IE) que mais se enquadra no contexto desta dissertação pelas suas tipologias de apoio é a IE04, denominada “região de Coimbra, destino turístico”, mais especificamente as ações 4.1., 4.2. e 4.3., podendo-se destacar as seguintes tipologias de apoio: realização de eventos de pequena escala, como os que são propostos no âmbito desta dissertação; inventariação, proteção e restauro de recursos patrimoniais, tal como se propõe que aconteça no caso das quintas de produção de arroz tendo em vista a sua adaptação ao produto aqui proposto; e apoio à qualificação de museus ou centros de interpretação, nomeadamente através de intervenções nas suas estruturas, através da aquisição de equipamentos ou exposição e armazenagem de elementos patrimoniais.

Esta última tipologia de apoio poderia ser útil no contexto das propostas efetuadas nesta dissertação no sentido em que poderiam transformar os centros de interpretação já amplamente mencionados em espaços mais qualificados para auxiliarem na realização dos eventos aqui propostos, pois estes são referidos como um dos espaços onde se poderá realizar a primeira tipologia de evento do calendário anual (“O Arroz na História das Gentes do Mondego”) e também como entidades que poderiam auxiliar na realização de outras tipologias de eventos.

É de realçar que esta Iniciativa Estruturante (IE) foi contratualizada no “Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra”, encontrando-se enquadrada na Prioridade de Investimento (PI) 06.03 (conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural) do Quadro Estratégico Comum (QEC), inteiramente apoiada pelo FEDER através do Programa Operacional do Centro 2020. Entre os beneficiários desta IE04 encontramos os municípios da CIM-Região de Coimbra, os Grupos de Ação Local (GAL) e a própria CIM-Região de Coimbra, realçando-se mais uma vez o enquadramento das propostas efetuadas nesta dissertação no contexto desta Iniciativa Estruturante (IE) contratualizada e suscetível de apoiar projetos deste género.

⁷⁶ Neste ponto, importa mencionar que um projeto de âmbito turístico pode ser financiado em 50% através das dotações financeiras definidas no “Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra” para algumas das suas Iniciativas Estruturantes (IE) e outros 50% do financiamento ser obtido através de candidaturas a outras tipologias de programas, desde que neles esteja enquadrada a temática do turismo e, mais especificamente, que o produto em questão se enquadre nas suas tipologias de apoio.

No caso das dotações financeiras definidas no referido pacto, o único fundo que financia iniciativas no âmbito do turismo é o FEDER, que financia totalmente a IE04, que aqui foi referida como uma iniciativa na qual se enquadra o produto aqui proposto, isto no âmbito do Programa

o Programa Valorizar⁷⁷ (Turismo de Portugal), por exemplo, sendo que a única obrigatoriedade consiste no facto de o produto em questão se enquadrar na “Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra” para o período 2014-2020 (numa das suas iniciativas estruturantes relacionadas com o turismo), e ainda na sua “Estratégia de Comunicação e Marketing para a Promoção Integrada dos Produtos Turísticos da Região de Coimbra”⁷⁸, que é elaborada de acordo com os objetivos definidos nas estratégias do Turismo de Portugal⁷⁹ e da Entidade Regional de Turismo do Centro;

Operacional do Centro 2020. Este programa operacional, no seu eixo de intervenção número sete, denominado “afirmar a sustentabilidade dos territórios”, que é financiado pelo FEDER, tem como uma prioridade de investimento a já referida PI06.03 do Quadro Estratégico Comum (QEC), onde se encontra definida como uma tipologia de apoio a promoção da “realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais e projeção da imagem da região” e ainda o “apoio ao desenvolvimento da programação em rede a nível intermunicipal e/ou regional” e a “promoção turística de territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico”, como acontece no caso das propostas aqui efetuadas.

⁷⁷ O Programa Valorizar é promovido pelo Turismo de Portugal, encontrando-se dividido em várias linhas de financiamento específicas. No contexto desta dissertação merece destaque a Linha de Apoio à Sustentabilidade, que se encontra em vigor até 31 de dezembro de 2018. No que diz respeito às iniciativas e projetos apoiados que se enquadrem no contexto desta dissertação podem-se referir os que contribuem para uma maior integração entre turistas e população local, os que promovem uma melhoria das condições de vida para as populações locais através de uma maior retenção de valor para as comunidades locais em resultado da atividade turística e os que contribuem para a promoção dos produtos locais, indo ao encontro do que são os objetivos do produto turístico proposto nesta dissertação.

Relativamente a investimentos elegíveis a destacar no contexto desta linha de financiamento podemos referir o seguinte: obras de construção, aquisição ou adaptação de bens ou equipamentos relacionados com o projeto, onde podemos inserir a adaptação das quintas de produção de arroz, uma condição essencial para a realização de alguns dos eventos propostos. Entre as entidades beneficiárias desta linha de financiamento temos as entidades públicas, onde se enquadram as câmaras municipais ou a CIM-Região de Coimbra. Quanto ao financiamento, para entidades públicas, o valor do apoio corresponde a 80% das despesas elegíveis com uma natureza não reembolsável até um limite de apoio de 300.000.00€.

⁷⁸ Nesta estratégia é referido que um dos objetivos gerais da CIM-Região de Coimbra no âmbito do turismo é “criar produtos turísticos integrados intermunicipais”.

⁷⁹ No documento “Turismo 2020: Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal” encontra-se definida a estratégia de atuação para o turismo no que diz respeito ao ciclo de programação comunitária 2014-2020. Um dos objetivos estratégicos definidos neste documento diz respeito à “qualificação e valorização do território e dos seus recursos turísticos distintivos”, onde são referidas como prioridades a “recuperação do património rural” e a “preservação e divulgação da identidade e dos valores”, sendo que as propostas efetuadas no contexto desta dissertação vão ao encontro destas prioridades.

Já no documento “Estratégia Turismo 2027: Liderar o Turismo do Futuro”, os eventos artístico-culturais são referidos como sendo um ativo estratégico qualificador do turismo no nosso país, nomeadamente em territórios de menor procura turística, contribuindo para a dinamização dos territórios e das economias locais durante todo o ano, enquadrando-se, mais uma vez, no contexto

- Auxílio às entidades coordenadoras do produto a um nível local, neste caso, as câmaras municipais, no sentido da realização de candidaturas para angariar recursos financeiros tendo em vista a implementação/operacionalização do projeto em questão.

No entanto, em qualquer um dos casos, tendo em conta que o produto em questão é de carácter supramunicipal, este teria sempre que passar por um envolvimento da CIM-Região de Coimbra, sendo esta a única entidade institucional de carácter alargado que poderia auxiliar na implementação de um projeto desta natureza, fazendo, nomeadamente, a ligação com outros agentes fundamentais, como a Entidade Regional de Turismo do Centro e os Grupos de Ação Local, com os quais a CIM-Região de Coimbra tem uma relação de cooperação, embora cada uma dessas entidades desempenhasse funções distintas.

No caso deste produto específico, a CIM-Região de Coimbra poderia fazer uma candidatura do mesmo a fundos que estejam contratualizados no seu pacto ou a outros fundos a que tenha acesso por via de diferentes programas, da mesma forma que poderia ser responsável por inserir neste quadro de relações os Grupos de Ação Local “Terras do Sicó” e “ADELO”, promovendo a criação de sinergias entre eles no sentido de auxiliar privados, neste caso proprietários de quintas de produção de arroz, na recolha de fundos no contexto das tipologias de apoio do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020, tal como irá ser explicado de seguida com mais pormenor.

No entanto, apesar de assumir uma função coordenadora, a CIM – Região de Coimbra não tem um lugar tão central na rede como as câmaras municipais devido

das propostas aqui efetuadas. De forma análoga, no eixo estratégico “valorizar o território e as comunidades”, são definidas algumas linhas de atuação pertinentes no contexto das propostas efetuadas nesta dissertação, como a valorização e preservação da autenticidade das comunidades locais, a conservação, preservação e usufruto do património identitário e a conservação e valorização económica do património rural.

No que concerne às tipologias de projetos a apoiar no âmbito destas linhas de atuação, podem-se destacar as seguintes tipologias de projetos prioritários: “ações de valorização dos produtos endógenos regionais”, como é o caso do arroz, nomeadamente no que diz respeito à última tipologia de evento proposta, “projetos de valorização e divulgação da identidade local, envolvendo as próprias comunidades”, tal como acontece nos eventos aqui propostos, “iniciativas de valorização e ativação turística do património cultural imaterial” e “projetos de valorização dos espaços de vivência das comunidades locais”, algo que, mais uma vez, vai ao encontro do que é proposto nesta dissertação. Também neste documento, mas noutro eixo prioritário, aparece uma referência a uma tipologia de projeto prioritário importante no âmbito desta dissertação, que diz respeito à promoção de sinergias entre o turismo e as indústrias criativas, fomentando-se a melhoria da experiência turística.

ao facto de estas últimas, tal como já foi referido, se encontrarem numa posição privilegiada como plataforma de contacto com os atores locais/externos responsáveis pela operacionalização dos diferentes eventos que fazem parte do produto em questão e as outras entidades de carácter mais alargado que contribuiriam para a criação de condições tendo em vista a operacionalização desse produto.

Os Grupos de Ação Local (GAL), que promovem a criação de parcerias entre agentes públicos e privados através de uma abordagem de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), orientam a sua Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) segundo o enquadramento do Quadro Comunitário de Apoio em vigor, constituído por vários fundos financeiros. Relativamente ao desenvolvimento rural, no âmbito do Portugal 2020, o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) do Continente para o período, 2014-2020, que é financiado pelo FEADER e assenta numa abordagem LEADER, apresenta seis tipologias de apoio: pequenos investimentos nas explorações agrícolas; pequenos investimentos na transformação e comercialização; diversificação de atividades nas explorações agrícolas; cadeias curtas e mercados locais; promoção de produtos de qualidade locais e renovação de aldeias. A diversificação de atividades na exploração agrícola revela-se importante no contexto das propostas efetuadas nesta dissertação.

Esta tipologia de apoio seria útil no sentido em que as quintas de produção de arroz, que se constituem como local de realização de atividades em cinco dos eventos propostos e, num deles, como local opcional, necessitariam de alguma adaptação tendo em vista a realização dos eventos em questão. Assim, embora não sejam necessárias grandes adaptações ou construções, duas das tipologias de despesa elegíveis nesta tipologia de apoio, seria sempre necessária a aquisição de alguns equipamentos de suporte ou a realização de investimentos de carácter intangível, outras duas despesas elegíveis.

Os beneficiários desta tipologia de apoio são os proprietários de explorações agrícolas, como os proprietários de quintas, ou familiares dos mesmos, algo que se enquadra no contexto desta dissertação. Entre as atividades económicas elegíveis encontramos atividades de recreação e lazer, como atividades de animação turística, entre outras atividades que possam ser definidas pelos GAL em questão aquando da abertura de concursos. Neste ponto, importa mencionar que o GAL “Terras do Sicó”

tem neste momento um concurso aberto nesta tipologia de apoio (está aberto até 29 de junho), sendo que no que diz respeito à ADELO, pela informação à qual se pôde ter acesso, não existe nenhum período de candidatura aberto nesta tipologia de apoio.

Assim, através do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) seria possível realizar construções ou adaptações de edifícios que se encontrem inseridos em explorações agrícolas, algo que seria benéfico com o propósito de permitir a readaptação de espaços anexos de quintas para a realização de algumas atividades inseridas no contexto dos eventos aqui propostos, como a exposição das obras de criação artística, a realização de *workshops* no âmbito dessa mesma criação artística (artes plásticas e artesanato) ou para a concretização de concursos e *workshops* de culinária. As dotações financeiras nesta tipologia de apoio poderão ir desde um mínimo de 10.000 euros até um máximo de 200.000 euros de despesa elegível. Poderá colocar-se a questão se estes investimentos são justificados tendo em conta que se propõe que os eventos vão alternando de quinta em quinta e a maior parte deles têm uma duração relativamente diminuta (um fim-de-semana).

A resposta a essa questão será simples: este será um investimento a longo prazo, uma vez que se pretende que este calendário de eventos se realize todos os anos, investimento este que poderá servir igualmente de base à realização de outras tipologias de atividades de carácter não agrícola. De facto, a longo prazo é objetivo que esta realização de eventos contribua para a requalificação arquitetónica destes recursos patrimoniais, nomeadamente através da realização de outras atividades ou de outras funções no âmbito do turismo que vão além das que aqui são propostas. Para facilitar este processo, na fase de criação do produto teriam que ficar definidas e identificadas as quintas aderentes, de forma a que pudesse ser feita uma candidatura aos apoios do PDR 2020, numa junção de esforços entre privados e entidades coordenadoras.

É neste sentido que se propõe a participação dos GAL “Terras do Sicó” e “ADELO” na rede, como entidades que seriam importantes para a criação de condições tendo em vista a implementação deste produto turístico no que diz respeito a uma adaptação das quintas de produção de arroz, que se constituem como lugares de realização da maioria das atividades propostas no âmbito dos eventos sugeridos, funcionando como plataformas de acesso a fundos comunitários

disponíveis através do PDR 2020 e desempenhando um papel importante no que concerne à valorização desta tipologia de recurso patrimonial edificado relacionado com a orizicultura, sobretudo tendo em conta que algumas das quintas abordadas no contexto desta dissertação se encontram em mau estado de conservação.

Nesta fase, importa lembrar que algumas das quintas e unidades de transformação do arroz contactadas no âmbito desta dissertação se mostraram recetíveis à realização de atividades de carácter não agrícola. Relativamente às quintas de produção de arroz, encontrámos recetividade para a realização de atividades de carácter não agrícola por parte da Quinta da Boa Vista e da Quinta do Seminário. No entanto, teria que existir um grande trabalho de sensibilização dos proprietários de outras quintas quanto aos benefícios desta tipologia de atividades para a diversificação dos rendimentos económicos, para a reabilitação e valorização de algum do seu património edificado e para a dinamização das localidades onde estas se inserem.

Relativamente às unidades de transformação do arroz, verifica-se recetividade para a realização de atividades de carácter não produtivo por parte das entidades “Ernesto Morgado S.A.” e da Cooperativa de Montemor-o-Velho, filial de Gatões (antiga “Fábrica Patrão Rosete Sucrs.”), duas das entidades que poderiam aderir ao projeto, em particular no âmbito do evento relacionado com a indústria de transformação do arroz, onde se propõe que se realizem visitas interpretativas a esses espaços.

Quanto a estas duas tipologias de património edificado relacionado com a atividade orizícola, importa ainda lembrar que as atividades de carácter pedagógico (grupos escolares) assumem um papel importante no contexto da realização de atividades de carácter não agrícola nestes espaços, provavelmente com uma dimensão ainda maior que as atividades de âmbito turístico, verificando-se igualmente que o segmento de turismo sénior é um dos grupos prevalecentes, isto segundo o que foi referido pelas entidades contactadas. Com a realização dos eventos propostos, é objetivo diversificar o perfil dos turistas que visitam esta tipologia de recursos.

Em relação à Entidade Regional de Turismo do Centro, esta funcionaria como entidade parceira na promoção deste calendário anual de eventos, nomeadamente através da criação de vídeos ou de outras formas promocionais de divulgação do

produto em questão. No entanto, na atualidade, através de uma análise realizada aos conteúdos promocionais desta entidade, verifica-se que esta promove a orizicultura sobretudo do ponto de vista gastronómico, mais especificamente no que diz respeito ao “Festival do Arroz e da Lampreia” de Montemor-o-Velho, uma vez que este é um evento já com alguma escala. No entanto, com a implementação do produto aqui proposto, seria criada a escala de promoção necessária para a promoção de outros recursos patrimoniais por parte desta entidade.

Concluindo esta fase de propostas, resta apenas tecer mais algumas considerações. As redes no turismo associam territórios com afinidades de âmbito diverso, quer sejam promovidas por entidades públicas, quer sejam promovidas por entidades privadas, favorecendo-se uma forma de gestão participada (Carvalho, 2012a) que, aliás, está na base das estratégias definidas para as diferentes regiões NUTS III, uma vez que estas têm na sua base uma abordagem integrada.

Esta forma de planeamento está cada vez mais na ordem do dia, promovendo-se uma gestão mais eficiente dos recursos existentes e dos programas de apoio que podem desempenhar um papel importante na valorização desses recursos, entre outros benefícios que lhe estão associados. Nos territórios rurais, devido à sua característica de pequena escala, esta forma de gestão é ainda mais benéfica, sobretudo se tivermos em conta que o número de agentes a atuar nestes territórios é cada vez maior, promovendo-se, assim, uma maior coesão entre atores, que pode resultar na afirmação turística de determinados produtos ou territórios, separados ou não a nível administrativo e cujos recursos podem ou não ser transversais aos mesmos, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

É neste contexto que Saxena & Ilbery (2008) referem o Turismo Rural Integrado (TRI), promovendo-se uma melhor e mais eficaz gestão dos recursos locais, nomeadamente através de uma conjugação de esforços entre os gestores dos recursos (organizações/entidades de proteção e gestão dos recursos públicos ou proprietários de recursos privados), as comunidades locais e as empresas ou agentes turísticos (agentes da oferta).

9. Considerações Finais

Nesta fase da investigação é importante destacar as suas ideias principais. Inicialmente começou-se por analisar o conceito de espaço rural, que é bastante complexo e pode considerar diferentes atributos. A abordagem a esta temática foi relevante no contexto desta investigação no sentido em que os municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure apresentam um cariz marcadamente rural em alguns pontos do território, nomeadamente junto à planície aluvial do Mondego, onde se situam a maior parte das freguesias com ligação à orizicultura, e onde os campos de arroz marcam predominantemente a sua paisagem e também a sua socioeconomia.

A análise do processo de transformação que tem ocorrido nas últimas décadas nos espaços rurais, contribuindo para o desenvolvimento de um novo paradigma para estes territórios, foi fundamental para compreender a abertura destes espaços a atividades de turismo e lazer, onde o património rural assume um papel cada vez mais importante, uma vez que é representativo da evolução e identidade dos territórios, sendo um espelho da autenticidade local.

Como tal, foram também referenciadas algumas características do turismo nos espaços rurais, da mesma forma que foram abordadas algumas questões relacionadas com a sua sustentabilidade, sendo que o planeamento da atividade turística nestes territórios é fundamental para o seu desenvolvimento integrado.

Considerando o contexto específico desta dissertação, merece destaque a aproximação entre a agricultura e o turismo. De facto, apesar da alteração do peso da atividade agrícola na economia rural, esta continua a ser uma atividade fundamental e bastante importante na economia desses espaços, podendo estar na base da criação de novas funcionalidades, nomeadamente ao nível do turismo, quer seja dentro, quer seja fora das explorações agrícolas.

Assim, o papel da agricultura no turismo vai além das suas funções tradicionais, em parte devido ao facto de a agricultura ser a base para muitas das paisagens, tradições, costumes e valores dos espaços rurais, tal como acontece no caso da orizicultura nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure. Um dos fatores que contribui para esse panorama diz respeito ao facto de as

paisagens agrícolas se encontrarem vivas e não apenas encenadas ou numa vertente museológica, constituindo-se como uma motivação de procura e atração.

Tendo em conta esta diversificação de funções nos espaços rurais, o número de agentes que aí atuam aumentou. Foi neste contexto que se abordou a importância da adoção de modelos de gestão em rede, ou de uma abordagem relacional. Portanto, nesta dissertação foram referidas as principais características das redes, designadamente no contexto do turismo. Tal como foi explorado, as redes de cooperação no turismo permitem a criação de vantagens competitivas a vários níveis, nomeadamente nos espaços rurais, promovendo-se uma maior coesão entre atores ou territórios, sendo fundamentais para a criação de formas de desenvolvimento turístico integradas.

Nesta dissertação foi igualmente realçado o papel das experiências como um dos principais fatores motivacionais para os “novos turistas”, cada vez mais independentes, informados, participativos e que gostam de apreciar os valores autênticos dos lugares visitados, valorizando as experiências e as aprendizagens durante a sua estada no território, nomeadamente através do contacto com a população local.

Como vimos, existem várias dimensões ou graus de profundidade de experiências turísticas e todas elas são diferentes, uma vez que são bastante subjetivas e complexas. Esta valorização da componente da experiência no turismo vai ao encontro do que são as novas formas de consumo na sociedade atual e até já é considerada como uma componente fundamental no turismo, uma vez que a procura de experiências se encontra sobretudo associada ao autodesenvolvimento e à autoidentidade. Assim, tal como foi abordado, um dos fatores mais valorizados pelos turistas que procuram experiências é a autenticidade, afastando-se cada vez mais do turismo massificado.

Outra componente que se encontra estreitamente relacionada com as experiências turísticas é a criatividade, uma vez que a criatividade no turismo ocorre sobretudo na forma de experiências. Nas experiências turísticas criativas, os turistas procuram desenvolver as suas competências e capacidades individuais através do contacto com as populações locais e com as suas tradições, costumes e valores, apresentando um destaque cada vez maior nos espaços rurais como uma forma de valorização dos recursos patrimoniais endógenos, onde se verifica uma

nova corrente que redefine os significados dos valores tradicionais através da realização de atividades que têm na sua base a criatividade. Portanto, o turismo criativo assume-se como uma forma inovadora e diferenciada de consumo turístico e um conceito fundamental no âmbito desta investigação, uma vez que formou a base para as propostas efetuadas.

A intermediária desta relação entre experiências criativas e turismo é a indústria criativa, que surge como uma nova forma de consumo de produtos culturais através dos mais variados setores criativos, maioritariamente de carácter intangível. Desta forma, no turismo criativo, os turistas envolvem-se ativamente nas atividades, desempenhando um papel fundamental na sua realização, pois é fomentada uma cocriação.

Dos aspetos mais relevantes do turismo criativo podemos realçar o facto destes produtos apresentarem um baixo índice de sazonalidade, pois podem ser realizados em qualquer altura do ano, e o facto de poderem incidir em territórios mais periféricos e com menor dimensão, uma vez que o turista criativo procura locais onde possa desenvolver as suas competências e os seus conhecimentos, independentemente de esses locais apresentarem grandes atrações turísticas.

Portanto, tendo em conta o que foi referido nesta dissertação, é legítimo afirmar que o turismo criativo poderá contribuir para revitalizar e dinamizar recursos patrimoniais pouco valorizados nos espaços rurais, conferindo novas formas a velhos valores (Cloke, 2014) sem, no entanto, descaracterizar as particularidades que lhes conferem autenticidade, constituindo-se como uma oportunidade de desenvolvimento turístico sustentável, uma vez que faz uso de recursos locais renováveis, sobretudo através de “*soft infrastructure*” (OCDE, 2014), como *workshops* e eventos, razão pela qual cada vez mais territórios rurais apostam nesta tipologia de atividades como forma de dinamização turística.

Foi no quadro concetual referido anteriormente que se propôs a criação de uma estratégia de valorização turística do património orizícola nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure. Tal como foi referido, em Portugal já existem formas de valorização turística de recursos relacionados com a orizicultura, verificando-se igualmente que existem paisagens classificadas por parte da UNESCO, tal como outras formas de valorização desta tipologia de recursos em diversos pontos do globo.

As propostas efetuadas nesta dissertação resultaram da investigação empírica, que foi realizada em três níveis de análise: dos recursos, da oferta turística e das considerações das entidades entrevistadas. Para além destas, foram contactadas de modo informal outras entidades também relevantes no contexto desta investigação, quer de âmbito mais restrito (quintas e unidades de transformação de arroz), quer de âmbito mais alargado, como a CIM-Região de Coimbra.

Através do levantamento e análise de algumas tipologias de património orizícola e de alguns recursos em específico, podemos afirmar que existe uma grande diversidade de recursos, materiais e imateriais, embora alguns se encontrem em mau estado de conservação e/ou em risco de desaparecimento. Como o património é reflexo da identidade de um território, e tendo em conta que cada vez mais os recursos endógenos constituem a base para a criação de produtos turísticos num quadro de valorização crescente da autenticidade, pode-se afirmar que os recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura poderão apresentar uma vocação ao nível do turismo.

De facto, esta atividade apresenta uma vertente cultural, quer seja pelas tradições associadas ao cultivo do arroz na sua forma artesanal, que deixaram marcas na etnografia destes territórios até aos dias de hoje, quer seja pelo riquíssimo património gastronómico e edificado. Deste modo, ao longo dos anos esta atividade passou a fazer parte da identidade da população que convive de forma quotidiana com esta prática, mais especificamente nas localidades onde a orizicultura foi durante muitos anos o principal meio de sustento de centenas de famílias. Portanto, a atividade orizícola marcou e ainda marca o território e as tradições aí existentes, com expressão na gastronomia, na etnografia e na paisagem, elementos estes com grande vocação turística.

Numa primeira fase, todas as entidades entrevistadas fizeram uma análise algo restritiva a esses recursos, observando-se que, no geral, são referidos os recursos mais relevantes para cada um dos municípios ou, no caso da Associação dos Agricultores do Vale do Mondego, os que mais se enquadram no seu âmbito de atuação. Contudo, é de realçar que todos os entrevistados reconhecem a orizicultura como uma marca do território e, como tal, também os seus recursos, reconhecendo-se de igual modo a sua vocação ao nível do turismo. Não obstante, verifica-se que

nem todos os recursos são valorizados da mesma forma, constatando-se uma desvalorização do património imaterial, na vertente das tradições, em detrimento do património edificado e paisagístico, isto apesar da gastronomia ser um aspeto bastante referido.

Após o contacto com alguns proprietários e/ou representantes de quintas e unidades de transformação do arroz verifica-se que, por um lado, algumas das entidades não se encontram recetíveis à realização de atividades de carácter não agrícola e/ou produtivo, por diversos motivos. Neste ponto é necessário a criação de ações de sensibilização acerca dos benefícios da atividade turística como forma de dinamização e diversificação de rendimentos.

Contudo, por outro lado importa salientar que algumas entidades contactadas já realizam atividades fora do contexto produtivo/industrial, nomeadamente atividades turísticas e pedagógicas, como a Quinta da Boa Vista, Quinta do Seminário, Fábrica Ernesto Morgado S.A. e a Fábrica Cooperativa de Montemor-o-Velho (filial de Gatões).

Neste contexto, importa referir que um elo comum relativamente à caracterização dos grupos de turistas/visitantes destes espaços diz respeito ao facto de estes corresponderem sobretudo aos segmentos de grupos escolares e seniores, sendo importante destacar que atualmente se verifica que a vertente pedagógica se encontra mais vincada do que a vertente turística.

Quanto à oferta, constata-se que nem todos os recursos patrimoniais existentes são valorizados da mesma forma ao nível do turismo, pelo menos de uma forma integrada e estruturada, verificando-se que na atualidade esta apresenta dois produtos estruturantes e dominantes na perspetiva das entidades entrevistadas: festivais gastronómicos e rotas/visitas guiadas, indo ao encontro do que são os recursos patrimoniais mais referidos durante as entrevistas e no mesmo sentido da análise efetuada à oferta.

Nesta dissertação foi defendido que esta forma de valorização turística da orizicultura não é benéfica ao nível da efetiva promoção dos recursos patrimoniais existentes de uma forma holística, trazendo efeitos nefastos ao nível da imagem, aos olhos do turista/visitante. Neste contexto, importa salientar que as entidades entrevistadas reconhecem a má estruturação da oferta e têm consciência de que existe espaço para novas formas de valorização turística dos recursos existentes.

Porém, através das entrevistas realizadas é possível constatar que algumas entidades se encontram mais vocacionadas para a promoção de produtos e não para a criação dos mesmos. Outro aspeto a destacar neste campo diz respeito ao facto de nenhum dos entrevistados mencionar os centros interpretativos existentes no território (“Núcleo Museológico da Freguesia de Alqueidão” e “Museu do Campo”). Contudo, considera-se que estes espaços apresentam uma vocação a este nível.

Desta forma, apesar de terem sido identificados alguns pontos negativos no que diz respeito aos recursos e à oferta turística, a ideia principal que deve sintetizar esta investigação é a seguinte: existe um conjunto diversificado de recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura e, apesar de alguns já se encontrarem valorizados ao nível do turismo, e mesmo tendo em conta o facto de se verificar uma abertura por parte de alguns proprietários desta tipologia de recursos a atividades que não sejam as que aí são tradicionalmente praticadas, a oferta turística relacionada com esta temática não se encontra estruturada nem organizada, isto apesar de ser reconhecida a vocação turística destes recursos por parte das entidades entrevistadas.

O principal objetivo do produto proposto, que corresponde a uma calendarização anual de eventos criativos, é alterar esse panorama, nomeadamente através da valorização e promoção de um novo uso dos recursos existentes através de atividades criativas sem, no entanto, os descaracterizar, criando-se incentivos e soluções para a reabilitação de alguns edifícios relacionados com a tradição orizícola na região, como as quintas, ou até mesmo, num futuro mais distante, para a reabilitação de algumas das unidades de transformação do arroz que se encontram em mau estado de conservação, assim como a recuperação e preservação de algumas tradições associadas a cultivo artesanal do arroz.

A opção por uma calendarização de eventos tem como objetivo dinamizar a oferta durante todo o ano, procurando-se diminuir ao máximo a sazonalidade que está inerente à atividade orizícola, dinamizando-se os recursos e o território. Desta forma, pretende-se que a proposta efetuada contribua para uma melhor estruturação da oferta que, tal como foi visto através da investigação realizada, não valoriza os recursos existentes de uma forma integrada. Tal panorama encontra-se particularmente relacionado com alguma falta de iniciativa pública no que concerne à criação de produtos turísticos relacionados com esta temática, nomeadamente por

parte das câmaras municipais do território. É igualmente considerado que a calendarização de eventos sugerida diferenciaria a oferta turística existente.

Deste modo, tendo em conta tudo o que foi referido, é defendido que o produto proposto poderá desempenhar um papel importante na preservação dos recursos patrimoniais relacionados com a atividade orizícola de uma forma inovadora e diferenciada, pois importa criar uma oferta “assente nos valores e nas riquezas locais”, uma vez que “o património existente permite reconstruir o percurso histórico da cultura do arroz ao longo dos diversos séculos de existência nesta região” (Vaquinhas & Sousa, 2006:11).

Neste ponto, é importante referir que as entidades entrevistadas consideraram o turismo criativo como uma boa forma de valorização turística dos recursos existentes, isto apesar de revelarem alguma dificuldade em responder à questão sobre esta temática. Já a criação de uma rede de cooperação, tem como objetivo operacionalizar o produto sugerido através da promoção de consensos entre vários *stakeholders* tendo em vista a existência de uma ação concertada e integrada de valorização dos recursos, tal como foi explicitado no capítulo destinado a esta temática, uma vez que este apresenta um carácter supramunicipal.

Importa então relembrar que todas as entidades entrevistadas revelaram ter uma opinião positiva acerca da adoção de uma rede de cooperação tendo em vista a valorização turística dos recursos relacionados com a orizicultura, isto apesar de uma das entrevistadas apresentar uma opinião diferenciada em relação aos outros entrevistados.

No âmbito específico desta dissertação, esta rede serve de base para a criação de condições tendo em vista a conceção de uma visão holística e transversal do território, contribuindo para a criação de uma marca (*brand*) para o mesmo, assente no património orizícola, trazendo benefícios ao nível do posicionamento de mercado. Deste modo, pretende-se que sejam criadas formas de atuação conjuntas e não formas díspares ou opostas de valorização dos recursos existentes, construindo-se uma imagem positiva do território, para além de outros benefícios que esta tipologia de atuação apresenta.

Esta cooperação poderia ainda contribuir para a realização de um trabalho de consciencialização acerca dos benefícios da valorização turística destes recursos, quer no que diz respeito a proprietários de recursos patrimoniais edificados, quer

no que concerne à população em geral. Neste campo, o papel das câmaras municipais seria fundamental. Esta ação de consciencialização poderia culminar na criação de uma associação de defesa do património relacionado com a atividade orizícola.

De modo análogo, este produto turístico poderia contribuir para no futuro dotar o território de painéis de informação e de interpretação de locais de interesse relacionados com a orizicultura, o que seria algo relevante tendo em conta que o cicloturismo se está a assumir como uma das principais formas de visitação do território no futuro, nomeadamente através da criação de uma nova ciclovia entre a Figueira da Foz e Coimbra, e através da Rede EuroVelo que, no contexto da Rota da Costa Atlântica, passa por pontos que fazem parte do território base desta dissertação, sendo de referir que no *site* desta rota existe mesmo uma referência à existência de campos de arroz como um ponto de interesse.

No mesmo sentido, espera-se que este produto possa colaborar para a criação de uma plataforma de promoção turística dos recursos existentes numa perspetiva supramunicipal, nomeadamente através de uma aplicação informática, tal como já proposto anteriormente, ou de uma página *web*, ajudando a alcançar uma maior escala de promoção dos recursos existentes.

Considerando que uma investigação apresenta sempre limitações, nomeadamente ao nível das temáticas abordadas, ao nível da sua dimensão e ao nível do seu tempo de realização, existem outras formas de análise que teriam interesse no contexto desta dissertação, nomeadamente a realização de um estudo tendo como objetivo perceber se esta tipologia de produtos turísticos criativos encontraria receptividade por parte dos turistas que visitam o território em questão.

Também algumas temáticas de interesse científico não foram desenvolvidas de forma aprofundada, pois estaríamos a distanciar-nos do objetivo central da mesma, nomeadamente no que concerne ao aprofundamento dos conhecimentos acerca da evolução das quintas existentes no território em questão e a sua relação com a orizicultura, tal como um aprofundamento acerca da história da indústria de transformação do arroz e das tradições associadas à sua produção desde o século XIX.

Nesta fase, e em jeito de conclusão, é então possível dar uma resposta à pergunta de partida desta dissertação, verificando-se que os recursos patrimoniais

relacionados com a orizicultura nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure apresentam uma vocação ao nível do turismo, podendo constituir a base para a criação de um produto turístico mais estruturado e integrado, desta feita com base na temática do turismo criativo e na criação de uma rede de cooperação. Da mesma forma, salienta-se que todos os objetivos propostos inicialmente foram cumpridos.

Referências Bibliográficas

- Almeida, A., & Marques, P. (30 de Maio de 2013). A importância da cultura do arroz em Portugal e no mundo (Comunicação apresentada no Seminário "Boas Práticas no cultivo de arroz por alagamento em Portugal). Oeiras. Disponível em http://www.inia.pt/fotos/editor2/2_ppt_ana-sofia_almeida_seminario_2013_05_30.pdf.
- Alves, I. (2013). *O património endógeno como fator dinamizador do turismo de experiências: proposta de um novo produto para a Vila de Alvor*. Dissertação de mestrado. Faro: Universidade do Algarve. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.1/7695>.
- Arroz está entre as várias potencialidades regionais. (2 de Março de 2007). *Diário As Beiras (Separador "V Festival do arroz e da Lampreia)*, 5.
- Baptista, F. (2006). O rural depois da agricultura. In M. Fonseca (coord.), *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer: homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco* (pp. 85-105). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Bento, L. (2009). *Ereira, arroz e vida*. Montemor-o-Velho: Autor.
- Binkhorst, E. (2014). Creativity in tourism experiences: the case of Sitges. In G. Richards, & J. Wilson (Eds.), *Tourism, creativity and development* (pp. 125-144). London; New York: Routledge.
- Bobone, C. (2005). *A Quinta de Fôja do século XI ao século XXI*. Lisboa: Edições Inapa.
- BOP Consulting. (2010). Mapping the creative industries: a toolkit. (P. Rosselló, & S. Wright, Edits.) London: The British Council. Disponível em <https://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/>.
- Bosangit, C., Hibbert, S., & McCabe, S. (2015). "If I was going to die I should at least be having fun": travel blogs, meaning and tourist experience. *Annals of Tourism Research*, 55, pp. 1-14. doi:<https://doi.org/10.1016/j.annals.2015.08.001>.
- Braudel, F. (1979). *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII* (Vol. 1). (T. Costa, Trad.) Lisboa: Editorial Teorema Lda.
- Breda, Z., & Pato, L. (2014). O papel das redes no desenvolvimento de destinos rurais. In E. Kastenholtz, C. Eusébio, E. Figueiredo, M. Carneiro, & J. Lima (Coord.), *Reinventar o turismo rural em Portugal: cocriação de experiências turísticas sustentáveis* (pp. 56-69). Aveiro: UA Editora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10773/11848>.

- Brito, M. (2012). Monitorização dos impactos turísticos: uma proposta de modelo aplicável a territórios em mudança. *Cadernos de geografia* (30/31), pp. 85-92. doi:http://dx.doi.org/10.14195/0871-1623_31_22.
- Butler, R. (1999). Sustainable tourism: a state-of-the-art review. *Tourism Geographies*, 1 (1), pp. 7-25. doi:<https://doi.org/10.1080/14616689908721291>
- Butler, R., & Hall, C. (1998). Image and reimagining of rural areas. In R. Butler, C. Hall, & J. Jenkins (Eds.), *Tourism and recreation in rural areas* (pp. 115-122). Chichester: John Wiley & Sons.
- Cabrita, S. (2012). *O turismo no território e no planeamento territorial: Estudo de caso: o concelho de Faro*. Dissertação de Mestrado. Algarve: Universidade do Algarve. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.1/3110>.
- Câmara Municipal de Benavente. (2009). *Exposição "Terras d'água: o ciclo do arroz"* (3ª ed.). (C. Gonçalves, & P. Martins, Edits.) Benavente: Câmara Municipal de Benavente.
- Campar de Almeida, A. (1999). Apreciação da paisagem do Baixo Mondego. *Encontros de Geomorfologia* (pp. 181-186). Coimbra: FLUC. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/13168>.
- Carvalho, M. (2013). *Cultura e turismo criativo na experiência integral do turismo rural*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro. Disponível em <http://hdl.handle.net/10773/11446>.
- Carvalho, P. (2008). União Europeia, políticas públicas e desenvolvimento rural. *Cadernos de Geografia*, (26/27), pp. 67-76. Disponível em https://www.uc.pt/fluc/depgeotur/publicacoes/Cadernos_Geografia/
- Carvalho, P. (2012a). Património e desenvolvimento em ambiente rural: lugares, rotas e redes. *Cadernos de Geografia*, (30/31), pp. 3-16. doi:http://dx.doi.org/10.14195/0871-1623_31_1.
- Carvalho, P. (2012b). *Património, turismo e lazer: temáticas e percursos de investigação*. Málaga: EUMED. Disponível em <http://www.eumed.net/libros-gratis/2012b/1205/index.htm>.
- Carvalho, P. (2013). *Desenvolvimento rural: perspectivas geográficas*. Málaga: EUMED. Disponível em <http://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1260/index.htm>.
- Carvalho, P., & Correia, J. (2008). Turismo, património (s) e desenvolvimento rural: a perceção local da mudança. *VII CIER - Cultura, Inovação e Território, 23 a 25 de Outubro*. Coimbra. Disponível em <https://www.researchgate.net/>.

- Cayeman, C. (2014). *A importância do turismo criativo para a sustentabilidade da atividade turística nas grandes cidades: o exemplo de Barcelona para o estudo de caso de Lisboa*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Disponível em <http://hdl.handle.net/10437/6111>.
- CCDR. (s.d.). Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020. Disponível em <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/BROCHURAS%20PO/BrochuraCentro2020.pdf>
- CIM-Região de Coimbra. (2014). *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra (2014-2020)*. Disponível em http://cim-regiaodecoimbra.pt/wp-content/uploads/2015/01/RCoimbra_EIDT.pdf.
- CIM-Região de Coimbra. (2015). *Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra*. Disponível em <http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/pactos-para-o-desenvolvimento-e-coesao-territorial>
- CIM-Região de Coimbra. (2017). *Estratégia de Comunicação e Marketing para a Promoção Integrada dos Produtos Turísticos da Região de Coimbra*.
- Cloke, P. (2014). Creativity and tourism in rural environments. In G. Richards, & J. Wilson (Eds.), *Tourism, creativity and development* (pp. 37-47). London; New York: Routledge.
- Cohen, E. (1979). A phenomenology of tourist experience. *Sociology*, 13 (2), pp. 179-201. Disponível em <https://www.researchgate.net>.
- Comissão Europeia. (2015). *Arroz Carolino do Baixo Mondego*. *Jornal Oficial da União Europeia*. Disponível em [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52015XC0124\(02\)&from=FR](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52015XC0124(02)&from=FR).
- Correia, A. (2003). *Patrão Rosete, sucrs, Lda. : História de uma empresa de descasque de arroz (trabalho realizado no âmbito do Seminário de Industrialização e Património Industrial do Mestrado em História Económica e Social)*. Coimbra: Faculdade de Letras.
- Costa, S. (2017). Arroz: especialidades continuam a crescer. *Distribuição Hoje*. Disponível em <https://www.distribuicao hoje.com>.
- Covas, A. (2006). A ruralidade do nosso tempo: decágono para uma 2ª modernidade. In M. Fonseca, *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer: homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco* (pp. 107-125). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- DGADR (Ed.). (2009). *Guia de Observação do Património Rural*. Disponível em <http://www.dgadr.gov.pt/diversificacao/patrimonio-rural>.

- Duarte, A. (2006). Memórias do arroz: contributos para a programação de um museu na Comporta. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, (18), pp. 319-342. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/8125>.
- Duque, A. (2013). *O cinema na construção e promoção de territórios turísticos: a imagem do rural no cinema português*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/24547>
- Eusébio, C., & Figueiredo, E. (2014). Turismo e desenvolvimento sustentável de destinos rurais. In E. Kasthenholz, C. Eusébio, E. Figueiredo, M. Carneiro, & J. Lima (Coord.), *Reinventar o turismo rural em Portugal: cocriação de experiências turísticas sustentáveis* (pp. 51-58). Aveiro: UA Editora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10773/11848>.
- FAO. (2017). Rice Market Monitor. 20 (4). Disponível em <http://www.fao.org/3/I8317EN/I8317EN.pdf>.
- Fernandes, S. (2015). *Eventos e dinamização turística da Figueira da Foz - oferta, impactos e estratégias*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/29764>.
- Ferreira, L. (2014). *O arroz como potenciador do ecoturismo no Baixo Mondego*. Coimbra: Escola Superior Agrária de Coimbra. Relatório de Estágio de Mestrado. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.26/16629>.
- Ferrero, A., & Vidotto, F. (2010). History of rice in Europe. In S.D. Sharma (Ed.), *Rice: origin, antiquity and history* (pp. 341-372). New Hampshire: Science Publishers.
- Filipe, C. (2009). *Andanças no turismo criativo*. Dissertação de Mestrado. Aveiro : Universidade de Aveiro. Disponível em <http://hdl.handle.net/10773/1727>.
- Gomes, L. (2012). *O turismo criativo: experiências na cidade do Porto*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto. Disponível em https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=27964.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (Vol. 3). (s.d.). Lisboa - Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (Vol. 5). (s.d.). Lisboa - Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada.
- Grist, D. H. (1975). *Rice* (5ª ed.). London: Longman.

- Hall, D., Mitchell, M., & Roberts, L. (2003). Tourism and the countryside: dynamic relationships. In D. Hall, L. Roberts, & M. Mitchell (Eds.), *New directions in rural tourism* (pp. 3-15). Aldershot: Ashgate.
- Hopkins, J. (1998). Commodifying the countryside: marketing myths of rurality. In R. Butler, C. Hall, & J. Jenkins (Eds.), *Tourism and recreation in rural areas* (pp. 139-156). Chichester: John Wiley & Sons.
- INE. (2017a). Anuário Estatístico da Região Centro . Lisboa.
- INE. (2017b). Estatísticas Agrícolas. Lisboa.
- Kastenholz, E. (2014). Turismo rural - reinventar para sustentar? In E. Kastenholz, C. Eusébio, E. Figueiredo, M. Carneiro, & J. Lima (Coord.), *Reinventar o turismo rural em Portugal: cocriação de experiências turísticas sustentáveis* (pp. 1-6). Aveiro: UA Editora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10773/11848>.
- Kastenholz, E., & Lima, J. (2014). Projeto ORTE: objetivos e âmbito . In E. Kastenholz, C. Eusébio, E. Figueiredo, M. Carneiro, & J. Lima (Coord.), *Reinventar o turismo rural em Portugal: cocriação de experiências turísticas sustentáveis* (pp. 7-12). Aveiro: UA Editora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10773/11848>.
- Kastenholz, E., Eusébio, C., A.Sousa, Carvalho, M., Lima, J., Carneiro, M., . . . Capela, C. (2014a). Desafios para a cocriação de experiências turísticas rurais sustentáveis. In E. Kastenholz, C. Eusébio, E. Figueiredo, M. Carneiro, & J. Lima (Coord.), *Reinventar o turismo rural em Portugal: cocriação de experiências turísticas sustentáveis* (pp. 125-142). Aveiro: UA Editora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10773/11848>.
- Kastenholz, E., M.Carneiro, Marques, C., Loureiro, S., Figueiredo, E., & Pereira, X. (2014b). A experiência turística no espaço rural. In E. Kastenholz, C. Eusébio, E. Figueiredo, M. Carneiro, & J. Lima (Coord.), *Reinventar o turismo rural em Portugal: cocriação de experiências turísticas sustentáveis* (pp. 43-50). Aveiro: UA Editora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10773/11848>
- Kelliher, F., Reinl, L., Johnson, T., & Joppe, M. (2018). The role of trust in building rural tourism micro firm network engagement: a multi-case study. *Tourism Managment*, 68, pp. 1-12. doi:<https://doi.org/10.1016/j.tourman.2018.02.014>.
- Lima, J., Sousa, A., Carvalho, M., Silva, A., Figueiredo, E., Capela, C., & Mota, A. (2014). Projeto ORTE: os destinos rurais em estudo. In E. Kastenholz, C. Eusébio, E. Figueiredo, M. Carneiro, & J. Lima (Coord.), *Reinventar o turismo rural em Portugal: cocriação de experiências turísticas sustentáveis* (pp. 13-42). Aveiro: UA Editora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10773/11848>.
- Lourenço, L. (1986). Aproveitamento hidráulico do vale do Mondego. *Problemas do vale do Mondego: livro guia da excursão de 24 de Setembro de 1986 - IV*

Colóquio Ibérico de Geografia, 22 a 25 de Setembro de 1986 (pp. 45-60).
Coimbra: Imprensa de Coimbra, Limitada.

Machado, C. (2010). *Moinhos de vento no concelho da Figueira da Foz*. Figueira da Foz: Divisão da Cultura da Câmara Municipal.

Mariano, & Silva. (1992). O encanamento do Mondego num documento de 1800. *Baixo Mondego: Região e Património: Atas do 1º Congresso do Baixo Mondego, 26 Maio - 29 Julho 1990* (pp. 131-142). Coimbra: GAAC.

Martins, A. (1940). *O esforço do homem na bacia do Mondego. Ensaio geográfico*. Tese de licenciatura. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Mateiro, B. (2015). *A experiência turística nos destinos de montanha: os cinco sentidos*. Dissertação de Mestrado. Aveiro : Universidade de Aveiro. Disponível em <http://hdl.handle.net/10773/15951>.

Matias, P. (2013). *A criatividade associada ao turismo: uma abordagem ao caso português: o Guia Portugal Contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCTE. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/8081>

Matos, A. (20 de Fevereiro de 1965). A Quinta do Canal: grande mansão histórica que é notável centro agropecuário e de atividade orizícola. *O Figueirense*, 1.

Matos, A. (2 de Maio de 2001). De novo em foco: a Quinta do Canal. *O Figueirense*, 18.

Mendes, J. (1992). Descasque de arroz e património industrial no Baixo Mondego. *Baixo Mondego: Região e Património: Atas do 1º Congresso do Baixo Mondego: Região e Património, 26 Maio - 29 Julho 1990* (pp. 187-197). Coimbra: GAAC.

Mendes, J. (2005). O arroz no Baixo Mondego: da gastronomia ao turismo rural. In I. Vaquinhas, & J. Mendes, *Canteiros de arroz: orizicultura entre o passado e o futuro* (pp. 49-63). Montemor-o-Velho: Câmara Municipal.

Mendia, H. (1883). *A cultura do arroz no distrito de Coimbra : relatório dos trabalhos da comissão nomeada por portaria de 16 de Setembro de 1882 apresentada a Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Mendonça, A., & Pereira, I. (1987). Moinho das Doze Pedras: Lavos, Figueira da Foz. *Seminário Musealização de Sítios, Coimbra, 19-24 Outubro*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

Monteiro, J. (2009). *Quando o sol queima e o frio enregela: a vida nos campos do Mondego nos meados do século XX (1948-1955)* (2ª ed.). Carapinheira: LACAM.

Moreira, C. (2008). O Baixo Mondego: delimitação de um território regional. *XI Colóquio Ibérico de Geografia: A perspetiva geográfica face aos novos desafios*

da sociedade e do ambiente no contexto ibérico. Alcalá de Henares. Disponível em <https://www.researchgate.net>

OCDE. (2014). *Tourism and the creative economy*. OECD Publishing. doi:<https://doi.org/10.1787/22239804>.

Offício do Bispo de Coimbra ao Governo de sua Majestade sobre a cultura do arroz no seu bispado. (1881). Coimbra: Imprensa da Universidade.

Oliveira, L. (2004). *Temperos e sabores esquecidos nos campos do Mondego*. Carapinheira : LACAM.

OMT. (1998). *Introducción al turismo*. Madrid: Egraf. Disponível em <http://www.utntyh.com/wp-content/uploads/2011/09/INTRODUCCION-AL-TURISMO-OMT.pdf>.

Page, S., & Connel, J. (2010). *Leisure: an introduction*. Harlow: Pearson Education.

Paredes, L. (2007). *Ecoturismo: um turismo alternativo para o Baixo Mondego*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Pato, L., Breda, Z., Cunha, C., & Kastenholtz, E. (2014). Experiência turística rural vivida e cocriada pelos agentes da oferta e de planeamento. In E. Kastenholtz, C. Eusébio, E. Figueiredo, M. Carneiro, & J. Lima (Coord.), *Reinventar o turismo rural em Portugal: cocriação de experiências turísticas sustentáveis* (pp. 107-124). Aveiro: UA Editora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10773/11848>

Pavlovich, K. (2003). The evolution and transformation of a tourism destination network: the Waitomo Caves, New Zealand. *Tourism Management*, 24 (2), pp. 203-216. doi:[https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(02\)00056-0](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(02)00056-0).

Pine, J., & Gilmore, J. (1998). Welcome to the experience economy. *Harvard Business Review*, pp. 97-105. Disponível em <https://www.researchgate.net>.

Pinho Leal, A. (1875). *Portugal Antigo e Moderno* (Vol. 5^o). Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.

Pinho, J. (2004). Uma unidade de moagem de cereal no Calvete. *Litorais: Revista de Estudos Figueirenses*, (1), pp. 35-42.

Pinto, I. (2010). Moinhos da Ribeira de Seiça e do Casenho, Figueira da Foz. In *Molinologia Portuguesa: volume anual 2009* (pp. 16-26). Belas: Etnoideia.

Poon, A. (1993). *Tourism, technology and competitive strategies*. Wallingford: CAB International.

- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ramos, D. (2016). *O planeamento em turismo e as redes no desenvolvimento local: o caso da região oeste*. Tese de Doutoramento. Aveiro: Universidade de Aveiro. Disponível em <https://ria.ua.pt/handle/10773/17102>
- Raymond, C. (2014). Creative Tourism New Zealand: the practical challenges of developing creative tourism. In G. Richards, & J. Wilson (Eds.), *Tourism, creativity and development* (pp. 145-157). London; New York: Routledge.
- Redol, A. (1975). *Gaibéus*. Mira Sintra - Mem Martins: Gráfica Europam.
- Richards, G. (2010). Tourism Development Trajectories – From culture to creativity? *Encontros Científicos - Tourism & Management Studies*, (6), pp. 9-15. Disponível em <https://tmstudies.net/index.php/ectms/article/view/131/188>.
- Richards, G., & Wilson, J. (2014a). Creativities in tourism development. In G. Richards, & J. Wilson (Eds.), *Tourism, creativity and development* (pp. 255-288). London; New York: Routledge.
- Richards, G., & Wilson, J. (2014b). Tourism development trajectories: from culture to creativity? In G. Richards, & J. Wilson (Eds.), *Tourism, creativity and development* (pp. 1-33). London; New York: Routledge.
- Ritchie, J., & Crouch, G. (2003). *The competitive destination: a sustainable tourism perspective*. Oxon, Uk: CAB International Publishing.
- Romeiro, P. (2006). *O papel das redes de gestão na inovação e competitividade do turismo rural*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro. Disponível em <http://ria.ua.pt/handle/10773/4496>.
- Ruquoy, D. (2005). Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In Luc Albarello et al., *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais* (L. Baptista, Trad., 1ª ed., pp. 84-115). Lisboa: Gradiva.
- Salvador, V. (2012). *Experiência turística – expectativas e vivências metamórficas no desenvolvimento pessoal do turista: o caso do comboio histórico a vapor do Alto Douro Vinhateiro*. Dissertação de Mestrado. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.8/646>.
- Santos Conceição, A. (Ed.) (1942). *Soure: a terra abençoada da pátria*. Coimbra: Graphica de Coimbra.
- Santos Conceição, A. (Ed.) (1992). *Terras de Montemor-o-Velho* (nova ed.). Montemor-o-Velho: Câmara Municipal.

- Santos, J., Carvalho, R., & Figueira, L. (2012). A importância do turismo cultural e criativo na imagem de um destino turístico. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 3 (17/18), pp. 1559-1572. Disponível em <https://www.researchgate.net>.
- Saxena, G., & Ilbery, B. (2008). Integrated rural tourism: a boarder case study. *Annals of Tourism Research*, 35 (1), pp. 233-254. doi:<https://doi.org/10.1016/j.annals.2007.07.010>.
- Sharma, S. D. (2010). Domestication and diaspora of rice. Em S. D. Sharma (Ed.), *Rice: origin, antiquity and history* (pp. 1-24). New Hampshire: Science Publishers.
- Simões, P. (2015). *Paisagem cultural e o elétrico na cidade de Coimbra: propostas para a sua reintrodução turística*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Soigné, C. (2014). *A utilização de smartphones numa experiência turística em Portugal: estudo sobre a participação nos media sociais através de aplicações para dispositivos móveis*. Tese de Doutoramento. Aveiro: Universidade de Aveiro. Disponível em <http://hdl.handle.net/10773/12701>.
- Sousa, C. (2013). *A história da obra de regularização do Baixo Mondego: uma empresa é um rio*. Porto: Grupo Monta-Engil.
- Sousa, M., & Baptista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios, segundo bolonha*. Lisboa: Pactor.
- Sousa, M., & Mendes, J. (1991). *O Mosteiro de Seíça e a indústria do descasque de arroz (1917-1926): trabalho de investigação no âmbito do Seminário de Património Industrial - vertentes científica e pedagógica*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Tremblay, P. (1998). The economic organization of tourism. *Annals of Tourism Research*, 25 (4), pp. 837-859. doi:[https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(98\)000280..](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(98)000280..)
- Três dezenas de participantes na Corrida das Barcas. (6 de Maio de 2006). *o Figueirense*, 8. Disponível em <https://bordadocampo.com/2017/05/02/corrida-de-barcas-no-rio-pranto-borda-do-campo-2017/>.
- Turismo de Portugal. (2017). *Estratégia Turismo 2027: Liderar o Turismo do Futuro*. Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/Estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>.
- Turismo de Portugal. (s.d.). *Turismo 2020: Cinco Princípios para uma Ambição*. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/media/15123712/20150805-turismo-2020.pdf>.

- Turismo de Portugal. (s.d.). Turismo 2020: Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal. Disponível em http://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Turismo2020_Parte%20I_mercados%20-%20SWOT.pdf
- UNESCO. (2006). Towards sustainable strategies for creative tourism: Discussion Report of the Planning Meeting for 2008 International Conference on Creative Tourism, 25-27 de Outubro. Santa Fé, México, USA. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001598/159811e.pdf>.
- Vaquinhas, I. (1991). Um espaço em transformação: a extensão da cultura do arroz nos campos do Mondego, 1856-88. *Análise Social*, 26, pp. 689-703.
- Vaquinhas, I. (2005a). Nem sempre o arroz é doce... a polémica sobre os arrozais nos campos do Mondego na 2ª metade do século XIX. In I. Vaquinhas, & J. Mendes, *Canteiros de Arroz: orizicultura entre o passado e o futuro* (pp. 5-48). Montemor-o-Velho: Câmara Municipal.
- Vaquinhas, I. (2005b). Os arrozais do Baixo Mondego entre o passado e o futuro: da memória à salvaguarda do património. In I. Vaquinhas, & J. Mendes, *Canteiros de Arroz: orizicultura entre o passado e o futuro* (pp. 65-72). Montemor-o-Velho: Câmara Municipal.
- Vaquinhas, I. (2006). Breve historial sobre a cultura do arroz nos campos do Mondego. In I. Vaquinhas, & I. Sousa (org.), *Saberes e Sabores do Arroz Carolino do Baixo Mondego* (pp. 13-22). Montemor-o-Velho: Câmara Municipal.
- Vaquinhas, I., & Sousa, D.(org.) (2006). *Saberes e Sabores do Arroz Carolino do Baixo*. Coimbra: Associação dos Agricultores do Vale do Mondego.
- Varanda, T. (1969). *Contributo para uma monografia sobre a região de Soure*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Veloso, A. (2009). *A influência da gestão de redes no desenvolvimento económico dos destinos*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro. Disponível em <http://ria.ua.pt/handle/10773/1709>.
- Viana e Silva, M. (1969). *Arroz*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Webgrafia

ADELO: www.adelo.pt (última consulta a 13-05-2018).

Câmara Municipal da Figueira da Foz: www.cm-figfoz.pt (última consulta a 7-05-2018).

Câmara Municipal de Montemor-o-Velho: www.cm-montemorvelho.pt (última consulta a 14-04-2018).

Câmara Municipal de Soure: www.cm-soure.pt (última consulta a 29-03-2018).

CCDR: www.ccdrc.pt (15-05-2018).

CIM-Região de Coimbra: www.cim-regiaodecoimbra.pt (última consulta a 30-05-2018).

DGADR: www.dgadr.gov.pt (última consulta a 26-07-2017).

DGPC: www.patrimoniocultural.gov.pt/pt (última consulta a 6-09-2017).

ICNF: www.icnf.pt (última consulta a 17-09-2017).

INE: www.ine.pt (última consulta a 3-10-2017).

IRRI: www.irri.org (última consulta a 23-03-2018).

PORDATA: www.pordata.pt (última consulta a 20-09-2017).

Portugal 2020: www.portugal2020.pt (última consulta a 3-05-2018).

Terras do Sicó: www.terrasdesico.pt (última consulta a 23-05-2018).

Turismo de Portugal: www.turismodeportugal.pt (última consulta a 12-09-2017).

Turismo Centro de Portugal: www.turismodocentro.pt (última consulta a 8-03-2018).

UNESCO: en.unesco.org (última consulta a 27-10-2017).

Worldatlas: www.worldatlas.com (última consulta a 31-10-2017).

Anexos

Anexo I: Países produtores de arroz a nível mundial



Fonte: adaptado de Almeida & Marques (2013).

Anexo II: Países com maior produção de arroz (milhões de toneladas e de hectares).

País	Área (milhões de hectares)	País	Produção (milhões de toneladas)
1. Índia	43.20	1. China	210.2
2. China	30.35	2. Índia	164.2
3. Indonésia	12.16	3. Indonésia	74.2
4. Bangladesh	12.00	4. Bangladesh	50.8
5. Tailândia	9.65	5. Vietname	43.3
6. Vietname	7.66	6. Tailândia	33.7
7. Myanmar	6.80	7. Myanmar	29.5
8. Filipinas	4.50	8. Filipinas	19.6
9. Camboja	2.90	9. Brasil	12.3
10. Paquistão	2.85	10. Paquistão	11.1

Fonte: elaboração própria com base em *Worldatlas* e FAO (2017).

Anexo III: Países com maiores áreas de produção de arroz na Europa



Fonte: adaptado de Ferrero & Vidotto (2010).

Anexo IV: Países importadores e exportadores de arroz



Fonte: adaptado de Almeida & (2013).

Anexo V: Importações e exportações de arroz em Portugal nos anos de 2015 e 2016

Importações e exportações de arroz (toneladas)			
2015		2016	
Importações	Exportações	Importações	Exportações
162 805	60 456	182 898	91 460

Fonte: elaboração própria com base em INE (2017b).

Anexo VI: Museu do Arroz da Herdade da Comporta



Fonte: <http://www.herdedacomporta.pt>.

Anexo VII: Maquinaria da antiga “Fábrica de Moagem de Cereais e Descasque de Arroz de Ponte de Sor”



Fonte: <http://www.cm-pontedesor.pt>.

Anexo VIII: Cartazes das cinco edições da “Festa do Arroz”



Fonte: <http://www.cm-pontedesor.pt>.

Anexo IX: Cartazes das duas edições do “Festival do Arroz Carolino”



Fonte: <http://www.cm-benavente.pt>.

Anexo X: Património material classificado nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.

	Figueira da Foz	Montemor-o-Velho	Soure
Monumento Nacional	2	2	1
Monumento de Interesse Público	6	4	1
Monumento de Interesse Municipal	3	-	-
Conjunto de Interesse Público	-	-	1
Interesse Municipal	19	8	-
Imóvel de Interesse Público	16	9	1
Total	46	23	4

Fonte: DGPC.

Anexo XI: Património natural classificado nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure

Figueira da Foz
<p>Cabo Mondego</p> <ul style="list-style-type: none"> • Área Protegida (Monumento Natural); <p>Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rede Natura 2000 (Sítio de Importância Comunitária); <p>Estuário do Mondego (Rota das salinas; Projeto Alas; Salgado da Figueira da Foz – Ecosal Atlantis)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sítios <i>Ramsar</i>;
Montemor-o-Velho
<p>Paul de Arzila</p> <ul style="list-style-type: none"> • Área Protegida (Reserva Natural); • Rede Natura 2000 (Zona de Proteção Especial e Sítio de Interesse Comunitário) <p>Paul do Taipal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rede Natura 2000 (Zona de Proteção Especial); • Sítio <i>Ramsar</i>;
Soure
<p>Paul de Madriz</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rede Natura 2000 (Zona de Proteção Especial); • Sítio <i>Ramsar</i>; <p>Sicó-Alvaiázere</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rede Natura 2000 (Sítio de Importância Comunitária).

Fonte: elaboração própria com base em INE (2017a) e ICNF.

Anexo XII: Origem dos hóspedes nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure

	Figueira da Foz	Montemor-o-Velho	Soure
Portugal	116 096	3 987	...
Europa (exceto Portugal)	43 948	809	...
Alemanha	3 160	24	...
Espanha	16 372	309	...
França	12 435	101	...
Reino Unido	1 583	35	...
África	213	13	...
América	3 536	78	...
Ásia	977	10	...
Oceânia	330	5	...
Total	165 100	4 902	...

Fonte: INE (2017a).

Anexo XIII: Comparação dos dados do INE (2017a), do RNET e do RNAL relativamente às tipologias de alojamento nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure

	Anuário Estatístico da Região Centro			RNET	RNAL
	EH	AL	TER/TH		
Figueira da Foz	16	14	0	15 hotéis 1 parque de campismo 1 hotel-rural 1 hotel- apartamento	200 registos
Montemor-o-Velho	1	0	3	2 hotéis 3 casas de campo 1 turismo de habitação	10 registos
Soure	1	0	1	1 hotel 1 casa de campo	5 registos

EH - Estabelecimentos Hoteleiros

AL - Alojamento Local

TER/TH - Turismo no Espaço Rural e Turismo de Habitação

RNET - Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos

RNAL - Registo Nacional de Alojamento Local

Fonte: elaboração própria com base em INE (2017a), RNET e RNAL.

Anexo XIV: Número de orizicultores e locais com propriedades onde se produzia arroz nos municípios da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure, no ano de 1883

Concelho	Número de orizicultores por município e por freguesias ⁸⁰	Locais com propriedades onde se produzia arroz
Figueira da Foz		Fôja Boiça Valado e terrenos próximos Malafago Barqueira Draga Coadá Campo de Anquinhos Campos Velho e Marnoto Campinho de Cima Ribeira de Caranho Ribeira de Ceiça Ribeira da Telhada

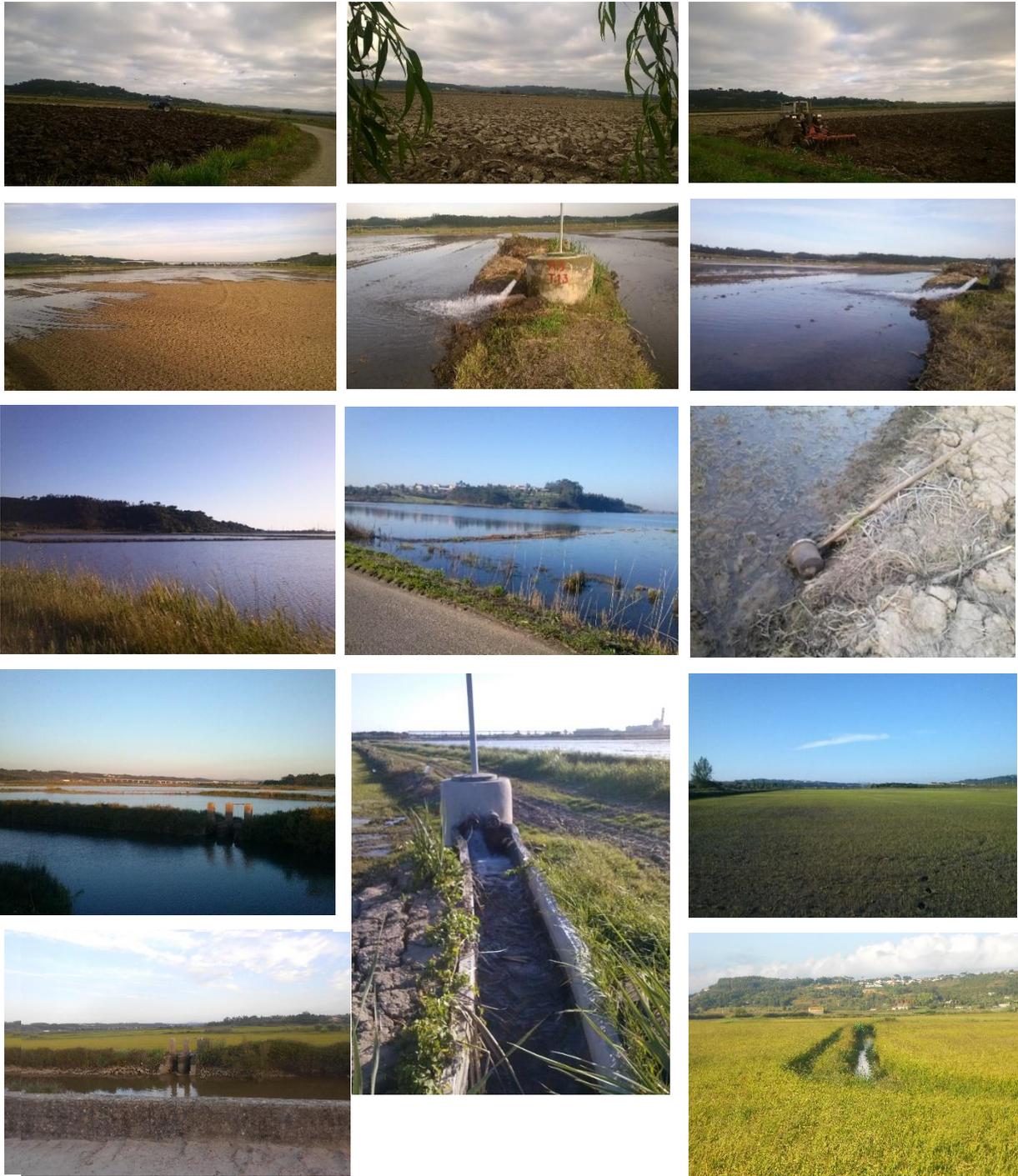
⁸⁰ Para o município da Figueira da Foz não existem dados.

		<p>Campo da Calçada Campo da Varsea Valle Vendeiro Campinho Ribeira da Carricosa Queixo do Rio</p>
Montemor-o-Velho	<p>Montemor-o-Velho (53) Vila Nova da Barca (17) Revelles (14) Verride (8) Pereira (6) Tentugal (11) Santo Varão (1) Means (55) Carapinheira (111) Arazede (47) Seixo (75) Gatões (37) Leça (84) Total 519</p>	<p>Taipal Sitio do Madorno Campo de Licêa Campo de Gatões Ribeira de Seixo Sitio da Mata Espadanal Sitio do Carregal Entrevallas (à Quebrada do Casal) Ribeira da Coutada Sitio do Caniçal Sitio da Varzea Rego d'Água Alveiro Monte Areias Campo do Barrão Paul da Mata Barqueira Camarsão Quinta do Porto das Lamas, Porto da Areia e Porto de Cabras</p>
Soure	<p>Alfarelos (7) Brunhós (2) Granja (4) Gesteira (25) Figueiró (19) Samuel (24) Vila Nova de Anços (34) Vinha da Rainha (33) Soure (23) Total 171</p>	<p>Paul da Madriz Valle de Pedras e Ribeira da Queitide Paul e Mucate Valle de Soure Granja Villa Nova de Anços Gesteira e Brunhós Vale da Gesteira Sitio das Barrosas e Lameiras Sitio da Casconha Sitio dos Bonitos</p>

Nota: as palavras encontram-se transcritas tal como se encontram reproduzidas na fonte.

Fonte: *Officio do Bispo de Coimbra ao Governo de sua Majestade sobre a cultura do arroz no seu bispado* (1881).
Coimbra. Imprensa da Universidade.

Anexo XV: Paisagens proporcionadas pelos campos de arroz





Fonte: autora.

Anexo XVI: Cegonha branca e os seus ninhos



Fonte: <http://www2.icnf.pt>.



Fonte: autora.

Anexo XVII: Exemplos de versos cantados durante os trabalhos nos campos

*“Foram dizer ao meu pai
Ó qui toma, ó que toma;
Que eu que namorava bem
Ó qui toma, ó qui toma;
Também meu pai em tempos
Ó qui toma, ó qui toma;
Namorou a minha mãe.*

*Foram dizer ao meu pai
Ó qui toma ó qui toma;
Que eu que namorava dois
Ó qui toma, ó qui toma;
Também o meu pai em tempos
Ó qui toma, ó qui toma;
Namorava aos quarteirões*

Toma lá carários e carários toma (bis)

Toma lá carários e carários toma (bis)

Versos cantados durante a fase da plantação, recolhidos em Santo Varão, no município de Montemor-o-Velho, sendo que a palavra carários significa molhos de arroz.

Fonte: Vaquinhas & Sousa, 2006:39.

Anexo XVIII: Exemplos de versos cantados durante a realização do ramo ou adiafa

“Vá o ramo para dentro

E o fogo para o ar!...

Vivam as nossas mondadeiras,

Que andaram no campo, a mondar.

Adeus, adeus, senhor Caldeira,

Agora vou terminar.

Pedimos a Deus saúde,

Pró ano cá voltar.

Excerto de um cântico tradicional da Carapineira na altura da realização do ramo

Fonte: Monteiro (2009:55)

“Toma lá este raminho

Que é tão lindo e vai na mão,

Vamos dar vivas à patroa

E também ao patrão.”

Versos recolhidos em Santo Varão

Fonte: Vaquinhas & Sousa, 2006:42.

Anexo XIX: Tradição da “Corrida das Barcas” da Borda do Campo

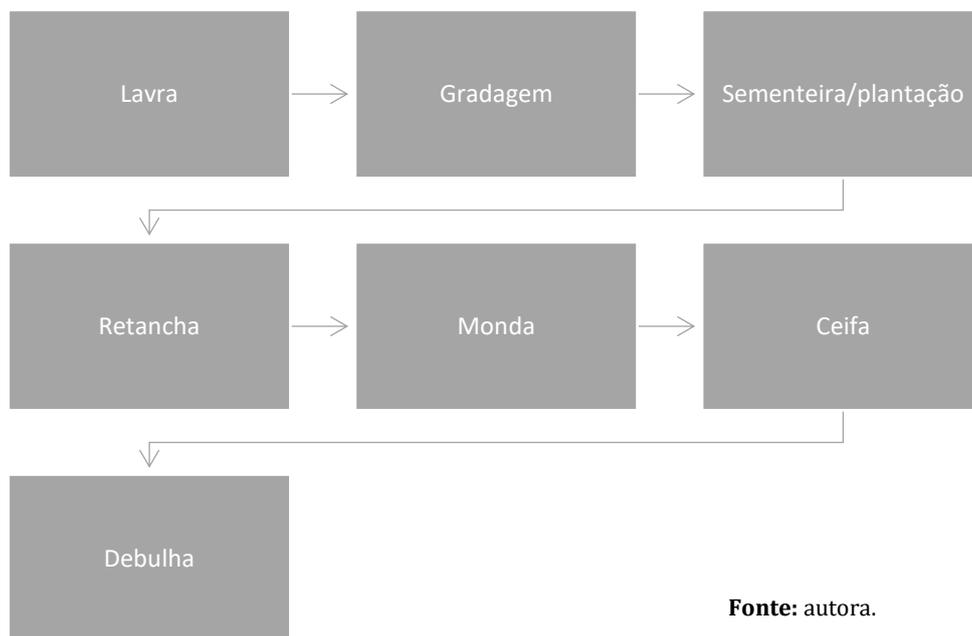


Fonte: Mauro Correia Photographer, in <https://www.facebook.com/maurocorreiaphotographer>.



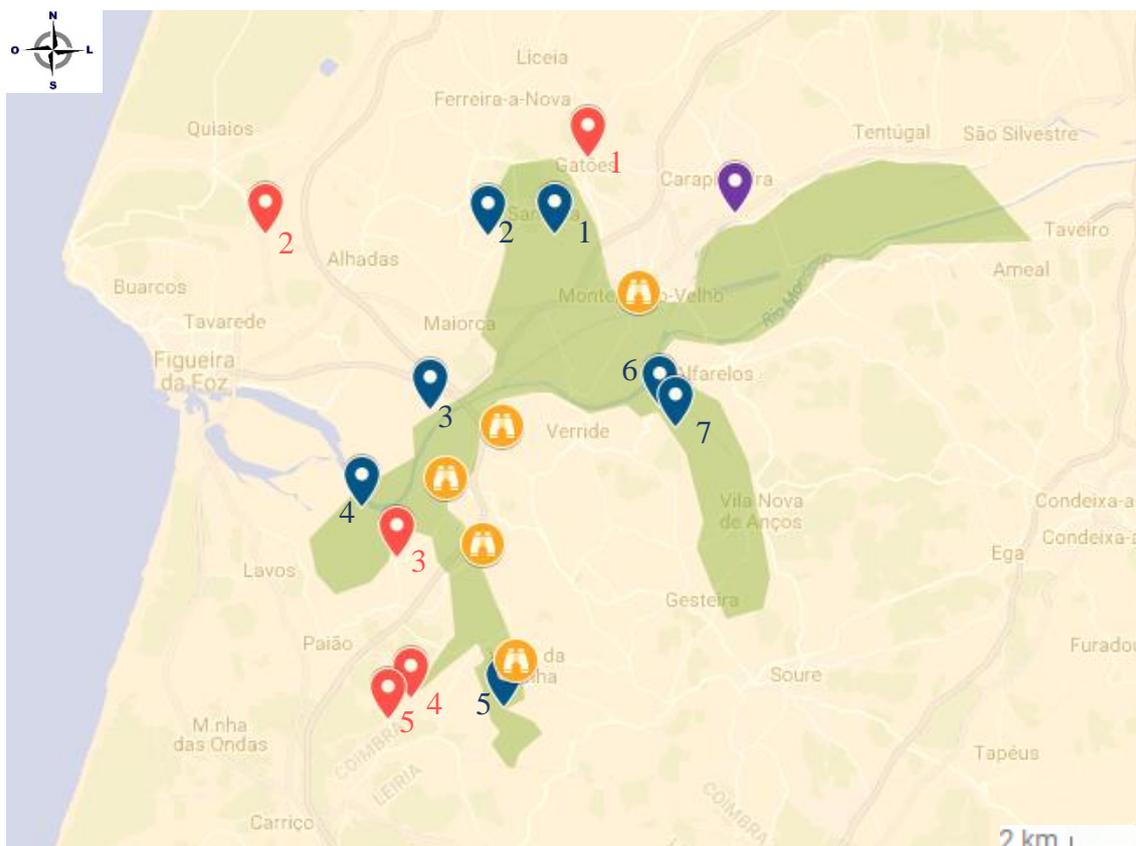
Fonte: <https://bordadocampo.com>.

Anexo XX: Fases do ciclo de produção do arroz na sua forma tradicional/artesanal.



Fonte: autora.

Anexo XXI: Alguns recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura



- | | | | |
|---|---------------------|---|---|
| | Quinta de Fôja | | Cooperativa Agrícola Montemor-o-Velho (Patrão Rosete Sucrs.). |
| 1 | | 1 | |
| | Quinta da Boiça | | Álvaro Borges |
| 2 | | 2 | |
| | Quinta da Cuada | | Ernesto Morgado S.A. |
| 3 | | 3 | |
| | Quinta do Canal | | Moinho Casenho |
| 4 | | 4 | |
| | Quinta do Seminário | | Mosteiro Santa Maria de Seiça |
| 5 | | 5 | |
| | Quinta dos Castelos | | Monumento ao Arrozeiro |
| 6 | | | Miradouros |
| | Quinta da Boa Vista | | Campos de arroz |
| 7 | | | |

Fonte: elaboração própria através da ferramenta "My Maps".

Anexo XXII: Desdobrável “Rota dos Arrozaís”

ROTA DOS ARROZAIS ROZAIS

RECOMENDAÇÕES

Não saia do trilho limitado pelo mapa

Não deite lixo para o chão, leve-o até ao caixote mais próximo

Use roupa e calçado confortáveis e adequados à época do ano

Respeite a propriedade privada e não incomode o gado

Desfrute da Natureza evitando fazer ruído

Não faça lume

Respeite a fauna e a flora, não recolha plantas, nem apanhe animais

Seja simpático com os habitantes locais

Recomenda-se o uso de binóculos para observação da avifauna

Sinalética

CONTACTOS ÚTEIS

Divisão de Cultura
+351 233 402 840

Junta de Freguesia de Maiorca
+351 233 930 197

Bombeiros Municipais da Figueira da Foz
+351 233 402 800

GNR
+351 233 93760

SOS
112

FICHA TÉCNICA

Nome
Rota dos Arrozaís

Entidade Promotora
Município da Figueira da Foz

Âmbito do Percurso
Natural, Paisagístico, Cultural, Etnográfico, Histórico, Natural

Início da Rota
Paço de Maiorca

Distância
13,75 km

Grau de Dificuldade
Baixo

Duração
4 a 5h

Carta Militar
239

Época Aconselhada
Primavera e verão

ROTA DOS ARROZAIS ROZAIS

A vila de Maiorca possui hoje, no panorama do edificado do concelho da Figueira da Foz, um dos núcleos habitacionais antigos mais bem preservado. São exemplo disso, o Paço de Maiorca, o Palácio do Conselheiro Branco, a Igreja Matriz e a Casa da Baía.

Terra de campos férteis, onde a orizicultura é rainha, os seus campos ganham tonalidades distintas, de época para época, conforme o amanho das próprias terras.

Sendo uma cultura antiga, que alguns autores apontam como tendo sido introduzida na Península Ibérica pelos árabes, a orizicultura manteve-se como cultura marginal nos campos do Mondego até meados do século XIX, começando a ampliar-se a partir de 1856.

Segundo António Luís de Sousa Henriques Séco, na sua “Memória histórico-geográfica dos diversos concelhos do distrito administrativo de Coimbra”, publicada em 1853, parece que o concelho da Figueira da Foz foi o primeiro de Portugal, a cultivar arroz, justamente nos campos de Maiorca.

O certo é que a cultura do arroz no Baixo Mondego veio alterar a economia de base agro-pastoril aqui praticada, alicerçada na cultura do milho e na criação de gado manado, fazendo desaparecer antigas práticas comunitárias como o compêscuo.

Podemos ainda dizer que a orizicultura do Baixo Mondego constituiu, em tempos, uma importante fonte de rendimento para as populações ribeirinhas, sendo que, presentemente, os campos de arroz já fazem parte integrante da paisagem do Baixo Mondego - da sua gastronomia, do seu folclore, da sua etnografia, da sua economia - tornando-se um elemento representativo desta identidade local.

PR 1/FIG

ROTA DOS ARROZAIS ROZAIS

Rede de Percursos Pedestres da Figueira da Foz

PERCURSO PEDESTRE ROZAIS

Percurso homologado

PR 1/FIG ROTA DOS ARROZAIS ROZAIS

Paço de Maiorca, Ponte dos Arcos, Castro de Santa Oiaia
Rio Mondego, Ponte das Cinco Portas,
Ponte do Arco Porqueiro, Fonte da Oliveira

- INÍCIO DA ROTA (Paço de Maiorca)
- Património Natural
- Património Histórico
- Património Arqueológico
- Fonte da Oliveira
- A14
- EN 111
- Estrada
- Percurso alternativo PR1.1 quando passagem subterrânea intransitável
- Avifauna
- Campos de Arroz
- Capela de Santa Oiaia
- Povoação

PERCURSO PEDESTRE ROZAIS

Fonte: <http://www.cm-figfoz.pt>

Anexo XXIII: Rota “Campos do Pranto” da Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure

CAMPOS E ZONAS RIBEIRINHAS

Estas zonas assumem grande importância no contexto da biodiversidade, uma vez que muitos seres vivos que neles vivem se encontram adaptados a habitats aquáticos e semi-aquáticos.

No leito e nas margens surgem plantas como os ranúnculos aquáticos, os juncos, as espadanhas, as tabúas, os caniços e várias gramináceas. Mais afastados do leito encontramos árvores características como os choupos, os salgueiros, os ulmeiros e os freixos. Estes, juntamente com a vegetação anteriormente descrita, constituem a mata ribeirinha.

Muitas das plantas que encontramos nas zonas ribeirinhas são únicas e, pela sua especificidade, são extremamente vulneráveis, pelo que algumas delas estão sob estatuto de protecção.

Esta riqueza vegetal ribeirinha possibilita o desenvolvimento de uma fauna variada, tanto na água como nas suas margens. No que se refere aos invertebrados destaca-se a grande variedade de insectos. Os anfíbios estão também bem representados visto estarem dependentes dos ambientes terrestre e aquático.

Outro grupo bem representado é o dos répteis, sendo de realçar o lagarto-de-água, as cobras-de-água e os cágados.

De entre o grupo das aves podemos dar como exemplos as garças, a cegonha, o guarda-ripos, o rouxinol-dos-caniços, os patos, os galinheiros, as galinhas-de-água e tantas outras espécies que utilizam estas zonas como local de alimentação, de nidificação ou simplesmente de refúgio.

Para finalizar, uma breve referência aos mamíferos associados às matas ribeirinhas: espécies como a toupeira-de-água, a rata-de-água e a lontra vivem junto às margens dos rios, outras ainda utilizam estes locais para caçar ou beber (raposas, ginetas).

Percurso Pedestres de Soure

Pequena Rota

Campos do Pranto

Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure

Apoio

Instituto do Ambiente

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia

Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure

Organização do Projeto: Ana Catarina, Rita e Ana Irene

Projecto: Identificação, Avaliação, Ordenamento e Gestão do Parque Ornitológico

Edição: 1/2007

Contactos Gerais:

Clube de Futebol 12 de Maio
T: 238 506 500 | F: 238 506 461

Parque Ornitológico
T: 238 506 153 | F: 238 506 461

Contactos Específicos:

Reserva Ornitológica: 55 59 70
T: 238 506 300 | F: 238 506 300

Parque Ornitológico: 55 59 70
T: 238 506 462 | F: 238 506 462

Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure

Sede: Rua de Santa Catarina, 125
T: 238 506 122 | F: 238 506 122

Parque Ornitológico: 55 59 70
T: 238 506 122 | F: 238 506 122

Parque Ornitológico: 55 59 70
T: 238 506 122 | F: 238 506 122

Percurso Pedestres de Campos do Pranto

Legenda

Percurso A
Percurso B

Pontos de Interesse

- 1 - Junta de Freguesia da Vinha da Rainha.
- 2 - Quinta do Seminário.
- 3 - Parque de Merendas.
- 4 - Quinta da Moura.
- 5 - Termas do Bispinho.

Observatório de Avifauna e Flora

Percurso favorável ao uso de BTT.

Esclara Técnica dos Percursos

Percurso A
Ambito: Ambiental, cultural, paisagístico e de lazer.
Partida / Chegada: Parque de Merendas.
Duração do percurso: ≈ 2 horas.
Distância percorrida: ≈ 6 km.
Nível de dificuldade: Fácil.
Desníveis: Suaves.

Percurso B
Ambito: Ambiental, cultural, paisagístico e de lazer.
Partida / Chegada: Junta de Freguesia da Vinha da Rainha.
Duração do percurso: ≈ 3 horas.
Distância percorrida: ≈ 10 km.
Nível de dificuldade: Fácil.
Desníveis: Suaves.

Percursos sujeitos a inundação na época de inverno.

Marcação dos Percursos

Caminho Certo
Caminho Errado
Virar à Esquerda
Virar à Direita

Fonte: Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure.

Anexo XXIV: Matriz de análise do conteúdo das entrevistas segundo os principais tópicos de análise definidos

Entidade Tópico	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	Câmara Municipal de Soure	Câmara Municipal da Figueira da Foz	Associação dos Agricultores do Vale do Mondego
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Refere que a indústria de transformação do arroz é economicamente relevante para a região; - Dá ênfase ao património edificado, nomeadamente no que diz respeito ao património industrial, apesar de realçar de igual modo o papel da vertente gastronómica relacionada com a orizicultura; - Desvalorização das tradições relacionadas com o cultivo do arroz na sua forma pré-industrial, remetendo para os 	<ul style="list-style-type: none"> - É da opinião de que a atividade não moldou o município ao nível sociocultural, no entanto, refere que o arroz pode ser considerado uma imagem de marca do município; - Realça os aspetos produtivos, associados ao património paisagístico; - Só mais tarde na entrevista faz referência ao património edificado e gastronómico, não fazendo qualquer menção ao património relacionado com as 	<ul style="list-style-type: none"> - De forma inicial o arroz é referido meramente como um recurso paisagístico; -No entanto, mais tarde é afirmado que esta atividade não deixa marca apenas ao nível paisagístico, mas também a outros níveis, revelando uma consciência mais alargada acerca da diversidade de recursos patrimoniais associados à orizicultura, nomeadamente ao nível cultural; 	<ul style="list-style-type: none"> - Faz uma primeira abordagem ao nível da valorização da produção e comercialização do arroz carolino do Baixo Mondego, razão pela qual inicialmente realça apenas a classificação IGP; - Numa primeira fase faz uma análise restritiva dos recursos existentes, mencionando sobretudo o património edificado; - No entanto, mais tarde revela ter uma visão mais alargada acerca dos recursos e da sua vocação turística,

	<p>grupos etnográficos essa função;</p> <p>- No que diz respeito à importância dos recursos existentes ao nível do turismo é referido que “têm muita relevância, todos eles”;</p>	<p>tradições associadas ao cultivo tradicional dos campos;</p>		<p>nomeadamente ao nível da gastronomia e do património natural, referindo mesmo que existe muito património por explorar e que deve ser divulgado;</p> <p>- Só depois de abordada a temática, foi referido o património imaterial, revelando pouca sensibilidade para com este tópico;</p>
Oferta turística	<p>- O destaque vai para o “Festival do Arroz e da Lampreia” e para a “Rota do Arroz”;</p> <p>- Oferta turística centrada no património industrial e gastronómico;</p>	<p>- Oferta turística centrada no património gastronómico, onde é evidenciado o “Festival das Sopas e do Arroz Doce”, embora esteja a ser criada uma rota com base nos recursos paisagísticos, onde se incluem os campos de arroz;</p>	<p>- É referida a “Rota dos Arrozaís” como elemento central da oferta turística do município no que diz respeito à orizicultura;</p> <p>- Oferta centrada no património paisagístico;</p>	<p>- Destaque para o “Festival do Arroz e da Lampreia”, que na sua opinião promove bem a gastronomia da região, e também para o património industrial, afirmando mesmo que “essa é uma vertente turística muito interessante para a região”;</p>

	<p>- Defende que o papel da câmara municipal deverá ser o de promover os recursos já existentes, nomeadamente ao nível dos eventos, e não o de criar produtos, razão pela qual será criado um centro interpretativo com uma vertente de promoção bastante vincada, onde o património relacionado com a orizicultura terá o seu destaque;</p> <p>- Considera que a oferta turística relacionada com a orizicultura não se encontra estruturada e que uma das causas para tal panorama é a falta de iniciativa privada;</p>	<p>- Refere o papel da câmara ao nível da promoção, razão pela qual o município de Soure está a planear a construção de um novo posto de turismo para o município, onde irá ser promovido o arroz do município;</p> <p>- É referido que os produtos turísticos relacionados com a orizicultura diferenciam a oferta;</p> <p>- Refere uma rota como um novo produto a ser criado onde se encontra presente a temática da orizicultura;</p>	<p>- No entanto, é reconhecido que uma rota pedestre não deverá ser a única forma de valorização e promoção desta atividade;</p> <p>- Revela que está a ser realizado um levantamento do património imaterial do concelho, onde se encontra o património imaterial relacionado com a orizicultura e que está a ser avaliada a recuperação de algum do património construído associado a esta temática;</p> <p>- É referido que algumas iniciativas existentes em outros pontos do município, como a “Corrida das Barcas”, realizada na Borda do Campo, apresentam relevância ao nível do turismo e da</p>	<p>- Considera que no que diz respeito à relação entre orizicultura e turismo “as coisas estão a nascer ao contrário”;</p> <p>- Associa o elemento “Rio Mondego” como marca essencial à promoção turística da orizicultura;</p>
--	---	---	---	---

			distribuição desta atividade no município.	
Redes	<ul style="list-style-type: none"> - Refere que o município já se encontra integrado em outras parcerias em rede, como a CIM-Região de Coimbra e a Entidade Regional de Turismo do Centro; - Defende a criação de redes informais e não de redes formais ao nível da promoção turística da orizicultura, pois considera que o Baixo Mondego é uma marca da qual a orizicultura faz parte e que o arroz carolino não é só de Montemor-o-Velho; 	<ul style="list-style-type: none"> - Inicialmente é referido que o município já se encontra integrado em projetos de redes, nomeadamente com a CIM-Região de Coimbra; - Refere que uma rede de cooperação entre os municípios “fazia todo o sentido”, nomeadamente a criação de atividades ou produtos transversais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Considera que a criação de redes é “um dos caminhos a seguir” no que diz respeito à valorização dos recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura; - Menciona os benefícios das redes ao nível de uma gestão mais harmoniosa e estratégica de recursos idênticos que sejam transversais a diferentes territórios, permitindo um melhor posicionamento no mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tem uma opinião muito positiva acerca da criação de sinergias entre várias entidades, como as câmaras municipais, a AAVM e ainda outras associações. - Refere CIM-Região de Coimbra como “fórum” de discussão; - Propõe a criação de uma plataforma informativa que resultasse de uma cooperação entre diferentes parceiros, públicos e privados; - Defende que apesar da cooperação entre municípios

				ser importante, estes “não estão muito vocacionados para esta matéria”.
Turismo Criativo	- Revela não estar muito dentro da temática, no entanto, é da opinião que esta “é uma forma diferente de cativar mais visitantes”.	- Apresenta um discurso vago e revela alguma dificuldade em responder à questão, apesar de considerar ser uma forma interessante de valorizar a orizicultura;	- Demonstra não estar muito familiarizada com o conceito, isto apesar de mencionar os recursos imateriais e os “turistas das novas gerações”, dois elementos relacionados com o segmento do turismo criativo.	Não aplicável

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas realizadas.

Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

(Entrevista gravada, Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho, 18 de dezembro de 2017, às 16h00)

Que considerações pode fazer acerca do papel da orizicultura para o desenvolvimento económico e sociocultural no município de Montemor-o-Velho?

Em termos de produção da orizicultura eu não sei qual é o peso que ela tem na economia do concelho. Devo referenciar que temos que ter em consideração que o arroz carolino do Baixo Mondego é IGP e, como tal, reúne condições de produção e de comercialização típicas de um produto que está protegido e, portanto, nesse campo, só por si tem peso, não é? É como o pastel de Tentúgal... o simples facto de serem produtos que estão protegidos faz com que tenham outro peso no âmbito da comercialização e da economia concelhia, agora qual é o peso exatamente não lhe sei dizer.

E a nível sociocultural, ao nível do património?

Em termos de património temos que ter em atenção que temos várias estruturas de descasque de arroz que são relevantes, algumas delas ainda com maquinaria antiga, maquinaria de meados do século XIX e que importa preservar, que nem sempre estão disponíveis ao público para serem visitadas. Para além disso a própria comunidade acompanhou, não é? temos unidades de descasque de arroz artesanais e outras já bastante industrializadas, como temos ali em Gatões e, portanto, eu poderia considerar que é uma atividade que tem algum peso na parte socioeconómica do concelho.

⁸¹ **Nota:** o texto das entrevistas apresentados de seguida são baseados nas gravações áudio efetuadas. No entanto, o discurso foi ligeiramente adaptado, sem alterar de algum modo o seu conteúdo ao nível da informação e sem deturpar o sentido das afirmações dos entrevistados. Esta adaptação teve como objetivo unicamente facilitar a coerência do discurso.

Acha que esses recursos patrimoniais existentes, nomeadamente as unidades de descasque, assim como as tradições (como cantares, gastronomia), mais relacionadas com o património imaterial, têm vocação para serem valorizados ao nível do turismo?

Têm muita relevância, todos eles. Não só em termos de infraestruturas, portanto de maquinaria (de unidades de descasque de arroz), porque elas mostram um processo artesanal que já não se utiliza. Não é um processo rentável e já não se utiliza. No entanto, as estruturas existem e deviam ser preservadas e musealizadas e fazer parte de uma rota, aquilo que nós também já designámos aqui no âmbito do município, a “Rota do Arroz”, em que o objetivo é mostrar ao visitante desde a produção, portanto, desde o campo de arroz, até à fase final, a gastronomia, que é provar comida feita, precisamente as iguarias de Montemor feitas com o arroz carolino.

Neste caso, falou na valorização dessas unidades de descasque. Existe uma evolução ao longo do tempo. Começaram como meros moinhos de descasque de arroz...

Sim, sim...

Existem alguns exemplos também aqui no município. A atividade foi-se desenvolvendo, foi aumentando a dimensão de produção de arroz e surgiu a necessidade de modernizar essas formas de descasque artesanais. E ao nível do património imaterial, das tradições relacionadas com o cultivo do arroz de forma tradicional?

Há já um conjunto de grupos folclóricos que fez essas recolhas e têm dinamizado, de certa forma, a demonstração das técnicas antigas do trabalho do arroz no campo. A monda e outras...

Ao nível de eventos...

Sim.

Integradas em festas concelhias?

Sim, e não só, integradas nas próprias atividades dessas associações, eles fazem algumas demonstrações. Depois temos o “Festival do Arroz e da Lampreia”, onde nós tentamos dinamizar todas as vertentes relacionadas com o arroz e também da lampreia. A “Rota do Arroz”, que é feita mediante marcação, mostra precisamente o processo de descasque antigo e o atual, já com tudo mecanizado e com as máquinas a trabalharem sozinhas.

Já que tocou nesse ponto... ao nível do município existe então o “Festival do Arroz e da Lampreia”, existe também uma “Feira das Culturas”, que é integrada na Feira do Ano...

A “Feira Agrícola”, sim...

De certa forma, podem ser consideradas formas de valorização da orizicultura...

Sim, aí mais no campo da divulgação, porque o “Festival do Arroz e da Lampreia” tem algumas prerrogativas. Por exemplo, tudo o que é vendido no âmbito do “Festival do Arroz e da Lampreia” é feito com arroz carolino do Baixo Mondego. Portanto, se comer um arroz doce, se comer um arroz de lampreia, se comer um arroz de pato, é tudo feito com arroz carolino do Baixo Mondego. A “Feira do Ano” já não têm essa prerrogativa em termos de gastronomia, não é obrigatório. É claro que a maior parte das associações que exploram as tasquinhas já têm isto de tal maneira enraizado que o fazem sem ter um carácter obrigatório, até porque os pratos ficam com outra qualidade e, portanto, tem um serviço de maior qualidade do que se utilizarem outro tipo de arroz.

E mencionou uma rota do arroz. Essa rota do arroz realiza-se só mediante marcação?

Sim, só mediante marcação.

E encontra-se divulgada?

Sim, está no site do município.

E em que consiste essa rota?

Esta rota consiste em visita aos arrozais, dependendo da época do ano, não é? Há campos que não são o ano inteiro campos de arroz, aliás quase todos... e, portanto, há alturas do ano em que ela não é muito procurada, há outras em que é mesmo muito procurada. Portanto, faz parte os campos, faz parte depois uma visita a uma unidade de descasque de arroz que já está inativa, mas que tem a maquinaria toda, em que alguém explica como funciona.

E quais são as quintas que costumam visitar?

É a Quinta da Caixeira. Essa é privada. Eu articulo sempre com o dono da quinta. A quinta era pertença do engenheiro Carlos Laranjeira. Mas, entretanto, ele faleceu.

E onde é que se localiza essa quinta?

Fica na Caixeira. Na zona de Vila Nova da Barca. Já é no fundo. Portanto, Vila Nova da Barca é no alto do monte, Caixeira fica cá em baixo.

Faz essa visita então...

Sim, as pessoas vêm a unidade artesanal, portanto a maquinaria. Já não a vêm a funcionar. Eles têm os dois sistemas, a maquinaria antiga guardada e a fase industrial. As pessoas vêm o arroz com casca... vêm o arroz nas suas diversas fases, até à parte final, que é a gastronomia.

E aí é explicado todas as fases de produção do arroz, como era a nível tradicional...

Sim, é explicado tudo, apesar de algumas dessas fases... em termos de campo, as pessoas não o fazem, são as máquinas que lá andam, não são as pessoas que andam a fazer a monda, não é? mas é-lhes explicado e é-lhes mostrado.

E essas pessoas que aderem a essa rota... vêm em contexto de visita organizada?

Sim. Vêm em visita organizada.

Em grupo?

Sim.

Organizados por operadores turísticos?

Sim, às vezes. Às vezes são pessoas que no âmbito do “Festival do Arroz e da Lampreia” estiveram cá e ficaram a saber que havia aquilo, e no ano seguinte já programam a vinda para fazer a rota e ir ao festival, mas já com um grupo de pessoas, outras vezes operadores turísticos, depende.

E qual é o *feedback*?

Adoram aquilo tudo, gostam muito.

Mostram interesse em conhecer, em saber mais sobre a atividade?

Sim.

E costumam vir novamente ao território, ou não?

Essas pessoas depois começam a ficar fãs do “Festival do Arroz e da Lampreia” e então começam a vir todos os anos. Não fazem a rota todos os anos, mas passam a ser frequentadores assíduos do festival.

Então, pelo que eu percebi existem vários produtos de valorização do arroz, como o festival, a rota, a feira das culturas... considera que essa oferta se encontra estruturada, ou seja, que envolve e que valoriza todos os recursos existentes?

Não.

O que é que acha que pode ser melhorado?

Por exemplo, devia de haver uma estrutura, aliás, já na minha tese de mestrado eu defendia a existência de um museu no âmbito do município, mas um museu polinuclear. Não propriamente um ecomuseu, porque nós também não temos condições climatéricas que nos permita ter muitos núcleos em espaço aberto, mas com núcleos específicos mais próximos da origem dos produtos, e um deles era precisamente o arroz. Eu acho que deveria de haver muito investimento da parte

pública e alguma articulação com o privado, porque a câmara não é proprietária de nenhuma infraestrutura ligada à orizicultura.

Nesse caso fala, por exemplo, em adquirir uma parcela de terreno para fazer demonstrações para turistas?

Não, não, nada disso. Exatamente ao contrário. O particular existe e o particular tem. O particular tem o terreno, tem as infraestruturas, tem a maquinaria, tem tudo. Eu acho que cabe-nos a nós estimular o proprietário e criar também alguns incentivos para que seja o próprio particular a criar essas unidades. A câmara quanto muito (e vamos ter um centro interpretativo do concelho, saiu a semana passada a aprovação do projeto) tem que mostrar que existe. A câmara não se pode andar a substituir aos particulares e, no campo da orizicultura, é possível haver retorno. Porque é possível o proprietário que já seja detentor de campos, da maquinaria, de tudo... criar e estruturar ele um produto que passe pela visita, que passe por uma pequena unidade museológica onde tenham os artefactos, onde tenham os filmes antigos com a produção, que passe até por pôr alguma daquela maquinaria antiga a funcionar, para as pessoas verem como é que é, e que termine precisamente com a degustação de uma refeição feita à base do arroz carolino. E, portanto, isso é um produto que a câmara deve apoiar, a câmara deve estar ao lado, mas não deve ser a câmara a fazê-lo. Porque isso tem um retorno comercial, e é possível um particular sobreviver com isso. Montemor é um município que tem um forte potencial turístico, mas a oferta não está estruturada. E não está estruturada porque os particulares não criam esses produtos. Porque essas coisas são para os particulares, o município não se pode substituir aos particulares. O município deve estar ao lado, deve apoiar, deve criar até incentivos, mas não ser ele a fazer, porque as leis do mercado não são assim. É a mesma coisa que nós não termos um operador turístico no concelho. Portanto, vem para cá um pedido... uma entidade que está a organizar uma visita de um dia a Montemor, ou até de dois dias a Montemor, mas precisam de ajuda para estruturar o percurso, onde dormir, onde comer... quer dizer o município anda a fazer isto tudo, porque o município não vai dizer que não, mas não cabe ao município esta tarefa. Tem que haver privados a fazer isso.

Neste caso, o município funcionaria como mediador?

Certo. Intermediário. Nós não cobramos dinheiro pelas visitas, nós não cobramos dinheiro para fazer a rota, nós não cobramos nada disso, porque não faz parte. Até poderíamos cobrar um valor simbólico pela visita... para a câmara não é isso que faz o retorno. Não estamos a criar riqueza na economia e estamos a desentivar o particular a fazer. Nós precisamos é de pessoas que façam, que agarrem nessas coisas.

Por exemplo, iniciativas dos próprios produtores que têm quintas, e que a partir daí promovam atividades?

Certo, porque a câmara não é proprietária dessas infraestruturas, e a câmara não deve... não faz parte das suas competências. A câmara municipal é uma autarquia local, e o objetivo número um das autarquias locais é a satisfação das necessidades dos munícipes. Não estou a dizer que não deva ter um museu, porque também faz parte das necessidades básicas dos munícipes o acesso à cultura, a divulgação das tradições, tudo isso, e a própria realização de eventos de grande envergadura, não está isso em causa. Agora, manutenção desse tipo de equipamentos... porque isso não é criar um museu, não é? isso é musealizar. No campo do arroz, aquilo que eu acho é que se deve musealizar as infraestruturas que já existem. Se não existisse nenhuma, se tivéssemos de criar uma de raiz, se tivéssemos de ser nós a recriar os ambientes de antigamente, tudo bem. Mas não é esse o caso. As infraestruturas existem, portanto, vamos é trabalha-lhas. Agora, não é um produto estruturado. O pastel (*de Tentúgal*), por exemplo, já está um bocadinho diferente.

E acha que um turista que visite o território sente a falta de um produto organizado com um fio condutor e já divulgado?

Sim, mas aí a câmara tem um papel importante. E já está a fazer...

Um turista que venha, por exemplo, de passagem pelo território...

Isso já é raro. O turista agora não viaja... não passa no território porque passou. Por norma o turista prepara as suas viagens. Até porque o acesso à internet hoje em dia faz com que ele possa seleccionar (deixa ver o que é que há perto disto, eu quero ir ver aquilo) e nesse campo o município já está a desenvolver as suas competências.

Com o centro interpretativo do concelho, o que é que nós vamos ter? Imagine que efetivamente há um visitante que cai aqui, ou que vem ver o castelo, mas que ainda tem um bocadito e até é convidado a vir cá baixo ao centro da vila e tem o centro interpretativo. Nesse centro interpretativo ele consegue através da tecnologia visualizar o que é que tem de oferta em termos concelhios.

Portanto será um centro multimédia?

É um centro interpretativo, um centro multimédia só transmite informação e aquilo que nós vamos querer fazer é “picar” o visitante com som, imagem...

Estímulo sensorial...

Exatamente. Sem ter aqueles textos extensos. Porque essa informação ele vai à internet, está a perceber. Portanto não é isso. O objetivo ali é: chegou aqui, independentemente de ter meia hora ou três horas o que pode ver é isto, e isto localiza-se ali. E se a pessoa quiser vai visitar.

É promover uma descoberta ativa do território?

Certo. O objetivo é esse. Não é debitar informação, nem é a pessoa chegou ali, sentou, vê um filme de 20 minutos e conheceu o concelho. Não. Nós vamos espicaçar. Não vamos mostrar tudo.

Vão estimular, dar a conhecer o que existe...

Vamos mostrar aquilo que o concelho tem de diferente, ou que pelo menos seja relevante para fazer com que a pessoa saia do centro da vila de Montemor-o-Velho e se desloque à Abrunheira, ou se desloque a Arazede...

Esse centro de interpretação será então o núcleo de divulgação e promoção do turismo ao nível do município?

Sim, e aí essa sim é a função do município.

Tendo em conta que a orizicultura é uma atividade transversal a vários municípios do vale do Mondego, neste caso municípios limítrofes: Montemor-o-Velho, Figueira da Foz e Soure, os três maiores produtores aqui da região, considera pertinente a criação de uma rede cooperação entre esses municípios?

Sim, mas atenção que nós já temos a Associação dos Orizicultores, e essa associação já integra os produtores.

E ao nível da promoção turística, neste caso...

Não sei se faria sentido. Eu sei que as redes estão na moda. Não sei se funcionaria. Porque nós já temos redes para tudo. Nós temos a comunidade intermunicipal, que nos obriga a trabalhar em rede ao nível da programação cultural, ao nível dos produtos turísticos... e depois as coisas mais básicas, não é? das escolas, da saúde... a Turismo do Centro acaba por nos integrar também numa rede estruturada... eles vão tentando estruturar produtos onde nos vão encaixando. O Arroz do Baixo Mondego não tem assim tanta dimensão que justifique a criação de uma rede. Nós conseguimos trabalhar em conjunto sem que seja por meio de uma rede formal.

Mas já existe alguma cooperação desse género no âmbito da orizicultura?

Não. Mas quando queremos fazer alguma coisa associamo-nos à Associação dos Orizicultores. Eles funcionam como pivô. Eles são os facilitadores para que as coisas aconteçam.

Imaginemos um turista que venha a Montemor e que quer conhecer o património relacionado com as quintas históricas na região, por exemplo... considera que existe uma imagem de continuidade e unificação do território? Tal pode ser uma desvantagem ao nível da perceção dos turistas relativamente à oferta.

Sim, mas eu não lhe vou vender só Montemor. Por exemplo, vamos para uma coisa que não tem nada a haver. Há uma coisa que unifica o Baixo Mondego em termos arquitetónicos: as igrejas da misericórdia. As igrejas da misericórdia no Vale do Mondego têm uma tipologia arquitetónica (isto agora eu vou buscar a minha vertente de historiadora de arte que é a minha formação base) diferente das

misericórdias do país todo. Inclusivamente já houve vários estudos científicos e há até uma tese de doutoramento só sobre as igrejas da misericórdia do Baixo Mondego. Isto abarca Coimbra, Montemor e Figueira. Só três municípios. Mas por exemplo, só em Montemor temos três misericórdias, não é? e eu quando estou a falar sobre as igrejas da misericórdia do Baixo Mondego, eu já não estou só a falar em Montemor. É que nós temos que ver que o Baixo Mondego por si só já é um território.

Administrativamente já não é...

Sim, mas se for consultar a minha tese de mestrado em que eu preconizava precisamente a criação de um museu da região para o Baixo Mondego, o Baixo Mondego não precisa que se diga que é o Baixo Mondego. O Baixo Mondego tem características únicas a vários níveis que não é preciso estar a criar a formalidade da ligação, que a ligação está implícita, faz parte. Aliás se olhar para a carta da IGP vê logo, o arroz não é de Montemor, toda a gente sabe que o arroz carolino não é só de Montemor. Antigamente parecia que andávamos de costas voltadas uns com os outros, os municípios, e agora acho que começa a haver formalismos a mais em termos de redes. É a rede de Castelos e Muralhas, é a Comunidade Intermunicipal é a rede de bibliotecas... qualquer dia é tanta rede que as teias vão começar a interlaçar-se e começam a criar nós. Porque as redes têm vantagens, mas também têm desvantagens.

E que desvantagens são essas?

Por exemplo, basta um dos elos ser mais fraco.

O objetivo das redes é uma cooperação.

Pois, mas o problema é bastar haver um elo mais fraco.

Isso traduz-se em quê na prática?

Por exemplo, há um projeto que nós queremos levar a cabo. Somos cinco, imaginemos. Se um andar mais desleixado e não fizer a parte dele, o projeto vai demorar três vezes mais a efetivar do que só fossem quatro a remar para o mesmo lado. Porque o projeto não pode ser feito sem ter os cinco. Basta que um esteja

com algum constrangimento e que demore mais algum tempo, o andamento da rede é logo diminuto. Tanto que redes com muitos parceiros nunca funcionam, porque implica o empenho de todos... não é o empenho... é que todos cumpram a sua parte. E às vezes a rede cria constrangimentos. Porque se não existir o formalismo, se dos cinco há um que vai começando a ficar para trás, ele ficou para trás, e os outros avançam, agora numa rede não pode ficar ninguém para trás. E as redes implicam que todos tenham que fazer alguma coisa senão o trabalho não avança.

Então considera que a existência de uma rede informal é o ideal?

Sim, sou muito mais adepta disso neste campo, sim. Há outros que não. Até porque nos formalismos ficam escritas as obrigações de cada um e, portanto, é mais fácil de operacionalizar sobretudo quando estamos a falar de estruturas organizadas como são câmaras municipais. Agora também têm constrangimentos, não podemos dizer que as redes não têm constrangimentos.

E essas redes informais funcionam de que forma?

As redes informais são maioritariamente feitas por pessoas. As redes informais são menos burocráticas. Se aparecer aí um turista que queira visitar a universidade eu não tenho problema nenhum em ligar para lá. Se existir um formalismo, o formalismo tem regras, e se a regra disser que eu tenho que enviar um email com 24 horas de antecedência eu vou dizer ao turista que para hoje já não é possível.

A minha dissertação tem como uma das temáticas concetuais o turismo criativo. Qual é a sua opinião acerca da aposta no turismo criativo como forma de valorização turística da orizicultura?

É uma vertente muito importante...

No sentido de...

No sentido em que é uma forma diferente de abordagem e é uma forma de cativar mais visitantes.

Mais interativa, mais participativa...

O visitante, hoje em dia, procura coisas fora do normal.

E o turismo criativo pode ser uma dessas formas?

Pode.

Mas não existe nada a este nível no que diz respeito à orizicultura?

Não.

Como já referiu, não existe uma oferta organizada. O que acha, por exemplo, de uma calendarização anual de atividades turísticas relacionadas com a orizicultura?

Não é fácil. Porque nós temos que ver que a orizicultura não se faz durante o ano todo.

Mas é possível realizar outras atividades que não estejam diretamente relacionadas com os campos como, a título de exemplo, sessões de narrativas, promovendo uma relação mais profunda entre o visitante e as tradições?

Sim, mas isso não substitui a outra parte.

Mas permite existir uma oferta ao longo do ano...

Sim.

Imaginemos que no mês em que nos encontramos, no mês de dezembro, receberia um turista que queria conhecer o património relacionado com a orizicultura. O que é que o município lhe tinha para oferecer?

Em termos reais não há. Agora na época em que não há produção podem ser construídos um conjunto de materiais. É como agarrando no seu exemplo... estar a trazer uma pessoa que trabalhou na orizicultura e que dê o seu testemunho oral a uma pessoa que nem sequer sabe como é que é a produção não é possível. Agora, precisamente para a época em que não há produção termos um complemento em termos de materiais vídeo e áudio e outro tipo de tecnologias para que as pessoas, apesar de não estarem a ver ao vivo, pelo menos percebam o que está por trás de todo o trabalho da orizicultura, aí acho bem. Até porque nós não podemos ter um

produto estruturado só para uma parte do ano, portanto tem que haver alguma continuidade. Não tem que ser a mesma coisa, mas tem que haver alguma continuidade.

E essa seria a forma de fazer essa continuidade?

Sim, através de um conjunto de atividades tendo por trás um filme ou uma narrativa ou uma coisa qualquer.

Câmara Municipal de Soure

(Entrevista gravada – Câmara Municipal de Soure, 19 de dezembro de 2017, às 16h30)

Qual é a sua opinião acerca do papel do património relacionado com a orizicultura a nível económico e sociocultural?

Como sabe, o nosso concelho tem uma grande produção de arroz, quer no vale do Mondego quer também no vale do Pranto...

E no Arunca também, penso eu?

Sim, aí consideramos vale do Mondego. Toda esta zona que passa ali a jusante do Paul da Madriz e que vai até ao Vale do Mondego. Como é que nós estamos a potencializar isto? Há cerca de 15 dias estive cá o ministro da agricultura no “Bicanho” a fazer o lançamento das obras hidroagrícolas do Vale do Pranto, o vale do Mondego já está em fase mais adiantada. E há uma segunda e terceira fase que inclui depois também o Vale do Ega, que é o rio que passa ali junto a Figueiró do Campo. Nós estamos a fazer o quê? Como sabe o próprio arroz foi agora considerado património IGP e nós, numa primeira fase, estamos a implementar uma rota, nós estamos a fazer várias rotas...

Eu fui ao posto de turismo e deram-me este panfleto com esta rota, mas referiram que não se encontra sinalizada...

Julgo que não.

Foi a informação que me deram no posto de turismo. Não sei se é antiga ou recente. Pelos vistos não é promovida pela câmara, é pela “Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure” ...

Está aprovada pela CIM- Região de Coimbra uma grande rota que vai desde o “Bicanho”, vale do Pranto, e vai até ao Paul da Madriz. Contempla essa parte toda. É uma grande rota e a Câmara Municipal vai durante este ano, se tudo correr bem, fazer uma parte pedonal, e ciclável também, que vai ligar as termas do “Bicanho” às termas da “Amieira” e depois aquilo vai ser tudo limpo para ficar visitável. Essa rota, que é a “Rota do Arroz”, vai então até ao “Paul da Madriz”. Essa rota é transversal a muitos campos de arroz. Vai ser devidamente sinalizada e depois termina no “Paul da Madriz”. Como sabe o “Paul da Madriz”, além do terreno ser todo privado, como aquilo é zona protegida, o Estado tem a sua posse, os proprietários não podem mexer naquilo. A câmara está a fazer um esforço para que o ICN passe aquilo para a câmara municipal, para que a câmara municipal valorize aquilo turisticamente. Com o quê? Com alguns passadiços, com alguns postos de vigia, com alguns postos de visualização das aves e dos animais que lá habitam. Essa é uma rota que contempla precisamente o arroz. Depois há uma outra parte de trabalho, na parte de rotas turísticas, onde podemos incluir algumas quintas, nomeadamente a quinta do Seminário, em Vinha da Rainha. Porque eu também não estou a ver mais nenhuma quinta que esteja em condições.

Sim, pelo levantamento que eu fiz também me parece ser a única...

Depois há uma nova fábrica de descasque de arroz que está ali a fazer-se em Vila Nova de Anços. Essa é uma parte que tem a haver com o arroz, obviamente.

Essa fábrica de que está a falar é uma nova fábrica?

É uma nova fábrica.

Mas está instalada em algum edifício antigo?

Sim, onde era uma antiga cerâmica, e agora foi recuperada para estação de tratamento do arroz, para descasque e embalagem, etc.

Por exemplo, ao nível das unidades de descasque, inicialmente o descasque de arroz era feito através de moinhos movidos a energia hidráulica, era a fase pré-industrial das unidades de descasque, e depois foi-se industrializando consoante também foi aumentando a dimensão da atividade orizícola. Soure tem um grande património relacionado com moinhos movidos a energia hidráulica, também existem algumas unidades de descasque em ruínas... considera que esse património também poderia ser valorizado pela câmara de forma a mostrar a evolução das unidades de transformação do arroz?

Eu, por acaso, desses moinhos não conheço nenhum, só conheço vários moinhos de moagem, essencialmente do milho e da cevada e etc. O arroz como sabe era um processo diferente a nível de descasque. A câmara possui dois.

Quais são esses dois moinhos?

Está a ver a levada, aquela que se considera ter sido construída pelos templários. Há aí um conjunto de moinhos. Nós temos aí um levantamento, que são oito, uns estão melhores, outros estão piores, mas todos em ruína. Os que estão melhores situam-se aqui em Soure. Um que foi comprado (o edifício e situa-se ao pé do castelo) existem lá as pedras da moagem etc. Está fechado, mas está preservado. Depois há um outro logo abaixo ao pé da represa que segue a levada, que é o “Moinho do Rato”, que é propriedade da câmara, e que a câmara quer recuperar para visitas.

Não então há indícios que tenham sido utilizados para descasque de arroz?

Não.

Eu fui há algum tempo à biblioteca municipal e deram-me uma lista de um levantamento de moinhos que tinha sido feito há uns anos, onde mencionavam moinhos de descasque de arroz....

E onde estão localizados?

Sei que Paleão era um deles...

Não, é uma informação errada, até porque Paleão nem tinha arroz.

Eu tenho indicação que sim. Mas também não conheço.

Eu tenho esse levantamento feito. Para arroz dificilmente. Se me dissessem que era mais para a zona de baixo... mas isso é uma questão que nós podemos ver. Estou a trabalhar no Plano Municipal de Cultura e tenho aqui alguma informação sobre isso. Isto é uma proposta que é a criação de outra rota, que é a “Rota dos Moinhos”, que sai aqui de Soure e vai até Paleão e percorre os moinhos todos. Há o “Moinho do Rato”, que pertencia a umas senhoras do Cercal, das Viegas. Esse moinho foi comprado agora pela câmara. Tem um moinho de pedra e tem um posterior elétrico e está ali junto ao parque da Várzea. Depois temos mais acima, junto ao castelo, os moinhos chamados do “Panão”. Este tem dois pares de mós, um movido pelo sistema de rodízio e outro adaptado à corrente elétrica. Depois temos o “Moinho do Botelho”, que é ao lado de uma oficina, por baixo... isto está tudo ao nível da levada. Este tem dois pares de mós e estão bem preservados. Este aqui é o dos “Novos”.

Desse tenho indicação também ...

Este aqui é um dos maiores, mas é particular e tem 14 proprietários, e além disso tinha um lagar de azeite de varas... ainda lá está o sítio da vara do azeite. Tinha sete pares de mós quando trabalhava, todas movidas por sistema de rodízio, que aproveitava a queda de água resultante. Mais abaixo encontramos um lagar com quatro varas movido por uma azenha. Por isso é que eu estava a dizer que não conheço nenhum que se dedicasse ao descasque do arroz, porque esta zona toda era sempre mais milho e cevada, que era para o pão. O arroz era mais para baixo, e o arroz, em alguns sítios ainda se encontra, era mais em casas particulares, com aquele picão... Por acaso acho que até existe um em Vila Nova de Anços.

Certo...

Este é o Levantamento ali dos “Novos”, esta é a parte de trás, aqui tem a parte da levada, aqui os moinhos. Tem aqui esta parte, que era do lagar e depois o levantamento da fauna e da flora. Está em ruínas, mas aqui há tempos os habitantes limparam aquilo. Agora não está nada disto, está tudo em silvas... Isto era um património que a ser recuperado era uma coisa excelente. Isto, só para ver tem muitos herdeiros, são 14 herdeiros... tenho isto tudo aqui feito. Nós andamos a tentar comprar aquele património para fazer lá um museu e talvez se compre.

Depois subimos e encontramos ali algures entre os “Novos” e Paleão, os “Moinhos do Serrado”. Só tem o edifício, dentro não há nada, isto só funcionava quando a água que vinha de uma ribeira, chamada ribeira da “Venda Nova”, tinha água. Os “Moinhos da Quebrada” são a seguir... só se vê a casa e o canal da água, não tem mais nada. E estes aqui, os “Moinhos de Paleão”, que pertenceram à Ordem de Cristo, são de uma empresa que comprou a fábrica de Paleão. Este conjunto é um dos melhores porque tem doze conjuntos de pedra. É composto por dois edifícios seguidos. No primeiro e também no maior são localizados doze casais de mós movidos pela água da levada e por um sistema de rodízios horizontal. Tinham uma produção anual de 500 mil quilos e calculava-se uma produção diária de 1800 quilos, isto em 1941. No segundo conjunto encontramos um casal de mós que são movidos por uma azenha situada na parte exterior do edifício... aqui se produzia farinha, centeio e milho, sobretudo para fornecer a indústria de panificação da região. São sete moinhos. Como vê, dificilmente estavam relacionados com o arroz senão encontravam-se lá os apetrechos, e eu conheço-os todos e não encontrei nada disso. É que temos o levantamento feito disto tudo.

Não parece então que tenha existido no município de Soure tais unidades de descasque artesanais. No município de Montemor, por exemplo, sei que existiam...

Sim, mas aí tem maior produção.

Maior escala...

Sim, exatamente...

Centremo-nos agora novamente na temática da orizicultura. Acha que essa atividade moldou de certa forma a identidade aqui da população do município a nível sociocultural, ou acha que não tem assim uma importância tão vincada?

Eu acho que não porque como já lhe disse, na minha opinião essa produção estendia-se mais para junto ao Mondego. Atualmente há um grande proprietário, ou dois ou três que exploram os campos do arroz. O que mudou foi o tipo de cultura. Portanto, enquanto antigamente existiam muitos campos que se percebia que era para cultivo do milho, etc., muitos deles foram reorganizados para a produção de arroz.

Devido aos fundos comunitários, possivelmente...

Também. Porque ainda se torna se calhar rentável, mas em grande escala, na produção em grande escala.

E ao nível dos recursos existentes (cuja quinta do Seminário é o expoente máximo, pelo menos em dimensão), ao nível do património imaterial, das tradições do campo (da lavoura do campo na sua forma tradicional, antes da fase mais industrial), ao nível da gastronomia... acha que esse património seria uma parte importante na promoção turística do município?

Nós temos todos os anos, há alguns anos a esta parte, o “Festival das Sopas do Arroz Doce”.

Eu tenho indicação desse festival e também de uma “Semana do Arroz Carolino” promovida pelo restaurante “Aroma e Delícia”.

Sim, mas isso é uma coisa particular.

E também um “Festival da Enguia e do Arroz Doce” em Vila Nova de Anços, que se realizou este ano pela primeira vez.

Sim, exatamente.

E é só isso pelo que eu percebi...

A câmara faz o “Festival das Sopas e do Arroz Doce”, onde se faz um concurso do melhor arroz doce. Depois há uma votação e temos três prémios. O ano passado quem ganhou foram os representantes da Vinha da Rainha. Um dos prémios é um jantar no restaurante “Aroma e Delícia” para duas pessoas, outro é uma estadia no hotel do “Bicanho” para duas pessoas com direito a um SPA, e o outro é uma estadia, também de um fim-de-semana, no complexo “Vila Pedra”. Mas há outra questão... como sabe, o arroz faz parte de muitos pratos daqui da nossa região, pratos tradicionais que nós fomentamos, nomeadamente o arroz de pato ou arroz de cabidela.

Mais ao nível dos eventos?

Sim, exatamente.

Pelo que eu percebi então, o único produto existente relacionado com o arroz a ser preparado pela câmara municipal de Soure é a rota que referiu?

Exatamente.

Para já é só essa forma que encontraram atualmente para valorizar a orizicultura?

Sim.

Sabe se já existiu mais alguma iniciativa ou ideias anteriores? Tive indicação de que sim, mas nada em concreto...

Não, esta rota de que falei é nova, nós fizemos o levantamento o ano passado e é integrada no projeto da CIM.

E em que âmbito em específico?

No âmbito de uma rede... nós apresentámos três rotas e foram aprovadas duas rotas: a “Rota das Dolinas e Lagoas do Planalto do Sicó” e a “Rota do Arroz”.

E disse que era no âmbito de um projeto de redes?

Isto são chamados os “Corredores de Visitação do Património Natural da Região de Coimbra”. Em termos de sinalética de material, na rota do arroz temos 28 balizas para meter, 105 marcas pintadas, um painel informativo, dois painéis interpretativos, duas placas direcionais, setas, seis postes para setas... é isto que depois vai marcar o território todo.

Essa rota vai do “Bicanho” ao “Paul da Madriz”. Por onde ela passa?

Tem que ir junto a Samuel, depois desce o carvalhal da Azóia, Cercal ou, uma outra alternativa, Brunhós (apanha ali uma parte dos campos), Vila Nova de Anços e depois Paul da Madriz.

Falou agora da CIM. Os três municípios com maior produção de arroz são Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure. Acha que seria vantajoso a criação de uma rede de cooperação entre esses municípios tendo em vista a promoção turística dos recursos relacionados com a orizicultura de forma a atingir uma maior escala de promoção desta atividade, acha que traria valor para o território?

Nós estamos integrados na rede, quer através da CIM, quer através da “Rede de Muralhas e Castelos do Mondego”.

Mas neste caso uma rede ao nível da orizicultura...

Que englobasse os três municípios?

Sim...

Acho que fazia todo o sentido, embora Montemor já faça há muitos anos o “Festival do Arroz e da Lampreia”. Mas é cada um a puxar para o seu lado, certamente.

Então considera que estruturar um produto em conjunto seria uma mais valia para a promoção?

Exatamente, e valorizava o arroz carolino. Como sabe no nosso vale só dá o arroz carolino.

E ao nível da oferta existente... acha que a criação de novos produtos traria vantagens competitivas para o território e diversificariam e diferenciavam a oferta?

Diferencia, exatamente. Nós próprios quando recebemos alguns ilustres convidados fazemos sempre um “pacote”, onde incluímos sempre um saco de arroz carolino, produzido pelos produtores oriundos do concelho de Soure.

De certa forma é quase uma imagem de marca do território?

É uma imagem. É também por aí que se tem que fazer alguma coisa. Dar a conhecer o produto, para a pessoa gostar e comprar.

Começa pela promoção?

Exatamente.

Pela análise que eu já fiz não existe nenhum produto estruturado que envolva estes três municípios?

Não, que eu conheça não. Nós também da nossa parte agora vamos definitivamente avançar com um novo posto de turismo como deve ser... o presidente está empenhado nisso, onde vamos ter uma zona de venda de produtos endógenos, onde estará obviamente o arroz carolino, também o mel, os queijos e por aí fora.

É um posto de turismo ou um centro interpretativo?

É um posto de turismo, mas com outras vertentes. Algumas partes mais interativas... a pessoa vai à procura e pode comprar o que quiser para levar que represente o território.

A dissertação apresenta o turismo criativo como uma forma de valorização da orizicultura. Não sei se está familiarizado com o termo, com o conceito?

Sim.

Acha que essa seria uma forma interessante de valorizar a orizicultura?

Eu acho que sim.

De que forma?

Não sei, não pensei no assunto... Por exemplo, locais onde possam degustar o arroz feito de várias maneiras, novas experiências...

Tocou no ponto das experiências... cada vez mais o turista procura experiências, não tem uma atitude passiva no território, mas sim ativa. Considera então que seria uma boa forma de promoção?

Sim. Suponhamos que se pega no conceito de rota, no conceito gastronómico e no conceito das novas experiências através da degustação do arroz, fazia mais sentido realmente uma realização transversal a três municípios. Faz sempre mais sentido porque nós se calhar sozinhos não conseguimos vender o produto, temos que ter

escala também para isto, porque se conseguirmos que as pessoas venham a Soure só por Soure, se calhar é pouco, mas se conseguirmos trazê-los a Soure e levá-las à Figueira da Foz, passando por Montemor, fazendo aqui um triângulo, se calhar já conseguimos trazer muita gente a Soure.

Uma coisa estruturada e com um fio condutor...

Exatamente... e depois com outras mais valias, através de recursos multimédia, etc.

Câmara Municipal da Figueira da Foz

(Entrevista respondida via email no dia 2 de fevereiro de 2018)

Qual é a sua opinião acerca dos recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura existentes no município da Figueira da Foz, nomeadamente no que diz respeito à sua valorização turística?

O arroz! Cultura antiga que consta ter entrado no território da Península Ibérica por mãos árabes. Embora conhecido e consumido no reino, desde o século XIV, começa a ser consumido com alguma regularidade a partir de seiscentos e a sua larga difusão ocorre apenas na centúria de oitocentos. Nos campos do Mondego, a sua cultura é residual até meados do século XIX, sendo já na centúria seguinte que se expande. As questões de salubridade pública e interesses económicos alimentam, no entanto, a polémica em redor da orizicultura nestes campos.

Contudo, invocam-se outros aspetos para a sua consagração enquanto alimento de exceção. Para além de oferecer uma versatilidade inquestionável a nível gastronómico, a sua elevada produtividade, o seu curto ciclo vegetativo e a fácil adaptação aos solos com águas abundantes, tornaram-no um elemento e marca identitária de um território.

Nas palavras do historiador José Amado Mendes, *o uso que se faz do arroz tem muito de cultural e não pode ser desligado da mentalidade, do gosto, da sensibilidade e da criatividade e imaginação dos povos*. Através da Rota dos Arrozais tem sido possível valorizar o património natural ligado à orizicultura, mas sabemos que não podemos, nem devemos limitar-nos a promover uma atividade tão relevante na economia e história do concelho através de uma rota pedestre.

O Município deu recentemente início a um trabalho de levantamento, a nível concelhio, do património imaterial, e todas as tradições, hábitos e costumes ligados à orizicultura não serão certamente descurados. Também a recuperação, a médio prazo, de algum do património edificado mais relevante, existente na freguesia de Maiorca está a ser estudada e equacionada.

Considera que existem recursos patrimoniais suficientes para uma valorização turística da orizicultura de uma forma mais estruturada e envolvendo outros recursos que não só o património paisagístico, como acontece na “Rota do Arroz”, tal como as quintas de produção, as unidades de transformação do arroz e o património imaterial?

No caso particular o património paisagístico é o pilar em que assenta a valorização turística da orizicultura, no entanto o património edificado, como é o caso da Casa da Bahia, casa senhorial e a Quinta de Fôja, são peças que desempenham um papel central na afirmação da orizicultura como produto turístico.

Para além da existência da “Rota dos Arrozaís” não foi encontrada mais nenhuma referência relativa à existência de um produto turístico destinado a promover os recursos patrimoniais relacionados com a orizicultura no município. Já existiu ou existe mais algum projeto ao nível do turismo pensado por parte da câmara municipal da Figueira da Foz ou considera que a oferta já se encontra estruturada?

Os campos de arroz constituem parte do património do Baixo Mondego. Essa marca não se encontra apenas na paisagem. Ela está igualmente vincada na etnografia, nos aspetos económicos e, indubitavelmente, na sua gastronomia. Ontem e hoje! O arroz carolino dos campos do Mondego *veste tantas roupas* quantas as que lhe queiram dar. No livro da gastronomia figueirense da década de setenta do século passado, no capítulo que aborda os costumes do concelho, destacam quinze pratos de arroz tidos como típicos! Quase todos acompanhados por ingredientes do mar ou do rio, não olvidam, no entanto, o arroz doce e a sua forte tradição. Em 2016, o Município da Figueira da Foz editou o livro de gastronomia do concelho *A nossa mesa: receituário gastronómico da Figueira da Foz*, que contempla um conjunto de receitas tradicionais com produtos endógenos destacando-se, neste caso concreto,

o arroz do baixo Mondego. Com uma tiragem de 500 exemplares, “A nossa mesa” e teve uma enorme aceitação junto da comunidade e turistas encontrando-se esgotada. O ano 2018 trará uma edição revista e aumentada desta edição.

Qual considera que seria o contributo de produtos turísticos relacionados com a orizicultura para a diversificação da oferta e dinamização turística de freguesias que normalmente não fazem parte do circuito turístico do município?

Na área do município da Figueira da Foz existem algumas iniciativas que se afiguram cada vez mais como produtos turísticos com potencial, que merecerá a pena potenciar e promover, como é o caso da Corrida das Barcas, realizada na Freguesia da Borda do Campo. Outros existem, com certeza, que valerá a pena explorar enquanto produto turístico, mas sempre numa perspetiva de integração articulada com o plano de desenvolvimento turístico que está a ser pensado a médio prazo para o concelho.

Tendo em conta que a orizicultura é uma atividade transversal aos municípios da Figueira da Foz, Soure e Montemor-o-Velho, municípios limítrofes que são os maiores produtores de arroz no Baixo Mondego, considera que seria uma mais valia a existência de uma cooperação em rede tendo em vista uma valorização conjunta dos recursos patrimoniais relacionados com esta atividade?

A valorização conjunta da orizicultura e dos recursos patrimoniais, bem como não patrimoniais a ela associados, perspetiva-se para nós como um dos caminhos a seguir. A criação e aproveitamento de sinergias supramunicipais é cada vez mais uma “condição essencial” para dinamizar e projetar territórios com uma identidade cultural com características similares ou complementares. Potencia a convergência de estratégias e a atuação concertada no mercado, permitindo uma gestão mais integrada e eficaz dos recursos, produtos e serviços turísticos.

Qual é a sua opinião acerca do turismo criativo como forma de valorização turística da orizicultura?

Penso que o caminho para a valorização turística da orizicultura passa, no futuro próximo, pelo desenvolvimento de um modelo de turismo sustentável, assente em três pilares: Experiência, Aprendizagem, Descoberta, que utilize recursos turísticos imateriais na sua essência e que vá ao encontro das expectativas do turista das novas gerações, o qual pretende ver satisfeito o seu elevado nível de auto atualização e de desenvolvimento ativo de capacitação.

Associação dos Agricultores do Vale do Mondego
(Entrevista gravada – Verride, 29 de dezembro de 2017, às 12 horas)

Qual é o principal papel da AAVM?

A AAVM é uma associação meramente sindicalista, mais na vertente política, que tenta recolher algumas preocupações no vale do Mondego, nomeadamente na vertente agrícola, dos agricultores, e que a seguir as canaliza para o poder central. É evidente que muitas das coisas não são fáceis de resolver... isto é o intuito da associação e o espírito da associação. Em questões práticas, sendo uma associação sindicalista e política serve de veículo para o poder central no intuito de resolver questões que estejam relacionadas com o Vale do Mondego, nomeadamente questões relacionadas como obras de regadio, com preocupações com perca de rendimento das culturas... em diversas vertentes.

Eu tenho aqui uma notícia⁸² relativa à criação de uma rota do arroz por parte da AAVM, que já tem alguns anos... aqui diz que a AAVM estava a preparar uma “Rota do Arroz” relacionada com o turismo. A próxima pergunta vai mesmo nesse sentido, já existiu algum projeto relacionado com o turismo?

Realmente a associação a dada altura, na pessoa do Eng. Carlos Laranjeira, apresentou um projeto com o espírito de valorização do produto relacionado com a marca Mondego... estamos a falar do arroz carolino do Baixo Mondego. Esse projeto foi até Bruxelas, foi aprovado e o arroz foi classificado como IGP. Como sabe, é um

⁸² Arroz está entre as várias potencialidades regionais. (2 de Março de 2007). *Diário As Beiras (Separador "V Festival do arroz e da Lampreia)*, 5.

produto de denominação de origem que deveria ter a sua mais valia devido ao facto de ser um produto único. Muitas das vezes na realidade isso não acontece porque o mercado não está muito disponível para valorizar essa diferenciação. Mas é um trabalho que a associação em conjunto com as cooperativas vai mantendo no sentido dessa diferenciação ser uma realidade para o produtor.

É um produto de maior qualidade, diferenciador dos outros...

Diferencia-se de todos os outros e já é um produto de alta qualidade a partir do momento em que ele é aprovado. Perante todos os argumentos que foram apresentados, a Comissão Europeia, ao avaliar esses argumentos, entendeu que estávamos perante um produto de excelência que daria qualidade garantida ao consumidor, daí a aprovação da IGP. Agora, muitas das vezes, na realidade, na prática, isso não acontece. Há efetivamente uma diferenciação, em termos de arroz carolino do Baixo Mondego para o arroz carolino de outras regiões do país, nós sentimos que há uma ligeira diferenciação, mas gostávamos que fosse mais valorizado.

E ao nível do turismo...

Sabemos que existe uma rota do arroz...

Está a falar da rota de Maiorca?

Passa por Maiorca... é uma rota do arroz carolino.

É promovida por quem essa rota?

Eu julgo que é por uma entidade de Cantanhede, não tenho bem a certeza, não sei se é a ADELO...

Não tenho conhecimento dessa rota...

Há uma rota do arroz... eu aí não estou muito à vontade para falar, sei que existe. Penso que está ligada com a ADELO. Aquilo que me dizem é que está ligada com uma organização dos lados de Cantanhede.

A informação que eu tenho é que existe uma rota do arroz promovida pela Câmara Municipal da Figueira, ali na zona de Maiorca, e uma promovida pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho...

Sim, e temos também o “Festival do Arroz e da Lampreia” promovido pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. Foi o Eng. Carlos Laranjeira, ex. presidente da associação, que deu os primeiros passos para que esse evento fosse uma realidade, e depois o município deu continuidade, ano após ano, a esse evento. É uma forma também de promovermos o arroz e, em termos gastronómicos, a nossa região, e bem. E a associação de agricultores só pode aplaudir e colaborar com essas iniciativas.

Eu já fiz uma entrevista na Câmara Municipal de Montemor-o-Velho onde me informaram da realização de uma rota, nomeadamente que visitavam uma quinta na Caixeira...

É a minha, é a Quinta da Boa Vista.

Realmente não tinha informação de nenhuma quinta na Caixeira. É no Marujal então...

Porquê a Quinta da Boa Vista? Porque dentro da Quinta da Boa Vista existe uma das indústrias mais antigas da Europa. Está lá fisicamente. Para além da vertente da produção, tinha também a vertente industrial. Portanto, tudo máquinas de uma beleza... feitas em madeira. Essa é uma vertente turística muito interessante para a região, e daí o município de Montemor, ao fazer essas visitas, mostrar às pessoas que vêm de fora o que de bom tem a região, e bem. E, portanto, a Quinta da Boa Vista está aberta...

De facto, na entrevista realizada à Câmara Municipal de Montemor-o-Velho foi mencionada a existência de maquinaria antiga e que era única aqui na região...

Há uma outra na Europa, que é em Sevilha, que se for ao site do “Museu do Arroz de Sevilha”, vê lá as fotografias, e tudo o que vê lá, em termos de máquinas, é exatamente o que está ali. Dá ideia de que quem montou uma fábrica, montou a outra. E estas são as indústrias mais antigas da Europa.

Da Europa?

Na Europa, sim.

Então quer dizer que os visitantes vão lá ver a maquinaria?

Essencialmente vão só ver a maquinaria. Geralmente, quando vão ver, juntam algumas escolas e vão lá ao local.

É mais grupos escolares?

Sim. Seniores também, o ano passado foram lá seniores. E de outros países também. Isso foi organizado pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. De facto, é nosso pensamento, enquanto proprietários, melhorar as condições, porque a quinta precisa de obras, e ter um papel mais ativo no turismo na região.

Então quer dizer que a AAVM, sem ser a iniciativa do Eng. Carlos Laranjeira, nunca desenvolveu nenhum projeto em concreto relacionado com o turismo?

Existiram algumas iniciativas, ainda na altura do Eng. Carlos Laranjeira... iniciativas com a Universidade de Coimbra tendo em vista a criação de um projeto que promovesse a região. Basicamente eu penso que o espírito é promover a marca Mondego. E acho que essa parte está muito deficitária. O Mondego, ao longo do ano mostra-nos várias paisagens. Na cultura do arroz e outro tipo de culturas. Eu penso que há aqui um trabalho muito grande por fazer. É evidente que isso devia passar pelas autarquias juntarem-se entre elas e criarem esse trabalho. Uma coisa tem que puxar a outra.

É uma marca que não se encontra estruturada...

Não se encontra estruturada e eu acho que isso passa por parcerias entre as diversas câmaras locais.

É exatamente isso que eu ia perguntar de seguida. Acha que deveria existir uma parceria entre as câmaras municipais tendo em vista a promoção destes recursos, e até mesmo com a Associação dos Agricultores?

Sim, eu acho que devia de haver uma parceria entre as câmaras locais, com a Associação dos Agricultores... temos mais associações, temos a Associação de

Regantes do Baixo Mondego também, que faz a gestão de todo perímetro de rega, temos depois as organizações de produtores ligadas às cooperativas. Portanto, eu penso que temos que juntar todas estas sinergias na construção de uma marca. Já temos um produto, que é o arroz carolino do Baixo Mondego. Mas depois podemos associar a marca Mondego enquanto vertente turística. Pegar no arroz carolino do Baixo Mondego e depois associar-lhe a vertente turística e criar a dita marca Mondego. Temos um rio que é belíssimo, é o único rio que é português, e penso que está a escapar-nos aqui alguma coisa e, enquanto um dos representantes da associação, acho que não estamos a conseguir explorar este património natural que temos.

Então considera a existência de parcerias pertinentes?

Sim eu acho que deveria ser criada uma plataforma com informação, reunir todos estes parceiros. Também há a vertente privada, há muitas quintas... isto iria ser um motor de arranque. Há muitos proprietários que têm quintas paradas, que não fazem investimento, depois não têm retorno. Uma coisa ia puxar a outra. A tal marca Mondego, o tal património que temos... se começasse a ser divulgado nessa plataforma, atraindo o turismo (cada vez isso é mais uma realidade) acho que depois isto era um motor para que existissem mais iniciativas, mais investimento nesta região.

Pelo levantamento que eu já fiz, existem quintas e unidades de transformação que recebem turistas e, pelos vistos, existe muito interesse por parte dos turistas...

Eu acho que sim, eu penso que as coisas estão a nascer ao contrário. Eu penso que o consumidor está a pedir um produto que existe, mas que ainda não se encontra disponível para lhe ser apresentado. Eu aqui quero acreditar que nesta região há capacidade empreendedora. Agora falta mesmo é reunir todas estas sinergias, porque temos aqui muito património por explorar. E acho que esta geração tem o dever de não deixar cair este património que no passado, imagino que deve ter custado bastante suor às pessoas. Temos o dever moral de o preservarmos e de o darmos a conhecer às pessoas que queiram vir conhecer. Eu fiz uma apresentação no CAE na Figueira no seguimento dos cem anos da Caixa Agrícola e já levei este

assunto a discussão. Foi sobre o arroz carolino IGP. Mas quis evidenciar esta vertente turística associada à classificação IGP do arroz carolino, à paisagem ao património natural que temos.

Sim, no fundo um conjunto patrimonial bastante diverso. Temos por um lado a parte da biodiversidade, o património construído, como as quintas históricas, temos o património imaterial, como as tradições...

Sim, é património também...

... a gastronomia... ou seja, um conjunto de vertentes que não se encontram organizadas...

Sim, é isso que está a faltar. Eu acho que falta mesmo. E não estou a fazer uma crítica aos municípios, mas acho que eles enquanto municípios não estão muito vocacionados para esta matéria. Figueira da Foz tem o mar, tem a praia. Montemor tem feito um bom trabalho, porque também os recursos que tem são estes. Depois temos Soure que também se podia associar. Coimbra também não tem uma ligação muito forte, tem a universidade. Acho que tem que ser criada uma marca Mondego. Eu recentemente estive em Espanha, numa zona forte de arroz, e eles pegam na marca de um rio e desenvolvem *n* situações à volta daquela temática e eu aqui não vejo isso. Parece que estão uns a remar para cada lado. Neste momento até temos uma associação de município. Aí era um fórum de discussão onde podiam pegar nesta ideia e desenvolve-la.

Está a falar de que associação?

A CIM – Região de Coimbra.

Isso alberga um território mais alargado...

Sim, mas no fundo é um fórum onde eles se sentam todos à mesa... Se pensarmos no Douro, o setor do vinho está a fazer um trabalho fabuloso, está a promover não só o vinho, mas também a vertente turística da produção de vinho e nós aqui não estamos a conseguir valorizar este património.